

JANAINA SANTOS DE MACEDO

**CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO EM SANTA CATARINA E
OS CONFLITOS ENVOLVENDO ALEMÃES E
DESCENDENTES DURANTE O ESTADO NOVO**

UFSC – FLORIANÓPOLIS (SC)

2007

JANAINA SANTOS DE MACEDO

**CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO EM SANTA CATARINA E
OS CONFLITOS ENVOLVENDO ALEMÃES E
DESCENDENTES DURANTE O ESTADO NOVO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para obtenção do título de Mestre em História (Área de Concentração: História Cultural; Linha de Pesquisa: Sociedade, Trabalho e Cultura).

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

UFSC – FLORIANÓPOLIS (SC)

2007

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador:

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado - UFSC _____

Dra. Marlene de Fáveri – UDESC _____

Dr. João Klug – UFSC _____

Dra. Elza Daufenbach Alves – UFSC _____

Florianópolis, 24 de julho de 2007.

Para as pessoas que sonham com o fim de todas as formas de violência!

Para meu pai, meu irmão e minha vó, com amor e carinho.

Para meu filho, Eduardo, minha paz e meu renascimento.

Para Paulo, que me devolveu a alegria, os sonhos e o amor, ao lado de quem me tornei e me torno uma pessoa melhor a cada dia..., com muito amor!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a todos os mestres, de todos os tempos, que permitiram que a busca pelo conhecimento fosse um caminho. Agradeço também a todos aqueles que de alguma forma iluminaram este caminho, com contribuições singelas e fundamentais. Nominalmente, nesta lista incluem-se os professores Paulo Pinheiro Machado, João Klug, Adriano Duarte, Beatriz Mamigonian, Ana Brancher, Maria Bernadete Ramos Flores, João Lupi, Henrique Espada, Cynthia Campos, Marlene de Fáveri, Priscilla Perazzo, além de inúmeras outras pessoas de áreas diversas.

Não posso deixar de mencionar a colaboração dos funcionários da Universidade, da Pós-Graduação (Nazaré) e de todos os arquivos e bibliotecas consultados, principalmente os do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, do Arquivo do Judiciário de Santa Catarina e da Biblioteca Pública de Santa Catarina. Agradeço também ao Corpo de Bombeiros que possibilitou a aventura de conhecer o cenário da Ilha dos Guarás, antigo local de confinamento dos presos políticos.

Ao Professor Paulo Pinheiro Machado, que também é meu orientador, um agradecimento especial pela atenção a qualquer hora e pelos apontamentos precisos e preciosos, mas principalmente pelo exemplo de pesquisa séria e comprometida com a verdade, pelo senso de ética e de correção historiográfica, modelos que pretendo seguir em toda a minha carreira. Estas palavras também caberiam ao

Professor Klug, cujas primeiras aulas foram tão surpreendentes que não serão jamais esquecidas.

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que abriram suas casas e suas lembranças, deixando-me visitar seus arquivos materiais ou imateriais, suas memórias, muitas vezes guardadas por longo tempo. Com elas aprendi muito sobre a história e sobre a vida.

Igualmente importante foi a contribuição da minha família: meu pai Manoel, meu irmão Francisco, Adri, Vó e tantos mais, com amor e saudades. Um agradecimento especial a minha mãe e ao meu avô (*in memoriam*).

Não poderia deixar de mencionar o fundamental estímulo de meu marido, Paulo, que sempre incentivou e me cobrou quase que diariamente os avanços alcançados, vibrando comigo a cada fase. De família alemã (Arenhart) do Rio Grande do Sul, participou como testemunha de terceira geração, envolvendo-se com a pesquisa e relembando casos perdidos no passado, como quando a família precisou esconder os livros no sótão ou enterra-los no quintal da casa para escapar da prisão. Agradeço também ao meu filho, Eduardo, o Dudu, que foi gestado juntamente com esta dissertação, mas nasceu antes dela, parte de mim emancipada e linda, que agora é dono do meu tempo. A ele, que descobre o mundo, e a todas as crianças eu desejo um mundo melhor e a possibilidade de ter sonhos e acreditar na vida.

“O que sabemos é uma gota.
O que ignoramos é um oceano.”

Isaac Newton (1643 – 1727)

RESUMO

MACEDO, Janaina Santos de. *Os campos de concentração em Santa Catarina e os conflitos envolvendo alemães e descendentes durante o Estado Novo*, 2007. 267f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Pós-Graduação em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

Esta dissertação visa aprofundar os estudos sobre os espaços de reclusão para presos políticos em Santa Catarina entre 1937 e 1945. Momento conturbado em todo o mundo, aqui no Estado não foi diferente. O mundo divide-se em dois blocos e o Brasil opta por apoiar aos Aliados, declarando guerra ao bloco antagônico. Eclodem então inúmeros conflitos com os chamados 'súditos do Eixo' – alemães, italianos e japoneses e seus descendentes, que vivenciam uma série de silenciamentos e muitas vezes são internados como presos políticos em campos de concentração. Entre as nacionalidades envolvidas no conflito, optamos por trabalhar com a questão dos alemães e de seus descendentes, uma vez que foi este o grupo mais visado pelas ações repressivas da polícia política estadonovista. No primeiro capítulo é feita uma reflexão sobre as características do Estado Novo, seus aparelhos oficiais de repressão, a utilização da propaganda política e dos discursos para justificar a estigmatização dos alemães e descendentes. Em seguida apresentamos uma discussão sobre a construção da etnicidade e as redes estabelecidas entre os diversos segmentos envolvidos neste complexo panorama histórico. O terceiro capítulo é reservado a discutir o que denominamos de silenciamentos, práticas repressoras que atingiram toda a população catarinense no seu cotidiano, nos mais diversos setores: educação, trabalho, lazer, cultura, religiosidade, economia, etc. As expulsões, as prisões, o confisco de bens, a censura, as demissões, a vigilância, as depredações vivenciadas por aqueles que tinham na língua ou no nome sua origem étnica como alvo das suspeitas e hostilidades. Por fim, no último capítulo abordamos uma questão conceitual que justifica a denominação campos de concentração e introduzimos a análise num plano geral, uma vez que eles constituíram uma realidade em todo o país, principalmente entre 1942 e 1945. Na seqüência tratamos dos campos de concentração e de outros locais de reclusão específicos de Santa Catarina, procurando apresentar um panorama completo sobre a questão no estado.

Palavras-chave: Alemães, Repressão, Estado Novo.

ABSTRACT

MACEDO, Janaina Santos de. *Concentration Camps in Santa Catarina and conflicts involving Germans and their descendents into Estado Novo*, 2007. 267p. Dissertation (Mestrado)-Course of Post-Graduation in Cultural History. Federal University of Santa Catarina, 2007.

This dissertation is aimed at deepening the studies about the reclusion spaces to political prisoners in Santa Catarina from 1937 up to 1945. Being a disturbing moment worldwide, in Brazil was not different. The world was divided into two opposing camps and Brazil opts for corroborating with the Allies, declaring war to the opposing camp. Several conflicts start happening involving the so called "subjects of the Axis Powers"- Germans, Italians and Japanese and their descendents, who were often silenced and many times were arrested as political prisoners in Concentration Camps. Among the nationalities involved in the conflict, we have opted for working with the German subject and their descendents, once that this group was more repressed by the political *estadonovista* police.

In the first chapter a reflection upon the characteristics of the *Estado Novo* is done. Being studied its official devices of repression, the use of political propaganda and discourses for justifying the Germans and their descendents stigmatization. Next we present an argument upon the construction of ethnocentricity and the connections that were established among the several segments involved in this complex historical context. The third chapter is reserved to discuss what we call *silencing*, repressing practices that reached the entire population of Santa Catarina in their daily life, involving several sectors of society: education, work, leisure, culture, religiosity, economy, etc. The banishments, arrestments, goods seizure, censorship, demission, vigilance, the suffering lived by the ones who had in their language or name their ethnical origin as a target of suspicion and animosity. In the last chapter, we work a conceptual question that justifies the name: Concentration Camps and we present it in a general plan, once they constituted a reality all around the country, mainly from 1942 to 1945. After that we talk about Concentration Camps in other specific reclusion places in Santa Catarina, trying to present a complete panorama about it.

Key Words: Germans, Repression, Estado Novo.

LISTA DE FIGURAS

	<i>Página</i>
Figura 1. Fotografia de Nereu Ramos	39
Figura 2. Fotografia de Antônio Carlos de Mourão Ratton	62
Figura 3. Jornal Diário da Tarde – Liga de Defesa Nacional	77
Figura 4. Decreto-lei n. 10.358 – Declara o Estado de Guerra	139
Figura 5. Aviso do Consulado Alemão – BEKANNTMACHUNG	147
Figura 6. Campanha da Borracha	161
Figura 7. Campanha da Borracha	161
Figura 8. Lista Negra – Jornal A Gazeta	179
Figura 9. Presos Políticos para um Campo de Concentração	184
Figura 10. Ilha dos Guarás	210
Figura 11. Ilha dos Guarás	212

LISTA DE TABELAS

	<i>Página</i>
Tabela 1. Sinopse Estatística – 1940	104
Tabela 2. Relatório de Número de Fábricas em Santa Catarina	106
Tabela 3. Campos de Concentração, colônias de internamento e presídios em todo o Brasil	195
Tabela 4. Tabela de presos em 1938	217

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AALESC	=	Arquivo da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
AHI	=	Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro)
APESC	=	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
BALESC	=	Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
BPESC	=	Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
CNPIC	=	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
DASP	=	Departamento Administrativo do Serviço Público
D.E.E.	=	Departamento Estadual de Estatísticas
DEIP	=	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DEOPS	=	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIP	=	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	=	Delegacia de Ordem Política e Social
EUA	=	Estados Unidos da América
FBI	=	Federal Bureau International
FGV	=	Fundação Getúlio Vargas
G.	=	Governo
GAIC	=	German American Internee Coalition
GBS	=	Grupo de Busca e Salvamento
IBGE	=	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	=	Legião Brasileira de Assistência
L.D.N.	=	Liga de Defesa Nacional
MJNI	=	Ministério da Justiça e Negócios Interiores
MTIC	=	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Mins.	=	Ministérios
N.	=	Número
OAB	=	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	=	Organização das Nações Unidas
P.	=	Página
P.G.	=	Palácio do Governo
R.E.	=	Relações Exteriores

SC	=	Santa Catarina
SSP	=	Secretaria de Segurança Pública
TCC	=	Trabalho de Conclusão de Curso
TJ	=	Tribunal de Justiça
TSN	=	Tribunal de Segurança Nacional
USA	=	United States of America

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 CAPÍTULO 1 – O ESTADO NOVO: CONSIDERAÇÕES GERAIS	
1.1 Considerações sobre o Estado Novo.....	25
1.2 Discursos, aparelhos oficiais de repressão e propaganda política	48
1.2.1 DOPS e DEOPS	60
1.2.2 O DIP e o DEIP em Santa Catarina	66
2 CAPÍTULO II – A ETNICIDADE E AS REDES DE SOLIDARIEDADE	
2.1 A construção da etnicidade: algumas considerações	91
2.2 As redes de solidariedade	108
3 CAPÍTULO III – OS SILENCIAMENTOS EM SANTA CATARINA	
3.1 Silenciamentos e conflitos em Santa Catarina	134
3.2 As expulsões	136
3.3 O confisco de bens e a censura	149
3.4 Os agentes amadores	157
3.5 As campanhas de nacionalização.....	160
3.6 Os silenciamentos no mundo do trabalho	167
3.8 As ‘listas negras’	178
4 CAPÍTULO IV – OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO E DEMAIS LOCAIS DE CONFINAMENTO	
4.1 Os Campos de Concentração no Brasil.....	183
4.1.1 O surgimento dos campos de concentração	184
4.1.2 O tratamento destinado aos presos políticos.....	189
4.1.3 Os locais de confinamento no Brasil	192

4.1.4 A libertação dos prisioneiros políticos	197
4.2 Os Campos de Concentração em Santa Catarina	200
4.2.1 Campo de Concentração Trindade e Hospital Oscar Schneider.....	201
4.2.2 Outros locais de confinamento.....	203
4.2.3 A Ilha dos Guarás.....	208
4.2.4 Os afastamentos compulsórios.....	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	220
FONTES CONSULTADAS.....	222
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	228
ANEXOS.....	203
Anexo 1 – Lista de presos políticos durante o Estado Novo	243
Anexo 2 – Decreto-lei n. 251	252
Anexo 3 – Decreto-lei n. 619	254
Anexo 4 – Carta a Getúlio Vargas	257
Anexo 5 – Entrevista com Alzira Fleith	259
Anexo 6 – Entrevista com Eugênio Bergmann	260
Anexo 7 – Entrevista com Érico João Fleith	261
Anexo 8 – Entrevista com Gilberto Nahas	262
Anexo 9 – Entrevista com Irene Kreiling Medved	263
Anexo 10 – Entrevista com Verônica Guessier Pauli	264
Anexo 11 – Entrevista com Werner Springmann	265

INTRODUÇÃO

Durante os anos trinta e quarenta do século XX, políticos e intelectuais brasileiros estiveram empenhados em escrever uma “biografia nacional”¹, principalmente através da construção de conceitos como brasilidade, nacionalidade e cidadania, considerados fundamentais para a existência de um Estado Nacional Moderno. Nesse contexto, a pluralidade de correntes político-ideológicas endógenas e exógenas emergiu, a despeito do divulgado pelo discurso oficial, que enfatizava unanimidade de idéias e ações do governo.

Ao mesmo tempo procurou-se inserir o país no panorama político internacional e capitalista², através de acordos, alguns amplamente divulgados e outros de caráter secreto. Na eminência da Segunda Guerra Mundial, diante do quadro conturbado, optou-se por sustentar, até quando foi possível, uma política de neutralidade, sustentada mesmo após o início do conflito. Este posicionamento do governo brasileiro visava a obtenção de vantagens econômicas de ambos os blocos, proporcionando barganhar acordos tanto com o Eixo quanto com os Aliados. Com a entrada dos Estados Unidos no confronto, o Brasil passou a representar uma peça

¹ Conforme BORGES, Vavy Pacheco. *Anos Trinta e política: História e Historiografia*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 159-182.

² Conforme GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

chave para o sucesso do pan-americanismo no Sul do continente e o governo norte-americano tratou de cobrar a entrada brasileira na guerra. Com o tempo, a indefinição de uma postura política externa passou a representar uma ameaça à hegemonia continental pretendida pelos Estados Unidos, o que impulsionou o desenvolvimento de ampla campanha contra a ‘ameaça alemã’.

Esta tendência se manteria inalterada até 1942, quando uma crise política interna coincidiu com os torpedeamentos de navios brasileiros, forçando o país a uma tomada de posição a favor dos Aliados e logo em seguida, a uma participação efetiva no conflito. Ao mesmo tempo, implementou-se uma “ofensiva ideológica”³ pan-americanista, através da qual os Estados Unidos, na Conferência dos Chanceleres Americanos⁴, pressionaram os países da América Latina a oferecer-lhes apoio irrestrito no confronto.

Paralelamente, desde 1938 houve um recrudescimento da política de nacionalização, vindo a atingir restritivamente os estrangeiros e seus descendentes, principalmente os de origem alemã, italiana e japonesa, acusados de difícil assimilação à cultura nacional e considerados indesejáveis ‘inimigos’ da Pátria. Sistemáticamente, diversos decretos-leis foram baixados, versando sobre diversos assuntos: nacionalização das escolas, proibição do uso de línguas originárias dos países do Eixo, controle sobre abertura firmas estrangeiras no país⁵, proibição de atividades de natureza política a estrangeiros⁶, regulamentação de sua expulsão por

³ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. Coleção Teses & Monografias. Vol. 1. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 38.

⁴ Realizada na Capital Federal em janeiro de 1942.

⁵ Decreto-lei n. 341, de 17 de março de 1938. Regulava a apresentação de documentos dos estrangeiros ao Registro de Comércio. *Lex 1938 – Revista de Legislação*. BALESC.

⁶ Decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938. *Lex 1938 – Revista de Legislação*, p. 119-121. BALESC.

motivos de segurança nacional⁷, controle sobre os estrangeiros que entrassem em território nacional, proibindo o ingresso de

(...) aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos; indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres; que apresentem afecção nervosa ou mental (...), alcoolistas ou toxicômanos; doentes de moléstia infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública; que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional; menores de 18 anos e maiores de 60, que viajarem sós (...); que não provem o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para manter-se e às pessoas que os acompanharem na sua dependência; de conduta manifestamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições; já anteriormente expulsos do país (...); condenados em outro país; que se entreguem à prostituição ou a explorem, ou tenham costumes manifestamente imorais⁸.

Além dessas, diversas outras leis incidiram sobre o ensino, a religiosidade, a imprensa, o lazer, a língua falada e escrita, o trabalho, as placas tumulares, etc., culminando com expulsões e prisões. Enfim, sobre todos os aspectos da vida (e da morte) o Estado procurou pousar sua mão. Toda essa extensa rede repressiva aliada à construção de uma mitologia política direcionada para legitimar e respaldar as ações do regime, favoreceram a naturalização de determinadas histórias em detrimento de outras⁹, de modo que no senso comum propagou-se a idéia de Vargas como o 'pai dos pobres', capaz de perceber e corrigir as injustiças.

⁷ Decreto-lei n. 392, de 27 de abril de 1938. *Lex 1938 – Revista de Legislação*, p. 134-136. BADESC.

⁸ Decreto-lei n. 406, de 04 de maio de 1938. Capítulo I – *Da entrada de estrangeiros*. *Lex 1938 – Revista de Legislação*, Artigo 1º, itens I a XI, p. 162-173. BADESC.

⁹ Conforme PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia trabalhismo no Brasil*. Coleção Mundo do Trabalho (organizador Ricardo Antunes). São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p. 32.

O presente estudo nasceu da curiosidade acerca de um tema ouvido nas entrelinhas das conversas e aulas sobre a História de Santa Catarina ainda durante a graduação: a existência de campos de concentração no estado. Com o passar do tempo e o crescimento do meu interesse sobre o tema, sincronicamente outras pesquisas vieram na mesma direção e pesquisadores importantes também se debruçaram sobre o mesmo tema, que ainda hoje está longe de ter sido esgotado. Espalhados por todo o Brasil, os campos de concentração, juntamente com outros locais de confinamento, serviram como espaços de reclusão e silenciamento, retirando da sociedade o que o governo classificava como “quistos étnicos”.

Para a pesquisa foram consultadas fontes materiais e imateriais presentes em diversos arquivos públicos e privados no estado de Santa Catarina. Infelizmente, não nos foi possível acessar os conteúdos de arquivos do Rio de Janeiro e de outros estados, tendo em vista algumas dificuldades pessoais e profissionais. A documentação sobre o período encontra-se bastante dispersa e incompleta. Incêndios, alagamentos e apropriações indevidas de documentos que deveriam ser públicos contribuíram para dificultar as pesquisas e ainda permanecem como obstáculos a serem ultrapassados em futuros estudos. Para citar um exemplo, o Arquivo do Tribunal de Justiça, que guarda alguns processos crimes contra presos políticos do regime Vargas, mantém as pastas em um porão que já sofreu inúmeros alagamentos e mudanças. A falta de uma catalogação e de locais próprios para o armazenamento destes documentos coloca em risco uma parte da história, cujos rastros perdem-se no descaso das autoridades para com o passado. Outro fator significativo é que autoridades políticas envolvidas em aspectos repressivos do governo, uma vez findado o Estado Novo quiseram ‘apagar’ ou minimizar suas

participações, o que muitas vezes foi feito através da apropriação ou destruição de documentos.

Recorremos também à História Oral que contribuiu significativamente para esclarecer pontos obtusos e para dar a dimensão humana necessária ao bom entendimento dos conflitos vivenciados pelos grupos de alemães, italianos, japoneses e descendentes no estado, principalmente entre os anos de 1942 e 1945. Neste processo de se trabalhar com a memória, muitas vezes “reconstituída ou firmemente construída por motivos diversos”¹⁰, mas percebendo sua importância para o entendimento de brechas que a historiografia em sua racionalidade não superaria, muitas vezes nos deparamos com relatos que desencadearam lembranças tristes e silenciadas por muito tempo. Outras vezes deparamo-nos com discursos prontos, repletos de curiosidades e com precisos apontamentos bibliográficos, que ajudaram a criar a memória do entrevistado. Conforme o alerta de Michael Hall sobre os riscos da inocência ao se utilizar a história oral como fonte, deve-se submetê-la ao mesmo olhar crítico das outras fontes¹¹, uma vez que constitui-se em fenômeno resultante de fatores sociais, culturais e políticos. Um dos problemas apontados pelo autor e que foi muitas vezes percebido nas entrevistas feitas para a elaboração desta dissertação é o fato de que, havendo um distanciamento temporal, o entrevistado pode querer editar seus depoimentos de forma que combinem melhor com seu pensamento atual ou com a verdade que predominou. Enfim, a sistemática empregada neste trabalho atribui importância fundamental às entrevistas, porém

¹⁰ VOLDMAN, Danièle. *Definições e Usos*. AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). *Usos e abusos da História Oral*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 37.

¹¹ HALL, Michael M. *História Oral: os riscos da inocência*. (Texto apresentado no seminário “História e Memória”. Do livro: *O direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992).

entende que elas constituem um discurso elaborado e neste sentido merecem ser interrogadas e confrontadas com outras fontes. Desta maneira, a teia das possibilidades tem chances de alcançar aspectos até então inacessíveis sem cair no abismo da ingenuidade. Para facilitar o acesso, todas as fitas com as entrevistas realizadas e suas respectivas transcrições ficarão a disposição dos interessados no laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina.

Outra fonte importante foi a análise dos periódicos da época, que nos ajudaram a traçar um perfil do Estado Novo, a partir de diferentes veículos ideológicos. Foram pesquisados os jornais diários O Estado, Diário da Tarde e A Gazeta, além de outros veículos semanários durante os anos de 1937 e 1945. Nossa proposta é problematizar este período ultrapassando as fronteiras étnicas, percebendo as redes formadas na complexidade da implantação de leis trabalhistas e crescente urbanização. Trata-se de perceber ligações subterrâneas, silenciosas e que muitas vezes, no contexto da guerra, foram abrigadas sob o guarda-chuva simbólico da etnicidade.

A partir de 1942, alemães, italianos e japoneses, bem como seus descendentes foram, de modo geral, considerados inimigos da Pátria e tratados como perigosos à segurança nacional. Dentro deste contexto, diversas medidas repressivas foram adotadas e muitos deles foram presos. Os locais que abrigaram estes presos políticos ficaram conhecidos de modo geral como campos de concentração, uma vez que eram locais que concentravam e afastavam da sociedade. Mas os espaços de confinamento tiveram diversas feições. Poderiam ser cidades inteiras, cercadas e vigiadas, poderiam ser ilhas afastadas da costa,

poderiam ser fazendas no interior do país, sanatórios, delegacias, pensões, presídios, etc.

Em Santa Catarina, dois locais recebem a denominação de campos de concentração: Campo de Concentração Trindade, em Florianópolis, e Presídio Oscar Schneider, em Joinville. Além destes, muitos outros locais abrigaram principalmente alemães considerados suspeitos de ligações com o nazismo. Apresento como principal contribuição deste trabalho uma análise sobre a Ilha dos Guarás, localizada nas proximidades de Florianópolis e onde foram internados diversos presos políticos. Este espaço de reclusão, até então não analisado historiograficamente, somou-se aos outros locais de confinamento do estado responsáveis pelo afastamento dos chamados 'súditos do Eixo'.

Esta dissertação foi organizada em quatro capítulos. No primeiro deles, é feita uma análise introdutória acerca dos limites cronológicos do Estado Novo, suas rupturas e continuidades, juntamente com os aparelhos oficiais de repressão, cujos objetivos eram implementar uma homogeneização cultural e manter rígida vigilância sobre a sociedade. Apresentamos algumas das construções discursivas de que se utilizaram as autoridades nacionais e locais para projetar e legitimar os objetivos e práticas repressivas. Analisamos a imprensa local e a construção do imaginário, estabelecendo um debate sobre a importância dos meios de comunicação para a eficácia e manutenção do regime, assim como a censura e os órgãos oficiais dela encarregados: DIP e DEIP, problematizados a partir das fontes documentais de época.

No segundo capítulo fazemos uma análise das questões identitárias e problematizamos o conceito de etnicidade, a partir da comunidade alemã em Santa

Catarina e das diversas redes de solidariedade estabelecidas, seguindo a linha preconizada por Norbert Elias, que utiliza o critério da exclusão para apontar as diferenças culturalmente construídas entre estabelecidos e *outsiders*. A hipótese aventada é de que conflitos de naturezas diversas foram muitas vezes tratados como questões de segurança nacional. Assim conflitos entre patrões e empregados, briga de marido e mulher, disputas entre vizinhos ganhavam um elemento adicional quando uma das partes acusava a outra de ser adepto ou simpatizante do nazismo ou mesmo de torcer pela vitória alemã na guerra.

O terceiro capítulo é dedicado ao que chamo de silenciamentos, práticas repressivas implementadas em diversas esferas. Proibições, censuras, prisões, demissões, confisco de bens e poupanças, intervenções, fechamento de empresas e escolas, etc, foram algumas destas medidas que em Santa Catarina atingiram principalmente alemães e descendentes, mas também italianos e japoneses, por todo o país.

No quarto capítulo, enfim, chegamos aos campos de concentração e demais locais de confinamento dos 'súditos do Eixo no Brasil. Partimos da historicização e de uma discussão conceitual, analisando a questão no nível nacional e aprofundando a análise dentro do contexto catarinense, baseada principalmente em fontes documentais.

Esperamos estar contribuindo com a historiografia através das análises levantadas para esta dissertação, reconhecendo que o assunto não se esgota aqui e que novas pesquisas ainda devem surgir, revisitando o passado e dialogando com o presente.

Capítulo I:

O Estado Novo:

Considerações gerais

1.1 – Considerações sobre o Estado Novo

Oficialmente o Estado Novo foi instaurado a 10 de novembro de 1937 e estendeu-se até 29 de outubro de 1945, data que marca a deposição de Getúlio Vargas do poder¹², ou ainda até 16 de novembro do mesmo ano, quando foi suspenso o Estado de Guerra¹³. Na prática, porém, seus efeitos extrapolaram as fronteiras cronológicas e distenderam-se no tempo. Estruturou-se ao longo do seu fazer-se e alcançou a atualidade em diversos aspectos. A afirmação referente ao alargamento temporal baseia-se, conforme veremos adiante, na constatação de que a partir de 1934, quando o governo Vargas ainda estava em sua forma constitucional, foram sendo gradualmente adotadas medidas coercitivas visando rigoroso controle da população, em especial dos estrangeiros, juntamente com a montagem de um amplo sistema de propaganda do governo, destinado a legitimar os métodos ditatoriais que viriam a ser empregados. Além disso, muitas de suas ações estenderam-se para depois de 1945 e diversos presos políticos ligados ao Eixo foram soltos apenas depois desta data, conforme veremos adiante.

¹² Nesta data assumiu a Presidência da República o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.

¹³ Decreto n. 19.955, de 16 de novembro de 1945. *LEX* 1945 – IX – Legislação Federal. Marginália, p. 582. BALESC.

Não se trata também de um marco temporal linear, homogêneo e coeso, a despeito de muitas vezes ser assim descrito e lembrado histórica ou até mesmo historiograficamente. Foi uma época de rupturas e permanências, de confrontos de poderes, tanto endógenos quanto exógenos, em que o Brasil procurou alcançar uma posição de maior destaque perante a comunidade internacional, criou mitologias políticas e utilizou-se da imprensa e da força para garantir sustentabilidade ao regime.

Conforme Lúcia Lippi Oliveira¹⁴ afirma, o Estado Novo não apresentou uma doutrina única, mas através da reconstituição de alguns segmentos significativos é possível traçar seu perfil doutrinário. Se entendermos ideologias como códigos ou sistemas de símbolos que desempenham uma função de integração na sociedade¹⁵ - dialogando com a tradição e sob determinadas contingências históricas - é possível perceber como em alguns casos elas passam a orientar e representar a realidade social e sua consciência coletiva. O diálogo entre tradição e modernidade, aliado aos ideais nacionalistas, exerceram forte influência sobre a intelectualidade brasileira à época de Vargas. Desta maneira, importantes personalidades do movimento modernista na década de 1920 aderiram ao projeto estado-novista.

Os governantes brasileiros dos anos 1930 seguiam os mesmos rumos de diversos países europeus, inseridos num contexto de desilusões com o sistema político liberal e de temor com relação ao avanço do comunismo. Esta atmosfera tem início em 1914, com a 1ª Guerra Mundial. Após o término do conflito, em 1918, a Europa viu emergir uma nova direita, que diferia do elitismo da direita tradicional, e

¹⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; e GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 8.

¹⁵ Idem, p. 9 e seguintes.

que se propôs a colocar em prática seu projeto político-ideológico. Na Itália, Mussolini assumiu o poder em 1923; na Alemanha, Hitler ocupou a Chancelaria em 1933; em Portugal, no ano de 1929 Salazar tornou-se primeiro-ministro; a Espanha vivenciou entre 1936 e 1939 uma guerra civil, vencida pelo General Franco, que passou a ocupar o poder.

Getúlio Vargas assumiu a presidência do país em 3 de novembro de 1930, quando liderou um movimento armado de oposição ao sucessor indicado pelo presidente Washington Luís, que governara entre 1926 e 1930. Iniciou-se então o governo provisório de Vargas. Nos quinze anos seguintes, apesar dos discursos reformistas, muitas “dessas mudanças permaneceram ficções jurídicas”¹⁶, pois a estrutura social brasileira não sofreu grandes transformações. Entretanto, dois fatores foram determinantes para criar a atmosfera política desejada pelo futuro líder populista: a ‘ameaça comunista’, que se tornava uma preocupação crescente da burguesia dominante e o liberalismo, que perdia espaço em todo o mundo. Em julho de 1934, Vargas foi eleito por uma Assembléia Constituinte. Seu governo estenderia-se até janeiro de 1938, quando novas eleições presidenciais deveriam ser realizadas. Mas uma invenção conhecida como Plano Cohen, aliada aos temores relativos à esquerda, mudou o rumo dos acontecimentos, com a implantação do Estado Novo, realizando assim “o desejo, há muito tempo evidente, de Vargas, de permanecer no cargo além do seu prazo legal...”¹⁷.

¹⁶ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930- 1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.25.

¹⁷ SKIDMORE, T. E. *Brasil...*, p. 50.

A 10 de novembro de 1937, com o golpe e a implantação da nova Constituição, o Congresso Nacional foi fechado¹⁸ e iniciou-se uma outra fase dos quinze primeiros anos do governo varguista. Em 2 de dezembro, os partidos políticos foram todos dissolvidos¹⁹, sendo vedado o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos. Vargas justificou esses atos afirmando que eles resultariam em um contato mais “direto entre chefe e povo”²⁰, construindo um diálogo sem intermediários. Em manifesto feito à nação no dia do golpe, o chefe do governo afirmou que “nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia dos partidos [...] subverte a hierarquia, ameaça à unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação”²¹.

O regime estado-novista definiu-se pelo seu caráter centralizador, que através de muitas reformas administrativas, criou novos quadros institucionais, instituindo uma crescente burocratização e diversos elementos de controle e centralização, incluindo a abolição de impostos e bandeiras estaduais.

Vargas foi o primeiro presidente da República a visitar Santa Catarina, em 1940. Na ocasião, Nereu Ramos discursou registrando com

¹⁸ LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983, p. 129.

¹⁹ Decreto-lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937, que *dispõe sobre partidos políticos*. *Revista de Legislação - Lex 1937*, p. 330. BALESC. De acordo com o art. 4 do decreto era permitido aos partidos subsistirem como sociedade civil para fins culturais, beneficentes ou desportivos, desde que com denominação diferente daquela com que haviam se registrado.

²⁰ FERREIRA, Jorge. *Vargas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945)*. In: *Revista História e Cidadania*, Vol I, 1998, p. 244.

²¹ Manifesto à Nação de Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, extraído da internet através do site www.cpdoc.fgv.br, apud LEMOS, Rosane Isabel Gasparotto. *A censura no Estado Novo através do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina – DEIP (1942-1945)*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em História). Florianópolis: UFSC, 2003, p. 19.

...legítima ufania a visita (...) não distinguindo os estados em grandes ou pequenos, mas olhando o Brasil do alto, como uma grande unidade de ação em torno de objetivos comuns (...), pondo termo às lutas estéreis e sem alma de grupos e facções, algumas das quais sob color e disfarces nacionalistas mais não eram que arremedos grosseiros de organizações de além mar, rasgou caminhos novos e amplos ao desenvolvimento do país e ergueu vossa excelência barreira intransponível à vaga regionalista que o fraccionava em pedaços, sob bandeiras, hinos, escudos e armas diferentes, como se não animasse o pensamento e a vontade a mesma confiança no futuro e lhe não orientasse a marcha ascensional um só e único pavilhão...²².

De acordo com Silvana Goulart²³ este perfil foi definido entre 1937 e 1942, mas iniciara-se na década de 1920, com a crise das oligarquias e combinava uma estrutura de poder elitista com forças de sustentação oriundas de diversos setores sociais. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)²⁴ e as Forças Armadas foram instrumentos da centralização estadonovista, bem como os novos ministérios: Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e Educação e Saúde Pública.

No que se refere à política econômica, o Estado Novo passou a defender a industrialização como alternativa para o crescimento, no que foi favorecido pela redução de 40% das importações, em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Além disso, foram criadas agências para responderem por segmentos específicos de algumas atividades econômicas, aumentando o controle governamental sobre as

²² Discurso ao Presidente Getúlio Vargas no banquete oferecido ao Chefe da Nação, por ocasião de sua visita a Santa Catarina, em março de 1940. *Discursos de Nereu Ramos*, p. 101. BPESC. Em todas as notas desta dissertação, manteremos as citações com sua grafia original.

²³ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Marco Zero – MCT/CNPq, 1990.

²⁴ Implantado em 1938, o DASP estava subordinado ao Ministério da Justiça. Seu diretor era nomeado pelo Presidente da República. Tinha por função supervisionar o trabalho dos Interventores. Ao DASP subordinavam-se os departamentos administrativos a nível estadual.

diversas atividades econômicas. Como exemplos podemos citar o Instituto Nacional do Pinho, o Instituto do Sal, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional entre outras.

Outra característica do regime implementado em 1937 foi o corporativismo, que garantia a difusão do poder público através da participação controlada da sociedade. Para as classes trabalhadoras, representou o controle do Estado sobre suas associações e sindicatos, num processo que Adalberto Paranhos²⁵ definiu como “o roubo da fala”, e que aparelhou os sindicatos ao Estado e criminalizou as greves, assunto ao qual retornaremos adiante.

Fundamental para a sustentação do Estado Novo, o amplo e rígido controle da informação, da cultura e da comunicação contou estruturalmente com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), juntamente com seus afiliados estaduais – Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs), que serão detalhadamente analisados ao longo da segunda parte deste primeiro capítulo.

A tônica estadonovista pode ser resumida pelo emprego de projetos e práticas político-ideológicas de ‘disposição totalitária’²⁶, presentes desde 1935. A expressão evidencia os limites de implantação do totalitarismo no Brasil e nos reporta à necessidade de percebermos as brechas por onde as resistências respiraram e sobreviveram.

A importância destas fendas reside no fato de que as imagens e idéias dominantes não são apropriadas passivamente pelo povo. São, isto sim,

²⁵ PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. Coleção Mundo do Trabalho (organizador Ricardo Antunes). São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

²⁶ DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p. 16.

interpretadas e transformadas, de acordo com determinados valores e percepções, ou ainda, simplesmente recusadas total ou parcialmente. De acordo com Jorge Ferreira, “é preciso evitar a abordagem de que o projeto político varguista tenha dominado as mentes das pessoas, incapacitando-as de manifestar qualquer avaliação crítica e impedindo-as de reivindicarem seus direitos”²⁷, muito embora as manifestações contrárias ao regime tenham sido coibidas e sua divulgação tenha sido proibida em todos os meios de comunicação, assim como festividades e homenagens ao governo tenham sido estimuladas ou, algumas vezes, obrigatórias.

Período dos mais estudados na história política do Brasil, o Estado Novo continua motivando pesquisas diversas, o que se dá, entre outros fatores, pela capacidade que o regime demonstrou de “angariar adesões e absorver conflitos”²⁸, principalmente pelo caráter populista, que constituía, segundo Régis Castro Andrade, “um duplo movimento de assimilação e concessão feito às classes subordinadas”²⁹.

Embora na maior parte das vezes as abordagens centrem-se em temáticas isoladas - como a nacionalização, principalmente do ensino, questões trabalhistas ou étnicas, aspectos totalitários ou repressivos e assim por diante - a grande dificuldade que se nos impõe é percebê-lo em suas rupturas e discontinuidades. Para atingir esta finalidade, utilizamos os referenciais da História Social, estabelecendo pontes e conexões com outras questões, de forma a captar redes inusitadas e laços de solidariedade que possam ter permanecido submersos, uma vez que a história revela-se no seu fazer-se.

²⁷ FERREIRA, Jorge. *Vargas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945)*. In: Revista História e Cidadania, Vol I, 1998, p. 245.

²⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; e GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 71.

²⁹ ANDRADE, Régis Castro. *Perspectivas no estudo do populismo brasileiro*. Encontros com a Civilização Brasileira, 1979, n. 7, p. 65-66.

Seguindo esta linha de raciocínio, procuramos abdicar de conceitos auto-explicativos e generalizantes. O desafio é trabalhar com os alemães e seus descendentes em Santa Catarina, não como blocos homogêneos abrigados sob o guarda-chuva simbólico da etnicidade, mas captando suas especificidades neste tempo em que os discursos ocuparam-se de horizontalizar as diferenças dentro de uma “estigmatização generalizante”³⁰ que procurava garantir legitimidade ao poder. De acordo com Ana Maria Dietrich, muitas vezes a polícia chegava a forjar categorias de suspeitos³¹, de forma que fosse possível apontar os inimigos sociais, os subversivos, bem como todos aqueles definidos como ‘os outros’, fossem estrangeiros, alemães, ‘súditos do eixo’, ou qualquer outro grupo considerado indesejável.

Não se trata de definir fronteiras étnicas e seguir grupos silenciados ou silenciadores. Objetivamos tentar entender os motivos pelos quais alguns grupos de alemães e seus descendentes foram isolados como indesejáveis em campos de concentração espalhados pelo Brasil, afastados de suas residências, expulsos de seus empregos, tiveram suas economias e bens confiscados, saqueados ou destruídos, ou foram apontados na rua como inimigos e traidores, enquanto outros foram preservados e enriqueceram participando dos jogos do poder, alinhados aos órgãos oficiais e ao projeto hegemônico.

Não descartamos a importância da solidariedade ou identidade étnica da população de origem alemã (assim como qualquer outra), que existem pontualmente

³⁰ XAVIER, Marília. *Antecedentes institucionais da Polícia Política*. In: DOPS, a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993, p. 35.

³¹ DIETRICH, Ana Maria. *O Partido Nazista em São Paulo*. In: DIETRICH, Ana Maria. Inventário Deops: Alemanha, módulo I/ Ana Maria Dietrich, Eliane Bisan Alves, Priscila Ferreira Perazzo; Maria Luiza Tucci Carneiro organizadora; prefácio Dieter Strauss; introdução Nilo Odalia. – São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. Coleção Inventário do DEOPS, p. 21.

em determinadas circunstâncias, decorrentes do “contato e do próprio processo histórico de colonização”³². Nesse aspecto divergimos da tese de René Gertz³³, para quem a identidade étnica não passa de uma utopia que existe apenas “na cabeça de intelectuais germanistas e de intelectuais brasileiros preconceituosos”. Entretanto, endossamos suas críticas aos autores que tratam as colônias alemãs de modo uniforme, como as teses que abordavam a questão das minorias estrangeiras em função de um “isolamento geográfico”³⁴, afinal mesmo que isto fosse válido no início do processo de colonização, não constituía mais uma realidade nas décadas de 1930 e 1940. Este falso entendimento deveu-se ao fato de que inicialmente, os imigrantes concentraram-se em determinadas regiões³⁵, situação que foi gradualmente se modificando em função do próprio crescimento das colônias.

Utilizamos-nos da abordagem que intitula o livro de Norbert Elias e John Scotson³⁶ - ‘estabelecidos e outsiders’ – que abriga conexões fluídas e em movimento constante. Trata-se de encontrar as chaves para abrir portas e não de procurar apenas uma chave e uma única porta. Faz-se necessário atentar para a pluralidade engendrada em cada fato, por mais isolado que possa parecer dentro da instabilidade de equilíbrio inerente ao poder.

A historiografia também possui múltiplas leituras, algumas vezes complementares, em outras contraditórias. Alguns autores enfatizam o caráter

³² SEYFERTH, Giralda. *A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica*. In: Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 14.

³³ GERTZ, René. *A construção de uma nova cidadania*. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira (org.). *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas, Ed. ULBRA, 1994, p. 36.

³⁴ CARONE, Edgard. Op. Cit., p. 160.

³⁵ SEYFERTH, Giralda. Op. Cit., p. 13 e seguintes.

³⁶ ELIAS, Norbert & John L. Scotson. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Norbert Elias e John L. Scotson; tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

abertamente totalitário do regime através da ação da polícia política e dos discursos criados e sustentados por diversos dos seus ideólogos³⁷. Outros enfatizam o fato de que, apesar da censura e da opressão em todas as esferas, o regime não conseguiu afastar as diversidades, mesmo tendo representado, de acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro, uma “fase abertamente ditatorial”³⁸ que ganhou mais autonomia com a Constituição de 1937, sob o Estado de Guerra e, posteriormente, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942.

Para diversos autores o Estado Novo se iniciou em 1935, quando da campanha de nacionalização que visava o abraqueiramento da população³⁹. De acordo com as pesquisas levantadas para esta dissertação, seu término também ultrapassou os limites de 1945 por um, dois ou mais anos. Em certos aspectos sua permanência estendeu-se, pois alguns presos políticos continuaram confinados mesmo com o fim do regime, sendo que o último a ser solto foi libertado apenas em 1980⁴⁰ e também porque algumas criações políticas e sociais podem ser percebidas ainda na atualidade, fazendo-se presentes no cotidiano nacional.

Em Santa Catarina, Luiz Felipe Falcão percebe na criação do açorianismo⁴¹ uma tentativa de afirmar a homogeneidade e a brasilidade da população estadual em

³⁷ Sobre os intelectuais que idealizaram e participaram do Estado Novo podemos apontar o trabalho de CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia política da Era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, p. 3 e seguintes.

³⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 329.

³⁹ Conforme FROTSCHER, Meri. *Etnicidade e Trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado). UFSC, 1998. Orientadora: Bernadete Ramos Flores, p. 10.

⁴⁰ Prontuário n. 51.156, de Niels Christian Christensen, preso de 26/12/1942 a 8/2/1980. Citado por PERAZZO, Priscila Ferreira. *Espionagem Nazista e Contra-Espionagem Policial*. In: ALVES, Eliane Bisan; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; DIETRICH, Ana Maria; e PERAZZO, Priscila Ferreira (orgs.). *Inventário Deops: Alemanha, módulo I*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. Coleção Inventário do DEOPS, p. 81.

⁴¹ Açorianismo segundo o autor é “o estudo e a celebração da imigração proveniente das Ilhas dos Açores (e da Ilha da Madeira) em meados do século XIX, como definidoras da identidade catarinense e sustentáculo da brasilidade das populações residentes no Estado”. FALCAO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã – diferença*

oposição à cultura ‘alienígena’ sustentada pelos descendentes de outras etnias que não a luso-brasileira. Como conseqüências deste processo o autor aponta a redução de práticas culturais importantes à “meras manifestações folclóricas”⁴², além do medo que passou a silenciar muitas lembranças.

Outros autores reconhecem avanços no governo estadonovista. César Honorato, ao analisar a questão da assistência social no Brasil, afirma que, apesar de todas as críticas, não se pode “deixar de reconhecer que com Vargas, pela primeira vez, a questão da miséria e do atendimento às principais demandas sociais passaram a fazer parte da realidade política brasileira, possibilitando o atendimento de necessidades que atentavam contra a própria sobrevivência de milhares de indivíduos, embora ainda estivesse longe de ser sido reconhecido a eles os direitos a uma cidadania plena”⁴³. Seu elogio ao regime baseia-se no fato de que durante o Estado Novo surgiram as primeiras faculdades de serviço social, bem como “as primeiras e mais importantes instituições públicas de assistência social”⁴⁴.

Por outro lado, Sandra Jatahy Pesavento afirmou que o Estado Novo constituiu uma etapa no processo de consolidação do poder burguês no Brasil, realizado “através de um viés autoritário e onde encontra campo fértil a disseminação da memória coletiva fabricada pelos vencedores”⁴⁵. Alcir Lenharo⁴⁶ percebeu que apesar do regime evitar a participação política das massas, concentrou esforços para

cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000, p. 179.

⁴² Idem, p. 181.

⁴³ HONORATO, César. *O Estado Novo e a Assistência Social*. In: Revista História e Cidadania – XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH –MG em julho de 1997 – Vol I, 1998, p. 239.

⁴⁴ Idem, p. 230.

⁴⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. In: SILVA, José Luiz WERNECK da (org.). *O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p. 133.

⁴⁶ LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1986, p. 50-54.

angariar sua participação por canais não convencionais e mesmo inconscientes. Complementando este raciocínio, Robert Levine⁴⁷, por sua vez, argumenta que os brasileiros pela primeira vez na história passaram a se ver como um povo. Essa impressão é recorrente também no senso comum e justifica a imagem de Vargas como ‘pai dos pobres’. Entretanto, não se pode esquecer de mencionar o fato de que se alguns setores sociais foram incluídos, outros foram excluídos e silenciados.

Em Santa Catarina, especificamente, as perseguições a alguns grupos de alemães e descendentes extrapolaram os limites institucionais do Estado Novo e tornaram-se práticas populares direcionadas a determinados grupos sociais que por determinados motivos foram considerados ‘outsiders’. Segundo as palavras da Sra. Frida Höller⁴⁸, que vivenciou os conflitos quando moça e por causa deles perdeu o emprego, presenciou muitas pessoas irem presas e terem bens confiscados, “havia sempre aquela diferença, que os de origem alemã conservavam e, depois da guerra, quando terminou, eles começaram a perseguir (...). Foi, pior foi depois da guerra”. E mesmo antes do início do conflito, em 1930, já havia preconceito: “Quando eu andava na escola, já quando chegava mais no centro, cabelo loiro, puxava a pronúncia, o alemão, então já tinham meninas assim que atiravam pedras – ‘alemã desgraçada!’”. Utilizaremos, portanto, o referencial estado-novista sempre de forma relativizada, uma vez que suas fronteiras cronológicas foram mais presentes na teoria e na historiografia do que na prática.

⁴⁷ LEVINE, Robert M. *Pai do Pobres? O Brasil e a Era Vargas*. Companhia das Letras. Capítulo 4 – Populismo à Vargas, 1945-54, p. 138.

⁴⁸ Entrevista com a Sra. Frida Höller, 83 anos. Florianópolis, 21 de julho de 2005.

Concordando com Vavy Pacheco Borges⁴⁹ que critica a periodização das rupturas político-institucionais, mas percebendo sua importância para a compreensão deste momento histórico, estabeleceremos um diálogo com alguns autores que se preocuparam com esta questão, sem transformá-la no foco deste trabalho. O fato é que a segunda metade da década de 1930, bem como a intensa repressão nela desencadeada, acabou com a “emergente tentativa de (...) política de mobilização social (...) que tinha a condição trabalhadora como seu centro. Sobretudo, matou a possibilidade de uma formação real de um espaço público diferenciado de informação, debate e elaboração nova das questões sociais”⁵⁰. Apesar dessa realidade, durante a Segunda Guerra Mundial, Ana Maria Dietrich constatou o “crescimento dos movimentos populares contrários ao governo Vargas, fazendo com que a polícia potencializasse sua ação”⁵¹.

Hélio Silva percebeu no ato de instalação do Estado Novo “menos do continuísmo de Vargas que da determinação dos militares de decidirem os destinos da República, que haviam proclamado”⁵². Segundo o autor, mesmo sem a figura política de Getúlio, o golpe teria se dado de qualquer forma.

A partir de 1935, quando foi promulgada a 1ª Lei de Segurança Nacional⁵³, reforçou-se a idéia do inimigo interno, real ou imaginário, pronto para destruir a

⁴⁹ BORGES, Vavy Pacheco. *Anos trinta e política: História e Historiografia*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 159 a 182.

⁵⁰ PAOLI, Maria Célia. *Trabalhadores e Cidadania – Experiência do mundo público na história do Brasil Moderno*. In: *Revista de Estudos Avançados*, vol. 3, n. 7. São Paulo, USP, set-dez/1989, p. 57.

⁵¹ DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops: Alemanha, módulo I/ Ana Maria Dietrich, Eliane Bisan Alves, Priscila Ferreira Perazzo; Maria Luiza Tucci Carneiro organizadora*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. Coleção Inventário do DEOPS, p. 22.

⁵² SILVA, Hélio. *O ciclo de Vargas – 1937: Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p. 74.

⁵³ Promulgada em 04 de abril de 1935. DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops: Alemanha, módulo I/ Ana Maria Dietrich, Eliane Bisan Alves, Priscila Ferreira Perazzo; Maria Luiza Tucci Carneiro organizadora*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. Coleção Inventário do DEOPS, p. 22.

ordem político-social e minar as conquistas dos trabalhadores, uma vez que o que caracterizava a subversão eram argumentos extremamente flexíveis.

Eliana Dutra cita, entre as características da disposição totalitária vigente no país entre 1935 e 1945, a necessidade “do fantasma do inimigo para manter coeso o corpo social e (...) do recurso à ficção, à mentira e à violência na representação e no controle de um real”⁵⁴. Assim, de certa forma o Estado Novo começou em 1935, quando foi intensificada a produção de “imaginários sociais concorrentes”⁵⁵ que se tornaram o foco dos conflitos sociais. A motivação subversiva passou a ser usada para justificar o silenciamento das oposições, que passaram a encher os navios-presídios e que “seriam os personagens de Graciliano Ramos”⁵⁶.

Num primeiro momento o termo comunista representou essa imagem repleta de significações, diante da estrutura maniqueísta criada pelo discurso oficial. Em seguida a imagem do comunismo como inimigo foi gradativamente sendo substituída pela do estrangeiro, mas “a discussão, a bem da verdade, não era nova no Brasil, e desde o tempo em que os imigrantes começaram a formar grande parte da força de trabalho, nos centros urbanos e nas fazendas de café, os debates se intensificaram”⁵⁷.

O golpe de 10 de novembro de 1937 – que aconteceu um dia depois de Francisco Campos ser empossado como Ministro da Justiça - e a adoção da nova

⁵⁴ DUTRA, Eliana de Freitas. *Idem*, p. 16.

⁵⁵ DUTRA, Eliana de Freitas. *Ibidem*, p. 33.

⁵⁶ SILVA, Hélio. *O ciclo de Vargas – 1937: Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p. 79. O autor faz referência ao livro ‘Memórias do Cárcere’ de Graciliano Ramos.

⁵⁷ CANCELLI, Elizabeth. *Op. Cit.*, p. 121.

constituição⁵⁸ vieram cristalizar e fortalecer as medidas repressivas já existentes às vozes dissonantes do projeto governamental. Num primeiro momento, alguns setores do governo manifestaram-se contrariamente ao novo regime. Este foi o caso de Pedro Aleixo, Presidente da Câmara dos Deputados que telegrafou a Getúlio Vargas protestando contra a dissolução do Poder Legislativo⁵⁹. No dia 16 de novembro foi a vez de Oswaldo Aranha expressar sua discordância com relação aos novos rumos da política nacional e solicitar sua demissão, alegando ser “difícil continuar a desfazer a má impressão causada pelo golpe de estado junto à imprensa norte-americana”⁶⁰. A partir deste momento o presidente passou a governar por decretos-leis e intervir diretamente em questões sociais, econômicas, políticas e culturais.

A 24 de novembro de 1937 foi decretada a intervenção em todos os estados, com exceção de Minas Gerais. Em Santa Catarina, Getúlio Vargas nomeou Nereu de Oliveira Ramos como Interventor Federal no dia 26 deste mesmo mês⁶¹.

⁵⁸ De autoria de Francisco Campos, a nova Constituição, apelidada de ‘polaca’ foi outorgada “às dez horas da manhã, no Palácio do Catete (...) referendada por todos os Ministros, à exceção de Odilon Braga, que apresentou um pedido de demissão”. Conforme SILVA, Hélio. *Idem*, p. 466.

⁵⁹ SILVA, Hélio. *Op. Cit.*, p. 64.

⁶⁰ SILVA, Hélio. *Idem*, p. 64.

⁶¹ Nereu Ramos era governador de Santa Catarina desde 1º de maio de 1935, quando substituiu Aristiliano Ramos.



1. Nereu Ramos, Interventor Federal. *Relatórios Diversos*. BPESC.

Nos municípios, os prefeitos passaram a ser nomeados pelo Interventor Nereu Ramos⁶². No artigo 1º do decreto ficava determinado que “Prefeitos são de livre nomeação e demissão do Interventor Federal”. A partir deste momento, é perceptível uma grande movimentação nas cadeiras das prefeituras em Santa Catarina. PREF...

Entre o início da Segunda Guerra Mundial, a 31 de agosto de 1939 e a decisão brasileira de romper relações diplomáticas com o Eixo, em janeiro de 1942 e a posterior entrada definitiva da guerra, em agosto de 1942, muitos interesses políticos e econômicos estiveram presentes influenciando a decisão tomada pelo Brasil. Mas

⁶² Decreto-lei (estadual) n. 9, de 24 de dezembro de 1937. ESTADO DE SANTA CATARINA. *Coleção de Leis de 1937*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1937, p. 59-62.

o fato concreto é que com o crescimento do nazismo na Europa, os alemães passaram a serem vistos com desconfiança na América.

Gradualmente, o papel de inimigo interno passou a ser protagonizado pelos chamados 'súditos do Eixo' - pessoas de ascendência alemã, italiana ou japonesa⁶³ - que foram proibidos de entrar no Brasil e de falar suas línguas de origem, além de serem alvo das ações da polícia política, assunto de que trataremos com detalhes nos capítulos subseqüentes.

Estas perseguições e hostilidades foram reforçadas em janeiro de 1942 quando se deu o rompimento das relações com o Eixo, e acentuadas com os torpedeamentos dos navios brasileiros. Diversos navios brasileiros foram torpedeados e a população culpava os 'súditos do Eixo' pelos ataques, exigindo do governo soluções mais enérgicas. O Jornal *Diário da Tarde* divulgou que foram "792 o total de brasileiros mortos no torpedeamento dos nossos navios"⁶⁴. Apesar de a história ter ratificado esta versão, que afirma que os navios foram afundados pelos alemães, recentemente uma corrente de historiadores e jornalistas vem proclamando outra versão: segundo eles os navios brasileiros foram alvo dos Estados Unidos, que procuravam uma forma de impulsionar a entrada do Brasil na guerra. REF

De acordo com Adalberto Paranhos⁶⁵, neste momento começava a crise que desembocaria no fim do regime, marcando ao mesmo tempo uma repressão mais violenta e o ponto máximo da curva do poder da ditadura varguista. Dulce Pandolfi

⁶³ Além da Alemanha, Itália e Japão, Hungria e Romênia também tiveram relações diplomáticas rompidas com o Brasil em 1942 e seus cidadãos foram repatriados por serem considerados também 'súditos do Eixo'.

⁶⁴ Jornal *Diário da Tarde*, 15 de janeiro de 1943. BPESC.

⁶⁵ PARANHOS, Adalberto. Op. Cit., p. 118.

também se refere a este ano como símbolo do início do “processo de desarticulação”⁶⁶ estadonovista.

Além dessas questões, em 1942 o paradoxo vivenciado pelo regime alcançou uma dimensão internacional, uma vez que internamente, vivia-se uma ditadura, um momento de intensas restrições sociais e políticas, e externamente, lutava-se ao lado dos Estados Unidos da América em nome da liberdade e da ‘democracia’ mundial. Neste ano, o Brasil ingressou definitivamente na guerra ao lado dos Aliados e a partir deste momento foram intensificadas as medidas repressivas aos ‘súditos do Eixo’. Segundo Priscila Perazzo, “ao serem considerados prisioneiros de guerra, os ‘súditos do Eixo’ passaram a receber proteção internacional à revelia das intenções brasileiras”⁶⁷, o que lhes teria garantido condições de confinamento mais humanas, uma vez que estavam sendo vigiadas por organismos internacionais, como a Cruz Vermelha e as embaixadas de diversos países.

Dos oito anos em que o Brasil viveu sob a ditadura do Estado Novo, dois são fundamentais para a compreensão dos silenciamentos e perseguições aos alemães no contexto da Segunda Guerra Mundial. O primeiro deles é 1938 quando se iniciaram as restrições à liberdade de comunicação e locomoção, assim como as prisões de alemães, italianos e japoneses. O segundo é 1942, ano em que são rompidas as relações diplomáticas e comerciais e posteriormente, é declarada guerra ao Eixo. A partir daí o volume de prisões e de outras violências impostas à comunidade alemã aumenta, impulsionado pelo conturbado contexto internacional. Demissões, confisco de bens, confinamento em campos de concentração são

⁶⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 11.

⁶⁷ PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros de guerra...*, p. 58.

algumas das medidas desta segunda fase da perseguição aos que eram considerados 'súditos do Eixo', fossem adeptos do nazismo ou simplesmente tivessem famílias originárias da Alemanha, Itália ou Japão.

A partir do final do ano de 1944, mas principalmente no decorrer do ano seguinte, as contradições, na maior parte das vezes abafadas pelos mecanismos oficiais de repressão, passaram a motivar uma onda de manifestações internas que culminaram com a queda do Estado Novo.

O ano final da Segunda Guerra Mundial⁶⁸ e do Estado Novo foi marcado por algumas mudanças importantes. A primeira delas se iniciaria com a Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945⁶⁹, que modificou alguns artigos da Constituição de 1937 e marcou novas eleições "dentro de noventa dias contados desta data"⁷⁰. A partir daí os meios de comunicação começaram gradativamente a abrir espaço para as críticas ao regime, silenciadas durante aproximadamente dez anos, passando a pressionar o governo e exigindo a abertura política. As manchetes dos jornais de oposição começam a exigir "Voto direto, livre e secreto!"⁷¹, manifestando seu descontentamento com a situação: "O senhor Getúlio Vargas já pensou demais em si mesmo. É tempo que pense um pouco no Brasil"⁷²; "Estado Novo só no nome"⁷³; "A imprensa antes estava amarrada ao pelourinho do Departamento de Imprensa Calada!"⁷⁴.

⁶⁸ Em 26 de junho de 1945 se dá a capitulação da Alemanha, em 6 de maio, a da Itália e em 2 de setembro a do Japão.

⁶⁹ *LEX 1945* – Revista de Legislação, p. 53. BALESC.

⁷⁰ Art. 4º, da Lei Constitucional n. 9, de 28/02/1945. *LEX 1945* – Revista de Legislação, p. 60. BALESC.

⁷¹ *Jornal Diário da Tarde*. Florianópolis, 23/02/1945.

⁷² *Jornal Diário da Tarde*. Florianópolis, 08/03/1945.

⁷³ *Jornal Diário da Tarde*. Florianópolis, 10/03/1945.

⁷⁴ *Jornal Diário da Tarde*. Florianópolis, 14/03/1945.

Em Santa Catarina não foi diferente: “Recebido com frieza o senhor Nereu Ramos (...) a ditadura e seus delegados nada mais representam”⁷⁵. Em seguida veio a anistia aos presos políticos confinados a partir de 16 de julho de 1934 e logo depois a disputa pela sucessão Presidencial, marcada pela candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, apontado pela imprensa udenista como o novo “valoroso herói nacional”⁷⁶ em oposição ao candidato de Vargas, Eurico Gaspar Dutra. O jornal *Diário da Tarde*, representante dos interesses da família Konder⁷⁷, manifestou-se abertamente em favor da União Democrática Nacional - UDN: “Com a democracia! Com a liberdade! Com Eduardo Gomes!”⁷⁸, enquanto as classes dirigentes se dividiram entre Gomes e o General Dutra. Este último era apoiado por Nereu Ramos e portanto, garantia espaço no jornal *O Estado*, outro importante veículo ideológico da época.

Em uma análise configuracional profunda, a partir de 1930, quando Vargas assumiu o governo, aos poucos foram implementadas diversas medidas intervencionistas. Junto com elas, todo um processo sacralizador, tanto do regime quanto da sua figura foi construído e divulgado, contando com o medo e a eliminação dos canais de contestação como suportes permanentes, aliados ao aparato midiático de que se fez uso pela primeira vez na América Latina⁷⁹. Censura, tribunais de exceção, estigmatização de estrangeiros – principalmente judeus, comunistas, alemães, italianos e japoneses -, prisões, torturas, demissões e confisco de bens

⁷⁵ Jornal Diário da Tarde. Florianópolis, 03/04/1945.

⁷⁶ Jornal Diário da Tarde. Florianópolis, 04/08/1945.

⁷⁷ Adolpho Konder, antigo proprietário do Jornal Diário da Tarde, era agora candidato pela UDN ao Conselho Federal, juntamente com o Coronel Aristiliano Ramos. Jornal Diário da Tarde. Florianópolis, 06/11/1945.

⁷⁸ Jornal Diário da Tarde. Florianópolis, 10/04/1945.

⁷⁹ HAUSSEN, Dóris Fagundes. Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

foram estratégias de controle amplamente utilizadas, as quais denominamos estratégias silenciadoras.

Nos dizeres de Adalberto Paranhos⁸⁰, aos poucos foi se ‘roubando a fala’ dos trabalhadores, que era então reformulada e devolvida sob a forma do mito da doação das garantias sociais ou mito da outorga. A questão era simples: retirar dos trabalhadores a memória de décadas de lutas e fazê-los reconhecer na figura paternalista de Getúlio Vargas – “pai dos pobres”, “trabalhador n. 1” - o único responsável por todos os direitos conquistados. Direitos estes que devem ser relativizados, pois na maior parte das vezes nem chegaram a ser implementados e já foram suprimidos pelos interesses empresariais e pelo dito esforço de guerra, que tratou de envolver o país numa ‘batalha de produção’ na qual a não participação significaria traição à Pátria, conforme a lógica discursiva do regime.

Em maio de 1945 o DIP foi extinto e no seu lugar criou-se o Departamento Nacional de Informações⁸¹. Foram liberados da Lei n. 4.166⁸² “os bens e direitos pertencentes a pessoas físicas italianas”⁸³, deixando ainda sob confisco os bens dos alemães e japoneses.

Desde o início do ano de 1945, quando a Segunda Guerra Mundial e o Estado Novo agonizavam, a imprensa catarinense de oposição começou a publicar notícias que comprometiam as lideranças estaduais e nacionais ligadas ao governo Vargas. Os meios de comunicação, que desde 1937 estavam sob rígida censura e controle,

⁸⁰ PARANHOS, Adalberto. Op. Cit., p. 13 a 23.

⁸¹ Decreto-lei n. 7.582, de 25 de maio de 1945. *LEX 1945* – Revista de Legislação, p. 170. BADESC.

⁸² Decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942, dispunha sobre *as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil*. *LEX 1942* – Revista de Legislação, p. 114-116. BADESC.

⁸³ Decreto-lei n. 7.723, de 10 de julho de 1945. *LEX 1945* – Revista de Legislação, p. 265. BADESC

agora começavam a incitar a população ao “voto direto, livre e secreto!”⁸⁴ e à necessidade de substituição dos interventores e prefeitos ligados à ditadura. Da mesma maneira exigia-se a substituição dos interventores em fábricas e empresas: “a permanência desses interventores nos cargos de direção em que se encontram constitui uma afronta ao povo brasileiro, porque eles servirão de amparo ao candidato do oficialismo e, por isso mesmo, instrumentos de compressão e de vinganças inevitáveis”⁸⁵. Estimativas apontavam para um aumento de 350% do custo de vida na Capital catarinense⁸⁶ durante o período estado-novista, gerando descontentamentos que apenas agora ganhavam voz.

O interventor havia, nos anos do Estado Novo, comprado uma briga com o grupo político da família Konder-Bornhausen e agora viriam as conseqüências, como esta, publicada no jornal, possivelmente como resposta à alguma acusação: “também temos arquivos! Sensacional documento que deita por terra as mentiras com que o sr. Nereu Ramos procurou difamar o Sr. Irineu Bornhausen”⁸⁷. Denúncias de atos violentos cometidos pelo governo começavam a ganhar espaço nos periódicos, como uma nota proveniente do município de São Joaquim, cujo título “continuam as violências por parte dos adeptos de governo decaído”⁸⁸ por si só já era esclarecedor. No corpo da nota constava que no dia 30 de outubro de 1945, o Sr. Waldemiro Fernandes teria sido espancado pela polícia e em seguida preso, “por motivo de ter dado vivas ao Brigadeiro”⁸⁹ Eduardo Gomes. Alguns dias depois Tupy

⁸⁴ Manchete do Jornal *Diário da Tarde*, 23/02/1945, p. 1. BPESC.

⁸⁵ Jornal *Diário da Tarde*, 14/04/1945. BPESC.

⁸⁶ Jornal *Diário da Tarde*, 17/04/1945. BPESC.

⁸⁷ Jornal *Diário da Tarde*, 14/11/1945. BPESC.

⁸⁸ Jornal *Diário da Tarde*, 05/11/1945. BPESC.

⁸⁹ Idem.

Barreto, de Timbó, noticiou o assassinato de Hercílio Tambosi, cometido por “Nereu Ramos e seus capangas”⁹⁰. A notícia foi descrita com detalhes:

Timbó, 19 – No momento que o Sr. Nereu Ramos fazia ataque grosseiro e mentiroso a mim, respondi em rápido aparte. Bastou isso para que Celso Ramos, Sargento Pamplona, Teodolindo Pereira, Hugo Hoepcke, coletor federal e outros capangas me agredissem violentamente de revólveres. O comício teve a presença de trinta pessoas. Segue pormenores – Tupy Barreto. Rodeio, 19 – O Sr. Nereu Ramos, na forma costumeira, falando em comício aqui, fez referências desairosas aos elementos dirigentes da UDN dando motivo a que o Sr. Hercílio Tambosi o aparteasse. Bastou isso para que o Sr. Nereu Ramos ordenasse fizessem calar o seu aparteante. A sua guarda de choque correu ao ponto onde estava o Sr. Hercílio Tambosi que foi covardemente assassinado pelo Chauffeur Nicomedes Silva (Mesinho), que trabalha com o Sr. Celso Ramos. A vítima é irmã dos freis Norberto e Clemente. A população está revoltada com tais processos que nos fazem voltar à Barbaria. O chauffeur está preso⁹¹.

A data de aniversário do Estado Novo, também não foi esquecida, mas tampouco foi celebrada como nos anos anteriores. No dia 10 de novembro de 1945, assim se escreveu no jornal *Diário da Tarde*, agora não mais sob fiscalização e intervenção de censores:

Data negra na História do Brasil. Fato que conspurcou e encardiu nossas crônicas. Efeméride marcada pela mais deslavada ignonímia duma cáfila de

⁹⁰ *Jornal Diário da Tarde*, 20/11/1945. BPESC.

⁹¹ *Jornal Diário da Tarde*, 20/11/1945. O título da notícia é o seguinte: “*A educação política do Sr. Nereu Ramos - AGRESSÃO*”.

desalmados, e anatematizada com o ferrete da repulsa geral de mais de quarenta milhões de cidadãos... Dia trajado de preto em nosso calendário cívico... Um minuto de silêncio, Brasileiro! A Pátria está de luto!⁹²

Improváveis até alguns meses antes, em abril de 1945 passaram a ser publicadas nos jornais, listas de signatários que declaravam seu apoio à candidatura de Eduardo Gomes, bem como o repúdio pela figura e governo de Vargas, entre os quais industrialistas, comerciantes e funcionários públicos federais, estaduais e municipais, de diversas cidades do Estado, como “Tubarão, São Joaquim, Joaçaba, Lages, Laguna, Florianópolis, etc.”⁹³.

Em nota da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, cujo delegado passou a ser, em 1945, o capitão Aldo Fernandes, foi publicada uma ordem de devolução das armas emprestadas pela polícia política, o que deixa claro como se dava a fiscalização e a repressão durante o Estado Novo, principalmente a partir de 1942. No corpo da nota a resolução intimava “a todas as pessoas que possuem armas, cedidas a título de empréstimo, pertencentes a esta DOPS, a procederem a devolução das mesmas, dentro do prazo de 48 horas sob pena de serem chamadas por edital nominal, no caso de não o fazerem”⁹⁴.

1.2– Discursos, aparelhos oficiais de repressão e propaganda política

“Dentre todas as violências, a primeira é a do verbo”

⁹² Jornal *Diário da Tarde*, 10/11/1945. BPESC.

⁹³ Jornal *Diário da Tarde*, 11/04/1945. BPESC.

⁹⁴ Jornal *Diário da Tarde*, 14/11/1945. BPESC.

Durante os primeiros quinze anos do governo Vargas procurou-se escrever uma 'biografia nacional'⁹⁶, com o propósito de criar um novo país, um 'Estado Novo'. Nesta empreitada, os discursos políticos foram enfatizados e amplamente divulgados, num processo didático e para-didático que, através da publicidade e dos meios de comunicação, pretendia alcançar a totalidade da população.

Para obter a eficácia desejada, os dirigentes estado-novistas empenharam-se em construir um imaginário que substituísse "a fragmentação do indivíduo pela idéia de povo, e a de classe, pela de nação"⁹⁷. Entretanto, nem mesmo entre os ideólogos do regime havia unanimidade, sendo possível a visualização de um debate entre percepções e perspectivas distintas. Ângela de Castro Gomes afirma que o "Estado Novo não poderia ser caracterizado como portador de uma doutrina oficial compacta ou homogênea a ponto de afastar diversidades relevantes"⁹⁸. Apesar das divergências, subsistia uma forte base ideológica comum, calcada numa "postura antiliberal, nacionalista e centralizadora"⁹⁹, que teve a propaganda política como um importante pilar de sustentação do poder¹⁰⁰. Sobre esse aspecto, concordamos com

⁹⁵ Prefácio do livro de Eliana Dutra. DUTRA, Eliana de Freitas. Op. Cit., p. 12.

⁹⁶ BORGES, Vavy Pacheco. *Anos trinta e política: História e Historiografia*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p.160-164.

⁹⁷ CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit., p. 13.

⁹⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. *O Redescobrimento do Brasil*. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 110.

⁹⁹ GOULART, Silvana. Op. cit., p. 15.

¹⁰⁰ CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda política e controle dos meios de comunicação*. Capítulo 9. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 178.

Maria Helena Capelato, para quem o varguismo não constituiu um fenômeno fascista, apesar da forte inspiração nas experiências totalitárias alemã e italiana¹⁰¹.

Um dos recursos empregados para a construção desse novo Estado foi o uso sistemático de analogias biológicas, comparando a nação a um organismo. Neste modelo, cada cidadão representava uma célula. A cabeça era representada por Getúlio Vargas, o responsável por guiar o corpo: idealmente uno, harmonioso e livre de conflitos. As classes sociais foram associadas a órgãos vitais que funcionariam integrados, cada qual com uma função específica e sem contestar a lógica e o funcionamento do todo. A utilização do corpo como metáfora não foi “exclusiva desse momento histórico, embora este guarde suas peculiaridades”¹⁰² e o tenha empregado sistematicamente.

o projeto corporativista do Estado Novo procurou eliminar os conflitos sociais através da comparação com o corpo humano que também deveria ser saudável, higiênico e funcionar em conjunto de forma harmoniosa. Acrescenta-se a esse recurso amplamente empregado nos discursos estado-novistas, uma “pedagogia do corpo”¹⁰³ produtivo, trabalhador, de forte conteúdo teológico e sacralizado, para usar a expressão de Alcir Lenharo, que afirma ser esta uma das características dos projetos totalitários e fascistas. O governo procurava excluir os grupos considerados estranhos (chamados de ‘quistos’) ou contestadores do projeto nacionalizador, que se baseava num padrão considerado ideal para o homem brasileiro. Eliane Alves

¹⁰¹ CAPELATO, Maria Helena. Op. cit., p. 167.

¹⁰² LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1986, p. 17.

¹⁰³ Idem, p. 18.

afirma que esse modelo encaixava-se “nos ideais do regime nazista”¹⁰⁴, o que se equiparava ao proposto pela eugenia¹⁰⁵.

Outro recurso largamente utilizado foi a construção e a ampla divulgação de discursos mitificadores, que favorecem a naturalização de determinadas idéias (ou histórias) em detrimento de outras. Desta maneira tornou-se possível criar e perpetuar a imagem de Vargas como o responsável pela doação da maior parte dos direitos trabalhistas até hoje existentes.

Apesar da tácita concordância dos historiadores de que o governo procurava construir uma imagem populista e de tom paternalista, concordamos com Thompson com relação ao pouco aproveitamento de uma análise preocupada em medir a importância específica deste aspecto, por constituir-se um “modelo da ordem social visto de cima”¹⁰⁶, que confunde o real com o ideal.

O mito da doação foi amplamente utilizado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - MTIC, criado em 26 de novembro de 1930 – apenas vinte e três dias após a posse de Vargas. O regime empenhava-se em construir novos conceitos de trabalho e de trabalhador. O eixo desta nova proposta centrava-se na disciplina, na produtividade e na despolitização. O trabalho, segundo Ângela de Castro Gomes¹⁰⁷ passou a ser visto como essencialmente civilizador. Para tanto foi

¹⁰⁴ ALVES, Eliane Bisan. *A comunidade alemã sob suspeita*. In: DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops: Alemanha, módulo I*/ Ana Maria Dietrich, Eliane Bisan Alves, Priscila Ferreira Perazzo; Maria Luiza Tucci Carneiro organizadora. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. Coleção Inventário do DEOPS, p. 122.

¹⁰⁵ O conceito de eugenia surgiu no século XIX e foi criado por Francis Galton (1822-1911). Pregava o melhoramento da espécie humana através de estudos científicos, elaborando formas de controle social sobre as ‘qualidades raciais’, físicas e mentais das gerações futuras, de acordo com os padrões hegemônicos. Para maiores detalhes sobre o tema ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

¹⁰⁶ THOMPSON, E. P. Op. Cit., p. 32.

¹⁰⁷ GOMES, Ângela de Castro. Capítulo 4 – *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 58 e 59.

necessário recuperar seu valor social, tendo como base do discurso a humanização, priorizando como elemento central da produção a figura do trabalhador, num contraponto ao taylorismo. Aqui, na concepção da autora, inscreve-se mais uma mitologia estadonovista, a do trabalhador, que teria acesso à realização pessoal e social através do trabalho como “fonte de riqueza, felicidade e ordem social”¹⁰⁸.

A população, não era – como não é – mera receptora passiva destes discursos. Apropriou-se deles, ressignificando-os e utilizando-os para negociar com o governo. Essas negociações muitas vezes eram feitas individualmente, através de cartas destinadas ao próprio presidente, geralmente escritas pelas mulheres que se colocavam na posição de suas ‘filhas’ ou por homens que se intitulavam ‘bons trabalhadores’ e ‘bons brasileiros’. No entender de Jorge Ferreira, “era uma estratégia de lutar dentro do sistema político, aproveitando as oportunidades que se abriam”¹⁰⁹. Importante fonte para essa análise é a documentação epistolar enviada a Getúlio Vargas, aos Interventores Estaduais ou a outras autoridades estado-novistas, cujo conteúdo, de modo geral, variava entre pedidos, reclamações e denúncias, as quais nos reportaremos ao longo de todo o texto. Ferreira nos fornece o exemplo da Sra. Dinorah que implora ao ‘pai dos Brasileiros’ um emprego para seu marido, argumentando que “um pai não deve negar nunca um pedido justo que lhe faz uma filha num dos momentos mais angustiantes de sua vida (...)”¹¹⁰.

De Santa Catarina nos vem outro exemplo. Em 1939, Leopoldo José da Cunha, foi demitido da fazenda onde trabalhava e residia, ficando com sua família

¹⁰⁸ Idem, p. 71.

¹⁰⁹ FERREIRA, Jorge. *Vargas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945)*. In: *Revista História e Cidadania*, Vol I, 1998, p. 252.

¹¹⁰ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p., 251.

sem ter para onde ir. Considerou-se injustiçado pelas atitudes do fazendeiro Verner Heindenberg que era alemão. Ciente do complexo contexto histórico no Estado, ele resolveu escrever a Getúlio Vargas, aproveitando para “comunicar a voça ecelencia uma injusticia que um fazendeiro Alemão me fez e a otiridade do lugar não deu providencia está portegindo o Alemão e me deixando com a minha família na miseria cendo eu um Patriota brasileiro”. Segundo o relato, quando ele foi chamado para depor na delegacia por não querer sair da casa imediatamente, cinco trabalhadores da fazenda aproveitaram sua saída e

botaro as crianças na rua e arebentaro uma e tiraro de dentro uma bolça de pulco de minha patroa com 25 contos de reis e 1 cordão de ouro e tiraro também uma pistola de dois canos que estava emcima da dita bolça e levaro as crianças e os trem para a casa que eu tinha xingado e minha vaca levaram outro pasto... Peso ao Dr. que tenha piedade de meus filhinhos que estão na maior calamidade tanto que eu e elles trabalhemos tanto que dormemos e agora me vejo na miseria por ficar também desempregado e cem terreno para trabalhar na lavoura. (...) Peço a Voça Ecelência para me desculpar esta mal escrita porque eu não tenho grande estudo só da lavoura a pena e a tinta não ageita. (...) ¹¹¹.

É interessante observar que mesmo sem jeito com a pena e com a tinta, como ele mesmo afirma, por ser uma pessoa simples e sem estudo, o autor da carta mostrou-se bastante consciente dos conflitos étnicos envolvendo os alemães, valorizando-os no seu relato. O conflito não era com o Sr. Verner simplesmente, mas

¹¹¹ Carta enviada por Leopoldo José da Cunha ao Presidente da República em 16 de maio de 1939. *Cartas recebidas dos Ministérios – 1935 a 1940*. V. 01. Palácio do Governo, p. 133-4. APESC.

com um alemão, escrito com letra ‘a’ maiúscula, para realçar a origem. Além disso, a carta denunciava o que Leopoldo considerou descaso das autoridades (‘otiridades’) locais que não tomavam atitudes para defender os brasileiros.

Pedidos de reintegração no emprego, como o enviado pelo Cônsul da Alemanha, intercedendo por José Seifert, frisavam que a justiça não era “surda aos clamores dos pequenos e humildes, e tanto o nosso grande Presidente, Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas [...] têm ouvido e amparado os pequenos nos seus justos anseios de justiça”¹¹². Getúlio Vargas era solicitado por pessoas desempregadas, enfermas, carentes de recursos, por pais que buscavam vagas em escolas para os filhos, enfim, por interesses diversos. Tratado como um pai, o presidente representava uma autoridade preocupada com o bem-estar de cada um de seus filhos.

Em 1942, Dalilo Quintino Pereira, de Brusque, enviou telegrama diretamente ao Presidente reclamando por ter sido demitido sem motivo pelas autoridades locais – prefeito, delegado e juiz -, o que no seu entender constituiu uma “alarmante injustiça”. No texto, ele afirma ser pai pobre de três filhos e não haver nada que o desabone. O prefeito Schaefer, o delegado Kormann e o juiz, qualificados como “germanófilos de origem e coração”, são adjetivados duramente. O juiz: “pessoa corrompida, bígamo, ébrio, falso, arbitrário”. O prefeito: “símbolo fome, dinheiro, trapaceiro, viciado desde escrivão fazer irregularidades monstruosas”. O delegado: “tipo inofensivo aparência, falso, atrasadão, maleável extremo [...] causa vergonha

¹¹² Correspondência enviada pelo Cônsul da Alemanha, G.A. Reichel, em 23 de julho de 1940, ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Campos, Ministro da Justiça. *Cartas recebidas dos Ministérios*. 1935 a 1940. V. 01. Palácio do Governo, p. 193. APESC.

novo regime e desgraça nossa terra”¹¹³. Também neste exemplo apelou-se para o confronto envolvendo os alemães e descendentes no Estado, acusando-os duramente e tratando-os como inimigos do regime, e conseqüentemente, do Brasil.

Em agosto de 1943, Armin Gustavo Goellner enviou carta ao “Digníssimo Presidente” pedindo a liberdade para o pai, Valentim Theobaldo Goellner, preso desde dezembro do ano anterior embora “completamente inocente”. Ele escreve confiando na “sábia clarividência e grandeza de sentimentos” de Vargas que como seu pai era um “chefe de família exemplar, avô extremoso”. No corpo da carta, Armin elenca 12 dados sobre a sua família que no seu entender são motivos evidentes para a libertação do seu pai:

1. A família Goellner reside perto de 200 anos no Brasil;
2. Nunca um membro da família foi preso por qualquer motivo;
3. Nunca nosso pae tomou parte em revoluções ou conspirações contra os Governos constitucionais constituídos;
4. Nunca nosso pae fez parte de partido político nacional, muito menos em partidos estrangeiros;
5. É sócio na firma industrial Goellner & Schueler Limitada, que trabalha no ramo de Pasta Mecânica, etc., com capital de 400.000 cruzeiros;
6. Forneceu no ano passado para a campanha da aviação diversos donativos;
7. É sócio do Tiro de Guerra, Clube Comercial, Associação Comercial, Instituto do Pinho, e quando foi preso estava a seu cargo a organização do Serviço das Indústrias de Pasta Mecânica, deste Estado, que deveria ser anexado ao Instituto do Pinho, ficando desde então sem solução;
8. Particularmente ocupava-se da venda de terras e pinhas bem como concorrente o denunciante Edmundo Freire;
9. Residia a 7 anos em Caçador neste Estado de Santa Catarina, tendo sido um dos pioneiros da

¹¹³ Telegrama enviado ao Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, em 14 de março de 1942. *Cartas recebidas dos Ministérios*. Cartas G. Mins. 1941/1944. V. 02. Palácio do Governo, p. 84. APESC.

colonização e industrialização daquele florescente município; 10. Nascido em 28 de março de 1895, em Estrela, estado do Rio Grande do Sul, filho legítimo de Frederico Goellner e Elisabeta Trentini Goellner ambos nascidos no Brasil e já falecidos. Casou em 11 de setembro de 1915, em Carasinho no mesmo estado, com Guilhermina Mueller Goellner aonde estão continuando residindo até o ano de 1935, donde veio então para Caçador; 11. E para informações sobre a sua vida em 30 anos que residia em Carasinho Estado do Rio Grande do Sul, está o povo todo para prestar declarações sobre a sua conduta de cidadão; 12. E para informar sobre a sua conduta em Caçador está lá também todo o povo, com exceção de 4 ou 5 fabricantes de quintas colunas nas rodinhas do caré, como está acontecendo com muitos bons brasileiros¹¹⁴.

Esta carta é repleta de significados que extrapolam o pedido de libertação do pai feito por Armin. Cada um dos seus itens relaciona-se a um aspecto que não pode passar despercebido para a historiografia. Nos itens 1, 2, 3 e 4, salienta-se a tradição e a não participação política da família, que mesmo residindo há mais de 200 anos no Brasil, preferiu não se envolver com nenhum partido. No item 5 somos informados de que se trata de um empresário importante. No item 6, ficamos sabendo que seu pai doou recursos para a campanha de aviação, atendendo aos apelos que o governo fazia ao empresariado através dos meios de comunicação. No item 7, foram relacionadas as redes em que o empresário estava inserido, através de associações que, conforme veremos adiante, faziam sérias restrições à estrangeiros e serviam como prova de nacionalismo. O item 8 procura atribuir a denúncia ao concorrente Edmundo Freire. Nos itens seguintes, são expostas as raízes sociais da família,

¹¹⁴ Carta enviada a Getúlio Vargas em 2 de agosto de 1943. *Cartas recebidas dos Ministérios*. Cartas G. Mins. 1941/1944. V. 02. Palácio do Governo, p. 225 e seguintes. APESC.

proveniente do Rio Grande do Sul, assim como o próprio presidente Getúlio Vargas, enfatizando as origens comuns. Como fica claro, as redes eram complexas e formavam um emaranhado de possibilidades, mas acreditava-se que com a carta, o presidente ficaria ciente da injustiça cometida e assim poderia determinar a reparação do erro.

Apesar de ser responsável diretamente pelas arbitrariedades impostas à população, Getúlio Vargas era muitas vezes visto como um salvador, alguém acima destes conflitos e a quem se poderia recorrer para pedir ajuda. Esta construção do líder benevolente que tudo vê e tudo percebe foi articulada com cuidado e realmente teve respaldo popular. Adalberto Paranhos chamou de ‘mito da personalidade’¹¹⁵ esse processo de construção do intérprete das aspirações nacionais na figura de Vargas.

Através da História Oral também ficou evidente que muitas das pessoas que vivenciaram este período não possuem registradas na memória falas que atribuam perseguições políticas e sociais ao presidente. O mais comum é que elas sejam atribuídas ao Interventor ou a outra autoridade local, como um delegado, cuja ação é sentida mais diretamente pela população. Uma outra hipótese que se coloca é a de que isso tenha funcionado como uma defesa das famílias, que não permitiam que se falasse que Vargas era responsável para evitar represálias. Eugênio Bergmann, perguntado sobre o que lembrava acerca do presidente, afirmou: “eu me lembro bem do tempo da guerra, mas não do tempo do Getúlio. Isso foi a Segunda Guerra, quando Getúlio era... lá não era tanto. Podia falar. Mas só no tempo de guerra que

¹¹⁵ PARANHOS, Adalberto. Op. cit., p. 60 e seguintes.

nós estamos falando, de Getúlio não. Getúlio não proibiu nós assim em casa (...)"¹¹⁶. Na sua visão, os silenciamentos não foram deflagrados por Getúlio.

A mesma situação de apoio e confiança não se repetia quando os entrevistados eram questionados sobre o Interventor Nereu Ramos. A senhora Alzira Fleith¹¹⁷, de Joinville - cujo nome foi uma homenagem de seu pai à filha de Getúlio Vargas (Alzira Vargas), que era tido pela família Fleith como “bom presidente” – afirmou que logo após o fim da guerra, na região em que residia, “qualquer alemão que tinha cachorro dava o nome de Nero ou Nereu, que passou a ser sinônimo de cachorro”.

Contrariando a regra, o entrevistado Gilberto Hoffmann Nahas assegura que percebia o presidente e o interventor como “dois ditadores, embora tenha aquele negócio “pai dos pobres”, Getúlio Vargas (...) ele era um ditador realmente, e Nereu Ramos, pior ainda aqui em Santa Catarina, foi ele quem comandou a perseguição aos alemães (...) [e] dava braço forte para os delegados federais, delegados de polícia, faziam o que quisessem e não dava nada”¹¹⁸. Entretanto, é importante salientar que Nahas é Presidente da Associação de Ex-Combatentes de Guerra em Florianópolis, o que lhe confere uma politização e amplo conhecimento da bibliografia sobre a Segunda Guerra Mundial. Desta maneira, fica evidente como a memória lapidada pelas leituras afina-se com determinadas correntes ideológicas.

Entretanto, para além dos aspectos mitificadores da figura do presidente, o governo planejou estrategicamente a participação popular nos eventos oficiais.

¹¹⁶ Entrevista com o Senhor Eugênio Bergmann, 85 anos. Joinville, 21 de outubro de 2005.

¹¹⁷ Entrevista com a Senhora Alzira F. Fleith, 70 anos. Joinville, 25 de outubro de 2005.

¹¹⁸ Entrevista com o Sr. Gilberto Hoffmann Nahas, 78 anos. Florianópolis, 07/03/2007.

Criou-se um “tempo festivo”¹¹⁹, incluindo grandes passeatas e comemorações cívicas para trabalhadores e sociedade civil em geral. No calendário das festividades os destaques eram o Dia do Trabalhador¹²⁰, o aniversário do Estado Novo¹²¹, o aniversário do Presidente¹²², o Sete de Setembro, o Natal e o Ano Novo.

Além das festividades, outras práticas foram utilizadas no intuito de manter o controle e eliminar “todos os canais possíveis de contestação”¹²³, centralizando os aparelhos estatais e repressivos. O medo foi uma importante estratégia, permanentemente empregada e acentuada com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Segundo Silvana Goulart, o autoritarismo foi a “vertente ideológica que inculcou no país os princípios da primazia do Estado, da obediência à hierarquia e da passividade política da sociedade”¹²⁴, apesar de existir sempre uma margem para as resistências e contestações, mesmo que silenciosas.

É evidente que não é só no ato de prevenir e reprimir que está a essência da polícia de ordem política e social. Essa essência reside principalmente na existência duma judiciosa observação e conseqüentes investigações destinadas à descoberta das causas determinantes das desordens sociais,

¹¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 235.

¹²⁰ O Dia do Trabalhador foi comemorado em 1º de maio a partir de 1938, quando o presidente Getúlio Vargas aproveitou a oportunidade para anunciar a regulamentação da lei do salário mínimo.

¹²¹ Comemorado a 10 de novembro. Adalberto Paranhos chama esse dia de *dia do aniversário da ditadura*. PARANHOS, Adalberto. Op. Cit., p. 99.

¹²² Comemorado a 19 de abril.

¹²³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 329.

¹²⁴ GOULART, Silvana. Op. cit., p. 15.

apontando-as aos poderes competentes para que possam destarte suprimi-las em tempo oportuno¹²⁵.

Dentro do contexto repressivo vigente durante o Estado Novo, todo um reaparelhamento das estruturas mantenedoras do poder foi implementado. O projeto de assimilação compulsória, de nacionalização e intensa repressão foi viabilizado por novos aparelhos coercitivos que procuraram, através de amplo esquadramento da população, mantê-la controlada e vigiada. Para atender a estas finalidades, já no governo provisório foram criados o Ministério do Trabalho e uma legislação sindical; iniciou-se o processo de nacionalização do ensino; em 1939 houve a implementação dos Departamentos de Imprensa e Propaganda; a criação do órgãos de estatísticas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE; e a “cooptação de eminentes intelectuais dispostos a servir à nova máquina estatal estado-novista”¹²⁶.

Segundo Francisco Campos, um dos ideólogos do Estado Novo, “o que o estado totalitário realiza é – mediante o emprego da violência, que não obedece, como nos estados democráticos, a métodos jurídicos nem a atenuação feminina da chicana forense – a eliminação das formas exteriores ou ostensivas de tensão política”¹²⁷. De acordo com a análise de Cancelli, foi a falta de princípios da polícia brasileira que garantiu a sua eficácia¹²⁸, ao colocar-se acima das leis ou modificá-las de acordo com as necessidades do poder. Para melhor controlar as ações da polícia

¹²⁵ Palestra realizada pelo Capitão Antônio de Lara Ribas – Delegado da Ordem Política e Social no Rotary Clube de Florianópolis em 05 de agosto de 1943. *A Ordem Política e Social e a Campanha Contra o Nazismo no Estado de Santa Catarina*. Imprensa Oficial de Santa Catarina, 1943, p. 7.

¹²⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Op. Cit., p. 333.

¹²⁷ CAMPOS, Francisco. *O Estado Novo*, p. 30. Citado por CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 20.

¹²⁸ CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 27.

política foram criados ou fortalecidos alguns departamentos, fundamentais ao processo repressivo do Estado Novo.

DOPS e DEOPS

O DEOPS, como ficou conhecido, foi criado pela lei n. 2.034, de 30 de dezembro de 1924 – quando recebeu o nome de Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), ainda no governo de Arthur Bernardes, e foi extinto pelo decreto n. 20.728, em 04 de março de 1983. Maria Aparecida de Aquino¹²⁹ avalia sua ação como uma tentativa de “controlar e calar os seus opositores”¹³⁰. Os objetivos do órgão nestes quase sessenta anos de atuação foram a vigilância e a luta contra o anarco-sindicalismo, o anarquismo e o comunismo, mas durante a Segunda Guerra Mundial revelou-se um eficiente instrumento de perseguição a alemães, italianos e japoneses, e a estrangeiros de modo geral durante todo o Estado Novo. O DEOPS de São Paulo assim como o de outros estados do Brasil baseavam suas investigações na chamada lógica da suspeição, que buscava o crime a partir de um potencial criminoso ou mesmo de um potencial suspeito, ao invés de busca-lo partindo de um crime concreto¹³¹. No contexto da guerra, esse caráter de suspeição diluiu-se ainda mais, abarcando tanto integrantes do partido nazista quanto pessoas que simplesmente falassem alemão em locais públicos, ou mesmo que tivessem

¹²⁹ AQUINO, Maria Aparecida de. *DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária*. In: *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. Famílias 10 e 20/Maria Aparecida de Aquino, Maria Blassioli de Moraes, Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos e Walter Cruz Swensson Jr. (org.). – São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro – Vol. 2, p. 20.

¹³⁰ Idem, p. 62.

¹³¹ SWENSSON JÚNIOR, Walter Cruz. *Estrangeiros, Política Institucional e Movimentos Sociais: as famílias 10 e 20 da Série Dossiês do Acervo DEOPS/SP*. In: AQUINO, Maria Aparecida de. Op. cit., p. 45.

livros ou outros materiais em língua alemã, determinando diversas prisões em campos de concentração, delegacias e outros espaços de reclusão.

Em Santa Catarina a Delegacia da Ordem Política e Social foi criada em 03 de janeiro de 1938. Oito meses depois, um outro decreto estipulava que o cargo de Delegado da DOPS, “subordinado à Secretaria de Segurança Pública, poderá ser exercido por bacharel ou doutor em Direito e por militar”¹³². Para comandar esta função, que foi chave na repressão aos alemães e descendentes em Santa Catarina, foi nomeado o Capitão Antônio de Lara Ribas¹³³. Na Força Pública desde 1925, aliou suas atividades com a participação na maçonaria, o que possibilitou o estabelecimento de algumas redes e a proteção de algumas famílias alemãs.

O cargo de Secretário da Segurança Pública de Santa Catarina, seu superior hierárquico, foi ocupado por Antônio Carlos de Mourão Ratton (fotografia), que escreveu o prefácio da obra *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*¹³⁴, cujo primeiro capítulo foi assinado por Lara Ribas.

¹³² Decreto-lei n. 195, de 19/09/1938. *Dispõe sobre a Delegacia de Ordem Política e Social. Coleção de Decretos, Resoluções e portarias de 1938*. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1939, p. 268. BPESC.

¹³³ Resolução n. 243, de 24 de setembro de 1938.

¹³⁴ *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943.



Antônio Carlos de Mourão Ratton.

Fonte: *Jornal A Gazeta*, 4 de janeiro de 1943. BPESC.

Ao Delegado da DOPS competia:

1º) Cooperar com o Secretário de Segurança Pública em todos os serviços a cargo deste; 2º) Exercer atos de polícia de sua delegacia especializada, em todo o território do Estado; 3º) Representar ao Secretário da Segurança Pública sobre assuntos que interessem os serviços de sua Delegacia; 4º) Substituir o secretário de Segurança Pública nos impedimentos deste, até 30 dias; 5º) Zelar pela disciplina das autoridades policiais da Capital e de seus auxiliares, fiscalizando, direta e pessoalmente o serviço, de conformidade com as ordens emanadas do secretário de Segurança Pública (...); 6º) Superintender a fiscalização dos serviços da polícia marítima, fluvial e aérea e determinar a vigilância e o controle dos passageiros nas estradas de ferro e de rodagem, quando a segurança do Estado e da Nação assim o exigir; Percorrer, sempre que necessário, todo o território do estado inspecionando

as Delegacias e dando, ao mesmo tempo, instruções aos delegados (...); 8º) Superintender a fiscalização dos serviços de censura teatral e cinematográfica, bem como de outras diversões públicas; 9º) Tomar conhecimento de todos os crimes contra a ordem política e social, presidindo ou determinando a abertura de inquéritos sobre esses delitos e providenciando para sua elucidação e repressão; 10º) Presidir (...) inquérito policial para expulsão de estrangeiros (...); 11º) Manter sob rigorosa vigilância os estrangeiros suspeitos; 12º) Observar e manter em dia um fichário dos elementos subversivos; etc¹³⁵.

Em janeiro de 1942, o decreto-lei n. 619¹³⁶, tratou de reorganizar a Delegacia da Ordem Política e Social. A principal diferença dos anteriores foi a questão da regulamentação do Serviço Secreto, função que seria desempenhada por elementos especializados, agentes amadores e extranumerários.

Como exemplos das funções desempenhadas a partir do primeiro ano do exercício do Coronel Lara Ribas como Delegado da DOPS, estão a atuação na repressão de uma greve entre os operários da Estrada de Ferro Tereza Cristina, na cidade de Tubarão, realizada em janeiro de 1938, na qual todos os “cabeças” foram detidos¹³⁷ e diversos inquéritos sigilosos sobre cidadãos de diversas partes do estado, cada ano em maior número. Assim, em ofício à Secretaria de Segurança Pública, Lara Ribas informa que “a respeito do cidadão Alfredo Staloch, residente em

¹³⁵ Decreto-lei n. 251, de 21 de dezembro de 1938. *Define as atribuições do Delegado da Ordem Política e Social. Coleção de Decretos, Resoluções e portarias de 1938*. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1939, p. 423. BPESC. O decreto, na íntegra constitui o ANEXO 2.

¹³⁶ Decreto-lei n. 619, de 31 de março de 1942. *Decretos-leis, Resoluções e Portarias. Legislação 1942*. Palácio do Governo. Imprensa Oficial do Estado, p. 41, 42 e 43. BPESC. ANEXO 3.

¹³⁷ *Relatório apresentado em outubro de 1939 ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina*. Exercício de 1938, p. 199. BPESC.

Palhoça, nada consta nesta Delegacia”¹³⁸, mas que “quanto à Rodolfo Hollenweger, residente em Blumenau, consta ter sido membro de destaque da Organização Escolar Alemã em nosso Estado (...) sendo por isso suspeito de ser adepto do nazismo”¹³⁹. Os padres também eram alvos das investigações da polícia política e o “Padre João Stolte, em Hansa, município de Jaraguá, onde reside, mais de uma vez demonstrou ser um elemento nocivo aos interesses nacionais, chegando a criticar do púlpito as comemorações do dia 7 de setembro do ano p. findo”¹⁴⁰. Em outro ofício, o Delegado da DOPS pede ao Secretário de Segurança Pública que Wilhelm Scheneider seja “submetido a rigorosa inspeção de saúde, visto apresentar sinais denunciadores de estar sofrendo das faculdades mentais”¹⁴¹ e chefiar uma seita religiosa “cujos adeptos são verdadeiros fanáticos”. Além da vigilância, as prisões foram uma constante durante os anos em que Lara Ribas esteve à frente da DOPS.

A polícia política foi importante instrumento de vigilância e repressão de “indivíduos, grupos, associações e movimentos”¹⁴² que exercessem atividades não toleradas pelo regime, que recebeu importante reforço com a criação da Lei de Segurança Nacional, que apresentou sucessivas versões. A primeira, promulgada em 4 de abril de 1935 e emendada após a revolta comunista¹⁴³, em 14 de dezembro deste mesmo ano, definia crimes contra a ordem política e social, inaugurando a prática de “deslocar para leis especiais os crimes contra a segurança do Estado”¹⁴⁴.

¹³⁸ *Ofícios DOPS – Seg. P. – 1942 – Jan/Set.*, p. 73. APESC.

¹³⁹ *Idem.*

¹⁴⁰ *Ofícios DOPS – Seg. P. – 1942 – Jan/Set.*, p. 72. APESC.

¹⁴¹ *Idem.*, p. 91.

¹⁴² REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 24.

¹⁴³ Lei n. 136, de 14 de dezembro de 1935, basicamente aumentava a pena para os indiciados.

¹⁴⁴ *Idem.*, p. 39.

A segunda Lei de Segurança Nacional foi regulamentada em maio de 1938¹⁴⁵, ainda na fase de implantação do Estado Novo, logo após a tentativa de assassinato de Vargas e o golpe integralista. Definia crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social, transformou a pena máxima em pena de morte e fez com que os indiciados passassem a ser julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional – TSN. Os presos políticos considerados suspeitos eram presos em delegacias, presídios ou campos de concentração pela DOPS. Considerados perigosos à segurança nacional, o objetivo era afasta-los do convívio social e instaurar um processo investigatório. Em seguida sua ficha era enviada à Secretaria de Segurança Pública que encaminhava o processo já com as devidas provas ao Tribunal de Segurança Nacional, encarregado do julgamento.

Criado em 11 de setembro de 1936¹⁴⁶, e modificado em dezembro de 1937¹⁴⁷, o TSN foi o responsável pelo julgamento de milhares de alemães acusados de terem cometido crimes políticos e funcionou como um tribunal de exceção, à parte do poder judiciário regular. Muitos desses processos perderam-se em arquivos mal aparelhados ou foram propositalmente destruídos, enquanto outros ainda estão sendo inventariados por pesquisadores.

No caso de Santa Catarina, alguns poucos processos encontram-se mal armazenados no Porão do Arquivo do Tribunal de Justiça e já passaram por mudanças de endereços, incêndios e inundações. A maior parte dos processos referentes à presos políticos do Estado encontra-se no Rio de Janeiro. Na relação de inventários publicada por Priscila Perazzo, estão relacionados prontuários abertos

¹⁴⁵ Decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938. *LEX 1938 – Legislação Federal*, p. 431. BALESC.

¹⁴⁶ Lei n. 244, de 11/09/1936. Instituiu o Tribunal de Segurança Nacional.

¹⁴⁷ Decreto-lei n. 88, de 20/12/1937. *LEX 1937*, p. 355-360.

nos anos 1940 e que não expiraram com o término do regime, prolongando-se por décadas. Este é o caso do processo n. 51.156, de Niels Christian Christensen, do Rio de Janeiro, preso em 26 de dezembro de 1942 e solto apenas em 8 de fevereiro de 1980¹⁴⁸.

O DIP e o DEIP em Santa Catarina

Outro aspecto que merece especial atenção ao analisarmos o regime Vargas é a propaganda política e a imprensa, de modo geral, mas especialmente a nível local. Mas para falarmos do seu papel em Santa Catarina, faz-se necessária previamente uma revisão de caráter mais abrangente, uma vez que durante o Estado Novo, a informação divulgada pelos meios de comunicação emanava do governo e a ele buscava enaltecer. Reconhecemos que a imprensa, assim como a mídia de modo geral, atua no sentido de influenciar, direta ou indiretamente a manutenção e a aprovação (ou não) dos sistemas sócio-econômicos e culturais vigentes. Entretanto, seus efeitos não necessariamente correspondem ao desejado, “sendo necessário considerar o processo atuante de interação social, em que o ato comunicativo não passa de mais um componente”¹⁴⁹ sujeito às diversas possibilidades de resistências. Partindo deste pressuposto relativizante, passamos agora a uma análise do que foi pretendido pelos poderes hegemônicos.

No dia 10 de novembro de 1937, quando foi oficialmente instalado o Estado Novo, de caráter centralizador e nacionalista, a nova Constituição previu

¹⁴⁸ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Espionagem Nazista e Contra-Espionagem Policial*. In: DIETRICH, Ana Maria. Op. Cit., p. 81.

¹⁴⁹ GOULART, Silvana. Op. cit., p. 11.

cuidadosamente a dimensão da publicidade do regime e instituiu a censura prévia para imprensa, teatro, cinema e rádio. De acordo com a nova legislação, os jornais foram proibidos de recusarem-se a dar publicidade às notícias de interesse do governo, de preservar o anonimato e de serem dirigidos por estrangeiros ou brasileiros naturalizados.

No mesmo dia em que foi outorgada a Carta de 1937, criou-se o Serviço de Divulgação¹⁵⁰. Entre suas principais funções estava a distribuição diária, para os cerca de 1300 jornais de todo país, de diversos artigos e comunicados, além de divulgar imagens da figura e obra de Vargas através de postais, retratos, livros e folhetos. “Mais do que nunca era preciso enaltecer as novas realidades, as virtudes e as virtualidades do Brasil e do Governo Vargas”¹⁵¹ e transformar o poder em algo presente.

Cumpre destacar que a política investiu em publicidade desde o início da República¹⁵², fosse através de matéria paga ou de notícias oficiosas que elogiavam grupos situacionistas ou o governo e continua reservando importante parte do orçamento à propaganda. Para articular, coordenar e divulgar o material ideológico do regime, reiterando continuamente as normas sociais vigentes e provocando um distanciamento das questões contraditórias da estrutura social, foi fundamental a propaganda, através dos veículos de divulgação criados e controlados por ele.

Nesse sentido e para dar conta das múltiplas propostas estado-novistas, que apontavam para a construção de um projeto político-ideológico dominante, foi criado

¹⁵⁰ Portaria n. 3.622.

¹⁵¹ PARANHOS, Adalberto. Op. cit., p. 42.

¹⁵² Ver GOULART, Silvana. Op. cit, p. 54, baseada em SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1966, p. 422.

o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP em 27 de dezembro de 1939¹⁵³, diretamente subordinado ao presidente da República. Seu primeiro diretor foi Lourival Fontes, que esteve à frente do órgão de sua criação até agosto de 1942¹⁵⁴, quando foi substituído pelo Major Coelho dos Reis. Em julho de 1943, houve nova substituição e o Capitão Amílcar Dutra de Menezes assumiu a direção, permanecendo no comando do departamento até sua extinção em maio de 1945¹⁵⁵, quando foi substituído pelo Departamento Nacional de Informações, elaborado nos moldes do DIP, mantendo inclusive os “mesmos quadros funcionais”¹⁵⁶.

Entre os objetivos do DIP constavam:

(...) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional; superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo; fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da literatura social e política, e da imprensa (...); proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral; (...) autorizar mensalmente a

¹⁵³ Decreto-lei n. 1.915, de 27 de dezembro de 1939. *Lex 1939 – Revista de Legislação*, p. 666-669. BADESC.

¹⁵⁴ Edgard Carone afirma sobre Lourival Fontes que sua *gestão dura de 1939 a 1943*, o que contradiz os demais autores consultados. CARONE, Edgard. Op. Cit., p. 48.

¹⁵⁵ Decreto-lei n. 7.582, de 25 de maio de 1945. *Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações. Lex 1945 – Revista de Legislação*, p. 170-171. BADESC.

¹⁵⁶ GOULART, Silvana. Op. cit., p. 76.

devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa (...)¹⁵⁷.

Como se depreende do acima citado, as atribuições do DIP ultrapassavam a mera divulgação das ações governamentais, sendo que, muitas vezes era encarregado de criá-las com o objetivo de estimular o espetáculo patriótico, razão pela qual foi se tornando cada vez mais poderoso. Entretanto, nos quinze anos do regime Vargas, a preocupação com o controle da informação era anterior à criação do órgão, que fora precedido, sucessivamente, pelo Departamento Oficial de Publicidade¹⁵⁸, Departamento de Propaganda e Difusão Cultural¹⁵⁹ e Departamento Nacional de Propaganda, de 1938, quando os jornais passaram a sofrer intervenção direta.

No decreto de criação do DIP já estava prevista¹⁶⁰ a constituição de subdivisões nos estados que seriam denominados Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda - DEIP, efetivamente instalados a partir de 4 de setembro de 1940¹⁶¹, encarregados da publicidade do regime, aquilo que Vargas definia como 'sacerdócio cívico'¹⁶², exercido através do envio de notas às agências de notícias nacionais e internacionais.

¹⁵⁷ Artigo 2º, letras a, b, c, n, q. Decreto-lei n. 1.915, de 27 de dezembro de 1939. *Lex 1939 – Revista de Legislação*, p. 666-667. BALESC.

¹⁵⁸ De 02 de julho de 1931.

¹⁵⁹ De 10 de julho de 1934.

¹⁶⁰ Artigo 17 – *Para execução dos serviços fixados neste decreto-lei, o DIP poderá constituir representantes nos Estados e solicitar quando conveniente, a cooperação das autoridades locais, que não poderão recusa-la.* Decreto-lei n. 1.915, de 27 de dezembro de 1939. *Lex 1939 – Revista de Legislação*, p. 666-669. BALESC.

¹⁶¹ Artigo 2º, letras a, b, c, n, q. Decreto-lei n. 1.915, de 27 de dezembro de 1939. *Lex 1939 – Revista de Legislação*, p. 668. BALESC

¹⁶² Decreto-lei n. 2.557, de 4 de setembro de 1940. *Dispõe sobre o exercício das funções do Departamento de Imprensa e Propaganda nos Estados.* *Lex 1940 – Revista de Legislação Federal*, p. 448-449. BALESC.

¹⁶² LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 1986, p. 39.

Em Santa Catarina o DEIP foi criado em maio de 1941, “autônomo e diretamente subordinado ao Interventor Federal”¹⁶³, encarregado de promover e divulgar as solenidades comemorativas das grandes festas nacionais e distribuir à imprensa matérias oficiais, além de exercer a censura nos diversos meios de comunicação, incluindo os jornais, as estações de rádio e os cinemas. Sua instalação foi efetivada em 20 de junho de 1941 pelo decreto n. 996, que designava para sua direção o redator-chefe do ‘Diário Oficial do Estado’¹⁶⁴, na época, Gustavo Neves. Funcionário público, fora nomeado guarda-livros em 1927 e em 1934 passou a Diretor do Interior e Justiça. Em 31 de maio de 1941, Nereu Ramos o nomeou “para exercer o cargo de Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda”¹⁶⁵, cargo que assumiu no dia 2 de junho do mesmo ano.

Em relatório¹⁶⁶ enviado por Nereu Ramos a Getúlio Vargas, consta que “além do serviço de publicidade telegráfica e epistolar, feita por intermédio da Agência Nacional e da Imprensa do Estado e de publicações feitas fora do estado” procedeu-se a publicação de editoriais doutrinários no Diário Oficial. Segundo o documento, por meio do rádio e de alto-falantes, promovia-se a divulgação de questões administrativas relativas aos aspectos políticos, sociais, econômicos, históricos e culturais e difundiu-se “conhecimentos à cerca do esforço de toda a Nação para realizar os seus destinos e defender sua soberania”.

¹⁶³ Decreto-lei n. 543, de 30 de maio de 1941. *Cria o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Decretos-leis, Decretos, Resoluções e Portarias – 1941*. Palácio do Governo. BPESC.

¹⁶⁴ Artigo 3º. Estado de Santa Catarina. *Diário Oficial do Estado*, 20 de junho de 1941, p. 2-3.

¹⁶⁵ Resolução 10.336 de 31 de maio de 1941, nos termos do art. 4º, § único do decreto-lei n. 543, de 30 de maio de 1941. *Índice de Assentamentos – Tesouro do Estado – Vol. 2 – Livro 14*, p. 453, 457 e 505. Segundo sua ficha, em 1946 reassumiu o exercício do cargo de Diretor da Justiça e Saúde. APESC.

¹⁶⁶ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Sr. Nereu Ramos, Interventor Federal no estado de Santa Catarina – 1942. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 216. BPESC.

O quadro de funcionários do DEIP de Santa Catarina era composto por Gustavo Neves (diretor); um funcionário da Diretoria de Justiça e Saúde; Alexandre Nogueira Mimoso Ruiz (redator e jornalista); Tito Carvalho (redator e jornalista); João Pio Pereira (auxiliar); e Osmarina Stuart (datilógrafa)¹⁶⁷.

A censura era constante e em correspondência ao Sr. Lourival Fontes, Diretor Geral do DIP no Rio de Janeiro, Gustavo Neves, diretor do DEIP em Santa Catarina comunicou

achar-se retida na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos deste estado, uma partida de livros, escritos em língua alemã, constando duma série de contos, o primeiro dos quais é a tradução da obra 'Juca Tropeiro' do escritor patricio Silvio Dinarti, sendo que, os restantes, no fundo, não passam de uma hábil campanha racista alemã. (...) Na parte interna da capa dessa obra vêm anunciadas, para breve as publicações ...'Pintores alemães e de raça alemã no Brasil' ('Deutsche und Deutschstammig Maler in Brasilien'), obra esta do sr. Karl Henrich Oberacker, sem dúvida o mais nocivo dos elementos pan-germanistas que atuaram no sul do Brasil, principalmente neste Estado (...).¹⁶⁸

Segundo Maria Helena Capelato¹⁶⁹, os dois principais veículos de propaganda estado-novistas eram a imprensa e o rádio. Entretanto, enquanto na Alemanha o rádio foi considerado mais importante do que os jornais para a manipulação das massas, no Brasil – assim como na Itália fascista, que tinha em Mussolini um

¹⁶⁷ Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. *Expediente do DEIP*. 1º trimestre, 1943, p. 334.

¹⁶⁸ Ofício enviado por Gustavo Neves, Diretor do DEIP SC ao Sr. Lourival Fontes, Diretor Geral do DIP, no Rio de Janeiro, em 17 de março de 1942. *Expediente do DEIP – 2º Trim. 1942 – Ofícios DEIP – G.* 1942. Abr/Jun. Palácio do Governo, p. 44. APESC.

¹⁶⁹ CAPELATO, Maria Helena. Op. cit..

jornalista reconhecido – a mídia impressa foi priorizada, em parte também porque a fiscalização e a censura eram mais fáceis, uma vez que existe o registro escrito.

Entretanto o rádio exerceu um papel fundamental na medida em que reproduzia discursos, mensagens e notícias oficiais, reproduzidos também por alto-falantes instalados em locais estratégicos¹⁷⁰, cujo funcionamento estava subordinado a prévio pedido de registro junto à DEIP, através da Divisão de Rádio. Como os cinemas, os alto-falantes tinham suas programações diárias submetidas à aprovação e selagem dos delegados regionais¹⁷¹.

A fiscalização estendia-se a outros veículos culturais e comunicativos, objetivando o controle sobre a totalidade da informação, o que nunca foi possível. O teatro também tinha todas as peças submetidas à censura prévia, assim como as associações teatrais que necessitavam de autorização da Secretaria de Segurança para excursionar no interior do Estado, como se comprova através da solicitação da Associação de Amadores Teatrais de Blumenau “para excursionar no interior do Estado, sob os auspícios do DEIP”¹⁷².

A literatura também foi objeto de fiscalização e alguns livros foram apreendidos e proibidos de circular no Estado. Este foi o caso dos títulos “Funeral”, de Olimpio Pinto, e “Porque o Eixo combate a Inglaterra” e “Do outro lado da terra”, ambos de autoria de Alexandre Konder. No caso da obra escrita por Frank Harris (“Minha vida, meus amores”), o DEIP determinou a apreensão e remessa de todos

¹⁷⁰ Em Florianópolis, o DEIP possuía um auto-falante instalado na rua Felipe Schmidt, calçada central da cidade.

¹⁷¹ FREIRE, Maline. *Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina – DEIP (1942 a 1945): um órgão a serviço do Estado Novo*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em História). Florianópolis: UFSC, 2000, p. 18.

¹⁷² Ofício n. 347, de 18 de março de 1943, enviado pelo Diretor do DEIP ao Sr. Interventor Nereu Ramos. *Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda*. Expediente do DEIP. Janeiro a março de 1943. Palácio do Governo. APESC.

os exemplares para Florianópolis, assim como uma investigação sobre os compradores das unidades já vendidas, que também deveriam ser apreendidas¹⁷³.

Gustavo Neves, diretor do DEIP em Santa Catarina, em ofício enviado a Nereu Ramos, assim resumia suas atividades, ainda no primeiro semestre de 1942:

em razão de determinações superiores, foi providenciado por este departamento, o registro de 35 cinemas existentes no estado, faltando apenas os de Imbituba, Brusque e Crescuma. E igualmente, em virtude de idênticas determinações, foram relacionados os alto-falantes existentes no Estado e providenciado no sentido de que os mesmos sejam registrados, de acordo com a lei. Todas as oficinas gráficas, por seu turno, foram igualmente registradas por intermédio deste Departamento. Quanto ao serviço de divulgação do noticiário, foram traduzidos e distribuídos a cada um dos jornais locais, desde o dia 1º do corrente até esta data 229 telegramas, enviados pela Agência Nacional. (...) Ainda em obediência às ordens de V. Excia., a partir desta data, enviarei diariamente cópia do serviço que porventura venha a ser executado, o que é para mim de grande satisfação, pois, de tal modo, terá V. Excia. ensejo de apreciar o desenvolvimento do Departamento, cuja direção bondosamente me confiou¹⁷⁴.

Como o Diretor do DEIP afirmou, entre as suas atribuições constava o envio de notícias às agências locais, nacionais e internacionais, o que era feito diariamente, sendo que as cópias de todo o material divulgado eram remetidas ao Interventor Federal que assim poderia acompanhar os trabalhos executados. As

¹⁷³ Conforme FREIRE, Maline. *Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina – DEIP (1942 a 1945): um órgão a serviço do Estado Novo*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em História). Florianópolis: UFSC, 2000, p. 27 e 28.

¹⁷⁴ Ofício enviado por Gustavo Neves, Diretor do DEIP SC ao Interventor Federal, em 15 de abril de 1942. *Expediente do DEIP – 2º Trim. 1942 – Ofícios DEIP – G. 1942*. Abr/Jun. Palácio do Governo, p. 8-9. APESC.

notícias telegrafadas seguiam principalmente para a Agência Nacional que as reenviava aos jornais locais dos outros estados. Entre os objetivos estavam a construção do inimigo e a valorização das autoridades estado-novistas, conforme os exemplos a seguir:

Dia 1. Agência Nacional – Rio – Preso Xaçepó município deste estado alemão Friedrich Sandas haver espancado brutalmente filha menor motivo ter criança declarado ser brasileira por já ter aprendido escola falar português pt Nova importante apreensão livros propaganda nazista foi efetuada cidade Hamônia¹⁷⁵ escondidos residência medico alemão Friedrich Kroener pt Jornal aspas A Gazeta aspas salientando significação Dia Criança referese realizações Estado Nacional e importantes obras assistência infantil devidas Interventor Nereu Ramos.

Dia 2. Agência Nacional – Rio – João Aurich nazista residente Hamônia detido suas atividades nocivas Brasil confessou ter arrecadado naquele município importância dezoito contos que enviou a Cruz Vermelha Alemã pt Interventor Nereu Ramos mandou recolher Colônia Psicopatas infeliz criança demente cujos progenitores alemães natos sem menor resquício amor filial seguiram Alemanha deixando completo abandono (...).¹⁷⁶

Mesmo sem saber sobre a veracidade dos registros relatados, entendemos que no processo de construção do imaginário social, o fato de os pais serem alemães natos colaborou para que fossem descritos como desprovidos de “amor filial” e acusados de espancarem os filhos. A propaganda, parte imprescindível do

¹⁷⁵ Atual Ibirama.

¹⁷⁶ Cópias de Telegramas enviados ao Interventor Federal pelo DEIP SC, referentes ao mês de abril de 1942. *Expediente do DEIP – 2º Trim. 1942 – Ofícios DEIP – G. 1942. Abr/Jun. Palácio do Governo, p. 10. APESC.*

aparato estatal de controle e repressão, fez amplo uso de imagens, inclusive as discursivas, como eficientes dispositivos para atingir o público através de intensa “carga emotiva e sensorial”¹⁷⁷. Outro aspecto importante, revelado pelos telegramas constitui-se no fato de que, conforme veremos adiante, os hospitais psiquiátricos foram um dos locais utilizados no confinamento de alemães e descendentes.

No processo de criação de uma imagem negativa para representar os alemães, italianos e japoneses, os discursos oficiais os descreviam constantemente como ‘fauna quinta colunista’¹⁷⁸, ‘nocivos aos interesses da nação’, ‘nazistas fervorosos’, ‘elementos nocivíssimos’¹⁷⁹, ‘inimigos do Brasil’¹⁸⁰, ‘piratas nazistas’¹⁸¹, entre diversas outras denominações pejorativas. A estigmatização, entendida como um aspecto da relação entre ‘estabelecidos & outsiders’, associa-se, de acordo com Norbert Elias, “a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido, refletindo e justificando o preconceito”¹⁸². Esses preconceitos podem ser relacionados a traços fenotípicos ou a comportamentos generalizados e rotulados como socialmente anômicos.

A nação foi associada a uma totalidade orgânica, cujos órgãos tinham seu funcionamento integrado e regido por “uma cabeça dirigente”¹⁸³, livre de conflitos. Para Getúlio Vargas era descrito como ‘gênio político’, o ‘Papai Grande’¹⁸⁴,

¹⁷⁷ LENHARO, Alcir. *A Sacralização da política*. 2 ed. Campinas: Papirus, 1986, p. 16.

¹⁷⁸ Ofício datado de 15 de abril de 1942. *Expediente do DEIP – 2º Trim. 1942 – Ofícios DEIP – G. 1942*. Abr/Jun. Palácio do Governo, p. 1 e 2. APESC

¹⁷⁹ Ofício datado de 14 de abril de 1942. *Expediente do DEIP – 2º Trim. 1942 – Ofícios DEIP – G. 1942*. Abr/Jun. Palácio do Governo, p. 10. APESC

¹⁸⁰ Ofício datado de 17 de abril de 1942. *Expediente do DEIP – 2º Trim. 1942 – Ofícios DEIP – G. 1942*. Abr/Jun. Palácio do Governo, p. 30. APESC

¹⁸¹ *Jornal A Gazeta*. Florianópolis, 07/03/1942.

¹⁸² ELIAS, Norbert. *Op. Cit.*, p. 36 e seguintes.

¹⁸³ LENHARO, Alcir. *A Sacralização da política*. 2 ed. Campinas: Papirus, 1986, p. 17.

¹⁸⁴ *Jornal O Estado*. Florianópolis, 11/12/1940.

‘missionário de Deus, guia da Terra de Santa Cruz’¹⁸⁵, numa verdadeira “construção messiânica de um líder nacional”¹⁸⁶. Os estrangeiros passaram a ser associados a ‘quistos’ (doenças que atrapalhavam o funcionamento do organismo), elementos ‘alienígenas’, ‘indesejáveis’, ‘nocivos’ e ‘perigosos’.

A partir do momento em que as relações entre Brasil e Alemanha foram rompidas, em janeiro de 1942, os jornais catarinenses começaram a publicar diariamente, em meio às demais notícias, frases de incitamento e alerta à população, que eram repetidas sistematicamente para que pudessem ser memorizadas, de forma a atuar no inconsciente. Enviadas pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, visavam ressaltar o Estado de Guerra e o perigo representado pelos ‘súditos do Eixo’. Entre elas, algumas apresentavam ao final, entre parênteses, a sigla ‘L.D.N.’ sem qualquer outro esclarecimento. Pensamos tratar-se de uma abreviatura para a Liga de Defesa Nacional. Seleccionamos as frases que foram mais utilizadas nos veículos impressos entre 1942 e 1944: “Tudo pelo Brasil! Cuidado com os quinta-colunistas!”; “O que souberes não contes ao teu amigo, pois o amigo do teu amigo pode ser um “quinta-colunista” (L.D.N.)”; “O derrotismo e o pessimismo são armas da “quinta-coluna” (L.D.N.)”; “Não tenhas dúvida em denunciar um quinta-coluna, por mais que pareça teu amigo; não merece tua estima um traidor da Pátria. (L.D.N.)”; “Prestigia o governo e as classes armadas – ou serás um quinta-colunista (L.D.N.)”¹⁸⁷; “Quem sonegar informações à estatística Militar, trabalha em prol de país inimigo. E nesse caso, será julgado, militarmente, como inimigo do Brasil.

¹⁸⁵ Discurso feito pelo Sr. João dos Passos Xavier, em nome do Sindicato dos Operários da Construção Civil, em homenagem ao aniversário do Presidente Vargas, no dia 20/04/1942. *Expediente do DEIP – 2º Trim. 1942 – Offícios DEIP – G.* 1942. Abr/Jun. Palácio do Governo, p. 49. APESC

¹⁸⁶ CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit., p. 19.

¹⁸⁷ No mesmo dia o Jornal *Diário da Tarde* chegou a apresentar sete mensagens como esta. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 02/01/1943.

(D.E.M.¹⁸⁸); etc. Os exemplos abaixo constavam todos da mesma página do Jornal *Diário da Tarde* do dia 19 de setembro de 1943, permeando matérias e propagandas, de forma que o leitor estivesse sempre sendo avisado das suas obrigações e de certa forma, se sentisse vigiado pela onipresença do Estado:

Não procures conhecer o que se faz e o que se pensa nas esferas oficiais; são segredos difíceis de guardar. (L.D.N.)

NÃO tenhas dúvida em denunciar um «quinta-coluna», por mais que pareça teu amigo; não merece tua estima um traidor da Pátria. (L.D.N.)

Prestigia o Governo e as classes armadas, — ou serás um «quinta-colunista». (L.D.N.)

Fonte: Jornal *Diário da Tarde*, 19/09/1943. BPESC.

No ano de 1939 formou-se em Santa Catarina a Liga de Coordenação Nacionalista, presidida pelo Sr. Manoel Osório, com sede na Rua Líbero Badaró, Centro da Capital¹⁸⁹ e no ano seguinte a Liga de Defesa Nacional, presidida pelo capitão Lauro Antunes Corrêa¹⁹⁰. A atuação desta foi de grande visibilidade nos periódicos catarinenses, principalmente após julho de 1942, quando foi re-instalada

¹⁸⁸ Departamento de Estatística Militar.

¹⁸⁹ *Ofícios de Diversos para Palácio do Governo – 1939*, p. 256. APESC.

¹⁹⁰ *Ofícios de Diversos ao Palácio do Governo – 1940*, p. 210. APESC.

em Santa Catarina¹⁹¹, segundo as palavras de Nereu Ramos, “em meio de gravíssima perturbação universal”¹⁹². No discurso abaixo, pronunciado na ocasião de sua inauguração, ele apresentou os objetivos da Liga:

Colaborar com os poderes públicos na obra de vigilância, que é precípua na atualidade da vida brasileira, alertar as populações no sentido político do momento histórico que a Pátria atravessa, apostolar os princípios de liberdade, de justiça e de fé, que são o fulcro da civilização cristã, levar aos homens das cidades e dos campos, das fábricas e das usinas, dos engenhos e das minas, incentivo para o incremento da produção agrícola e industrial (...) e soberanamente ressaltar, inspirada na perene unidade do Brasil, o imperativo da defesa do patriotismo moral e da língua, (...) pregar o postulado e difundir o dogma de que os nascidos no Brasil, qualquer que lhes seja a ascendência étnica, são brasileiros e somente brasileiros, ensinar-lhes simultaneamente, com o imperturbável guia da nacionalidade, que ‘ser brasileiro não é somente respeitar as leis do Brasil e acatar as suas autoridades. Ser brasileiro é amar o Brasil. É possuir o sentimento que permite dizer: ‘o Brasil nos deu o pão, nós lhe daremos o sangue’¹⁹³.

Na ocasião foram feitos elogios às “corajosas, oportunas e sábias providências do Governo brasileiro, as quais culminaram na ruptura das relações com os países que deflagraram a guerra e nos agrediram” com o propósito de “dissociar, dividir, desagregar e enfraquecer os brasileiros”¹⁹⁴. Na mesma cerimônia e em nome do Diretório da Liga, o desembargador Gil Costa, vice-presidente da

¹⁹¹ A Liga de Defesa Nacional fora fundada em 1915, durante os confrontos da Primeira Guerra Mundial.

¹⁹² Discurso pronunciado na Instalação da Liga de Defesa Nacional no Teatro Álvaro de Carvalho, em 27 de julho de 1942. *Discursos de Nereu Ramos*, p. 225-232. BPESC.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Idem.

Comissão Executiva que “eletrizou a assistência, por seus conceitos lapidares” pronunciou:

Gravemos na mente, como injunção da realidade internacional criada, o seguinte tetrálogo, indispensável a luta em todas as frentes de nossa batalha, interna e externa: Primeiro mandamento: Sejam amigos de nossos amigos. Segundo: Sejam amigos dos amigos de nossos amigos. Terceiro: Sejam inimigos de nossos inimigos. E, finalmente e principalmente: Sejam inimigos dos amigos de nossos inimigos¹⁹⁵.

‘Inimigos dos amigos de nossos inimigos’. Assim o poder público se dirigia à população alemã, italiana, japonesa e aos seus descendentes e em nome da segurança e da ordem política e social. E a estas populações diversos silenciamentos foram aplicados por todo o Brasil.

Em caráter reservado, o Diretor do DEIP, recebeu do Diretor Geral do DIP, na Capital Federal, as instruções que deveriam nortear suas ações, devendo atentar para algumas matérias cuja publicação fosse vedada. Essas restrições ele repassou aos diretores dos quatro maiores jornais de Santa Catarina, a saber: Sr. Aurino Soares, Diretor do Jornal *A Notícia*; Sr. Altino Flores, Diretor do Jornal *O Estado*; Sr. Pedro Cunha, Diretor do Jornal *Diário da Tarde*; Sr. Jairo Callado, Diretor do Jornal *A*

¹⁹⁵ Noticiário enviado para as agências ‘Nacional’, ‘Meridional’, ‘Vitória’ e ‘Noite’ do Rio de Janeiro. 30/06/1942. *Expediente do DEIP – 2º Trimestre – 1942. Abr/Jun.* Florianópolis: Palácio do Governo, p. 599. APESC. Observo que há uma divergência entre os dois documentos supra-citados com relação ao mês em que foi instalada a Liga de Defesa Nacional, sendo que o primeiro fala em julho e o segundo em junho.

Gazeta. O primeiro destes veículos era da cidade de Joinville e os três últimos de Florianópolis¹⁹⁶.

Da letra 'a' até o 'w', somavam quase que um alfabeto inteiro de proibições, que incluíam diversos assuntos. Não era permitida, entre outras coisas, a veiculação de notícias sobre movimento ou localização de tropas do Exército, Marinha ou Forças Aéreas; destino das tropas; aquisição de material bélico; exercícios de defesa anti-aérea e locais de abrigos; chegada e partida de navios em portos nacionais, bem como suas respectivas cargas; posição de navios de guerra; diligências policiais de ordem política interna; desastres ou acidentes de aviação; ocorrências que pudessem induzir a agitações de classe ou provocar intranqüilidade da população; etc¹⁹⁷. Entre os objetivos, importava ao regime evitar tumultos e agitações populares, mesmo que fossem de apoio ao governo, como as manifestações deflagradas por todo o país logo após o bombardeio dos navios brasileiros.

Entre os objetos de censura do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, observa-se que, até mesmo notícias relacionadas com doenças endêmicas que pudessem causar pânico entre a população tinham sua veiculação proibida, como de fato ocorreu entre janeiro e março de 1943, através de comunicações reservadas:

¹⁹⁶ Márcia D'Acâmpora em sua dissertação de Mestrado deteve-se na análise de dois desses jornais: *O Estado* e *A Gazeta*. O primeiro, fundado em 1914 ainda existe e o segundo, fundado em 1933, encerrou suas atividades em 1980. Segundo a autora, *O Estado* era mais "voltado para a elite sócio-econômica catarinense" enquanto *A Gazeta* "tinha ligações com a UDN, podia ser considerado um jornal mais popular" e veiculava "em maior quantidade, as notícias enviadas pelas agências alemãs de informações". D'ACAMPORA, Márcia. *A construção da imagem do inimigo: o papel dos jornais durante a Segunda Guerra Mundial em Florianópolis (1939/1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 1992, p. 3.

¹⁹⁷ Ofício Reservado do Diretor do DEIP SC enviado aos diretores dos quatro principais jornais catarinenses, contendo cópia do telegrama com as instruções baixadas pelo Diretor Geral do DIP, datado de 22 de maio de 1942. *Expediente do DEIP – 2º Trim. 1942 – Ofícios DEIP – G. 1942*. Abr/Jun. Palácio do Governo, p. 248-249. APESC

dada a inconveniência de qualquer publicidade não oficial e mesmo polemicas em torno do surto endêmico de paralisia infantil, como os casos infelizmente registrados em nossa Capital [...] venho solicitar-lhe a fineza, a bem do interesse geral, não acolher nas colunas desse jornal qualquer matéria referente ao assunto, se não de cunho oficial e fornecida por este Departamento¹⁹⁸.

O DEIP também apresentava entre as suas atribuições a função de organizar e divulgar as cerimônias cívicas ligadas às festividades nacionais. Publicou encadernações contendo os discursos dos Congressos de Brasilidade em Santa Catarina, realizados em Florianópolis. Além destes discursos construídos pelo regime com o propósito de formar uma nação homogênea e alinhada com o projeto oficial, eventos e festividades tinham um papel fundamental, unindo (in)formação e celebração – “mito e comemoração se conjugam”¹⁹⁹ - e tornando o tempo livre controlado e saneador.

Neste contexto e trazendo as festas para o nível local, a capital de Santa Catarina sediou quatro Congressos de Brasilidade, cujas normas eram enviadas pelo governo federal aos Estados, que organizavam os eventos como parte das comemorações da semana de aniversário do Estado Novo²⁰⁰. O 1º Congresso

¹⁹⁸ Ofícios n. 118 e 281, respectivamente de 15 de janeiro e de 03 de março de 1943 enviados aos jornais *A Gazeta*, *O Estado* e *Diário da Tarde*. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Expediente do DEIP. 1º trimestre, 1943, p. 147.

¹⁹⁹ CARONE, Edgard. Op. Cit., p. 166.

²⁰⁰ O Estado Novo fora instalado a 10 de novembro de 1937 e até 1945 a data foi comemorada com grandes festividades em todo o país.

ocorreu entre 10 e 19 de novembro de 1941, sendo patrocinado e aberto pelo interventor Nereu Ramos²⁰¹.

O Segundo Congresso de Brasilidade aconteceu entre 10 e 19 de novembro de 1942, comemorando o 5º aniversário da ditadura. De acordo com Gustavo Neves ele contou com “adesão franca e extraordinário êxito (...) de Santa Catarina, célula das mais dinâmicas na economia bio-social e política do novo Estado Brasileiro”²⁰². Neves, que era diretor do Departamento, fez questão de frisar o fato “de a sua realização ocorrer nos dias de excepcional e justificada exaltação cívica em os quais toda a Nação celebra o aniversário do Estado”. As conferências deste congresso foram publicadas e distribuídas gratuitamente, sendo encontradas na forma de livretos.

Os discursos deste Segundo Congresso dotaram o Interventor Nereu Ramos de qualidades como “clarividência, descortino e intrepidez” – aplicando as características do mito da personalidade em escala menor²⁰³ - e Vargas foi descrito como “predestinado e insubstituível”. O Estado Novo foi anunciado como o atualizador da

...democracia brasileira (...), [responsável pelo] apaziguamento da família brasileira, com o fechamento dos partidos políticos nacionais e estrangeiros, a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros, acabando com os quistos raciais que tantos sobressaltos vinham causando à

²⁰¹ Introdução. *Primeiro Congresso de Brasilidade em Santa Catarina - 10 a 19 de novembro de 1941*. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. BPESC.

²⁰² Introdução. Gustavo Neves, Diretor do DEIP. *Segundo Congresso de Brasilidade em Santa Catarina - 10 a 19 de novembro de 1942*. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. BPESC.

²⁰³ Segundo Edgard Carone, “em cadeia, tenta-se mostrar como todos os líderes que se identificam com o Estado Novo apresentam traços e personalidades ímpares, que os distinguem dos outros, apesar de não atingirem o nível e qualidades do chefe da Nação”. In: CARONE, Edgard. Op. Cit., p. 166.

unidade da Pátria; o aproveitamento das nossas riquezas naturais, substituindo as 'indústrias de sobrezeza [sic] pelo ferro, carvão e petróleo'; a marcha para o Oeste; o crescimento do nosso poderio militar, a construção de portos e a abertura de novas rodovias; a restauração do prestígio de nossa política externa; a nacionalização do ensino, que deu nova e encantadora fisionomia aos brasileiros de cabelos louros, que hoje, já não se envergonham de marchar ao lado de nossos filhos da cor de braza [sic] (...) formando uns e outros a Juventude Brasileira (...).

E sobre o governo catarinense:

(...) foi um dos primeiros a por em prática com firmeza e convicção os princípios do Estado Novo [elaborou] modelar e corajosa legislação que nacionalizou o ensino e as sociedades particulares, que proibiu a designação de nomes estrangeiros e o uso de denominações que não sejam em língua nacional, em sedes ou núcleos de população e estabelecimentos escolares criados por iniciativa pública ou particular (...) [exercendo] rigorosa fiscalização (...) sobre as atividades dos estrangeiros e seus comparsas, cujo auspicioso resultado foi a descoberta e a desarticulação do sinistro plano dos agentes da gestapo, de desassemelhar os brasileiros (...) ²⁰⁴

Em meio a tantos elogios ao Estado Novo e aos seus líderes, alguns chamam a atenção: “à predestinação heróica da terra e da gente faltava o gênio que aproveitasse tão precioso material (...), esse gênio, que nem precisaria dizer-lhe o nome, tanto a sua obra fala por si mesma sem necessidade de explicação ou

²⁰⁴ Discurso do Dr. Severino Nicomedes Alves Pedrosa, 10/11/1942. *Segundo Congresso de Brasilidade em Santa Catarina - 10 a 19 de novembro de 1942*. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, p. 9 a 20. BPESC.

panegírico, o Presidente Getúlio Vargas (...)”²⁰⁵. Os discursos procuram construir imaginários, num momento em que era imprescindível demonstrar de que lado se estava, bem como defender a Constituição de 1937 e o regime por ela adotado: “democrático, pois lhe mantém os princípios basilares do sistema: processo representativo e responsabilidade do governante. Afastou-se, porém, resolutamente, da estrutura das democracias clássicas (...)”²⁰⁶. Esta fala, atribuindo valores democráticos ao regime estado-novista não foi exclusividade de políticos e autoridades catarinenses e era recorrente em periódicos cujos textos haviam passado pela censura do DEIP, apesar da incongruência ser explícita.

O 3º Congresso de Brasilidade aconteceu de 10 a 19 de novembro de 1943 e o 4º, de 09 a 19 de novembro de 1944. Ambos seguiram as mesmas diretrizes dos anteriores constituindo-se em “movimento(s) intensivo(s) de exaltação cívica”²⁰⁷ e foram realizados também em municípios do interior do estado²⁰⁸, como Itajaí e Blumenau, onde a visita do interventor marcava um evento simbólico que representava controle e vigilância.

Uma publicação do Ginásio Catarinense, relativa ao Terceiro Congresso de Brasilidade, afirma que nele “os alunos tomaram parte ativa, assistindo cada noite às conferências. Teve para eles especial interesse a conferência pronunciada pelo revmo. Padre Bertoldo Braun, diretor do Colégio Catarinense, no dia 13 de novembro

²⁰⁵ Discurso do Desembargador Gil Costa, em 17/11/1942. *Segundo Congresso de Brasilidade em Santa Catarina - 10 a 19 de novembro de 1942*. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, p. 95 a 112. BPESC.

²⁰⁶ D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do ensino: aspectos políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 23-4.

²⁰⁷ Jornal Diário da Tarde. Florianópolis, 04/11/1943.

²⁰⁸ Conforme a nota n. 106 de Marlene de Fáveri, no Diário Oficial do Estado, “nos meses de novembro de 1942, 1943 e 1944, perfilam telegramas de quase todos os municípios, sobre as programações dos Congressos de Brasilidade realizados ali”. FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 85.

de 1943, sobre o tema – Unidade Moral e Social”. Este interessante discurso fala sobre a mulher, ou melhor, sobre o seu papel de mãe e dona de casa²⁰⁹.

Além dos Congressos de Brasilidade, outras ocasiões foram palco de discursos inflamados. Nereu Ramos, em 1939, proclamava na cidade de Blumenau: “Os que aqui nasceram, não nasceram para servir outras pátrias, nem para cultuar outras tradições, nem para alimentar outros sentimentos que os despertados pela bandeira incomparável do Brasil”. Defendia no mesmo discurso que a língua constitui-se em “instrumento poderoso de unidade política e que desconhecer a língua pátria é pecar gravemente contra ela”²¹⁰. Em outra ocasião, assegurava a Getúlio Vargas que “o Estado cuja direção administrativa, com grande honra para mim, vossa excelência me confiou, é oficina de trabalho tranqüilo e construtor”²¹¹.

A partir de maio de 1943 o DEIP passou a publicar boletins informativos, aproveitando as comemorações dos oito anos do governo de Nereu Ramos e homenageando-o por tornar “realidades construções de alto interesse econômico e de patriótica assistência social”. O que não faltavam, segundo as autoridades, eram motivos para celebrar e enaltecer o regime e seus governantes, afinal “através da repressão indormida, pode afirmar-se que o nutrido ‘perigo alemão’ perdeu, em Santa Catarina, os contornos ameaçadores (...)”²¹². Nos boletins constam informações sobre viagens da interventoria, inaugurações de obras, discursos de

²⁰⁹ Discurso do Padre Bertoldo Braun sobre a Unidade Moral e Social. *Terceiro Congresso de Brasilidade*. Relatório do Ginásio Catarinense em Florianópolis. Estado de Santa Catarina. Publicado no fim do ano letivo de 1943, p. 11 e seguintes. BPESC.

²¹⁰ *Idiomas: Instrumentos poderosos de unidade política*. Discurso de Nereu Ramos, a 22/05/1939 na cidade de Blumenau. Caderno: *Discursos de Nereu Ramos*, p. 75 a 81. BPESC.

²¹¹ Discurso ao presidente Getúlio Vargas no banquete oferecido ao Chefe da Nação, por ocasião de sua visita a Santa Catarina, em março de 1940, p. 101 e seguintes. Caderno: *Discursos de Nereu Ramos*. BPESC.

²¹² Apresentação. *Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina*. Ano I. Florianópolis, março-abril de 1943. Número 1. Composto e Impresso nas Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina – Florianópolis, 1943, s/p. Acervo privado do Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.

autoridades municipais entre diversas outras notícias, além de frases de efeito do Interventor e do Presidente na condução do esforço de guerra e de apelo à população para que adquirissem os bônus de guerra:

Brasileiro! Concorre para o esforço pela vitória, adquirindo obrigações de guerra, que são, ainda, forma de aplicação lucrativa de tuas economias”²¹³;

Cumpramos o nosso dever no posto da retaguarda, armando melhor as vanguardas combatentes. Um bônus de guerra adquirido representa um contingente de força a mais, contra os inimigos da civilização cristã²¹⁴.

Mas importava também construir símbolos edificantes para o modelo almejado. Assim, por ocasião do aniversário de Vargas, comemorado a 19 de abril, foi encaminhada em junho de 1942 às agências Meridional, Nacional e Vitória a seguinte nota:

(...) Há poucos dias registrou-se um fato altamente significativo como demonstração dos benéficos efeitos da atuação governamental em nosso Estado, criadora do sentimento de brasilidade no espírito da juventude, sólido alicerce de patriotismo sadio, que há-de empolgar os homens de amanhã. O caso passou-se em Blumenau, por ocasião do natalício do menino Heinz Schwarz, filho do sr. Luiz Schwarz, o qual ao ser perguntado que presente de anos preferia, respondeu: ‘Uma bandeira Brasileira’. O gesto espontâneo

²¹³ *Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina*. Ano I. Florianópolis, março-abril de 1943. Número 1. Composto e Impresso nas Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina – Florianópolis, 1943, p. 80. Acervo privado do Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.

²¹⁴ *Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina*. Ano I. Florianópolis, março-abril de 1943. Número 1. Composto e Impresso nas Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina – Florianópolis, 1943, contra-capá. Acervo privado do Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.

desta criança, conhecido no Grupo Escolar 'Luiz Delfino', que o tem como aluno, determinou que a respectiva professora, depois de uma preleção tocante, suspendesse a aula, afim de que todos os alunos seus discípulos, podessem assistir, incorporados, à entrega da Bandeira por ele almejada. A linda atitude desta criança é fruto do modo sábio e patriótico, de como vem sendo feita, em Santa Catarina, a campanha de nacionalização pelo governo do senhor Nereu Ramos²¹⁵.

Como se depreende do documento, não era somente dentro da sala de aula que a campanha nacionalizadora procurava doutrinar. Esta notícia nos mostra a pretensão estado-novista de que as crianças idolatrassem uma só bandeira: a do Brasil.

O poder estabelecido pretendia ser onipotente, uma vez que podia legislar, fiscalizar, coagir e punir. Algumas vezes, entretanto, pareceu desinformado perante acusações que envolviam seus subordinados, ou pessoas que utilizavam o nome da instituição para extorquir a população, conforme o caso foi entendido e divulgado pelo DEIP:

O Jornal 'A Notícia' que se edita em Joinville, em seu número 3.781, datado de 2 do corrente mês (...), sob o título 'Blumenau a terra promissora' e o subtítulo 'Estejam alertas os srs. Comerciantes e Industriais, precavendo-se contra os gazuas', dá curso a que 'muitos indivíduos, dizendo-se publicistas e abusando do nome do DIP, procuram as casas comerciais para pagamento de álbuns, cartazes, publicações de festividades, etc' (...) 2. Tratando-se dum caso grave, em que o nome do DIP se encontra envolvido, rogo à v. s.

²¹⁵ Nota enviada para as Agências Meridional, Nacional e Vitória, relida por 24 horas. 09 de junho de 1942. *Expediente do DEIP – 2º Trimestre – 1942. Abr/Jun.* Florianópolis: Palácio do Governo, p. 355. APESC.

informar-me, com a possível urgência, do que porventura exista ao que se refere à publicação em apreço, visto este Departamento Estadual ser completamente estranho a quaisquer atividades de tais indivíduos, pois a ninguém credenciou ou recomendou para os fins expressos na publicação em apreço (...)²¹⁶.

De acordo com a análise dos principais periódicos catarinenses, os jornais apresentaram, devido à censura a que estavam submetidos, poucas variações entre si no período de 1937 a 1944, principalmente porque na maioria das vezes as notícias já vinham prontas dos DEIPs para os jornais ou para as agências de notícias, que as distribuíam.

A partir de 1945, quando o regime já estava ruindo, os periódicos jornalísticos que antes da decretação do Estado Novo faziam oposição a Vargas ou a Nereu Ramos, como era o caso do *Diário da Tarde*, voltaram a manifestar suas posições, passando a expor seu descontentamento de forma crescente. Obviamente que enquanto o regime se esfacelava tornava-se mais fácil criticá-lo. Primeiramente, começaram a falar das eleições e da volta à democracia e em seguida passaram a exigir: “Voto direto, livre e secreto!”²¹⁷, acusando a censura do Estado Novo: “A Imprensa antes estava amarrada ao pelourinho do Departamento de Imprensa Calada”²¹⁸, numa analogia às iniciais do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP.

²¹⁶ Telegrama enviado ao Delegado Regional de Polícia de Blumenau, Sr. Tenente Dr. Timóteo Braz Moreira, pelo Diretor do DEIP, datado de 03 de junho de 1942. *Expediente do DEIP – 2º Trim. 1942 – Ofícios DEIP – G.* 1942. Abr/Jun. Palácio do Governo, p. 320. APESC

²¹⁷ *Jornal Diário da Tarde*. Florianópolis, 23/02/1945.

²¹⁸ *Jornal Diário da Tarde*. Florianópolis, 14/03/1945.

De forma sistemática, os diversos setores da sociedade começam a fazer suas vozes serem ouvidas até a queda de Getúlio Vargas, a 29 de outubro de 1945, conforme veremos no próximo capítulo, ao abordarmos as resistências.

Capítulo II:

**A etnicidade
e as redes de solidariedade**

2.1 – A construção da etnicidade: algumas considerações

A sociedade compõe um tecido, uma trama, dentro da qual as relações circulam e se cruzam continuamente. Um dos desafios a que se propõe esta dissertação é trabalhar com a questão da etnicidade como um dos pilares sobre os quais seja possível percebermos a complexa rede formada no estado catarinense entre as décadas de 1930 e 1940, sem, entretanto, reconhecer nela a única possibilidade de análise.

Neste contexto, apesar do recorte espacial, é possível percebermos como neste período, os conflitos locais amplificaram-se e também refletiram o difícil panorama social de um mundo dividido e em profundas transformações. Desta forma, questões que em outros contextos poderiam ser interpretadas como cotidianas chegaram muitas vezes a representar perigo de Estado ou ameaça à segurança nacional. Assim, tanto a nível estadual quanto na esfera federal e mundial, questões sociais, políticas e econômicas estiveram muitas vezes revestidas de nacionalismos e de conflitos étnicos. Relações de poder dentro e fora do governo entrecruzaram-se, envolvendo diversos segmentos e instituições como a Igreja, a maçonaria, as escolas, a imprensa, a indústria, a economia, o comércio, disputas pertinentes ao mundo do trabalho, antigas rivalidades, amizades, relações entre vizinhos e até mesmo entre cônjuges. Todas estas redes formaram um emaranhado de conflitos sociais que foi muitas vezes percebido pela historiografia como se estivesse ligado apenas às questões étnicas relacionadas a alemães, italianos e japoneses e seus descendentes e apenas recentemente estão alcançando visibilidade e tendo percebidas suas flutuações e sutilezas.

A própria palavra etnicidade precisa ser historicizada, ou seja, desnaturalizada, uma vez que os grupos de imigrantes não podem ser tratados como blocos homogêneos, abrigados todos sob o guarda-chuva simbólico da cultura étnica. De acordo com a opção teórico-metodológica adotada, a etnicidade pode ser vista como um conceito inventado, baseado em constantes negociações de fronteiras²¹⁹. Lesser Jeffrey²²⁰ apresenta uma importante contribuição a esta questão, ao trabalhar com a etnicidade hifenizada, que no seu entender foi predominante no Brasil. Através da análise do autor, categorias como teuto-brasileiros, ítalo e nipo-descendentes adquirem uma dimensão híbrida e mutante, investidas de especificidades espaciais e temporais. Ou seja, em determinados locais e períodos apresentam características relacionais que não necessariamente se mantêm sob outras circunstâncias.

Desta maneira, pretendemos desconstruir conceitos auto-explicativos e generalizantes, como germanismo e um *ethos* comum a todas as colônias alemãs. Partimos do pressuposto de que “cada grupo em cada lugar”²²¹ estabelece suas clivagens, muitas vezes sem qualquer fundo étnico. Na mesma linha de investigação, Marionilde Brephol de Magalhães afirmou que “o caráter homogêneo que se imprime a estes segmentos (Roche, 1969; Oberacker, 1968) só pode ser aceitável quando

²¹⁹ Ver CONZEN, Kathleen Nehls; GERBER, David A.; MORAWSKA, Eva; POZZETA, Goerge E.; VECOLI, Rudolph J.. *Forum – The invention of Ethnicity: a perspective from de U.S.A.* In: Journal of American History. Fall 1992, traduzido por Eunice Sueli Nodari.

²²⁰ LESSER, Jeffrey. *O Hifen Oculto*. In: A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2001, p. 17-35.

²²¹ GERTZ, René. *A construção de uma nova cidadania*. In: Os alemães no Sul do Brasil. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 36-7.

pensado anacronicamente, com as lentes do nacionalismo que caracterizou a virada do século e as décadas sucedâneas”²²².

No caso dos colonos, entendidos como grupos sociais cujas representações simbólicas formam códigos e práticas comuns, eles são no dizer de Arlene Renk “portadores de estilização de vida”²²³ não homogêneos, apresentando clivagens decorrentes de suas linhagens familiares e dos períodos de imigração. Segundo a autora, os italianos apresentam um grau maior de homogeneidade, além do fato de serem quase todos católicos. Os alemães, além das fronteiras geográficas diversas, enfrentavam as fronteiras religiosas entre o catolicismo, o protestantismo e os livre-pensadores²²⁴. Além destes fatores, outras clivagens faziam-se presentes: o grau de escolarização, o fator econômico, a adaptação à colônia, que variava conforme o período e o local para onde se direcionou a imigração. Em um registro de 1926, o pastor Leonhard Grau apontava a região de Taió como “pólo neutralizador nos desentendimentos entre colonos aqui residentes há mais tempo e os recém-chegados”²²⁵.

A partir destas considerações, levantamos a hipótese de que, embora a etnicidade continue sendo uma das chaves para o entendimento dos conflitos sociais envolvendo os alemães e seus descendentes durante o Estado Novo em Santa

²²² MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 45.

²²³ RÊNK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000, p. 131.

²²⁴ Os livre-pensadores ou deístas eram filósofos que a partir do século XVII negaram o sobrenaturalismo com que se revestiam as igrejas e seus livros sagrados. Segundo a professora Eliane Moura, o movimento de livre pensamento marcou profundamente a sociedade contemporânea desde meados do século XIX e apresentam importantes relações com o socialismo. Conforme: SILVA, Eliane Moura. *Maçonaria, anticlericalismo e Livre-pensamento no Brasil (1901-1090)*. Apresentação na Mesa Redonda *Maçonaria e Cidadania* no XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH. www.unicamp.br/~elmoura, consultado em 19/09/2007.

²²⁵ STOER, Hermann. *Crônica da Paróquia Evangélica de Rio do Sul – Vom Werden und Wachsen einer evgl. Pfarrgemeinde*. Rio do Sul: 1965, s.e., p. 38. Apud: DIRKSEN, Valberto & KLUG, Joao (org.). *Rio do Sul: uma história*. Rio do Sul: Ed. da UFSC, 1999, p. 225.

Catarina, existem outras que podem ser identificadas através do que Norbert Elias percebeu como relações entre ‘estabelecidos e outsiders’²²⁶. Abandonamos a demarcação das fronteiras étnicas²²⁷ e deixamos de apenas seguir grupos silenciados ou silenciadores para perceber que outras possibilidades se colocavam na cena. Entretanto, para que possamos entender melhor a população de origem alemã e os conflitos a ela relacionados, algumas considerações fazem-se necessárias acerca deste grupo que principiou sua colonização no Estado em 1829 com a criação do núcleo de São Pedro de Alcântara, na região próxima a Desterro.

A princípio, os alemães foram considerados imigrantes desejáveis para o empreendimento do projeto de branqueamento²²⁸ da população brasileira com base nos discursos eugênicos. Aos poucos, porém, sua difusão pelo mundo - tida como imperialista - associada ao movimento pan-germanista e ao seu crescente dinamismo econômico, despertou temores em intelectuais²²⁹ e políticos brasileiros. Estes fatos desencadearam uma série de publicações que alertavam para o ‘perigo alemão’ principalmente no Sul do Brasil, difundidos principalmente através da imprensa, desde os anos finais do século XIX e início do século XX.

De acordo com Giralda Seyferth, o conflito entre teuto-brasileiros e ‘brasileiros’ foi deflagrado no final do século XIX, quando elementos de “origem alemã chegaram

²²⁶ ELIAS, Norbert. Op. Cit..

²²⁷ BARTH, Frederik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe. Teorias da etnicidade – seguido de grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 195.

²²⁸ Como ‘teoria antropológica’ a tese do branqueamento da população foi elaborada por J.B. de Lacerda em 1911, mas desde o século XIX diversos autores já especulavam a respeito. A esse respeito ver SEYFERTH (1985), SKIDMORE (1976) e SCHWARCZ (1993).

²²⁹ Entre os intelectuais que escreveram sobre o ‘perigo alemão’ podemos citar Silvio Romero (‘O alemanismo no Sul do Brasil’), Graça Aranha (‘Canaã’) e Euclides da Cunha (‘Os Sertões’). De acordo com Luiz Felipe Falcão, as obras de Graça Aranha e de Silvio Romero foram fundamentais para a construção da idéia de que os alemães representavam um perigo real ao Brasil. Conforme: FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã – diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000, p. 61 e seguintes.

às assembleias provinciais e ao Congresso Nacional [...]. Entretanto, esta relação direta entre a política e os conflitos étnicos precisa ser relativizada, uma vez que poucos alemães efetivamente ocuparam cargos políticos. Além disso, a imprensa teuto-brasileira se tornou mais atuante e incômoda para a elite brasileira²³⁰, uma vez que ela já estava bem estabelecida e era responsável por importantes periódicos em Santa Catarina.

Ainda segundo a autora, dois outros fatores contribuíram para acentuar a rivalidade étnica: o incentivo de líderes teuto-brasileiros à imigração alemã e a propaganda pan-germanista. Complementarmente, René Gertz argumenta que em “momentos de crise, sempre se pensou que a população poderia estar-se dedicando de forma calculada a entregar parte do Brasil ao domínio da Alemanha”²³¹.

A imigração

O Brasil foi, depois dos Estados Unidos, o país da América que mais recebeu imigrantes alemães, tendo chegado a aproximadamente 15 mil alemães por decênio entre 1850 e 1919. Na década de 1920, estes números aumentaram consideravelmente, chegando a aproximadamente 75 mil alemães, o que pode ser explicado pelas dificuldades da vida na Europa após a Primeira Guerra Mundial. Os alemães formavam o quarto contingente imigratório para o Brasil (cerca de 7% do total). Entre os anos de 1886 e 1936, teriam entrado aproximadamente 280.000

²³⁰ SEYFERT, Giralda. *A questão étnica teuto-brasileira*. In: FIORI, Neide Almeida (org.). *Etnia e educação: a escola 'alemã' do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003, p. 41 e seguintes.

²³¹ GERTZ, René. *Idem*, p. 34.

indivíduos desta origem étnica²³². Em números, a imigração alemã foi precedida pela italiana (cerca de 75%), portuguesa e espanhola²³³, embora estas quantificações não fossem muito precisas por envolverem impérios multinacionais ou recém unificados²³⁴. Certo é que os alemães que chegaram ao Brasil anteriormente à Segunda Guerra Mundial estavam presentes em todo o território catarinense, com presença marcante na capital, o que é comprovado por João Klug através dos relatos de viajantes estrangeiros que passaram por Santa Catarina²³⁵.

De acordo com alguns autores²³⁶, a raiz dos conflitos entre teuto-brasileiros e luso-brasileiros pode ser encontrada através das suas diferentes concepções de nacionalidade e de cidadania. Para o nacionalismo alemão, a língua representou o elemento mais marcante de pertencimento à nacionalidade, concebida de forma desvinculada da cidadania, através do *jus sanguinis* ou direito pelo sangue. O contexto histórico do nascimento do conceito de nação deu-se paralelamente ao desenvolvimento do Estado centralizado, diferindo conforme as condições de desenvolvimento das nacionalidades e dos Estados Nacionais²³⁷.

²³² SEYFERT, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1999, p.33.

²³³ SEYFERT, Giralda. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: Repensando o Estado Novo. Dulce Chaves Pandolfi (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 201-2.

²³⁴ Para obter maiores detalhes sobre a colonização alemã em Santa Catarina consultar: KLUG, João. *Consciência Germânica e Luteranismo na Comunidade Alemã de Florianópolis (1868-1938)*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação (História). Florianópolis: UFSC, 1991, p. 6 e seguintes.

²³⁵ Idem, capítulo 2 – “Colônia alemã de Desterro”, p. 25 e seguintes.

²³⁶ Para entender melhor esta questão ver SEYFERT, Giralda e RAMBO, Arthur Blasio. *Nacionalidade e Cidadania*. In: Os alemães no sul do Brasil. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 43-55.

²³⁷ VIGEVANI, Tullo. *História e Contemporaneidade da Questão Nacional (Reflexões do passado para servirem hoje)*. In: BRESCIANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita; e LEWKOWICKZ, Ida (org.). Jogos da Política: Imagens, Representações e Práticas. ANPUH/ São Paulo – Marco Zero – FAPESP, 1992, p. 99-100.

Norbert Elias, ao estudar o processo de formação histórica da Alemanha nas obras 'O processo civilizador'²³⁸ e 'Os Alemães'²³⁹, diferencia *kultur* de *zivilisation*. A primeira refere-se à individualidade de um povo - essencialmente imutável assim como uma "tradição herdada do passado"²⁴⁰ - enquanto que a segunda descreve um processo ou seu resultado. No Brasil, diferentemente, vigorava a noção de pertencimento baseada no *jus soli* cuja representação da pátria estaria diretamente relacionada ao local de nascimento.

Na Alemanha, o conceito de nação está ligado aos costumes herdados dos antepassados, sendo possível o descolamento da nacionalidade na ausência física do Estado. *Volkstum*, *Deutschtum*, *Heimat*²⁴¹ são conceitos que entraram em choque direto com o modelo lusitano que dominava o quadro político nacional, que de certa forma também enaltecia o papel civilizador do imigrante alemão, considerando-o indispensável para o desenvolvimento das colônias, incorporando um forte componente etnocêntrico, com certa freqüência até 1938 e daí por diante, cada vez mais raramente, até desaparecer no contexto da guerra. Seyferth argumenta que este *Deutschtum* possuía uma dimensão inclusiva por representar a possibilidade de inserção em um grupo social em meio às possíveis hostilidades das novas terras. Entretanto, fora interpretado pelos brasileiros como desejo de enquistamento, representando o intuito de formar um Estado dentro do Brasil²⁴², o que culminou por

²³⁸ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução Ray Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, 2v.

²³⁹ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

²⁴⁰ ELIAS, Norbert. *Idem*, p. 131.

²⁴¹ Os três podem ser traduzidos por índole nacional, germanidade e pátria-mãe, respectivamente. Giralda Seyferth define *Deutschtum* como a síntese das qualidades nacionais germânicas. SEYFERTH, Giralda. *A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica*. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira (org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 17.

²⁴² SEYFERTH, Giralda. 2003, p. 44 e 45.

justificar discursiva e politicamente a repressão que foi implementada pelo regime Vargas.

No contexto das duas guerras mundiais, os alemães tornaram-se os principais alvos das hostilidades governamentais e da própria população nacional, que nas duas ocasiões - segundo Silva Jr.²⁴³ ao analisar ambos os conflitos em Porto Alegre (RS) - investiu contra os teutos com o intuito de “impedir que (...) tivessem lugar de destaque”. Para o autor, no contexto da Primeira Guerra Mundial, as autoridades estaduais, representadas por Borges de Medeiros, mantinham boas relações com os teutos e procuraram acalmar a população, evitando incêndios e atos violentos. O mesmo não teria acontecido no contexto da Segunda Guerra, quando o Interventor Cordeiro de Farias “foi ao encontro dos manifestantes, estimulando o quebra-quebra que não foi reprimido pela polícia estadual”²⁴⁴.

Medidas nacionalizadoras também atingiram a população teuto-brasileira através da intervenção na imprensa e nas escolas alemãs entre 1917 e 1919, mas foi a partir de 1937 que esta população viu suas organizações comunitárias e sociais atingidas em cheio pela repressão policial e muitos de seus membros presos em campos de concentração.

Em 1934 e novamente em 1937, foi estabelecido o regime de cotas que limitou em 2% a imigração sobre o total de nacionais fixados no país nos últimos 50 anos. O decreto-lei n. 479 de 1935, regulamentava a expulsão de estrangeiros que fossem suspeitos ou “considerados autores ou cúmplices de crimes de natureza

²⁴³ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *O Povo X der Pöbel*. In: Os alemães no sul do Brasil. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 100 e 101.

²⁴⁴ Idem, p. 101.

política, sexual ou ligados a tóxicos”²⁴⁵. Entre 1935 e 1937 a Delegacia de Ordem Política e Social expulsou de São Paulo 82 pessoas, sendo 46, 34% espanhóis e apenas 2,44% de alemães. Os estrangeiros passavam a ser vistos como inimigos responsáveis pela subversão da ordem política e social, principalmente os que fossem considerados comunistas, de origem judaica, integralistas e nazistas, mesmo que sem filiação partidária. Com o desenrolar da guerra, como veremos, o alvo das hostilidades da polícia política brasileira transferiu-se para os descendentes dos países do Eixo.

Os alemães e seus descendentes, de modo geral eram considerados suspeitos apenas pela sua origem étnica e pela língua falada. De fato, havia entre eles alguns adeptos do nazismo, embora devamos considerar que esta palavra pudesse significar a muitos deles, de acordo com inúmeros historiadores, uma demonstração de pertencimento, orgulho e confiança na capacidade de reestruturação econômica da Alemanha.

O Partido Nazista

Efetivamente o Partido Nazista, cuja atividade no Brasil foi legal até 1937, quando todos os partidos tiveram suas atividades proibidas²⁴⁶, não chegou a contar com 5.000 adeptos em todo o país²⁴⁷. Segundo Gertz, entre os afiliados, muitos o

²⁴⁵ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Estrangeiros e Ordem Social – São Paulo, 1926-1945*. In: Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, vol. 17, n.33, 1997, p. 202.

²⁴⁶ Decreto-lei n. 37, de 02/12/1937. Artigo 1 – Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos. *LEX 1937 – Revista de Legislação Federal*. Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

²⁴⁷ Segundo GERTZ, René. *A construção de uma nova cidadania*. In: *Os alemães no Sul do Brasil*. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 35.

fizeram para obter benefícios materiais na comunidade de origem teuta e não por messianismo, ou seja, a real ideologia nazista poderia estar passando longe de algumas comunidades que aderiam ao movimento. De acordo com o autor, elas poderiam estar buscando, ao ingressarem no partido, a materialização de um sentimento de pertencimento.

Esta possibilidade pode ser confirmada através do depoimento do Sr. Werner Springmann²⁴⁸, cujo pai recusou-se a entrar no Partido e por isso sofreu represálias, sendo, de certa forma, excluído da comunidade alemã estabelecida na capital: “entraram num acordo e veio então a ordem de que todos os associados do partido não encomendassem mais móveis na fábrica do meu pai. (...) [Houve] um grande decréscimo na confecção de móveis e com isso então a fábrica quase entrou em falência”. E complementa afirmando que “quase todos os alemães [de Florianópolis] eram do partido”. Esta informação não encontra sustentação nas fontes e por isso precisa ser relativizada, pois segundo a documentação do Clube Germânia, na capital, apenas onze famílias teriam se filiado ao Partido, o que lhes resultou um convite para se retirarem do Clube²⁴⁹. Entretanto, nos anos que antecederam a entrada do Brasil na guerra, era comum ver anúncios nos jornais locais convidando a alta sociedade para solenidades como o aniversário do *fürer* ou do partido nazista.

No Jornal Diário da Tarde, do dia 06 de outubro de 1937, uma notícia intitulada “A colônia alemã de Florianópolis em festa”²⁵⁰ fazia referência à “Festa da Colheita” realizada nos salões do Tiro Alemão. A data, considerada o “segundo dia

²⁴⁸ Entrevista com o Sr. Werner Springmann. Florianópolis, 04/11/2004.

²⁴⁹ Informação prestada pelo Prof. João Klug que estudou o Livro de Atas da Associação de Senhoras Alemãs de Florianópolis, ligadas à Igreja Luterana.

²⁵⁰ Jornal Diário da Tarde, 06/10/1937, p. 2. BPESC.

nacional da Nova Alemanha” reuniu “alemães residentes nesta capital e colônias próximas, como também muitas famílias brasileiras”. Na ocasião, o cônsul da Alemanha de Florianópolis, sr. Carl Steiner discursou, assim como também o sr. Otto Schinke, que “discorreu sobre a grande obra e a significação do Nacional-Socialismo Alemão, que só e exclusivamente se dirige ao súbdito alemão, exigindo delle respeitar as leis do paiz hospitaleiro como também ficar-se consciente dos seus deveres para com o seu povo. O orador recebeu calorosos applausos.”²⁵¹ A cerimônia oficial foi encerrada com os hinos nacionais alemães. A população de origem alemã podia, ainda em outubro de 1937, celebrar e expressar-se na língua alemã, enaltecer a pátria e contar com o apoio e a presença das autoridades em suas festividades. Em breve, esta notícia seria considerada um crime contra a segurança nacional.

A própria comunidade excluía, tornando ‘outsider’ aqueles que não se enquadrassem no ideal de homogeneidade defendido pelos alemães estabelecidos na cidade.

Segundo o Sr. Werner, num relato sobre a vida na região central da capital catarinense nas primeiras décadas do século XX, a comunidade alemã estava bem estabelecida:

(...) na casa Hoepcke, naquele tempo, a maioria dos empregados eram todos descendentes de alemães. Então quando você fazia alguma compra, ia no sapateiro, falava alemão, nós temos... dois, três, quatro, cinco padarias que falavam alemão. No armazém em que a gente comprava tecido, quem atendia era alemão. Quer dizer, na época, brasileiro, mas falava o alemão. Depois

²⁵¹ Idem.

tinha uma sessão de ferragens, uma sessão de máquinas, uma sessão de ...
tinha a farmácia também (...) era o Cardoso que era o chefe da farmácia (...) E
depois nos armazéns, eles tinham também na Rita Maria, na fábrica de
rendas, fábrica de pregos, fábrica de gelo. [A colônia] era grande (...).

Roger Bastide, intelectual, sociólogo e pedagogo, plenamente alinhado com a política e os líderes estado-novistas, em relato ao “Diário de São Paulo” sobre sua viagem a Santa Catarina, quando perguntado pelo repórter sobre onde moravam os alemães de Florianópolis, respondeu: “Integram a pequena burguesia e via de regra, segundo me foi dado a observar, não se misturam com a gente do morro”²⁵². Seria interessante saber a qual gente do morro o intelectual se reporta e se a burguesia local de origem lusa estaria de alguma forma integrada com esta população.

Marlene de Fáveri, ouviu do sr. Werner que em Florianópolis, “a Rua Nereu Ramos ficou conhecida como a Rua do Eixo, já que ali moravam alemães, duas famílias italianas e duas brasileiras, apenas²⁵³”. E se era assim na capital do Estado, nas regiões definidas como sendo de colonização predominantemente alemã, as redes estavam muito mais solidificadas, ou pelo menos, mais evidentes. Clubes, associações, igrejas, sociedades de tiro, de ginástica, de canto, enfim, toda uma rede de sociabilidade estabelecida e compartilhada por pessoas que falavam a mesma língua: o alemão.

²⁵² *Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Santa Catarina*. Ano I, Número 1. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 7 de Maio de 1943, p. 59. Arquivo Particular do Dr. Paulo Pinheiro Machado.

²⁵³ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 39.

A característica fundamental da imigração alemã na sua fase inicial, segundo Jean Roche²⁵⁴, foi sua concentração em regiões específicas ou nos chamados bairros étnicos, num processo de ocupação de 'enxamagem' (que avançava progressivamente em grupos). Essa estratégia, desenvolvida ao longo do tempo, fez com que os órgãos oficiais classificassem o grupo teuto como 'não-assimilável'. Isto não significa que estivessem isolados geograficamente, apenas que mantinham algumas características culturais vivas dentro da comunidade étnica.

O conceito de comunidade étnica foi desenvolvido por Max Weber²⁵⁵ para enfatizar a importância dos costumes e comportamentos e da pressuposta afinidade de origem, estabelecendo especificidades e destacando pertencimentos considerados em seus limites simbólicos. Segundo Giralda Seyferth, para Weber a etnicidade é simbolicamente representada pelas "diferenças visíveis aos olhos dos outros"²⁵⁶ e a identidade étnica emerge justamente do contato e do processo de colonização, nada tendo "a ver com uma situação de isolamento/enquistamento"²⁵⁷. Klug explicita o fato de que mesmo as grandes cidades continham colônias alemãs, analisando o caso do Rio Grande do Sul.

Em Florianópolis, de acordo com os trechos analisados do depoimento do Sr. Werner Springmann, esta tese se confirmava. E podemos afirmar que em toda Santa Catarina, não foi diferente. Nas décadas iniciais do século XX, através dos censos demográficos, é possível perceber a inserção da imigração alemã nas diversas

²⁵⁴ ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

²⁵⁵ WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 1992, p. 269-270.

²⁵⁶ SEYFERTH, Giralda. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: Repensando o Estado Novo. Dulce Chaves Pandolfi (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 200.

²⁵⁷ SEYFERTH, Giralda. *A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica*. In: *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 14.

regiões do Estado, inclusive em cidades maiores, de forma que “em maior ou menor intensidade, o elemento germânico se espalhava por quase todas as regiões do estado”²⁵⁸.

O quadro abaixo, que reúne apenas seis cidades, nos dá um panorama da população estrangeira de alguns municípios catarinenses no ano de 1940, embora esses números devam ser relativizados, por não contabilizarem os descendentes de estrangeiros, o que faria uma importantíssima diferença nas estatísticas:

	Florianópolis	Brusque	Blumenau	Joinville	Jaraguá do Sul	Orleães	Total do Estado
Brasileiros Natos	46.082	22.904	38.979	44.117	22.304	24.609	1.151.092
Brasileiros Naturalizados	171	77	359	337	278	65	5.669
Estrangeiros	517	447	1.838	1.132	913	291	21.532
Nacionalidade não declarada	1	-	2	4	-	-	47

Fonte: *Sinopse Estatística – Principais Resultados Censitários – 1-IX-1940*. Cadernos dos Municípios de Florianópolis, Brusque, Blumenau, Joinville, Jaraguá do Sul e Orleães. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948. Setor de Obras Raras, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Uma análise de fundo econômico também nos remete a questionamentos relevantes, principalmente dentro do contexto de conflitos sociais desencadeados

²⁵⁸ KLUG, João. *Consciência Germânica e Luteranismo na Comunidade Alemã de Florianópolis (1868-1938)*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação (História). Florianópolis: UFSC, 1991, p. 19.

nos anos 1930 e 1940. Em levantamento feito pelo Departamento Estadual de Estatísticas – D.E.E., em 1941²⁵⁹, foram apontadas as principais firmas exportadoras de produtos de origem animal. De 35 estabelecimentos espalhados por todo o Estado, 18 pertenciam a pessoas com sobrenomes alemães em cidades de colonização predominantemente alemã.

Outro relatório, apresentado pelo prefeito da Capital, Mauro Ramos, em 1937²⁶⁰, aponta as indústrias existentes na cidade: de um total de 58, 26 podem ser apontadas como pertencentes a pessoas com sobrenomes alemães (Hoepcke, Schroeder, Entres, Leyendecker, etc.). Ou seja, estamos falando de, no mínimo, quase metade dos estabelecimentos comerciais. João Klug, ao analisar a presença alemã em Florianópolis, constatou sua significativa contribuição na dinamização da economia local. Segundo ele, nas primeiras décadas do século XX:

a maior parte das iniciativas industriais e do comércio estavam em mãos de empresas familiares germânicas, tais como Hackradt, Ebel, Wellmann, Bade, Hoepcke, Moellmann, Kirbach, etc. O mesmo pode ser dito com relação a profissionais liberais, na área por exemplo da medicina, farmácia, arquitetura, onde se destacaram nomes como Goffergé, Horn, Gründel, Wildi e outros, com ênfase especial ao arquiteto Theodor Gründel que executou a maior parte das obras nesta cidade, nos últimos anos do século passado e nas duas primeiras décadas deste²⁶¹.

²⁵⁹ Principais firmas exportadoras de alguns produtos de origem animal – 1940. Caderno do Serviço de Informações – Março e Abril de 1941. N. 32. Departamento Estadual de Estatísticas. Estado de Santa Catarina. Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina.

²⁶⁰ Indústrias existentes. Relatório apresentado ao Sr. Interventor Federal no Estado pelo Prefeito da Capital, Mauro Ramos. Exercício de 1937. P. 93. Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina.

²⁶¹ KLUG, João. Op Cit, 1991, p. 34.

Em 1938, um relatório apresentado pelo Interventor Nereu Ramos ao Presidente da República²⁶² listava em ordem decrescente o número de fábricas existentes em cada um dos 43 municípios existentes no Estado. Os dados referiam-se ao ano de 1936:

Município	No. de Fábricas	Município	No. de Fábricas
Blumenau	266	Palhoça	58
Rio do Sul	262	Nova Trento	56
Joinville	232	Cresciuma	55
Jaraguá	170	Xapecó	54
Hammônia	158	Sao José	54
Campos Novos	146	Bom Retiro	48
Brusque	131	Sao Francisco do Sul	46
Itajahy	127	Itaiópolis	43
Tubarão	121	Laguna	43
Indaial	108	Orleans	43
Caçador	96	Biguassu	40
Mafra	94	Gaspar	34
Canoinhas	91	Campo Alegre	23
Timbó	87	Imarui	22
Urussanga	86	Lages	21
Araranguá	83	Camboriu	18
Cruzeiro	83	Jaguaruna	18
Tijucas	82	Parati	15
Florianópolis	75	Curitibanos	10
Sao Bento	72	São Joaquim	10
Porto União	69	Porto Belo	8
Concórdia	60	Total	3.418

Fonte: *Relatório apresentado em outubro de 1938 ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938, p. 61. BPESC.

²⁶² *Relatório apresentado em outubro de 1938 ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938, p. 61. BPESC.

As cinco primeiras cidades da lista são todas reconhecidas como de origem étnica predominantemente alemã. Juntas, elas respondiam por aproximadamente um terço dos empreendimentos fabris em 1938, o que atesta o desenvolvimento de uma economia industrializada nas cidades colonizadas por alemães. Não restam dúvidas, portanto, da importância econômica desta comunidade em Santa Catarina e isto certamente contribuiu para desencadear alguns descontentamentos e revanchismos. O setor de comércio de livros na capital²⁶³, por exemplo, possuía quatro estabelecimentos, dos quais três pertenciam a esta comunidade: Livraria Catarinense, de Carlos Leyendecker, Livraria Central, de Alberto Entres e Livraria Schuldt, de H. O. Logoki. Todos foram revistados pela DOPS no ano de 1942, “sendo em todas negativa a busca quanto a material de propaganda nacional-socialista”²⁶⁴.

Estes dados não são exclusivos de Santa Catarina, mas seguem uma tendência entre os estados do Sul do Brasil, conforme apontado por Stanley Hilton. Segundo o autor “o cônsul alemão em Curitiba observou orgulhosamente em 1933 que essa cidade parecia ‘economicamente apoiada quase que somente em indústrias e casas de comércio alemãs’, fato reconhecido queixosamente por um nacionalista brasileiro de descendência portuguesa”²⁶⁵.

Nas entrelinhas destas questões estavam os conflitos estabelecidos entre grupos econômicos e industriais de nacionais e de estrangeiros que disputavam o poder local e entre empresários e patrões desejosos de manter a ordem sem encontrar resistências entre seus trabalhadores. Com o desenrolar da Segunda

²⁶³ Idem, p. 100.

²⁶⁴ Ofício de 11/02/1942. *Ofícios DOPS – Segurança Pública. 1942. Jan-Set.*, p. 131. APESC.

²⁶⁵ HILTON, Stanley E. *O Brasil e as Grandes Potências: 1930-1939, os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 85.

Guerra Mundial e a repressão aos estrangeiros em todo o país, denúncias, prisões, expulsões, torturas, demissões e confiscos de bens passaram a ser utilizados como afirmação de micro-poderes, o que foi legitimado principalmente com a entrada do Brasil na guerra, em 1942.

2.2 – As redes de solidariedade

Os indivíduos só podem ser compreendidos através da sua inserção na sociedade. Esta, por sua vez encontra-se continuamente tecendo redes ou teias com possibilidades de múltiplas conexões. São arranjos, acordos e acomodações voláteis, elaborados conforme o momento histórico se apresenta, cujos sentidos podem escapar ao olhar descuidado do tempo, abarcando interesses muitas vezes obtusos e nem sempre óbvios, como estratégias de sobrevivência, de preservação da liberdade, de obtenção de vantagens sociais, políticas ou econômicas, de resistências, etc.

De acordo com Norbert Elias²⁶⁶ para fazer referência às dinâmicas e movimentos intrínsecos às sociedades, precisamos perceber a configuração que se apresenta através da inter-relação entre as pessoas. E quanto maior a teia, mais difícil a sua visualização, o que nos remete à necessidade de fazer uso da análise indireta, feita através dos seus elos de ligação. Como um jogo sem começo nem fim, é o processo em sua fluidez que interessa, gerando outros movimentos encadeados,

²⁶⁶ ELIAS, Norbert. Op. Cit..

numa “complexa polifonia do movimento de ascensão e declínio dos grupos ao longo do tempo”²⁶⁷.

Elias trabalha com a questão das disputas pelos espaços de poder baseando-se em estudos sobre a sociodinâmica da estigmatização, a partir do estudo de caso de uma comunidade batizada com o nome fictício de Winston Parva. Suas análises nos ajudam a compreender melhor os processos sociais e conflitos no contexto catarinense do Estado Novo, fossem eles silenciosos ou não.

O problema ‘estabelecidos & *outsiders*’ pode assumir diversas conotações - raciais, culturais, étnicas, de classes, de gênero, etárias, etc. -, sendo todas baseadas em preconceitos e desigualdades tidos como naturais. Assim surge a necessidade de trabalhar com a desnaturalização destes conceitos, evitando sua associação e utilização em um tipo de fantasia coletiva ou *blame gossip*²⁶⁸ - uma criação do grupo estabelecido para refletir ou justificar o preconceito e defender suas posições privilegiadas.

No subcapítulo anterior foi visto como algumas comunidades alemãs estabelecidas ocupavam posições de destaque na economia catarinense, principalmente na região do Vale do Itajaí e no litoral. Conforme a documentação pesquisada, fica notório como, mesmo diante de todo o processo de nacionalização que foi violentamente implementado pelo projeto estado-novista, até o ano de 1942 as autoridades alemãs ainda eram prestigiadas pelas autoridades estaduais.

Luiz Felipe Falcão afirma ser possível dizer “sem nenhum receio, que a exaltação da Alemanha hitlerista e da Itália de Mussolini era quase que unânime da

²⁶⁷ Idem, p. 36.

²⁶⁸ Fofoca depreciativa.

imprensa de Santa Catarina dos anos trinta, independentemente de sua filiação partidária, da sua área de circulação ou mesmo da língua em que estava sendo redigida”²⁶⁹ o que não constituía um fenômeno exclusivamente catarinense ou brasileiro.

Eric Hobsbawm²⁷⁰ identificou esta tendência simpática aos totalitarismos, típica da ‘Era da Catástrofe’ com o que ele chamou de uma estratégia retirada do liberalismo, provocada pelo medo de uma revolução social, fato que resultou na redução de governos constitucionais e eleitos entre 65 países nos anos de 1920 a 1944, de 35 para 12. Também concorreu para a admiração da Alemanha nazista sua rápida recuperação econômica e o sucesso obtido pelo governo na empreitada de envolver e dominar as massas através das formas tradicionais e carismáticas como a propaganda, fato copiado em outras partes do mundo, inclusive no Brasil, através da ação do DIP.

Esta simpatia que extrapolava a economia alemã irradiava-se por outras esferas, inclusive as oficiais e diplomáticas. Em maio de 1936 reconhecia-se “o senhor doutor Carl Steimer no caráter de Cônsul da Alemanha nesta Capital”²⁷¹. Dois anos depois, já em pleno Estado Novo e em meio a demissões e prisões de alemães, “o Interventor Federal no estado mui cordialmente cumprimenta s.s. o sr. Cônsul da Alemanha, e agradece a comunicação feita em carta de 6 do corrente, relativamente ao hasteamento da bandeira do Reich no DIA DA PÁTRIA”²⁷². Em

²⁶⁹ FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã – diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000, p. 132.

²⁷⁰ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos (o breve século XX: 1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 115 e seguintes.

²⁷¹ Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores. Minutas. P.G. – Min. R.E., p. 213, 28/05/1936.

²⁷² Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores. Minutas. P.G. – Min. R.E., p. 580, 19/09/1938. Grifos no original.

setembro de 1939, Nereu Ramos afirmava que “foi reconhecido o Senhor Adolf Reichel no caráter de Cônsul da Alemanha, nesta Capital, com jurisdição em todo o Estado”²⁷³ e em outubro do mesmo ano era “reconhecido o senhor Bruno Meckien no caráter de Cônsul Provisório da Alemanha no município de Blumenau...”²⁷⁴. Da mesma forma em Rio do Sul, onde Raul Marquardt²⁷⁵ foi reconhecido como Agente Consular da Alemanha. Ainda neste ano uma nota no jornal intitulada “Comemoração de festas nacionais alemãs” anunciava:

Para comemorar o 50º aniversário do Fueher e Chanceler do Reich Adolf Hitler e o dia nacional alemão, o 1º de maio tinha – como fomos informados – o Cônsul alemão dr. Karl Steimer convidado os cidadãos alemães residentes em Florianópolis, sábado p.p., para sua residência particular. Quase todos os membros da colônia alemã, domiciliada nesta capital, compareceram, á hora marcada, á festa. Ao começar o Cônsul dirigiu aos seus convidados palavras de reconhecimento acolhimento e no decorrer da sua alocução falou sobre os grandes e recentes feitos históricos do chanceler que criou a Grã-Alemanha, realizando assim, em poucos anos o antigo sonho de todos os alemães²⁷⁶.

E ainda, conforme noticiou o Jornal *O Estado*: “O Brasil também se representou no aniversário de Hitler”²⁷⁷, referindo-se às festividades acontecidas na Alemanha nazista. Em setembro de 1941 as manchetes de jornais anunciavam que o Brasil havia comprado um navio cargueiro alemão²⁷⁸, refletindo importantes

²⁷³ Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores. Minutas. P.G. – Min. R.E., p. 590, 28/09/1939.

²⁷⁴ Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores. Minutas. P.G. – Min. R.E., p. 671, 21/10/1939.

²⁷⁵ Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores. Minutas. P.G. – Min. R.E., p. 806, 28/11/1939.

²⁷⁶ Jornal Diário da Tarde. Florianópolis, 25/04/1939.

²⁷⁷ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 22/04/1939.

²⁷⁸ Jornal *Diário da Tarde*. Florianópolis, 18/09/1941.

transações comerciais entre ambos os países. Até essa época, anúncios como os que informavam a programação diária das rádio emissoras alemãs também eram publicados nos periódicos locais.

Muito comuns em 1937 eram anúncios de profissionais liberais nos jornais de Santa Catarina. O Dr. H. Gg. Sippel, cirurgião-dentista, anunciava que era formado no Brasil e na Alemanha²⁷⁹. Na página seguinte os anunciantes eram Dr. Djalma Moellmann (clínico médico “com prática em hospitaes europeus”) e o Dr. Ricardo Gottsmann (“ex-chefe da clínica do Hospital de Nürnberg”, especialista em cirurgia geral). Este último seria preso pela polícia política alguns anos mais tarde, em 1942, e internado primeiramente na Ilha dos Guarás e depois no Campo de Concentração Trindade.

Paralelamente a estas relações, que muitas vezes iam além de mera diplomacia e cordialidade, a repressão contra os estrangeiros, principalmente os de origem alemã, crescia em todo o Estado, juntamente com os discursos que os transformavam em inimigos, sabotadores e traidores da pátria. O governo empenhava-se numa campanha definida como sendo de ‘saneamento patriótico’²⁸⁰, que visava modificar por inteiro “a fisionomia dos núcleos de marcante predominância alienígena”²⁸¹.

A coexistência de situações paradoxais sustenta a hipótese de que apenas a análise da etnicidade não é suficiente para a compreensão deste momento histórico.

²⁷⁹ *Jornal Diário da Tarde*. Florianópolis, 03/04/1937, p. 2.

²⁸⁰ RATTON, Capitão Antônio Carlos Mourão. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 12.

²⁸¹ *Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Santa Catarina*. Ano I, Número 1, p. 2. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, 7 de Maio de 1942. Arquivo Particular do Dr. Paulo Pinheiro Machado.

Necessitamos cruzar informações, para percebermos os sentidos no que se apresenta como contrariedade.

Outras teias ou redes de solidariedade, além das diplomáticas e oficiais estavam presentes. Uma delas era a maçonaria, que representava um poder paralelo, estabelecendo pertencimentos e conexões. Os membros participantes da ordem, importantes figuras da sociedade, reuniam-se em esfera privada e caráter secreto, o que tornava suas ações e as implicações delas advindas tão diluídas que poderiam passar despercebidas aos olhos do presente, não fosse o relato de quem vivenciou a situação.

Questionado sobre as boas relações mantidas entre sua família e a polícia política local, o sr. Werner Springmann afirmou: “o meu pai (...) era maçom [o que] facilitou porque era da mesma loja do Nereu Ramos”²⁸² assim como o Capitão Antônio de Lara Ribas, Delegado da Ordem Política e Social em Santa Catarina. Este relato nos demonstra como uma família alemã pôde livrar-se das perseguições da polícia política, e resistir através das boas relações estabelecidas com o poder local devido à sua inserção numa esfera de pertencimento, numa rede de solidariedade.

De fato, boa parte do poder constituído mantinha – assim como ainda hoje – amplas ligações com a maçonaria. Este fato, por si só, talvez não explique as boas relações na sua totalidade, mas contribui significativamente para a comprovação da existência de uma importante rede, muito útil principalmente em situações que fogem à normalidade, como foi o período de perseguições aos alemães e descendentes na primeira metade da década de 1940. As regras do jogo haviam mudado e pertencer

²⁸² Entrevista com o sr. Werner Springmann. Florianópolis, 04/11/2004.

a um grupo inserido nos meandros do poder local poderia significar a possibilidade de evitar conflitos com a polícia política. A senhora Irene Kreiling Medved relatou que seu pai foi preso e enviado para Bom Retiro, onde permaneceu por alguns meses e voltou no Natal para ficar “alguns dias conosco e teve que voltar. Aí fomos pedir para o Lara Ribas, que morava em frente a nossa casa, na escola alemã. E fomos pedir e ele deixou ele ficar em Florianópolis”²⁸³.

Por outro lado, disputas e estratégias para manter poderes motivaram ações que chegaram a ocasionar clivagens entre comunidades alemãs, corroborando a impossibilidade de homogeneização. A pesquisadora Méri Frotscher²⁸⁴ ao analisar o caso da Companhia Hering, afirmou que seu presidente, o dr. Curt Hering teria aconselhado sua filha a casar-se com o advogado brasileiro Max Tavares do Amaral para evitar as repressões político-sociais advindas da campanha de nacionalização em Blumenau. Afirma também que uma elite blumenauense alemã já ‘estabelecida’, formada principalmente pelos descendentes de imigrantes mais antigos, na tentativa de se manter no poder, teria entrado em confronto com lideranças alemãs recém imigradas e que desejavam alcançar destaque na política local. Estes últimos teriam chegado a Santa Catarina durante as décadas de 1920 e 1930 e já teriam pleno conhecimento do ideário nazista, sendo muitos deles adeptos ou simpatizantes do movimento, contribuindo para a divulgação da ideologia nacional-socialista entre a comunidade local.

²⁸³ Entrevista com a Sra. Irene Kreiling Medved. Realizada em Florianópolis, a 19/11/2004.

²⁸⁴ UNIOESTE. Apresentou o trabalho *A Segunda Guerra Mundial e as intervenções do estado na esfera da produção: o caso da Cia. Hering de Blumenau*, no Simpósio Temático n. 04 – Guerra, Estado e Políticas Sociais, apresentado dia 10/05/2005. Resumo nos cadernos do Simpósio.

Algumas famílias alemãs com sobrenomes conhecidos, ao final da guerra, pleitearam junto ao interventor ajuda para encontrar parentes desaparecidos na Europa. Nereu Ramos colabora enviando cartas ao Ministro das Relações Exteriores – José Roberto Macedo Soares – com as solicitações. Algumas delas:

Senhor Ministro. Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para lhe solicitar encarecidamente que haja por bem mandar colher notícias de Maria Fanghaenel, residente na Alemanha. Essa senhora é filha de um grande industrial de Joinville – Afonso Lepper – e é brasileira. (...) Certo de que Vossa Excelência atenderá ao apelo que, por meu intermédio, lhe faz um pai brasileiro aflito pela falta de notícias da filha distante, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração²⁸⁵.

Senhor Ministro. Tenho a honra de pedir a Vossa excelência que não havendo inconveniente, se digne a mandar colher informações de Wolfgang Werner, filho de Paulo Werner e nascido em Blumenau, neste Estado, em 21 de maio de 1927 e que se achava na Alemanha quando rebentou a guerra. (...) O pedido é feito em atenção à solicitação do progenitor, que é diretor técnico da fundição elétrica de ferro e aço, denominada Electro-Aço Altona Limitada, em Blumenau e ora sob intervenção federal por ser de interesse militar a sua fábrica de máquinas e ferramentas (...)²⁸⁶.

Com a saída de Oswaldo Aranha quem assumiu o Ministério das Relações Exteriores foi Pedro Leão Veloso, mas as cartas não pararam de chegar:

²⁸⁵ Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores – 1945/1960. G – Min. R.E., p. 393, 28/05/1945. Outro ofício, datado de 06/06/1945, à página 428, corrige o nome de Maria Fanghaenel para Oto Eduardo Lepper.

²⁸⁶ Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores – 1945/1960. G – Min. R.E., p. 406, 01/06/1945.

Senhor Ministro. Tenho a honra de solicitar os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de se colherem informações na Alemanha sobre META ZIPSER, natural desta capital, filha de Carl Hoepcke, a qual residia em Bielsko (Polônia) e que se supõe esteja na província de Thuringia (Alemanha Central) (...)²⁸⁷.

Senhor Ministro. Tenho a honra de solicitar de Vossa Excelência que haja por bem mandar colher informações sobre Alvim Schradeer, que se encontrava na Alemanha desde 1939. 2. Esse brasileiro que nasceu em Blumenau, neste estado, em 26 de dezembro de 1869, foi prefeito daquela cidade e deputado estadual em várias legislaturas. 3. Em sua companhia se encontrava sua filha, a viúva Isolde Oberstetter Schrader, também brasileira (...).²⁸⁸

Poderíamos citar outras correspondências, mas de acordo com as acima mencionadas, escolhidas por amostragem representativa, é possível percebermos que se tratavam de pessoas influentes na sociedade catarinense – ex-prefeitos, industriais, empresários, etc – que se sentiram seguras, a partir de 1945 para procurar as autoridades e pedir ajuda na busca por seus parentes dos quais foram separados pela guerra. Alguns meses antes, teria sido impensável que o governo estadual se mobilizasse para encontrá-los. O mais provável era que os solicitantes fossem advertidos ou mesmo presos por buscar alemães, associando-os ao nacional-socialismo.

²⁸⁷ Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores – 1945/1960. G – Min. R.E., p. 625, 09/08/1945. Grifos no original.

²⁸⁸ Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores – 1945/1960. G – Min. R.E., p. 664, 24/08/1945.

Outra rede estabelecida nas décadas de 1930 e 1940 e que motivou muitas das perseguições aos alemães e descendentes, foi o nazismo. Antes de o Brasil optar definitivamente por uma postura pró-Aliados, alguns segmentos do governo federal assumiram uma postura classificada como 'germanófila', mesmo que sem filiação partidária. Defendiam a grande capacidade organizativa da Alemanha e admiravam sua reconstrução política, econômica e social após a Primeira Guerra Mundial. Segundo Ana Maria Dietrich, "alguns trabalhos historiográficos procuraram demonstrar que Getúlio Vargas considerava a Alemanha nazista um modelo de progresso e cultura. Assim, sob um prisma simbólico, imagens desta admiração (modelo de cidadania) e exclusão (perigo estrangeiro) referentes aos alemães foram constantemente manipuladas pela polícia política"²⁸⁹. Esta tendência foi alterada progressivamente a partir de 1938, transformando alemães e descendentes em modelos ideais de perigo político.

De acordo com Edgar de Decca, num discurso vitimizador dos integrantes do partido nazista no Brasil, este movimento constituiu-se apenas em

um movimento político e ideológico que catalisou os sentimentos mais profundos de bons pais de família e não de elementos marginais da sociedade. Por profunda ironia, (...), os membros da comunidade alemã do nazismo transformaram-se, inclusive, em vítimas da ditadura de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo. Eles foram perseguidos por uma ditadura

²⁸⁹ DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops: Alemanha, módulo I*/ Ana Maria Dietrich, Eliane Bisan Alves, Priscila Ferreira Perazzo; Maria Luiza Tucci Carneiro organizadora; prefácio Dieter Strauss; introdução Nilo Odália. – São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. Coleção Inventário do DEOPS, p. 24.

cujos líderes acalentaram, durante o período, uma indisfarçável admiração pelo regime político instaurado e comandado por Hitler, na Alemanha²⁹⁰.

Entre estes ilustres admiradores da ideologia nazista, o mais destacado era Filinto Muller²⁹¹, que ocupou até julho de 1942 a Chefia de Polícia do Distrito Federal, quando foi removido,

num ato que pretendia demonstrar publicamente as simpatias do governo pelos aliados, ao substituir um germanófilo na polícia, mas que imediatamente proveu este 'germanófilo' a outros postos de poder. (...) Em relação aos demais homens da polícia, havia dúvidas quanto às tendências de Batista Luzardo, mas os tais Fraga, Affonso e Gessy, seus assistentes, estes eram abertamente pró-nazista (...) ²⁹²

A própria Alemanha fazia, até o acirramento do conflito, propaganda perante a comunidade internacional, patrocinando delegações de jornalistas para conhecerem de perto o poderio do Reich. Alexandre Konder, de Santa Catarina, embarcou numa destas viagens e o resultado foi publicado no livro *Um brasileiro na guerra européia*, de 1940. Na obra, além de uma entrevista com o filósofo do Partido Nacional Socialista – o *Reichsleiter* Alfred von Rosenberg -, são narradas com encantamento as visitas do jornalista a obras monumentais e à algumas batalhas. O autor impressiona-se com o que vê e defende as medidas anti-semitas:

²⁹⁰ De DECCA, Edgar Salvador. Prefácio. In: MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 12.

²⁹¹ Segundo Adalberto Paranhos, Muller teria exercido *poderes ditatoriais de fevereiro de 1933 a 15 de julho de 1942*. PARANHOS, Adalberto. Op. Cit., p. 120.

²⁹² CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit., p. 40.

Agora que vi em todos os cantos do Reich a verdadeira situação do judeu, tenho a impressão de que o israelita, passados os primeiros instantes da reacção, foi ali apenas forçado a ocupar, dentro do povo alemão, o lugar que, em realidade, lhe cabe. É um estrangeiro, e nada mais. Um estrangeiro indesejável, se quiserem. Mas, se levamos em conta as tragédias immensas que elle creou para a gente allemã, (que o havia recebido de braços abertos) durante os longos annos em que ella esteve escravizada ao seu jugo, veremos que tudo hoje marcha dentro de um clímax de tolerância tal, que por certo, não seria possível entre outros povos, que como o alemão, tivessem passado por tão duras provas nas mãos dos judeus (...).²⁹³

E continua, falando sobre os campos de concentração, que para ele não passam de invenção:

Os campos de concentração, onde milhares de judeus soffrem o captiveiro nazista”, segundo pude apurar em rodas israelitas e não israelitas, é uma pura ‘blague’ para effeitos de propaganda no exterior contra o Terceiro Reich. Existem judeus presos, é facto. Mas não pelo fato de serem judeus, e sim por estarem ligados à penalidades do Código Penal. Entretanto, fora do Reich, é muito fácil transformar-se um criminoso vulgar em martyr do nazismo. Principalmente quando a maior parte das agências de informações jornalísticas está nas mãos dos israelitas (...).²⁹⁴

Mas entre os que mantinham uma postura pró-Alemanha, alguns efetivamente afiliaram-se ao Partido Nazista, que segundo René Gertz, contabilizou cerca de

²⁹³ KONDER, Alexandre. *Um repórter brasileiro na guerra européia*. Rio de Janeiro: Irmãos Pangetti Editores, 1940, p. 131.

²⁹⁴ Idem, p. 132.

5.000 associados em todo o Brasil até 1938. Motivo de polêmica entre os pesquisadores, o número representa apenas aproximadamente 0,012 % do total de habitantes do país²⁹⁵. Especificamente sobre a década de 1930, o autor afirma que “não há como negar que havia atividade nazista e um certo alvoroço germanista, [mas que] toda pesquisa histórica séria realizada até hoje concluiu que nunca existiu nas instâncias superiores do governo nazista qualquer projeto de interferência político-militar no Brasil”²⁹⁶.

Não era isso o que pensavam as polícias políticas federais e estaduais, para quem a

propaganda nazista, com o objetivo de realizar o pan-germanismo total – racial, étnico, cultural, social e também político, de todas as populações de descendência germânica. (...) Com o tempo, dominava em quase todos os núcleos de origem germânica a orientação dos grupos filiados ao Partido Nacional Socialista Alemão (NSDAP), com a chefia instalada primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Entre essas organizações podem citar-se: A Frente de Trabalho Alemão (D.A.F.), a Juventude Hitlerista (H.J.) e a Comunhão de Trabalho da Mulher Alemã (N.S.F.), todas com sede central na cidade de São Paulo, e a Associação de Professores Nacional-Socialista (N.S.L.B.), com secções de cultura nas cidades de Blumenau, Joinville,

²⁹⁵ Conforme dados publicados no jornal *O Aliado*, com base numa ‘relação elaborada por Giorgio Mortara, Consultor da Comissão Censitária Nacional’, a população do Brasil em 1930 era de 37, 38 milhões de pessoas e para 1940, estimava-se 45, 60 milhões. Jornal *O Aliado*, p. 3. Florianópolis, 15/01/1940. Para o cálculo, trabalhamos com o número total de 41 milhões de habitantes em 1938, uma aproximação.

²⁹⁶ GERTZ, René. *A Construção de uma nova cidadania*. In: Os alemães no Sul do Brasil. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 37.

Florianópolis e Cruzeiro²⁹⁷. **A senha da chefia dessas organizações era: 'onde não for possível infiltrar-nos, faremos por destruir'**²⁹⁸.

Ivo d'Aquino era Secretário de Justiça e Saúde do Estado de Santa Catarina e seu pensamento estava afinado com as demais autoridades estaduais. Para Antônio Carlos de Mourão Ratton que escreveu o prefácio do livro 'O punhal nazista no coração do Brasil',

A vulgaríssima empresa de ódio e de paixões subalternas, a aventura germânica, que tomara as nações, visadas entre as mais livres por tribos escravizáveis, desta vez ainda deverá desfechar numa tremenda derrota (...) [que] nem o barbarismo vandálico do saqueador internacional lhe valerá a fuga à justiça da História (...) ²⁹⁹.

De acordo com Marionilde Brehol de Magalhães, o nazismo contou com

inúmeros membros, colaboradores, simpatizantes e divulgadores mais ou menos espontâneos, dispersos em todas as regiões do Sul do Brasil, o que tornou impossível acompanhar o desenvolvimento de suas ações em todo o período em que atuaram (de 1928 a 1942, quando o governo brasileiro inicia uma série de medidas repressivas contra o movimento). Além disto, a

²⁹⁷ Atual Joaçaba, município do Oeste catarinense.

²⁹⁸ D'AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino: aspectos políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 41. Grifos meus.

²⁹⁹ Prefácio do livro *O Punhal Nazista no coração do Brasil*. Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

documentação existente é rarefeita e profundamente comprometida pelas leituras que dele fizeram seus opositores³⁰⁰.

No nosso entender, as fontes documentais também são rarefeitas por outras razões. Uma delas e talvez a mais importante, é que estes documentos eram profundamente comprometedores e o mais lógico seria que, uma vez proibidas as atividades do partido, seus participantes tenham destruído qualquer material que pudesse ser interpretado como prova e constituir motivo de prisão.

Organizado em âmbito nacional com sede e direção central no Rio de Janeiro, então capital federal, o partido manteve uma estrutura capilarizada através dos círculos – *Kreis*. Em número de sete, ficavam assim distribuídos: I) Capital Federal; II) São Paulo; III) Paraná; IV) Santa Catarina; V) Rio Grande do Sul; VI) Bahia; VII) Pernambuco.

A hierarquia centralizava-se em Berlim, sede do partido, depois havia uma chefia geral na América do Sul, sediada no Chile e então um chefe geral no Brasil, denominado Landkreisleiter, cuja função era orientar os círculos e as células que os formavam, com representação nas cidades. Em 1934 esse chefe era Hans Hening von Cossel, que teria desembarcado em Santos em 1934³⁰¹. De acordo com a Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, a sede do IV círculo localizava-se em Blumenau e havia 28 núcleos do partido espalhados por todo o estado. Em Florianópolis,

³⁰⁰ MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 138.

³⁰¹ DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops: Alemanha, módulo I*/ Ana Maria Dietrich, Eliane Bisan Alves, Priscila Ferreira Perazzo; Maria Luiza Tucci Carneiro organizadora; prefácio Dieter Strauss; introdução Nilo Odália. – São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. Coleção Inventário do DEOPS, p. 26.

a sede do partido... Vamos dizer que tem a rua que vai para a [maternidade] Carmela Dutra, a Presidente Coutinho. Então a casa da esquina era do Tom Wilde, que hoje é FUSESC parece, depois mudou e ao lado ficava então, de frente para a Presidente Coutinho a 'Casa Marrom', como nós chamávamos, que era a sede do partido. Era uma casa grande, com bastante quintal. E quando chegavam as festas grandes que eram realizadas na Alemanha, também faziam aqui. Faziam aquela fogueira de São João, cantavam aqueles hinos, todos uniformizados, marchando pelos caminhos dentro do quintal, cantando com tochas (...).³⁰².

De acordo com Priscila Perazzo³⁰³, o Partido Nazista no Brasil atuava como o organismo responsável pela distribuição dos seus símbolos de propaganda ideológica, como bandeiras, livros, fotografias, emblemas, etc. Os alemães identificados como seus membros teriam chegado no país há algumas décadas, durante a República de Weimar e a partir de 1930, segundo Ana Maria Dietrich, formariam “um grupo étnico nazificado, simbolizando uma espécie de ‘elite do Führer’ na América do Sul, preocupado com a divulgação de ideais nazistas”³⁰⁴ entre os cidadãos alemães.

A senhora Frida Höller afirma sobre o nazismo que “naquela época, os professores isso não tem dúvida, esses que vinham da Alemanha, eles vinham com essas idéias. Não tem dúvida.”³⁰⁵ E esta era uma das preocupações do aparelho

³⁰² Entrevista com o Sr. Werner Springmann. Florianópolis, 04/11/2004.

³⁰³ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. Coleção Teses & monografias. Vol. 1. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 63.

³⁰⁴ DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops...*, p. 23.

³⁰⁵ Entrevista com a Sra. Frida Höller. Florianópolis, 21/07/2005.

repressor oficial que em nome da campanha de nacionalização das escolas, apreendia material escolar e livros em idioma alemão como provas de interesses ‘alienígenas’, conforme podemos perceber nos exemplos abaixo relacionados:

É fechado e interditado o internato dirigido por Cristoff Knapper e situado na Alameda Rio Branco, da cidade de Blumenau, em prédio pertencente à Comunidade Evangélica daquela cidade, devendo, de acordo com o art. 16, letra c, do decreto-lei n. 88 de 31 de março de 1938, ser apreendido todo o material escolar e didático nele existente.³⁰⁶

Considerando que, desvirtuando o seu ministério, para usa-lo como um meio de propaganda anti-nacional e de franca resistência a leis da União e do Estado, é o padre Antônio Revering elemento pernicioso aos interesses brasileiros e indesejável no país que lhe deu hospitalidade. (...) Decreta: Art. 1º – Fica definitivamente fechada a escola particular localizada no lugar ‘Linha Falcão’, distrito de São Carlos, município de Xapecó instalada sob a responsabilidade do padre Antônio Revering e regida pela professora Luiza Dick, devendo a autoridade policial proceder à apreensão do material escolar nela existente.³⁰⁷

Considerando que, na escola mantida por aquela professora [Gentil Steiner, de Joinville], foram apreendidos livros didáticos e de propaganda nazista em língua alemã, conforme a relação enviada pelo inspetor escolar da 6ª circunscrição; Considerando, assim, que a professora Gentil Steiner é elemento nocivo à segurança nacional, não podendo, portanto, ser-lhe

³⁰⁶ Decreto n. 1.305, de 02/02/1942. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias – Legislação 1942*. Palácio do Governo: Imprensa Oficial do Estado.

³⁰⁷ Decreto n. 2.111, de 27/04/1942. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias – Legislação 1942*. Palácio do Governo: Imprensa Oficial do Estado, p. 98.

confiada a educação de brasileiros; DECRETA: Art. 1º- Fica fechada definitivamente a escola regida pela professora Gentil Steiner, na cidade de Joinville, devendo a autoridade policial apreender o material escolar existente no referido curso; (...)³⁰⁸

Além do material escolar, outras apreensões eram feitas:

Nessas diligências foram presos e recolhidos à cadeia pública de Caçador, como sendo eminentemente nocivos aos interesses da nação, além do pastor protestante da igreja alemã George Babbach, possuidor duma grande bandeira nazista e copioso material escolar, em língua alemã, os indivíduos Fernando Busch, Fritz Knoepfler, Richard Furchall, Miguel Kaundz, Guilherme Hoschke, em poder dos quais foram apreendidos distintivos nazis, material de propaganda alemã e documentos comprometedores (...)³⁰⁹

Não fica claro o conteúdo dos documentos que foram considerados comprometedores, mas de acordo com os depoimentos colhidos para esta dissertação, qualquer documento grafado em alemão consistia em prova de traição ou no mínimo servia para colocar suspeitas sobre seu dono.

Preso Xapecó [sic] município deste estado alemão Friedrich Sandas haver espancado brutalmente filha menor motivo ter criança declarado ser brasileira por já ter aprendido escola falar português pt Nova importante apreensão

³⁰⁸ Decreto n. 2.755, de 31/03/1938. Publicado pelo Palácio do Governo em 11/09/1942. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias – Legislação 1942*. Palácio do Governo: Imprensa Oficial do Estado, p. 178.

³⁰⁹ Nota policial fornecida à imprensa, no dia 15/04/1942. Expediente do DEIP – 2º Trimestre – 1942. Ofícios DEIP – G. Abr/Jun., 1942, p. 2.

livros propaganda nazista foi efetuada cidade Hamônia escondidos residência médico alemão Friedrich Kroener pt (...) ³¹⁰

(...) apreendido em poder de Felix Baumann (...) de Mafra (...) um 'mosquetão' e dois cartuchos (...) ³¹¹

(...) cópias fotográficas da correspondência apreendida na residência de Elza Manteufel, em Joinville, e respectivas traduções (...) solicitadas pelo Cônsul Norte Americano nesta Capital. (...) ³¹²

(...) apreendida em São Bento... a estação de José Borges de Cordeiro da Silva, que se achava em poder do seu sogro, alemão, Carlos Hildebrand (...) De João Bernardo Krodel foi apreendido material de rádio (...) ³¹³

(...) Clarinha Neumann, doméstica, brasileira, viúva, residente nesta cidade, data vênia, quer expor e requerer a V. Excia. o seguinte: A suplicante, que é brasileira, era casada, sob o regimen de comunhão de bens com o Dr. Frederico Neumann, falecido em 7 (sete) de novembro do ano passado nesta cidade, onde por largos anos clinicou, espalhando os benefícios de seu saber. O marido da Suplicante nunca aceitou e nem se conformou com a situação creada na Europa pelo Nazismo, anexando a Áustria à Alemanha... tanto assim, que sempre se considerou austríaco e não alemão, como se pode ver, repetidamente, em todos os documentos onde após a sua assinatura. Acontece, porém, que ao declarar o Brasil guerra à Alemanha, ou melhor, aceitar o estado de beligerância, a polícia apreendeu duas espingardas de

³¹⁰ Cópia de telegrama enviado à Agência Nacional (Rio), no dia 01/04/1942. Expediente do DEIP – 2º Trimestre – 1942. Ofícios DEIP – G. Abr/Jun., 1942, p. 10.

³¹¹ Ofícios DOPS – Seg. P. – 1942 – jan.-set., 18/05/1942, p. 58.

³¹² Ofícios DOPS – Seg. P. – 1942 – jul.-dez., 05/10/1942, p. 97.

³¹³ Ofícios DOPS – Seg. P. – 1942 – jul.-dez., 06/10/1942, p. 96.

caça, de propriedade de seu marido (...). Falecendo seu marido e desejando inventariar seus bens entre os quais as duas espingardas, a suplicante requereu a devolução das ditas armas ao Sr. Delegado da Ordem Política e Social deste Estado (servindo de fiscalização de armas e munições), a cuja solicitação obteve, em data de 18 de agosto último, o seguinte despacho: 'Dirija-se a quem de direito' (Diário Oficial de 15/09/44) – doc. N. 5). (...) ³¹⁴.

E em seguida vem a resposta:

Incumbiu-me o Senhor Ministro de encaminhar a essa Interventoria para a conta MJ 31 995/44, constante de requerimento de Clarinha Neumann, residente em Rio do Sul, no sentido de lhe serem restituídas duas armas apreendidas em poder de seu marido, Frederico Neumann, já falecido, pela Delegacia de Ordem Política e Social. (...) Cordialmente, Júlio Tinton, Chefe do Gabinete, interino. ³¹⁵

O dr. Frederico Neumann, marido da sra. Clarinha, segundo ofício da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, esteve preso até maio de 1942 na DOPS por motivo de segurança nacional “estando presentemente em liberdade, nesta Capital, por não ser aconselhável seu regresso à zona de colonização germânica, onde reside”. Newmann, apesar de estrangeiro, foi integralista e fez parte do corpo médico designado pelo Consulado Geral Alemão neste Estado” ³¹⁶. Conforme o documento, após ser libertado, ele foi mantido afastado

³¹⁴ Carta enviada ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores da República. Cartas Recebidas dos Ministérios. Cartas Mins – G. – 1941/1044. Vol. 02. Palácio do Governo. 26/09/1944, p. 404-5.

³¹⁵ Carta enviada ao Interventor Nereu Ramos pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Cartas Recebidas dos Ministérios. Cartas Mins – G. – 1941/1044. Vol. 02. Palácio do Governo. 26/09/1944, p. 404-405.

³¹⁶ Ofício da Delegacia de Ordem Política e Social, 16/05/1942. *Ofícios DOPS – Seg. P.* – 1942, p. 61. Arquivo Público de Santa Catarina.

de Rio do Sul, cidade onde residia. A causa e circunstâncias da morte não foram especificadas em nenhuma das correspondências encontradas, assim como a data do fato, que pode ser calculada, de acordo com as correspondências disponíveis, entre 1942 e 1944. E este não foi o único caso de morte de presos políticos em Santa Catarina.

Além do que foi mencionado até aqui, também a Igreja Luterana, as Sociedades de Ginástica, de Caça, de Tiro, a Escola e a Imprensa Alemã constituíam-se em importantes pontos de apoio para as comunidades, fazendo parte das experiências cotidianas compartilhadas e, justamente por esse motivo foram visadas pela polícia política, que passou sistematicamente a empreender sua eliminação.

Paulatinamente, decretos-leis foram sendo expedidos e os silenciamentos impostos. Em janeiro de 1938 foi proibido o “uso de nomes estrangeiros em sedes, ou núcleos, de populações que se criarem, e nos estabelecimentos escolares, ou outros (...)”³¹⁷. As publicações em língua alemã foram proibidas a partir de 1941. “No interesse do Exército, foi sustada a publicação de numerosas revistas”³¹⁸. Em alguns municípios colonizados por alemães, a maior parte da população alfabetizada lia, falava, escrevia e entendia apenas na sua língua de origem, o que evidencia o nível da ruptura empreendida pelo Estado Novo. E a partir de 1939, um decreto estabeleceu que todas as prédicas religiosas deveriam “ser feitas em língua nacional”³¹⁹: só a língua Brasileira [devia] ser ouvida nos púlpitos das igrejas”³²⁰. Os

³¹⁷ Decreto-lei n. 35, de 13/01/1938. *Coleção de decretos, Resoluções e Portarias de 1938*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, p. 19. BPESC.

³¹⁸ Jornal Diário da Tarde, 20/02/1940.

³¹⁹ Artigo 16. Decreto n. 1.545, de 25/08/1939.

cultos em alemão foram proibidos, muitos padres – católicos ou protestantes – exilados ou presos, resultando em um problema relativo à sociabilidade dos teuto-descendentes nas suas comunidades.

As sociedades e associações foram nacionalizadas³²¹, fiscalizadas, proibidas³²², fichadas ou fechadas: “A Sociedade de Atiradores de Florianópolis, da qual é presidente o sr. Fritz Pohass, está devidamente fichada nesta delegacia”³²³; “as Sociedades de Tiro fechadas no Estado, foram em número de 76”³²⁴. Entre os objetivos estava evitar a reunião de elementos considerados nocivos aos interesses nacionais, o que seria reforçado pelo decreto de 28 de janeiro de 1942, que proibia qualquer reunião de sociedades, clubes e outros estabelecimentos para fins culturais, beneficentes ou assistenciais, exceto com autorização prévia e presença das autoridades. Incluía-se nesta regulamentação as sociedades de “alemães, austríacos, balcanianos, belgas, chineses, dinamarqueses, espanhóis, eslovenos, estonianos, finlandeses, franceses, letonianos, libaneses, lituanos, luxemburgueses, noruegueses, poloneses, russos, sírios e tchecos”³²⁵.

Em 1939, foi “proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar”³²⁶. Finalmente, em janeiro de 1942, “foram proibidos (...) os hinos, cantos e saudações (...) bem como o uso dos

³²⁰ Jornal Diário da Tarde, 17/05/1939.

³²¹ O decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938 exigia para o funcionamento das sociedades a sua nacionalização, que um presidente e no mínimo 2/3 da sua diretoria fossem brasileiros. *LEX 1938 – Revista de Legislação*, p. 119-120. BALESC.

³²² O decreto-lei n. 868, de 18/11/1938, reprimia as práticas culturais dos estrangeiros.

³²³ Ofício de 12/08/1941. Ofícios DOPS – Seg. P., p. 96 – APESC.

³²⁴ Ofícios DOPS – Seg. P. – 1942 – Jul/Dez., 12/10/1942, p. 93. APESC.

³²⁵ CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit., p. 136.

³²⁶ Artigo 15, caput. Decreto-lei n. 1.545, de 25/08/1939 – ‘Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros’. *LEX 1939 – Revista de Legislação*, p. 442-445. BALESC.

idiomas dos países”³²⁷ com os quais o Brasil havia acabado de romper relações diplomáticas e comerciais (Japão, Alemanha e Itália). O mesmo decreto também proibia,

(...)aos súditos dos países acima mencionados: mudar de residência sem comunicação prévia ao Serviço de Registro de Estrangeiros, na Capital, e às Delegacias de Polícia, no interior do Estado; reunir-se, ainda que em casas particulares a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc.); viajar de uma para outra localidade sem licença da Polícia (Salvo-Conduto)³²⁸.

No cenário político estadual, revezavam-se no poder a família Ramos e a família Konder. Estes últimos impuseram sua hegemonia local a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, mas em 1930, tendo apostado na continuidade do governo federal com Júlio Prestes, tornaram-se oposição com a subida ao poder de Getúlio Vargas. Adolfo Konder, durante o Estado Novo, criou o jornal *Diário da Tarde*, de Florianópolis, na época, um dos três mais expressivos periódicos da cidade³²⁹ e em 1945 fundaria a União Democrática Nacional, tecendo contundentes críticas à ditadura que se esgotava.

Em Santa Catarina, os republicanos, representados pela família Ramos estiveram no poder durante a maior parte das décadas de 1930 e 1940, alinhando-se à empreitada nacionalizadora do governo federal. Primeiramente através do

³²⁷ Art. 2º, Edital da Secretaria de Segurança Pública, publicado por Francisco Gottardi, Secretário de Segurança Pública. 28/01/1942. Diário Oficial do Estado, 28/01/1942, p.4. Florianópolis.

³²⁸ Idem, artigo 3º.

³²⁹ Os outros dois eram *A Gazeta* e *O Estado*.

Interventor Aristiliano Ramos³³⁰ e em seguida, com seu primo, Nereu Ramos³³¹, governador eleito de maio de 1935 a 1937 e interventor nomeado de novembro de 1937 a 1945³³².

Outra maneira de percebermos as redes de solidariedade pode ser encontrada ao analisarmos as práticas de resistência elaboradas para driblar a repressão social, afinal “o rigor da norma sempre despertou a heresia”³³³. Por mais contraditório que pareça falarmos em resistências durante o Estado Novo, elas de fato foram uma realidade. Basta analisar a grande quantidade de medidas coercitivas e repressivas decretadas, questionando os motivos que as tornaram necessárias.

Embora a forma ditatorial de governo tenha sugerido para a história apenas os equívocos e o silêncio da luta e do protesto, estas não se congelaram, mesmo que sua forma tenha mudado pelas poucas chances de se manifestar abertamente (...) mais do que nunca, é neste período que as lutas sociais ocorrem de modo desigual e fragmentado, impedidas de se organizarem pela repressão e obscurecidas pelo espetáculo brilhante do Estado³³⁴.

Como se depreende da documentação, algumas redes foram tecidas enquanto outras foram desfeitas ou silenciadas ao longo deste período a que

³³⁰ Aristiliano Laureano Ramos (1888-1976), natural de Lages, foi Interventor Federal no Estado de 18/04/1933 a 01/05/1935. Conforme: PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p.466.

³³¹ Nereu de Oliveira Ramos (1888-1958) natural de Lages, foi Deputado Federal à Constituinte Nacional (1934) e à 1ª legislatura (1934-37). Fundou o Partido Social Democrático em 1945 e ocupou a vice-presidência da República entre 1946 e 1950 e, como Presidente do Senado, assumiu a Presidência da República interinamente de 11/11/1955 a 31/01/1956. Conforme: PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 474.

³³² LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

³³³ VINCENT, Gerard. *História da vida privada*, Vol. 5: da Primeira Guerra a nossos dias/ organização Antoine Prost e Gerard Vincent. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 161.

³³⁴ PAOLI, Maria Célia. *Trabalhadores e Cidadania – Experiência do mundo público na história do Brasil Moderno*. In: Revista de Estudos Avançados, vol. 3, n. 7, São Paulo, USP, set-dez/1989, p. 58.

chamamos Estado Novo. No próximo capítulo analisaremos as conseqüências destas e de outras medidas que interferiram diretamente no cotidiano das populações alemãs e descendentes em Santa Catarina.

Capítulo III:

**Os Silenciamentos em
Santa Catarina**

3.1 – Silenciamentos e conflitos em Santa Catarina

“O regime totalitário tende a criar uma sociedade sem memória”³³⁵

Os conflitos aqui compreendidos dizem respeito aos problemas enfrentados pelas populações brasileiras, alemãs ou descendentes em Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial, atentando para as diversas razões que possam ter apresentado. Temos claro que, devido ao conturbado contexto nacional e internacional, muitos destes confrontos se apoiaram fortemente na etnicidade, ainda que tivessem outras raízes, algumas vezes, voláteis e difíceis de serem rastreadas. Esse processo que buscou silenciar o ‘outro’, o diferente, culminou com as prisões – e outras arbitrariedades - de estrangeiros ligados ao Eixo, seja por descendência ou por afinidade ideológica, não se iniciou em 1937, quando foi instalado o Estado Novo. De certa forma, durante toda a década de 1930 foi aos poucos sendo engendrada uma máquina social e estatal para regulamentar e controlar a população, visando principalmente os estrangeiros.

A “disposição totalitária”³³⁶ vigente no Brasil estado-novista acabou por aglutinar diversos elementos, tratando-os todos como ‘problema de segurança nacional’, de forma que coubesse às polícias políticas dos Estados acabar com a “luta imposta pela alucinação demoníaca do totalitarismo pagão”³³⁷ e reprimir toda e qualquer manifestação contra o regime.

³³⁵ PROST, Antoine & VINCENT, Gerard (orgs.) *História da vida privada*, Vol. 5: *da Primeira Guerra a nossos dias*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 224-230.

³³⁶ DUTRA, Eliana de Freitas. Op. Cit., p. 16.

³³⁷ Discurso de Nereu Ramos. Publicado no Diário Oficial do Estado em 08/08/1942.

Contra os chamados 'súditos do Eixo', considerados indesejáveis, foi construída e difundida uma ampla propaganda ideológica, que contou com alguns segmentos da população para participarem do jogo político. Alemães, italianos e japoneses foram alvos de diversos atos repressivos: apedrejamentos, pichações, quebras de placas de ruas e estabelecimentos comerciais, destruição de lápides em cemitérios, passeatas, demissões, ofensas, expulsões, confisco de bens, prisões, trabalhos forçados, isolamentos, silenciamentos e torturas. E passaram a conviver com o medo.

Verônica Guesser Pauli afirma, em entrevista, que escutou de outros descendentes de alemães que “eles pegavam barrica de cachaça e botavam a pessoa lá dentro e gasolina e qualquer outro óleo e fogo. Mas levavam tudo a beira da praia (...) porque explodia, podia fazer mais estragos do que eles achavam”³³⁸. Não conseguimos encontrar outras fontes que confirmassem esta informação, mas o conteúdo, sussurrado pela depoente, deixa evidente a tensão psicológica do momento. Segundo seu relato aconteceram algumas mortes em Blumenau, Brusque e Joinville e era preciso “se cuidar pior do que a galinha quando o gavião quer pegar”³³⁹. Gilberto Nahas comenta sobre “o que sofreram os alemães de Santa Catarina, inclusive em masmorras, presos e apanhando dos policiais na época”. Ele conta que seu avô, de origem alemã, era proprietário de uma venda em Palhoça e “bastava entrar na porta para eles jogarem pedra, lama, aí já tinha que fechar as portas. Aí a turba vinha todinha, chamava de alemão, de nazista, de traidor. Aí ele se

³³⁸ Entrevista com a Sra. Verônica Guesser Pauli, 91 anos. São José, 04/08/2005.

³³⁹ Idem.

escondia lá dentro com a minha avó e sofreu maus momentos até que ele pensou depois mais um pouco e fechou a venda por causa disso”³⁴⁰.

Tudo em defesa do patriotismo. De acordo com discurso de Ivo d’Aquino, pronunciado em novembro de 1942, “dentro do Brasil não se reconhecem, portanto, minorias políticas estrangeiras, nem a nossa lei se compadece das duplas nacionalidades. Quem nasceu no Brasil é brasileiro, sem subordinação à origens raciais”³⁴¹.

As expulsões

Em 1938, com base num decreto³⁴², ficava permitida a expulsão de estrangeiros por motivos relacionados à segurança nacional, que na realidade significava uma grande abstração onde eram enquadrados aqueles que não se encaixavam no modelo apregoado pelo discurso nacionalizador.

Através da documentação inventariada na DEOPS de São Paulo, Maria Luiza Tucci Carneiro, afirma que o “governo Vargas nem sempre soube lidar adequadamente com as diferenças culturais e raciais”. Esta afirmação provém do fato de que judeus-alemães, expulsos da Alemanha nazista, foram tratados da mesma maneira que os partidários do nazismo. Segundo a autora, “a prisão ou deportação de alemães, poloneses, romenos, lituanos e russos, registradas em

³⁴⁰ Entrevista com o Sr. Gilberto Hoffmann Nahas, 78 anos. Florianópolis, 07/03/2007.

³⁴¹ D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino: aspectos políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942, p.11.

³⁴² Decreto-lei n. 392, de 27 de abril de 1938, *Regula a expulsão de estrangeiros*. LEX 1938, p. 134. BADESC.

longas listas nominais, devem ser vistas como solução purificadora da sociedade contaminada por aqueles que eram classificados como ‘elementos perigosos’³⁴³.

Da parte das autoridades brasileiras a repressão se intensificava dia após dia, através de demissões, prisões e expulsões: “O Pastor alemão Roland Mueller foi expulso do Brasil”³⁴⁴. Como ele, muitos outros, principalmente ligados à Igreja Luterana. Outro ofício do DOPS de 1942 pedia “para instaurar o processo de expulsão do súdito alemão Carlos Busch, (...) recolhido na Secção Agrícola da Penitenciária do Estado, preso na cidade de Porto União, por ter entrado no país clandestinamente”³⁴⁵.

Depois do início da guerra, os cidadãos do Eixo foram proibidos de entrar no Brasil, exceto com autorização do presidente e tendo suas atividades controladas pela DOPS. Aos que já residiam no país, foram criadas restrições quanto à liberdade de locomoção e, a partir de 1942 tornou-se obrigatório para estrangeiros (e aconselhável para brasileiros e naturalizados) o porte de salvo-condutos³⁴⁶. No ano de 1943, em Santa Catarina, foram expedidos 310, revalidados 100, visados 180 e

³⁴³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O projeto integrado Arquivo/ Universidade e o Acervo DEOPS*. In: DIETRICH, Ana Maria. Inventário Deops: Alemanha, módulo I/ Ana Maria Dietrich, Eliane Bisan Alves, Priscila Ferreira Perazzo; Maria Luiza Tucci Carneiro organizadora; prefácio Dieter Strauss; introdução Nilo Odalia. – São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. Coleção Inventário do DEOPS, p. 20.

³⁴⁴ Jornal Diário da Tarde, 11/05/1939. O pastor era de Blumenau.

³⁴⁵ Ofícios DOPS – Seg. Púb. Jul./Dez. 1942, 17/12/1942, p. 22. APESC.

³⁴⁶ Portaria 5.576 ou 7.576 (ver) de 26/01/1942 e portaria 8.604, de 30/10/1942. Apenas entre março e maio de 1942, na capital paulista, foram 33.469 salvo-condutos para brasileiros e 40.329 para estrangeiros. Todos pagos. Além do salvo-conduto, a identidade poderia ser provada também através da Carteira de Identidade – fornecida pelo Serviço de Identificação, pelo Ministério da Guerra, Marinha e Aeronáutica, pelas Polícias Civil e Militar; pela Carteira Profissional do Ministério do Trabalho; por carteiras profissionais de juiz, ministro, promotor, médico, advogado, engenheiro, jornalista; carteiras funcionais dos ministérios; passaporte; certificado ou caderneta de reservista com fotografia e impressão digital; cartão de isenção para salvo-conduto de nacionais e estrangeiros não pertencentes ao Eixo.

requeridos 539 salvo-condutos³⁴⁷. Na capital paulista, de março a maio de 1942, foram atendidos 33.469 brasileiros e 40.329 estrangeiros³⁴⁸.

O Estado ainda lucrava com a venda de selos, aplicados em requerimentos, documentos, registros de armas, firmas comerciais, licença para compra de munições, guias de trânsito, licença para queima de fogos, depósito, licença para porte de armas de fogo, etc., bem como com as multas aplicadas. Na maior parte das vezes, os presos políticos, mesmo depois de cumprirem a pena no campo de concentração ou na delegacia, ainda precisavam pagar multa. Um exemplo é o caso do Pastor de Rio do Sul, Hermann Stoer, que por pregar em alemão, como sempre fizera, foi condenado a três meses de prisão e 7.500 Milréis de multa³⁴⁹. A quantia era tão elevada que o pastor precisou da ajuda da comunidade para pagá-la e ter sua liberdade restituída.

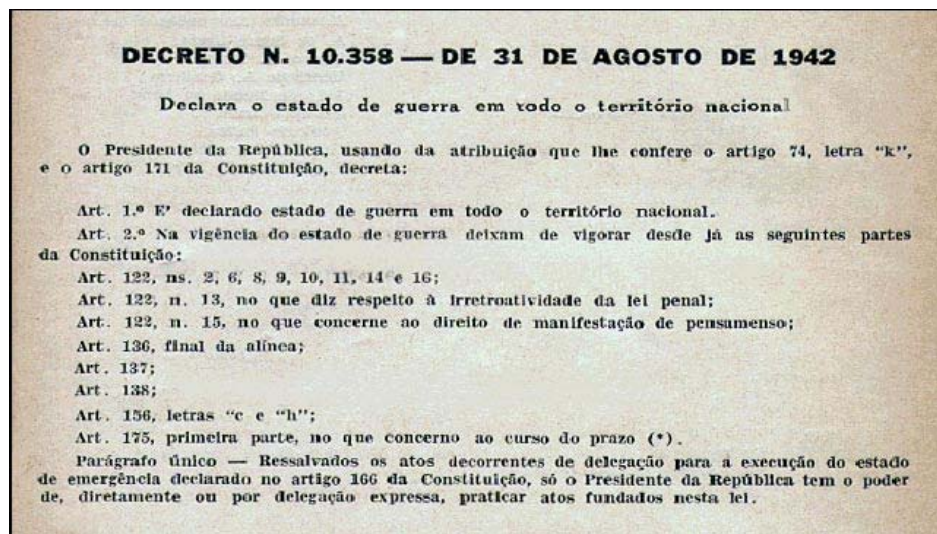
Em 28 de janeiro de 1942, quando foram rompidas as relações diplomáticas entre o Brasil e os países componentes do Eixo, foram proibidos todos os hinos, cantos e saudações da Alemanha, Itália e Japão, bem como o uso das línguas destes países³⁵⁰. Estas populações também foram proibidas de mudarem de residência sem antes comunicar ao Serviço de Registro de Estrangeiros ou às Delegacias de Polícia, assim como se reunirem por qualquer motivo, incluindo aniversários, bailes, jantares, etc.

³⁴⁷ Relatório apresentado ao exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Exercício de 1943. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, Outubro de 1944, p. 124-126. BPESC.

³⁴⁸ CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 139.

³⁴⁹ DIRKSEN, Valberto & KLUG, Joao (org.). *Rio do Sul: uma história*. Rio do Sul: Ed. da UFSC, 1999, p. 235 e seguintes.

³⁵⁰ Edital da Secretaria de Segurança Nacional. 28/01/1942. Diário Oficial.



Fonte: *LEX 1942 – Legislação Federal*, p. 379. BADESC.

Depois da entrada do Brasil na guerra em 22 de agosto de 1942, cujo decreto foi expedido em 31 de agosto do mesmo ano, a polícia política passou a uma ação mais direta contra grupos de “brasileiros degenerados a serviço do nipo-nazi-fascismo”³⁵¹ proibindo todas as suas manifestações culturais. Os principais alvos das autoridades brasileiras foram os alemães, seguidos pelos japoneses³⁵² e depois pelos italianos. Os trabalhos historiográficos apontam para os alemães como sendo o grupo étnico mais visado, representando o maior contingente de presos nos campos de concentração brasileiros³⁵³ e também o maior número de processos no Tribunal de Segurança Nacional.

A *GAIC – German American Internee Coalition*³⁵⁴ é uma organização criada em 2005 por alemães americanos e latinos que foram internados em campos de

³⁵¹ *Jornal Diário da Tarde*, 16/04/1942.

³⁵² Ana Maria Dietrich faz uma análise diversa, afirmando que as atenções da polícia voltaram-se principalmente “para as comunidades alemã e italiana, pois ambas apresentavam (...) um grau de assimilação muito baixo”. DIETRICH, Ana Maria. *O Partido Nazista em São Paulo*. In: DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops...*, p. 24.

³⁵³ Ver PERAZZO, Priscilla Ferreira. *Prisioneiros de guerra ...*, p. 59.

³⁵⁴ www.gaic.info. Acesso em 07 de fevereiro de 2007.

concentração pelos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1941, quando os norte-americanos entraram definitivamente no conflito. No seu *site*, a estimativa é de que 11.000 latino-americanos de origem alemã tenham sido internados compulsoriamente e são apresentados diversos relatos de pessoas e famílias que foram presos pelo FBI, todos com fotografias e nomes. Entre os depoimentos colhidos encontram-se relatos de pessoas provenientes de países como Costa Rica, Guatemala, Colômbia, Haiti, Peru e Brasil³⁵⁵.

Desta maneira, inúmeros países latino-americanos deportaram pessoas suspeitas de serem agentes do Eixo para os Estados Unidos, enquanto outros países, como foi o caso do Brasil, montaram seus próprios campos de internamento. Schoultz, citado por Priscila Perazzo adverte que estas medidas visavam “antes de mais nada, conter possíveis ações dos imigrantes contrárias aos interesses aliados, sendo tomadas mais em caráter de prevenção do que propriamente de punição”³⁵⁶. Segundo a tese da autora, as pessoas internadas no Brasil como ‘súditas do Eixo’ foram utilizadas pelo governo Vargas como moedas de negociação para obtenção de vantagens econômicas com a América do Norte.

Aquino, que analisou a documentação da DEOPS de São Paulo e a subdividiu em grupos, constatou que, no que se refere à nacionalidade dos

³⁵⁵ A família brasileira cujos depoimentos constam no *site* é a do Sr. Joaquim Rehbock, de São Paulo, cujo nome constaria em um “livro azul”, o que constitui possível referência à ‘lista negra’. Publicada pelos Estados Unidos em julho de 1941, nela constavam os nomes “de mil e oitocentos indivíduos e firmas comerciais latino-americanas ‘alegradamente simpáticos às potências do Eixo’” (Priscila Perazzo, *Prisioneiros de guerra...*, p. 54), cujas empresas ou foram fechadas ou cujos bens foram confiscados e receberam a administração de um interventor entre 1942 e 1945.

³⁵⁶ PERAZZO, Priscilla. *Prisioneiros de guerra...*, p. 56, baseada em Lars SCHOULTZ, *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Tradução Raul Fiker. Bauru:EDUSC, 2000, p. 359.

suspeitos, na primeira das seis subfamílias analisadas³⁵⁷, os alemães possuíam dois dossiês, assim como os italianos e os ucranianos, enquanto os japoneses possuem 14 dossiês³⁵⁸, por suspeita de sabotagem e por possuírem a nacionalidade japonesa. Este quadro demonstra que quanto ao número de investigações em São Paulo, o predomínio era sobre pessoas com nacionalidade japonesa. Já na subfamília 11, o predomínio é de investigações sobre alemães, suspeitos de exercerem atividades nazistas e de espionagem³⁵⁹.

Os japoneses e descendentes, estabelecidos em maior número nas colônias agrícolas, (90% delas no Estado de São Paulo), passaram a ser vistos como perigosos à segurança nacional a partir do projeto de branqueamento da população brasileira intensificado ao longo da década de 1930. Com a declaração de guerra ao Eixo, foram considerados imigrantes ‘indesejáveis’ e representantes do ‘perigo amarelo’³⁶⁰ e expulsos da orla marítima. Em São Paulo, onde a colônia japonesa era maior, esportes como judô e jiu-jitsu foram proibidos, assim como rituais religiosos (budismo), festas e objetos ritualísticos³⁶¹. Na maior parte dos casos, a cidade toda era confinada, ficando sua população cercada e vigiada pela polícia, impedida de sair, principalmente sob as acusações de espionagem e sabotagem.

³⁵⁷ Subfamílias 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

³⁵⁸ AQUINO, Maria Aparecida de. *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político – Famílias 10 e 20*. In: Maria Aparecida de Aquino, Maria Blassioli de Moraes, Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos e Walter Cruz Swensson Jr. (org.). – São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro – Vol. 2, p. 48 e 49.

³⁵⁹ Na subfamília 12, predominam funcionários e proprietários de empresas estrangeiras das três nacionalidades. A subfamília 13 tem predomínio de investigações sobre organizações italianas.

³⁶⁰ A idéia de ‘perigo amarelo’ foi, segundo Priscilla Perazzo, *fortemente inspirada nas discussões norte-americanas, fornecendo uma boa justificativa para manter os japoneses sob controle*. Para maiores detalhes sobre a política dos Estados Unidos com relação aos nipônicos, ver PERAZZO, Priscilla. *Prisioneiros.....p. 69 e seguintes*.

³⁶¹ De acordo com Francisco Campos, na época Ministro da Justiça, a “imigração japonesa é a pior possível” por serem portadores de uma “cultura de baixo nível”, um “padrão de vida desprezível”, serem “cheios de egoísmo”, “má fé” e “caráter refratário”. Conforme: CANCELLI, Elizabeth. Op cit, p. 156.

O principal local de reclusão de japoneses em território brasileiro foi a Colônia de Tomé-Açu, no Pará. No Sul do Brasil, o Estado do Paraná, que conta com importantes núcleos de imigrantes japoneses também teve estas comunidades vigiadas e colocadas no foco das atenções da Polícia Política.

Em Santa Catarina, através da documentação e das fontes consultadas, foi encontrado um único preso de origem japonesa, internado na Ilha dos Guarás durante alguns meses do ano de 1942, segundo o relato do Pastor Hermann Stoer, que fora detido na capital “juntamente com mais dois presos, um italiano e um japonês”³⁶². De acordo com uma listagem da DOPS-SC, datada de 6 de novembro de 1942, Leu Jung figurava entre inúmeras outras pessoas, a maioria delas com sobrenomes alemães, postas “em liberdade, em 30 de outubro, por nada ter ficado apurado contra os mesmos”³⁶³.

Rosângela Kimura, em sua dissertação de Mestrado sobre as políticas restritivas aos japoneses no Paraná, afirma que não há como comparar a “‘italophobia’ e a ‘niponophobia’” uma vez que os italianos mesmo sendo “vítimas de hostilidade e discriminação, não estavam sujeitos à prática do racismo a que estavam os japoneses”³⁶⁴. Seus argumentos baseiam-se em Iacovetta, Perin e Príncipe³⁶⁵, para quem Pearl Harbor deu aos norte-americanos a oportunidade de

³⁶² DIRKSEN, Valberto & KLUG, João (org.). *Rio do Sul: uma história*. Rio do Sul: Ed. da UFSC, 1999, p. 235.

³⁶³ Ofícios do DOPS 1942 – Jul-Dez. 06/11/1942, p. 71. APESC.

³⁶⁴ KIMURA, Rosângela. *Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná (1930-1950) – De cores proibidas ao perigo amarelo*. (no Prelo) Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais. Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha. Maringá, 2006.

³⁶⁵ IACOVETTA, Franca; PERIN, Roberto; e PRINCIPE, Ângelo. *Enemies Within – italian and other internees in Canadá and abroad*. University of Toronto Press Incorporated. (Toronto, Buffalo, London). Printed in Canadá, 2000.

legitimar o afastamento e a expulsão dos japoneses e seus descendentes do convívio social.

No Canadá, cerca de 21 mil japoneses foram confinados para a execução de trabalhos forçados. O site da “*Campaign for Justice*”³⁶⁶ estima que 2.264 pessoas, entre homens, mulheres e crianças de origem nipônica foram levados de diversos lugares da América Latina para campos de concentração norte-americanos. A organização, fundada em 1996 busca a reparação dos direitos civis de uma população que, segundo o site, foi seqüestrada pelos EUA para ser usada em troca de reféns, entre dezembro de 1941 e fevereiro de 1948. Estas pessoas seriam provenientes de 13 países latino-americanos, 80% provenientes do Peru e 20% de outros 12 países latino-americanos, sendo que os números do Brasil não são citados.

Os italianos formaram o grupo menos perseguido ligado ao Eixo, o que resultou da confluência de diversas razões³⁶⁷. Priscilla Perazzo identificou “certa condescendência das autoridades brasileiras”³⁶⁸, o que pode ser comprovado pelo pequeno número de detidos desta nacionalidade³⁶⁹ em comparação às outras. Uma relação apresentada pelo Ministro da Justiça, Alexandre Marcondes Filho, em maio de 1943, apontava para cerca de novecentas pessoas de origem italiana detidas entre cidadãos italianos e ex-tripulantes. O mesmo relatório declarava que nos

³⁶⁶ <http://www.campaignforjusticejla.org/resources>. Acesso em 7 de fevereiro de 2007. A ‘Campain for Justice’ é uma organização que procura localizar latino-americanos de origem japonesa que tenham sido internados nos campos de concentração norte-americanos entre 1939 e 1945.

³⁶⁷ Uma delas é o fato de em 25 de julho de 1943 houve a rendição do Conselho Fascista, sendo que Benito Mussolini continuou a governar apenas em parte da Itália e em 08 de setembro do mesmo ano, deu-se a assinatura do armistício e da co-beligerância com os aliados proposto pelo governo provisório de Pietro Badoglio.

³⁶⁸ PERAZZO, Priscilla Ferreira. *Prisioneiros de guerra...*, p. 64.

³⁶⁹ Sobre este assunto ver SANTOS, Viviane T. dos. *Inventário DEOPS – Os seguidores do Duce. Os italianos fascistas no estado de São Paulo. Módulo V – Italianos*. Arquivo do Estado, 2000.

estados do Acre, Piauí e Paraná nenhuma prisão de italiano havia sido executada³⁷⁰.

Em julho de 1942, os ítalo-descendentes foram dispensados da exigência de salvo-conduto, pois segundo o Superintendente da Segurança Política e Social, major Olinto da França, depois de metucioso estudo, ficou constatado que “não oferecem qualquer perigo a segurança pública”³⁷¹. Ficavam excluídos dessa concessão os italianos declaradamente fascistas, os fichados na Ordem Política e Social e os que se apresentassem simpáticos ao Eixo ou hostis ao Brasil. Da mesma forma eram suspeitos os que tivessem imigrado da Itália durante o governo de Mussolini e os que tivessem regressado à terra natal, “forte indicativo de ‘italianità’”³⁷².

Além disso, em 1944 a Itália retomou relações diplomáticas com o Brasil (27/10/1944). A 1º de novembro deste mesmo ano foram suspensas as “restrições policiais aos súditos italianos”³⁷³. Em 1945 foi implementada uma nova lei de imigração na qual se defendia que os imigrantes que “mais interessam ao Brasil são os de raça branca, destes os europeus, e dos europeus, os italianos”³⁷⁴. Em Santa Catarina a listagem nominal do Ministério da Justiça apresenta cinco pessoas de descendência italiana presas nos campos de concentração³⁷⁵.

³⁷⁰ PERAZZO, Priscilla. *Prisioneiros ...*, p. 80, baseada na *Relação Nominal dos ‘italianos detidos em consequência do rompimento e do estado de guerra’, formulada pelo Ministério da Justiça, entregue para Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 10/05/1943. Lata 1402, maços 36.334 e 36.335, AHI.*

³⁷¹ *Jornal Diário da Tarde*, 07/07/1942.

³⁷² PERAZZO, Priscilla. *Prisioneiros de guerra ...*, p. 68.

³⁷³ *Jornal Diário da Tarde*, 03/11/1944.

³⁷⁴ *Jornal Diário da Tarde*, 24/01/1945.

³⁷⁵ Ver PERAZZO, Priscilla. *Prisioneiros de guerra ...*, p. 65.

Os silenciamentos, entretanto, foram além do mundo dos vivos e alcançaram os locais reservados ao eterno silêncio: os cemitérios. Em 6 de janeiro de 1938, Nereu Ramos respondeu a uma carta do Ministro das Relações Exteriores – Oswaldo Aranha -, em que este apresentou reclamação da embaixada da Alemanha referente a uma lei decretada em Joinville. A ordem determinava a substituição das

(...) inscrições tumulares em idioma estrangeiro por outras na língua do Brasil
(...) [visando] evitar que continuem a existir dentro do território catarinense cemitérios onde os túmulos em sua quase totalidade têm inscrições estrangeiras, parecendo que nessas regiões os brasileiros são ou eram minoria.³⁷⁶

O interventor argumentou que o referido decreto-lei se baseou em outro de Jaraguá³⁷⁷, merecedor dos “mais calorosos aplausos da imprensa da Capital da República”, e que estes dois, por sua vez, teriam sido inspirados em artigo do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, publicado também em vários jornais de Porto Alegre. Um mês depois Nereu Ramos respondeu a outra correspondência de Oswaldo Aranha, afirmando que a medida foi generalizadamente aceita em vários municípios, mas encontrou a “relutância de cidadãos nascidos no Brasil que desconhecem ou desamam a língua do país”³⁷⁸. Estes ofícios são importantes por demonstrarem que pelo menos até 1939 as relações diplomáticas ainda imperavam

³⁷⁶ Resposta ao ofício n. N/P/24/500.3(81), de 27/12/1938. Expedida pelo Interventor Nereu Ramos ao Ministro das Relações Exteriores em 06/01/1939. *Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores. Minutas*. P.G. – Min. R. E. – 1930/44, p. 12. APESC.

³⁷⁷ Este teria sido publicado em 22 de julho de 1938, em Jaraguá do Sul.

³⁷⁸ Resposta ao aviso NP/3/500.3(81), de 24/01/1939. Expedida pelo Interventor Nereu Ramos ao Ministro das Relações Exteriores em 15/02/1939. *Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores. Minutas*. P.G. – Min. R. E. – 1930/44, p. 91. APESC.

entre as autoridades e em caráter oficial, mesmo que no cotidiano as práticas pudessem ser bem diversas, conforme veremos adiante, ainda que as prisões já estivessem em pleno curso. Outras reclamações se sucedem, algumas relativas à destruição de inscrições nos “túmulos de cidadãos estrangeiros”³⁷⁹.

Conforme o tempo foi passando e a entrada do Brasil na guerra se aproximando, cada vez menos este tipo de reclamação se fazia ouvir. Em outubro de 1941, G. A. Reichal, Cônsul da Alemanha solicita a publicação de uma lei em alguns jornais de maior circulação do Estado, em língua alemã. Segundo o aviso, que vinha traduzido, pelas leis do governo do Reich, “os bens alemães, que se acham em paizes estrangeiros inimigos, dev[iam] ser declarados. O prazo para estas declarações [terminaria] em 30 de abril 1942”³⁸⁰, conforme a imagem seguinte:



³⁷⁹ Expedida pelo Interventor Nereu Ramos ao Ministro das Relações Exteriores em 13/09/1939. *Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores. Minutas*. P.G. – Min. R. E. – 1930/44, p. 524. APESC.

³⁸⁰ Ofício de G. A. Reichal ao dr. Ivo d’Aquino, Secretário do Interior e Justiça em 09/10/1939. *Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores. Minutas*. P.G. – Min. R. E. – 1930/44, s/p. APESC. O aviso em alemão e que foi efetivamente publicado, assim como a sua tradução, era o seguinte: **BEKANNTMACHUNG** – Gemass deutschem Reichsgesetz ist deutsches Vermoegen, das sich im feinlichen Ausland befindet, anzumelden. Die Anmeldefrist laeuft am 30 April 1942. Anmeldestellen im Ausland sind die deutschen Konsulate. Florianópolis, den 9 Oktober 1941. Deutsches Konsulat. A tradução era a seguinte: “**AVISE** – Consoante lei do governo do Reich os bens alemães, que se acham em paizes estrangeiros inimigos, devem ser declarados. O prazo para estas declarações terminará em 30 de abril de 1942. As declarações devem ser feitas, no estrangeiro, perante os consulados da Alemanha. Palácio do Governo, em Florianópolis, 27 de novembro de 1941.”

Fonte: Jornal *Diário da Tarde*, 26 de abril de 1941. BPESC.

Em 28 de janeiro de 1942, mesmo dia em que o Brasil rompeu as ligações diplomáticas com o Eixo, Nereu Ramos assinou um decreto-lei no qual declarou “sem efeito, a partir das dezoito horas de hoje, os reconhecimentos de todos os funcionários consulares da Alemanha, da Itália e do Japão, no território do Estado de Santa Catarina, ficando neste suspensas todas as atividades desses funcionários”³⁸¹. Além de alemães, italianos e japoneses, pessoas originárias ou descendentes de outros países com governos fascistas foram envolvidas no conflito.

Em março, foram suspensas também as atividades dos funcionários consulares da Romênia³⁸² e em maio, o Dr. Altamiro Guimarães, ocupando a interventoria interinamente, declarou sem efeito “os reconhecimentos de todos os funcionários consulares da Hungria no território de Santa Catarina”³⁸³, suspendendo suas atividades.

De Canoinhas nos vem um caso envolvendo cidadãos de origem polonesa – José Czyz e Nicolau Talachinske – que teriam sido presos. Segundo o Consulado Polonês, ambos foram insultados e tratados de “modo incivil”. Para a polícia, foram interrogados e tratados com “toda urbanidade” e foram acusados de terem aconselhado,

³⁸¹ Decreto-lei n. 1.280, de 28/01/1942. *Decretos-leis, decretos, Resoluções e Portarias - Legislação 1942*. Palácio do Governo. Imprensa Oficial do Estado. BPESC.

³⁸² Decreto-lei n. 1.745, de 13/03/1942. *Decretos-leis, decretos, Resoluções e Portarias - Legislação 1942*. Palácio do Governo. Imprensa Oficial do Estado. BPESC. (No documento original estava grafado Rumânia e não Romênia).

³⁸³ Decreto-lei n. 2.242, de 08/05/1942. *Decretos-leis, decretos, Resoluções e Portarias - Legislação 1942*. Palácio do Governo. Imprensa Oficial do Estado, p. 101. BPESC.

(...) na região de Papanduva, o povo a não matricular seus filhos em escolas brasileiras, bem como a construção de um cemitério para nele serem sepultados unicamente os poloneses, alegando que seus patrícios não deviam ser sepultados com brasileiros porcos, segundo informação do Prefeito Municipal e do Delegado de Canoinhas.³⁸⁴

Todos esses consulados foram fechados em 1942 e só retornariam às suas atividades a partir de 1945, com exceção do que representava a Alemanha, que com o final da guerra foi ocupada por três países diferentes, permanecendo sem representação diplomática. Entre 1942 e 1945 a Espanha esteve representando os interesses diplomáticos alemães, assim como dos japoneses, que a partir de 1945 passaram a ser representados pela Legação da Suécia³⁸⁵.

Os italianos residentes no Brasil foram representados pelos suíços, enquanto os interesses brasileiros perante o Eixo eram representados por Portugal. Os consulados estrangeiros com jurisdição em Santa Catarina, entre 1942 e 1945 foram os dos Estados Unidos da América, do Chile, da Espanha, da Grã-Bretanha, de Portugal, da Suíça, do Uruguai, da Noruega, da Bélgica, da Holanda e do Haiti. O consulado norte-americano, cuja influência cresceu no decorrer do conflito, chegou a ordenar ações à polícia política e comandar invasões à residência de pessoas consideradas 'suspeitas' (alemães).

O confisco de bens e a censura

³⁸⁴ Ofício enviado por Ivo d'Aquino, Secretário do Interior respondendo interinamente pelo expediente da Interventoria, ao Sr. Jozef Gieburowsli, Cônsul Geral da Polônia, em 05/04/1939. *Ofícios Expedidos ao Ministério das Relações Exteriores. Minutas*. P.G. – Min. R. E. – 1930/44, p. 184. APESC.

³⁸⁵ Conforme PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de Guerra...*, p. 34.

Em meados de 1942, mediante o torpedeamento dos navios brasileiros, os bens de alemães, italianos e japoneses foram confiscados como medida indenizatória.

Como parte de um pacote de medidas, o Ministério do Trabalho decidiu implementar a lei de nacionalização do trabalho, através da qual os trabalhadores poderiam ser dispensados do trabalho sem qualquer indenização, desde que no entender do patrão, fossem simpáticos à causa totalitária ou não tivessem se equiparado legalmente ao trabalhador nacional.

Nas esferas locais aconteciam disputas de poderes ou micro-poderes, muitas vezes provocando ou oportunizando “denúncias diante das quais os delegados – a polícia – faziam valer o poder de autoridade”³⁸⁶. O senhor Gilberto Nahas relata que, diante de situações em que sua família sofreu violências e agressões por ser de origem alemã, também não adiantava recorrer às autoridades policiais: “a gente apresentava parte na delegacia, mas não dava nada. Eles [os agressores] não eram nem chamados, porque o ódio contra os alemães foi muito grande, fabricado aqui dentro do Brasil”³⁸⁷.

A esse respeito, é interessante um relato do jornalista Salim Miguel, criado em Biguaçu. Segundo suas memórias, publicadas em 1984³⁸⁸, ele se ofereceu voluntariamente

³⁸⁶ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 96.

³⁸⁷ Entrevista com o Sr. Gilberto Hoffmann Nahas, 78 anos. Florianópolis, 07/03/2007.

³⁸⁸ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 1984. Suplemento Especial: MIGUEL, Salim. *Minhas memórias de Biguaçu*.

(...) para patrulhar as ruas de Biguaçu à noite, pois murmurava-se que submarinos alemães rondavam o nosso litoral. Armados, revezando-nos, durante as noites, grupos de adolescentes percorriam as ruas, fazendo parar carroças cheias de laranjas que se dirigiam a Florianópolis. Ficávamos com algumas para matar a sede. Merecíamos, pois não.

O episódio descrito demonstra uma das muitas arbitrariedades sofridas pelos alemães em Santa Catarina neste período. Neste caso foram as laranjas, outras vezes foram aparelhos de rádio, cavalos, carros, contas bancárias, etc. Referimo-nos a questão do confisco de bens dos ‘súditos do Eixo’, que vigorou a partir de outubro de 1942³⁸⁹, assim como as intervenções políticas administrativas, que representam uma devassa nas empresas, nas residências, nas contas bancárias (físicas ou jurídicas), nos bens dos alemães no Estado (e em todo o país). Anunciava-se que “não receberão juros os depósitos, no Banco do Brasil, dos súditos alemães, italianos e japoneses”³⁹⁰; tornaram-se comuns ações de “desapropriação de núcleos coloniais onde haja concentração de estrangeiros”³⁹¹; “vão ser vendidos todos os imóveis dos bancos das nações do Eixo”³⁹²; etc.

A senhora Irene Kreiling Medved afirma que sua família sofreu muito com a guerra. Seu pai era alemão e chegara ao Brasil em 1907. Foi professor na Escola Alemã, ministrou aulas de violino e piano e trabalhou como contador na Fábrica Hoepcke. Durante a Segunda Guerra, já aposentado, foi afastado da família em Florianópolis e mandado para isolamento em Bom Retiro, onde permaneceu por

³⁸⁹ Decreto-lei n. 4.806 de 07/10/1942. ANEXO 1.

³⁹⁰ Jornal Diário da Tarde, 22/06/1942.

³⁹¹ Jornal Diário da Tarde, 08/01/1943

³⁹² Jornal Diário da Tarde, 15/12/1942.

diversos meses. A mãe dela, que era brasileira, “tinha feito uma herança dos tios e tinha posto o dinheiro no Banco do Comércio e com isso, como ela era casada com alemão em comunhão de bens, bloquearam o dinheiro e ela nunca recebeu de volta”³⁹³.

As restrições à liberdade de locomoção impostas em 29 de janeiro de 1942, entretanto, ultrapassaram a obrigatoriedade de salvo-condutos. “Apenas em 1942, foram expedidos 8.726 salvo-condutos a nacionais e 481 a estrangeiros”³⁹⁴. Em Blumenau, no Natal de 1943, até mesmo o Papai Noel foi impedido de comparecer à festa de final de ano para a qual muitas crianças o aguardavam. Segundo publicou-se no jornal, a “petizada [ficou] alvoroçada, porque o *KristKind nunca chegava! Afinal o inspetor do Quarteirão, o mais afilado, foi ao encontro dele. Ao aproximar-se do local onde deveria estar Papae Noel, soubera ele que o barbado não poderia entrar na vila, pois não tinha Salvo-Conduto, porque ele era... ariano!*”³⁹⁵.

Alemães, italianos e japoneses foram proibidos, a partir de 25 de março de 1943, de dirigir veículos automotores, sendo que muitos tiveram seus automóveis confiscados. Todos tiveram suas licenças e carteiras de motorista recolhidas e inutilizadas³⁹⁶.

Eugênio Bergmann, que serviu no 13º B.P. e só não embarcou para a Itália por causa de um pequeno problema de saúde, lembra-se que em Joinville, “no batalhão de tropa, não tinha um alemão que tinha um automóvel em casa, eles pegaram tudo! O governo pedia. (...) os alemães em Joinville estavam tudo quase

³⁹³ Entrevista com a Sra. Irene Kreiling Medved, 82 anos. Florianópolis, 19 de novembro de 2004.

³⁹⁴ Pasta Rosa. Arquivo Pessoal de João Batista Ramos Ribas.

³⁹⁵ Jornal Diário da Tarde, 10 de janeiro de 1944. BPESC.

³⁹⁶ Jornal Diário da Tarde. Florianópolis, 23/03/1943.

presos. E nenhum carro eles tinham”³⁹⁷. Segundo ele, os carros ficavam presos no batalhão e eram utilizados para o lazer dos soldados: “Eu servia no batalhão e aqueles carros estavam todos presos no batalhão. Nós saíamos de noite para passear, todos pegávamos o carro novo, pegava e saía para passear”³⁹⁸.

Em 8 de dezembro de 1942 foi imposta a censura à correspondência internacional, abrangendo o envio de cartas, escritos, livros, mapas, projetos, gravação fotográfica ou outra reprodução, telegramas, cabogramas, radiotelegramas e conversão telefônica.

Como as prisões baseavam-se na lógica da suspeição, qualquer coisa poderia servir como prova, servindo para incriminar o ‘inimigo’. Fotografias foram arrancadas de álbuns de família e “anexadas aos prontuários como documentos-verdade, provas das múltiplas heresias: nazista, espião, comunista, judeu, informante, etc”³⁹⁹. Também eram visados livros, diplomas, bandeiras, documentos, enfim qualquer coisa escrita em alemão ou que remetesse de alguma forma à Alemanha. A senhora Verônica Guesser Pauli, moradora de Biguaçu na época, conta que sua irmã era médica formada na Alemanha e durante a guerra precisou esconder seu diploma:

(...) ela escondeu bem, não sei aonde que ela botou lá dentro de casa. Aí de noite, quando a gente estava na mesa, comendo, aí de repente uma claridade lá na nossa casa assim, aí a minha irmã disse assim: ‘olha lá um caminhão!’. (...)E daqui a pouco um guarda nessa porta, outro guarda naquela porta, tudo armado, outro guarda naquela porta. Não tinha mais uma porta da casa que

³⁹⁷ Entrevista com o Sr. Eugênio Bergmann, 85 anos. Joinville, 21 de outubro de 2005.

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O projeto integrado Arquivo/ Universidade e o Acervo DEOPS*. In: DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops...*, p. 19.

eles não estavam. Entraram de dois de lugares, de não sei que mais, não sei que mais. Abriram o armário, levantaram e viraram os colchões, abriram os travesseiros, e o guarda-roupa, tiraram tudo, mas não deixaram quase... a única coisa que eles não tiraram foi a roupa da gente. Mas revistaram tudo, tudo, tudo, mas no fim das contas aquilo tudo parece que aquilo foi em 28 de julho de 1944. E ali, é depois, quando tinham examinado a casa toda, eles pediram café. (...) Eles queriam livros, livro em alemão. E espingardas, essas coisas assim. Armas, eles pensavam que a gente estava fornecendo coisas. E o meu pai tinha comprado um rádio (...) E depois aqueles guardas ficavam ali parados de fuzil grande, pra o caso de a gente tentar fugir (...). Desde que aquilo começou, que a gente escutou aquele zum-zum, nós demos fim em tudo, em tudo que era escrito em alemão. Única coisa que havia em alemão na casa era aquele diploma da minha irmã, mas isso também era, seria o maior dos crimes se, mas ela botou dentro de uma caixa assim, debaixo de roupas, então ali eles...eles reviraram, no meu quarto eu tinha o berço da Estela (...) e tiraram, abriam os travesseiros, levantavam o colchão, reviraram, viravam a cama e olhavam por debaixo. Olha, viraram tudo⁴⁰⁰.

Motivada pela propaganda oficial, a população colaborou com o regime também através de denúncias que vinham de todas as partes, como “a de Raul Paula, um morador de Joinville que telegrafou ao presidente da República em 1939, para dizer que o padre Kolb estava envolvido em atividades suspeitas e que, mesmo sendo alemão, ‘conseguiu ser nomeado inspetor de ensino secundário, prejudicando brasileiros’⁴⁰¹. Seis anos mais tarde reencontramos notícias do padre no Jornal *Diário da Tarde*:

⁴⁰⁰ Entrevista com s Sra. Verônica Guesser Pauli, 91 anos. Florianópolis, 04 de agosto de 2005.

⁴⁰¹ CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit., p. 140.

Vítima do despeito o padre Alberto Kolb. (...) Nos últimos dias espalhou-se o boato malsão com cuidados excepcionais, em nossa bela capital, de que o padre Kolb é, entre outras desgraças, um nazi-fascista! (...) Registramos no Círculo Operário de Joinville as seguintes realizações: - A Creche Conde Modesto Leal; o Jardim de Infância; a escola primária São José; a escola de corte, costura e bordado; o consultório médico; a farmácia; o ambulatório; a mortuária; a escola noturna de alfabetização Olavo Bilac; o teatro infantil; o Abrigo Santa Isabel.⁴⁰²

E logo em seguida Nereu Ramos teria se manifestado a seu favor: “O Estado de Santa Catarina aplaude, pelo seu governante, calorosamente, a obra benemérita de padre A. Kolb em prol da Classe operária”⁴⁰³.

Outro caso de denúncia envolveu o cidadão alemão Godofredo Entres em outubro do ano de 1938. Segundo ofício da DOPS de Santa Catarina, assinado pelo Coronel Antônio de Lara Ribas, “diante de boatos insistentes que corriam nesta Capital, sobre uma suposta irradiação de Moscou, acusando o cidadão alemão Godofredo Entres como espião nazista, essa Secretaria determinou a esta Delegacia para que procedesse a competente investigação a respeito, o que em verdade, aconteceu”⁴⁰⁴. Como nada se pôde comprovar por ter sido a denúncia baseada em boatos ouvidos de terceiros, Entres permaneceu em liberdade, mas continuou visado pela polícia política.

⁴⁰² *Jornal Diário da Tarde*. Florianópolis, 29/10/1945.

⁴⁰³ *Jornal Diário da Tarde*. Florianópolis, 12/11/1945.

⁴⁰⁴ Ofício enviado pela Delegacia da Ordem Política e Social ao Secretário da Segurança Pública, em 12 de julho de 1940. *Ofícios DOPS – Seg. P. – 1941 – Jan/Dez*, p. 123. APESC.

Esse olhar vigilante de alguns segmentos da população contra os outros (*outsiders*) auxiliava o trabalho de repressão policial e política, ao mesmo tempo em que representava um “trabalho extra nas diligências”⁴⁰⁵, uma vez que diversas denúncias eram feitas para vingar desafetos ou retirar alguém visto como obstáculo do caminho. A senhora Verônica Guesser Pauli afirma que pelo simples fato de seu pai possuir um rádio, sua família soube “que alguém nos tinha denunciado, que nós tínhamos comunicação com a Alemanha. E, mas não era verdade isso, era calúnia”⁴⁰⁶.

Um caso curioso aconteceu no distrito de Itapuí (SC) e chegou ao Tribunal de Segurança Nacional. Guilherme Berg, alemão, foi acusado pela própria esposa – Alice Berg – e uma amiga – Leontina Petri – de ter “injurado publicamente o nosso país, criticando grosseira e injustamente as leis e instituições brasileiras. O fato ocorrido em novembro do ano passado, está comprovado pelas testemunhas...”. Tomados os depoimentos, o Juiz do Tribunal de Segurança Nacional sentenciou:

Considerando que o presente processo originou-se de uma vingança tramada por Augusta Berg, alemã, que por este meio procurou afastar seu marido do lar para assim melhor viver em companhia de seus amantes e de Leontina Petri. Considerando que, em um lugarejo, no interior do estado de Santa Catarina, onde a vida irregular e escandalosa de Augusta Berg com sua criada Leontina Petri era notoriamente conhecida e já havia dado causa a um processo contra o acusado por ter expulso Leontina do seu lar, a autoridade policial ao receber a grave queixa, deveria agir com o máximo cuidado. (...) Considerando assim, não merecer a menor credibilidade o depoimento das

⁴⁰⁵ CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit., p. 140.

⁴⁰⁶ Entrevista com a Sra. Verônica Guesser Pauli, 91 anos. São José, 04/08/2005.

testemunhas (...) Resolvo absolver Guilherme Berg, por improcedência da acusação (...).⁴⁰⁷

Neste caso a esposa que denunciou o marido também foi acusada por sua conduta “irregular e escandalosa”, o que comprometeu seu depoimento, tornando-o desacreditado de acordo com os padrões culturais e morais vigentes. Não temos, entretanto, como verificar a veracidade das acusações, mas é sabido que os padrões sociais da época ainda não admitiam mulheres que ousassem divorciar-se ou abandonar o marido e a família. Num artigo sobre a inutilidade do divórcio assim se lia: “a mulher desquitada não é nem solteira, nem casada, nem viúva. É (...) espurgo social [sic]”⁴⁰⁸. Nossa intenção aqui é demonstrar como as denúncias muitas vezes passavam longe dos conflitos envolvendo a etnicidade, apesar de serem apresentadas com esta roupagem.

Michel de Certeau explica como a atividade criadora dos praticantes do ordinário⁴⁰⁹ funciona transformando as normas e a própria realidade imposta, assim como Chartier para quem o conceito de apropriação é identificado pela margem criativa intrínseca à receptividade. De acordo com Ângela de Castro Gomes, “a legitimidade institucional não advém simplesmente da manipulação e/ou repressão políticas, deitando raízes em práticas que incorporam – em graus muito variados –

⁴⁰⁷ Jurisprudência do Tribunal de Segurança – Sentença proferida em 08/04/1944 por Alfredo Miranda Rodrigues, Cap. De Mar e Guerra, Juiz do Tribunal de Segurança Nacional. Publicada no Jornal *Diário da Tarde*. Florianópolis, 27/04/1944. BPESC.

⁴⁰⁸ Artigo de Edoardo Mario Granata, publicado no Jornal *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20/07/1942. BPESC.

⁴⁰⁹ GIARD, Luce. *Intróito*. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Michel de Certeau. Luce Giard, Pierre Mayol; tradução Ephraim F. Alves e Lúcia Enlich Orth. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 18.

interesses e valores concretos dos que estão excluídos do poder”⁴¹⁰, mas não do jogo político. No caso supra-citado, a esposa utilizou-se dos discursos oficiais de repressão aos alemães para acusar seu marido, defendendo seus próprios interesses, de acordo com o que foi apurado no inquérito, embora não tenha sido possível acompanhar o desenrolar da questão.

Os Agentes Amadores

Em Santa Catarina o decreto-lei n. 206, art. 5º, criava “na Delegacia da Ordem Política e Social, um corpo de agentes amadores, que sem remuneração, mas mediante nomeação do Secretário de Segurança Pública, em ato absolutamente reservado, procederão às investigações cometidas, podendo, para isso praticar os atos necessários à missão recebida”⁴¹¹.

Estes agentes eram indicados pelas autoridades e agiam em caráter reservado, investigando e delatando pessoas consideradas suspeitas, ou apenas aquelas que falassem alemão, italiano ou japonês. Em carta escrita por Paulo Sprenger e sua esposa, Erna Sprenger, de São Bento, destinada a Carlos Barnhardt, residente em Buenos Aires, mas apreendida pela DOPS-SC, o Sr. Paulo relata a existência de “gaiatos incumbidos de denunciar os que falam alemão mediante a espórtula de 2\$000 a 5\$000”⁴¹². Tendo a carta como ‘prova’ ambos foram presos. No

⁴¹⁰ GOMES, Ângela de Castro. Capítulo 4 – *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: Repensando o Estado Novo. Dulce Chaves Pandolfi (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 56.

⁴¹¹ Artigo 5º, Decreto-lei n. 206, de 08 de outubro de 1938. *Estabelece várias medidas de ordem policial. Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1938*. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, 1939, p. 291. BPESC.

⁴¹² Notas policiais fornecidas à Imprensa no dia 15/04/1942. *Expediente do DEIP – 2º Trimestre de 1942*. Ofícios DEIP – G. 1942. Abr-Jun. Palácio do Governo, folhas 1 e 2. APESC.

depoimento do casal que a DEIP chamou de 'patifes', eles afirmam que havia crianças instruídas a denunciar os que falassem alemão, italiano ou japonês.

Este corpo de Agentes Amadores, que poderia incluir até mesmo crianças, ganhou atribuições de Serviço Secreto em 1942, quando foi reorganizada a DOPS-SC: "O Serviço Secreto e de Investigações será dirigido, pessoalmente pelo Delegado da Ordem Política e Social e desempenhado por elementos especializados, agentes amadores e extranumerários"⁴¹³.

O Senhor Érico João Fleith relata que seu pai foi inspetor de quartirão em Joinville e por desavenças com brasileiros, acabou sendo preso. Segundo ele,

Ele era inspetor de quartirão, né? E daí tinha dois senhores aqui, brasileiros, portugueses e eles fizeram muita coisa aí. Aí eu não sei o que que o papai fez lá com eles que eles não tinham direitos. Aí eles foram lá dar parte na delegacia que papai estava fazendo reunião com a turma em alemão, só falava alemão. Daí veio o delegado com dois policiais e o levaram preso. Aí levaram o proprietário dessa casa aqui (...). Era uma casa velha do Fernando Galina, era compadre do meu pai. Levaram junto. Ficaram 36 horas presos. Ganharam só uma aguinha para beber.⁴¹⁴

Seu relato evidencia que, diante da complexidade da situação, desavenças pessoais poderiam influir até mesmo contra pessoas investidas de certo poder de vigilância perante a comunidade, embora não fique claro o que seu pai fizera aos 'brasileiros' para provocar a denúncia.

⁴¹³ Artigo 10º, Decreto-lei n. 619, de 31 de março de 1942. *Reorganiza a Delegacia da Ordem Política e Social e dá outras providências. Decretos-leis, Decretos, Resoluções e Portarias. Legislação 1942*. Palácio do Governo: Imprensa Oficial do Estado, p. 41-42. BPESC.

⁴¹⁴ Entrevista com o Sr. Érico João Fleith, de 81 anos. 21/10/2005.

Segundo Elizabeth Cancelli⁴¹⁵, o Serviço Secreto de Investigações fora criado em 1938⁴¹⁶ com excessivo controle e competição interna, de modo a estimular denúncias, mas foi a partir de 1942 que a divisão começou a contar com um reforço dos ministérios, especialmente do Ministério da Justiça. Entre suas atribuições estava o combate ideológico, a proposição de medidas de propaganda nacionalista e defensiva, sugestão de medidas para o registro de estrangeiros, e fiscalização das atividades destes e dos brasileiros naturalizados.

Deste corpo de agentes sabemos que andavam com armas emprestadas da DOPS, - o que é confirmado no depoimento do Sr. Salim Miguel⁴¹⁷ - motivo que em novembro de 1945 implicou na publicação de um Edital intimando-os a “procederem a devolução das mesmas, dentro do prazo de 48 horas sob pena de serem chamados por edital nominal”⁴¹⁸. A ameaça de chamar os agentes pelo nome, identificando-os perante a comunidade, deveria ser assustadora porque implicava em tornar públicas atividades que eram feitas em caráter secreto e muitas vezes contra colegas de trabalho, vizinhos ou mesmo parentes. Assim, em dezembro de 1945 quando já estavam destituídos de suas funções, resolveram encaminhar um ofício ao Palácio do Governo no qual se apresentaram como funcionários não efetivos do governo e alegavam que teriam poucas chances de se recolocarem profissionalmente no mercado, “visto que seriam poucos os que dariam emprego a

⁴¹⁵ CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit., p. 62-68.

⁴¹⁶ Portaria n. 4.430, de 05 de setembro de 1938.

⁴¹⁷ Ver página 120 desta dissertação.

⁴¹⁸ Edital publicado em 14/11/1945, pelo Cap. Aldo Fernandes, Delegado da Ordem Política e Social. *Jornal Diário da Tarde*. Florianópolis, 14/11/1945.

‘ex-investigadores’⁴¹⁹, reivindicavam alguma inserção no quadro funcional a ser implementado a partir de 1945.

Entretanto, durante os anos em que estes trabalhavam sem cessar nas delações, muitos perdiam seus empregos. Autorizada desde a Constituição de 1937, no seu artigo 177⁴²⁰, a interventoria passou a fazer uso de demissões e aposentadorias conforme os interesses da campanha de nacionalização a partir de 1939. Desta forma o Prefeito Municipal de Itajaí foi autorizado a aposentar, “nos termos do artigo 177 da Constituição Federal (...) o professor Celeste Scala, que não é brasileiro nato e conta com mais de dez anos de serviço público”⁴²¹.

As campanhas de nacionalização

Entre as características fundamentais do Estado Novo está a sua necessidade de controle das massas através de campanhas mobilizadoras, que envolvessem a população e propiciassem aos governantes além do controle, a impressão de coesão social.

⁴¹⁹ Ofício encaminhado ao Palácio do Governo, em dezembro de 1945. Assinam a carta Aldo Pereira de Souza, Valda Vaz, Maria do Carmo Rosa, Alcebíades Vidal de Souza, Oswaldo Rodrigues Pereira, Oswaldo Wüthorn, Antônio Fontes Domingues, Herald Souza, entre outros. *Ofícios Seg. P. – G./I.J. 1945/1946*, p. 247. APESC.

⁴²⁰ Art 177 - Dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados ou reformados de acordo com a legislação em vigor os funcionários civis e militares cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Governo, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime.

⁴²¹ Decreto-lei n. 316, de 21 de março de 1939. *Coleção de decretos-leis estaduais*. Palácio do Governo. Livro n. 27. BPESC.



Fonte: *Campanha da Borracha*. Relatório apresentado a Exma. Sra. D. Darci Vargas, D.D. Presidente da Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência no Rio de Janeiro, pela Senhora D. Beatriz Pederneiras Ramos, Presidente da Comissão Estadual da L. B. A. em Santa Catarina. Exercício de 1943, p. 33.



Fonte: *Campanha da Borracha*. Relatório apresentado a Exma. Sra. D. Darci Vargas, D.D. Presidente da Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência no Rio de Janeiro, pela Senhora D. Beatriz Pederneiras Ramos, Presidente da Comissão Estadual da L. B. A. em Santa Catarina. Exercício de 1943, p. 33.

Deflagradas a partir de 1935, as campanhas de nacionalização tiveram efeitos a longo prazo. De modo geral, quando se fala das campanhas de nacionalização estado-novistas, a ênfase quase sempre está colocada na questão do ensino. É sabido, porém, que atingiram outras frentes, como o trabalho e a economia. O

regime também reprimiu as práticas culturais dos estrangeiros⁴²², algo que podemos classificar como uma tentativa de nacionalização da cultura.

Com relação aos alemães, especificamente, podemos citar como conseqüências o silenciamento e a “eliminação dos meios de atualização étnica”⁴²³, bem como o aprofundamento de clivagens sociais fundamentadas no *ethos*⁴²⁴ do trabalho. A comunidade japonesa, que também foi bastante perseguida, vivenciou no pós-guerra um conflito intragrupal⁴²⁵, além de todas as dificuldades emocionais e materiais a que fora exposta.

A Campanha de Nacionalização, criada no singular, depois tornou-se plural e passou a atingir diversas frentes. Em Santa Catarina foi instalada por Nereu Ramos em Blumenau, a 30 de maio de 1938 e desse momento em diante, as redes de solidariedade tiveram um papel fundamental no conturbado panorama social que se estabelecia no estado, determinando *outsiders* e estabelecidos. No ano seguinte o Jornal *Diário da Tarde* anunciava que “não se desinteressa o Exército brasileiro de sua vigorosa campanha nacionalizadora, nos Estados do sul do país. Dentro dos desígnios, que já foram apontados e defendidos por um grupo de oficiais de valor, acaba de embarcar para Blumenau um batalhão do Exército”⁴²⁶. Uma das hipóteses que se levantam é se nestas décadas de crescente industrialização e urbanização,

⁴²² Decreto-lei n. 868, de 18 de novembro de 1938.

⁴²³ FROTSCHER, Méri. Op. Cit., p. 10.

⁴²⁴ Refere-se a elementos morais e valorativos.

⁴²⁵ Sobre este assunto ver HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1987 e KIMURA, Rosângela. *Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná (1930-1950) – De cores proibidas ao perigo amarelo*. (no Prelo) Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais.

⁴²⁶ Jornal *Diário da Tarde*, 12/04/1939.

não estariam mais explícitas as disputas por espaço no mundo do trabalho, que tiveram na guerra sua legitimação.

Dentre as campanhas desenvolvidas destacam-se a Campanha da Borracha, do Alumínio. A senhora Beatriz Pederneiras Ramos, esposa de Nereu Ramos, presidia, na condição de Primeira Dama a Comissão Estadual da L.B.A. em Santa Catarina. Segundo relatório apresentado à Sra. Darci Vargas, todas as “centenas de toneladas de borracha”⁴²⁷ coletadas seriam destinadas ao esforço de guerra no Brasil

Entretanto a campanha mais duradoura e dura foi a de nacionalização das escolas, visando o ‘abrasileiramento’ do ensino. O Estado Novo necessitava da construção de um homem novo, o que se daria através da educação, não apenas na escola, mas integral. Estabeleceu-se idealmente um “sistema pedagógico completo”⁴²⁸ que postulava valores como o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e principalmente, ao trabalho. Em Santa Catarina a nacionalização do ensino já vinha acontecendo há algum tempo, segundo Neide Fiori⁴²⁹, desde 1911.

Em Santa Catarina, toda uma rede escolar autônoma, mantida principalmente por grupos coloniais alemães, passaria a ser alvo das atenções governamentais e aos poucos foi erradicada e não completamente substituída por instituições ‘nacionais’. Seu fechamento baseava-se no argumento de que contribuía para preservar e difundir valores culturais estrangeiros. Em nível nacional, o grupo étnico

⁴²⁷ *Campanha da Borracha*. Relatório apresentado a Exma. Sra. D. Darci Vargas, D.D. Presidente da Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência no Rio de Janeiro, pela Senhora D. Beatriz Pederneiras Ramos, Presidente da Comissão Estadual da L. B. A. em Santa Catarina. Exercício de 1943, p. 33.

⁴²⁸ GOMES, Ângela de Castro. Capítulo 4 – Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: *Repensando o Estado Novo*. Dulce Chaves Pandolfi (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 63.

⁴²⁹ Sobre este aspecto ver FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público no Estado de Santa Catarina*. Tese de Mestrado - FESP SP – 1974, p. 134.

alemão era considerado como o mais fechado em sua própria cultura, seguido pelo grupo nipônico e foram os mais perseguidos.

Ivo D'Aquino, Secretário de Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina, considerava que as populações “ainda não assimiladas inteiramente”⁴³⁰ no estado dividiam-se entre os de origem alemã, de origem italiana e de origens polonesas e ucranianas.

Segundo Aquino⁴³¹, “foi a Constituição de 10 de novembro de 1937 que permitiu iniciar-se com eficiência a resolução do problema da nacionalização do ensino” nos estados do Sul, onde “todos três, já em 1938 elaboraram as primeiras leis tendentes a esse objetivo, concertadas todas elas dentro de um mesmo plano e com a mesma consciência do problema”. Mas o estado em que “o problema se afigurava mais alarmante, menos pela sua substância (...) do que pela proporção que representava, no tocante à extensão territorial e ao total da população do estado” era Santa Catarina.

Segundo Cynthia M. Campos, a “educação – fosse sanitária ou moral e cívica, do corpo ou da mente -, adquiriu no governo Nereu Ramos, uma conotação até então nunca evidenciada na história catarinense. Passou a figurar como condicionante do que se poderia esperar de um bom trabalhador ou cidadão”⁴³². Por este motivo, uma ampla gama de medidas passou a atingir os estabelecimentos escolares. Aqueles que eram mantidos por entidades alemãs ou que ministravam ensino em língua alemã foram sistematicamente fechados.

⁴³⁰ D'AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino: Aspectos Políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 28 e seguintes. BPESC.

⁴³¹ D'AQUINO, Ivo. *Idem*, p. 23-4. BPESC.

⁴³² CAMPOS, Cynthia Machado. *As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas*. In: BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2000, p. 151.

Os professores alemães ou descendentes foram afastados, expulsos do país ou mesmo presos, sob a acusação de estarem doutrinando os alunos de acordo com a ideologia nazista. Materiais escolares em alemão foram apreendidos como provas de traição à Pátria. Escolas com nomes alemães ganharam novas denominações, geralmente homenageando figuras políticas relacionadas ao Estado Novo.

Nereu Ramos publicava os decretos-leis responsáveis pelas demissões e prisões também dos profissionais de educação: “demitir (...) Sebastião Kammers das funções de professor da escola mista Santa Filomena, no município de São José⁴³³; “...demitir Antônio Matarazzo das funções de professor do G. E. ‘Roberto Trompowsky’, da cidade de Cruzeiro⁴³⁴; “...Jacó Arns, regente da escola particular de ‘Forquilha’, no município de Crisciuma, não só burlava as leis de nacionalização de ensino, como exercia atividades prejudiciais à segurança nacional, sendo por este motivo, detido (...)”⁴³⁵; além de diversos outros que ordenavam o fechamento dos estabelecimentos escolares e apreensão de todo o seu material escolar.

De 1937 para 1938 observa-se uma queda brutal no número de escolas particulares no Estado: passam de 661 para 125. Em 1943 seriam apenas 105 as escolas particulares existentes em Santa Catarina, do total dos 2.449 estabelecimentos escolares existentes nos diversos níveis⁴³⁶. De acordo com César

⁴³³ Decreto n. 1.889, de 26 de março de 1942. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias. Legislação 1942*. Palácio do Governo. Imprensa Oficial do Estado. BPESC.

⁴³⁴ Decreto n. 2.131, de 30 de abril de 1942. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias. Legislação 1942*. Palácio do Governo. Imprensa Oficial do Estado, p. 99. BPESC.

⁴³⁵ Decreto n. 2.756, de 11 de setembro de 1942. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias. Legislação 1942*. Palácio do Governo. Imprensa Oficial do Estado, p. 178. BPESC.

⁴³⁶ *Educação Popular. Números absolutos*. Relatório apresentado ao exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Exercício de 1943. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, Outubro de 1944, p. 87. BPESC.

Paiva a política de nacionalização no estado conduziu à “destruição da rede de ensino primário particular”⁴³⁷. O Jornal ‘O Estado’, em 1977 publicou um texto sobre a tese de doutorado do pesquisador norte-americano Richard Dalbey que se diz ‘catarinista’⁴³⁸, no qual ele afirmava que “a partir de 1933, as escolas alemãs em funcionamento no sul do Brasil eram a vanguarda do partido nazista no país”⁴³⁹.

A senhora Verônica Guesser Pauli⁴⁴⁰ era professora na localidade de Rachadel, atual município de Antônio Carlos e conta que foi proibida de lecionar em 1941, o que a obrigou a ir morar na casa do seu pai, por não ter mais onde morar, passando os quatro anos seguintes sem qualquer renda para o sustento dos filhos, a não ser o proveniente de uma insipiente lavoura de mandioca. Segundo ela, nenhum aviso foi dado. Em uma determinada manhã de 1941, ao chegar na escola em que lecionava desde 1938, foi avisada que não era para abrir as salas: “Aí eu fui abrir porque era o horário. Ali, tinha uma professora, ele foi lá mais outra senhora. Aí ela entrou, entrou assim e disse ‘essa escola agora é minha!’. Olha, eu com essa mais velha [a filha], Isaura, e a nenezinha de três meses. Aí eu disse ‘mas como? Porque? O que que deu?’. Aí ela disse ‘não sabes disso, dessa lei 15?’”⁴⁴¹.

Helena Bomeny denuncia que “os métodos violentos não foram poupados. São inúmeras as queixas arquivadas nos arquivos Capanema. (...) Do lado dos

⁴³⁷ PAIVA, César. *Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul: o nazismo e a política de nacionalização*. In: FIORI, Neide Almeida (org.). *Etnia e educação: a escola ‘alemã’ do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Editora da Unisul, 2003, p.123.

⁴³⁸ Segundo o autor ele é um ‘catarinista’ e não um brasileiro. Em 1977, Richard Dalbey lecionava na Universidade de Brasília.

⁴³⁹ “A influência alemã para criar um Estado nazista”. Matéria de Raimundo Caruso. Jornal ‘O Estado’, 31/07/1977. BPESC.

⁴⁴⁰ Entrevista com a Sra. Verônica Guesser Pauli, realizada em 04/08/2005 em Florianópolis.

⁴⁴¹ Entrevista com a Sra. Verônica Guesser Pauli, realizada em 04/08/2005 em Florianópolis.

colonos alemães, as queixas se acumulavam diante da política repressiva ao funcionamento das escolas particulares”⁴⁴².

Durante o Estado Novo ocorreu uma “grande centralização e formalismo legal em matéria de ensino”⁴⁴³, não apenas no âmbito do ensino primário e secundário, mas também nas universidades, conforme pesquisa de Viviane dos Santos sobre os ‘subversivos das arcadas’⁴⁴⁴. Segundo a autora os conflitos registraram-se com maior intensidade em 1938 e ampliaram-se após 1942. A polícia política desconfiava que os estudantes coordenassem um movimento anti-varguista em todo o país. De fato havia uma resistência à ditadura e os acadêmicos contavam com a chamada imprensa subversiva para divulgar críticas ao governo. Muitos foram presos ou expulsos do país. Em 1944, diversas universidades do país, principalmente na Capital Federal foram proibidas de funcionar. Este foi o caso das faculdades de Odontologia, Engenharia, Medicina e Direito do Rio de Janeiro⁴⁴⁵.

Os silenciamentos no mundo do trabalho e a nacionalização das empresas

Indiscutivelmente, a primeira grande área a ser atingida por essa política nacionalizadora na esfera do trabalho foi a imigratória. Essa era a regra, embora em alguns períodos – como acontecera em início dos anos 20 – ocorressem certas restrições, tanto no sentido de proibir a vinda de mais estrangeiros quanto no sentido

⁴⁴² BOMENY, Helena M.B.. *Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Reprensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 158-159.

⁴⁴³ FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público no Estado de Santa Catarina*. Tese de Mestrado - FESP SP – 1974, p. 128.

⁴⁴⁴ SANTOS, Viviane Terezinha dos. *Inventário DEOPS: módulo II, estudantes: os subversivos das arcadas* / Viviane Terezinha dos Santos; Maria Luiza Tucci Carneiro (organizadora). São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 1999, p. 17.

⁴⁴⁵ Decretos-leis n. 17.381, 17.382, 17.383 e 17.384, respectivamente, todos de 18/12/2005.

de estabelecer os casos em que poderiam ser expulsos. Mas só a partir da década de 30 tal questão fora efetivamente considerada imprescindível.

Desde o início do seu governo, Vargas teria previsto as implicações de um não-controle da imigração, relacionando-o com a necessidade de ‘valorização do capital humano’ nacional, e com a própria estabilidade política do país”.

Os decretos que trataram de nacionalizar e controlar as funções trabalhistas sucederam-se. Em julho de 1939, foi regulamentada a associação em sindicatos⁴⁴⁶ e em dezembro do mesmo ano, um decreto⁴⁴⁷ tratou da nacionalização do trabalho e da proteção ao trabalhador nacional, fixando um mínimo de dois terços de nacionais para o total de funcionários de qualquer estabelecimento industrial ou comercial.

O decreto-lei n. 4.638, de agosto de 1942 facultava “a rescisão de contrato de trabalho com súditos das nações com as quais o Brasil rompeu relações diplomáticas ou se encontra em estado de beligerância”⁴⁴⁸ o que desencadeou uma onda de denúncias e pedidos de demissão de alemães, italianos e japoneses.

No mesmo mês, o Sub-delegado de Polícia de Rio Bonito, município de Campos Novos, escreveu ao Secretário de Segurança Pública, Capitão Antônio Carlos Mourão Ratton, para relatar “revoltado” um fato que deveria chegar “ao conhecimento das autoridades competentes”. Segundo ele, o estrangeiro Carlos Steiner, escriturário do Tesouro do Estado fez requerimento solicitando certidão de bom comportamento durante o tempo em que foi coletor para requerer o título de cidadão brasileiro e poder continuar no seu cargo público. O indivíduo referido,

⁴⁴⁶ Decreto-lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939. *LEX 1939*, p. 345. BADESC.

⁴⁴⁷ Decreto-lei n. 1.843, “Dispõe sobre a nacionalização do trabalho e a proteção ao trabalhador nacional”, de 7 de dezembro de 1939. *LEX 1939*, p. 638-641. BADESC.

⁴⁴⁸ Decreto-lei n. 4.638, de 31 de agosto de 1942. *LEX 1942 – Revista de Legislação*. BADESC.

segundo palavras do sub-delegado era um “‘eixista’, um quinta-coluna declarado e o seu justo lugar seria em um campo de concentração, e não na investidura de uma função pública nacional”. E continua, nas folhas que foram anexadas ao inquérito:

(...) com o rompimento da guerra, Steiner começou a revelar-se indiferente aos brasileiros, só visitava o indivíduo Luiz Langer, que acha-se preso por ser ‘quinta-coluna’, discutia sobre a guerra com muita paixão para o lado do eixo, chegava até a tornar-se grosseiro com os elementos brasileiros, dando socos em mesas de clube e á toda oportunidade enxovalhava o nosso Paiz. Chegou ao cúmulo de dizer publicamente que o Brasil só mandava para a Eoropa diplomatas ébrios e mel de abelha com gatos podres. Disse de outra feita que se o Brasil entrasse na guerra para auxiliar os americanos que ele, Steiner, não daria os seus filhos para as fileiras nacionais. O vigário local, dissera à pessoas de responsabilidades daqui, que tinha receio de pregar algo sobre o terrorismo nazista, na igreja, porque Carlos Steiner, que residia defronte, vivia escutando-o para denunciá-lo aos nazis chefes. Enfim! não precisa mais testemunhos para atestar-se firmemente que Carlos Steiner é NAZISTA, é QUINTA COLUNA, é, afinal, um TRAIADOR. (...) ⁴⁴⁹ (grifo do original).

Steiner era acusado também de ter-se apresentado com documento no qual constavam idade e naturalidade falsas, o que ele explica em carta ao “benemérito coração e esclarecido espírito de justiça” do Interventor Nereu Ramos, como sendo um erro cometido pelo escrivão que fez sua certidão de casamento. As investigações, que reuniram as DOPS de Santa Catarina e de São Paulo, entretanto, apuraram que o réu tinha nacionalidade austríaca. Três parentes que foram

⁴⁴⁹ Autos de Inquérito Policial envolvendo Carlos Steiner. *Inquérito Policial – Capital*. Caixa n. 01, Inquérito n. 364, Ano 1943, p. 5-6. Arquivo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

chamados a depor também foram autuados e acusados de co-autoria do crime de falsidade ideológica: Arnaldo Hintz, João José Jacó e Ernesto de Lay, mas em 22 de junho de 1944, considerou-se suas punibilidades extintas pelo tempo decorrido.

A partir do momento em que as relações diplomáticas com os países do Eixo foram rompidas, a 28 de janeiro de 1942, e que o país ingressou de fato na “fase de consolidação da ideologia do trabalhismo”⁴⁵⁰, os excessos governamentais em todas as esferas ganharam o peso de patriotismo ligado ao esforço de guerra, implicando muitas vezes num “alto grau de exploração da mão-de-obra”⁴⁵¹.

Os trabalhadores passaram a ser chamados de ‘soldados da produção’, cuja missão era vencer uma ‘batalha’, o que só seria possível com a adoção de “uma mentalidade de guerra”⁴⁵². Desta forma, foram forçados a trabalhar sem diversos direitos sociais que lhes haviam sido doados por Getúlio Vargas sem quaisquer reivindicações, conforme o discurso oficial construído, elaborado e difundido em toda a década de 1930, pelos Ministérios responsáveis. Salgado Filho, Ministro do Trabalho entre 1932 e 1934, dizia ao povo: “Tendes uma legislação que vos foi concedida sem nenhuma exigência, imposição ou pressão de qualquer ordem, mas espontaneamente. (...) No Brasil não há reivindicações neste assunto. Há concessões. Concessões do Governo”⁴⁵³.

O Governo, atendendo às exigências dos empresários e utilizando o discurso do patriotismo, havia conseguido, no início da década de 1940, “reduzir a condição

⁴⁵⁰ PARANHOS, Adalberto. Op. Cit., p. 36.

⁴⁵¹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 246.

⁴⁵² Discurso de Getúlio Vargas, em homenagem ao Dia do Trabalho. *Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – SC*. Ano I, Florianópolis, maio-junho de 1943, n. 02, p. 6. BPESC.

⁴⁵³ Discurso de Salgado Filho. *Jornal do Comércio*, 30/08/1933. Transcrito por CARONE, Edgard. *A Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, p. 226.

dos trabalhadores ao mais puro modelo privatista e escravocrata da passagem do século”⁴⁵⁴. De acordo com o afirmado por Elizabeth Cancelli, Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, apoiados em vários observadores, houve “clara colaboração entre o aparelho de estado e os empresários”⁴⁵⁵. Isto teria acontecido em todos os segmentos produtivos, mas foi mais contundente em setores considerados estratégicos, como o têxtil, o de materiais de guerra e o mecânico.

O dia em que o Brasil decretou estado de beligerância, 31 de agosto de 1942⁴⁵⁶, foi repleto de decretos referentes às questões trabalhistas. As assembleias e reuniões sindicais tornaram-se restritas às autorizadas pelas autoridades do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e os estrangeiros delas proibidos de participar⁴⁵⁷; foi facultada a rescisão de contrato com os súditos das nações do Eixo⁴⁵⁸; foi autorizada a prorrogação da jornada de trabalho nas empresas que interessassem à produção nacional⁴⁵⁹. Isto efetivamente resultou no retorno à jornada de trabalho de 10 horas, o que, segundo Adriano Luiz Duarte se deu a pedido dos industriais⁴⁶⁰.

Em outubro deste mesmo ano foi suspenso o direito de férias nas indústrias consideradas essenciais à segurança nacional⁴⁶¹. Foi também autorizada a produção

⁴⁵⁴ PAOLI, Maria Célia. *Trabalhadores e Cidadania – Experiência do mundo público na história do Brasil Moderno*. In: Revista de Estudos Avançados, vol. 3, n. 7, São Paulo, USP, set-dez/1989, p. 64.

⁴⁵⁵ CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit., p. 94.

⁴⁵⁶ Decreto-lei n. 10.358, de 31 de agosto de 1942. *Declara o estado de guerra em todo o território nacional*. *Lex 1942 – Revista de Legislação*, p. 379. BALESC.

⁴⁵⁷ Artigos 2º e 8º respectivamente. Decreto-lei n. 4.637, de 31 de agosto de 1942. *Lex 1942 – Revista de Legislação*, p. 370-371. BALESC.

⁴⁵⁸ Decreto-lei n. 4.638, de 31 de agosto de 1942. *Lex 1942 – Revista de Legislação*, p. 371-372. BALESC.

⁴⁵⁹ Decreto-lei n. 4.639, de 31 de agosto de 1942. *Lex 1942 – Revista de Legislação*, p. 372-373. BALESC.

⁴⁶⁰ DUARTE, Adriano Luiz. Op. cit., p. 108.

⁴⁶¹ Decreto-lei n. 4.869, de outubro de 1942.

ininterrupta, o acúmulo de turnos e proibiu-se a mudança de emprego⁴⁶². Em casos de faltas ou abandono de emprego, os trabalhadores eram acusados de desertores, se fossem nacionais, e de traidores da Pátria caso fossem alemães, italianos, japoneses ou deles descendentes.

Em 1943, um decreto suspendeu os dissídios coletivos enquanto durasse o estado de guerra⁴⁶³, exceto com prévia audiência do MTIC. Neste mesmo ano foi tratada a participação dos 'súditos do Eixo' em Sociedades comerciais, ficando estabelecido que

(...) enquanto perdurarem os motivos que determinaram a expedição do referido diploma legal, não é aconselhável surjam novas organizações nas quais figurem como participantes alemães, italianos ou japoneses, ou se permita a adesão destes elementos, dessas nacionalidades em outras, sem prévia audiência da Comissão de Defesa Econômica, pois do contrário não estaria sendo observada a política nacionalizadora...⁴⁶⁴.

Em 1944 foi emitida a Lei de Mobilização Industrial (baseada na Lei de Mobilização Econômica⁴⁶⁵, do ano anterior) que permitiu o serviço de mulheres e menores com mais de dezesseis (16) anos em trabalhos noturnos e considerou mais de oito (8) faltas como abandono de emprego punível com pena de prisão, até mesmo quando as ausências fossem decorrentes de problemas de saúde. Um homem, após 23 horas de trabalho ininterrupto desmaiou e foi despedido, acusado

⁴⁶² PAOLI, Maria Célia. *Trabalhadores e Cidadania – Experiência do mundo público na história do Brasil Moderno*. In: Revista de Estudos Avançados, vol. 3, n. 7, São Paulo, USP, set-dez/1989, p. 61.

⁴⁶³ Decreto-lei n. 5.821, de 16 de setembro de 1943. *LEX 1943*, p. 304 e 305. BALESC.

⁴⁶⁴ *Estrangeiros – Súditos do Eixo - Sua participação em Sociedades comerciais – Conselho de Segurança Nacional. Resolução n. 64 (1943)*. *LEX 1943*, p. 56 e 57. BALESC.

⁴⁶⁵ Uma Comissão de Defesa Econômica definia os bens que seriam expropriados de pessoas físicas ou jurídicas.

de 'desídia', ou seja, preguiça⁴⁶⁶. Adalberto Paranhos afirma categoricamente que a exploração da força de trabalho foi tanta que, "na prática sob o estado de guerra, se assistiu à suspensão, mais ou menos sumária, de muitos direitos sociais"⁴⁶⁷.

De acordo com o autor, a crise que desembocaria no fim do Estado Novo em 1945⁴⁶⁸ teria se iniciado em 1942. Na mesma direção, Dulce Pandolfi aponta este como o ano que simboliza o início do seu "processo de desarticulação"⁴⁶⁹. Apesar disso, e talvez por estar no auge da curva, a partir de então, as ações governamentais tornaram-se mais violentas e restritivas. Este ano sinalizou uma mudança de perspectiva, apresentando-se de forma extremamente paradoxal.

No plano externo, pautou-se pelo apoio oficial do Brasil aos aliados. Depois de muita hesitação e ambigüidade através de acordos comerciais secretos com ambas as partes, o governo Vargas finalmente resolveu comprometer-se com a economia norte-americana. No plano interno, refletiu a utilização um aparelho repressivo de caráter fascista que visava coibir qualquer coisa que pudesse ser interpretada como dissidência. Priscila Perazzo defende a tese de que após a entrada definitiva do Brasil na guerra, "a repressão aos 'súditos do Eixo' serviu à intersecção dos interesses entre política interna e externa"⁴⁷⁰, funcionando como elemento de negociação com os Aliados.

Algumas famílias resistiram como puderam e em cartas enviadas às autoridades demonstraram o grau de dificuldade vivenciado. Gertrude Niemeyer,

⁴⁶⁶ *Decisões do Conselho Regional do Trabalho, 1945*, p. 170. Citado por PAOLI, Maria Célia. *Trabalhadores e Cidadania – Experiência do mundo público na história do Brasil Moderno*. In: Revista de Estudos Avançados, vol. 3, n. 7, São Paulo, USP, set-dez/1989, p. 64.

⁴⁶⁷ PARANHOS, Adalberto. Op. Cit., p. 180-181.

⁴⁶⁸ Idem, p. 118.

⁴⁶⁹ PANDOLFI, Dulce. op. cit. P. 11.

⁴⁷⁰ PERAZZO, Priscilla Ferreira. *Os prisioneiros...p.*, 21.

pleiteando a liberdade para seu marido, o alemão Hans Niemeyer, encanador-funileiro, preso desde 18 de agosto de 1942, escreveu carta ao Interventor e posteriormente, ao Chefe da Nação, pedindo que “Sua Excelência se digne demandar averiguar qual a culpabilidade de seu esposo e, certa como está de sua inocência, roga a liberdade do mesmo”. Ela explica que quando seu marido foi conduzido para o

Campo de Concentração, no lugar Trindade (...), seu filho mais velho procurou manter a oficina, a-fim de enfrentar a miséria que ameaçou toda família (...) Entretanto tornou-se agora iminente, até a falta do pão de todo dia, com o sorteio para o exército brasileiro do seu filho mais velho, justamente o que tinha-se encarregado da forma mais louvável da subsistência da família (...)⁴⁷¹

Marlene de Fáveri acompanha esta história através do processo crime que deu entrada no Tribunal de Segurança Nacional em 11 de novembro de 1943, no qual Hans Niemeyer era considerado “fanático participante do Eixo”⁴⁷², sendo que seu processo só foi arquivado em julho de 1944.

José Seifert, brasileiro naturalizado, nascido na Alemanha, residente em Coqueiros, escreveu ao Ministro da Justiça, Francisco Campos, na esperança de ser reintegrado ao cargo que ocupava como 2º Sargento mecânico da Força Policial do Estado, de onde foi excluído a 10 de abril de 1939. Na carta, ele escreve:

⁴⁷¹ Carta enviada por Gertrude Niemeyer, tramitando desde 7 de outubro de 1943. *Cartas Recebidas dos Ministérios – 1935 a 1940 – V. 01 – Palácio do Governo*, p. 199-202. APESC.

⁴⁷² FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 206-210.

Exmo. Sr. Ministro: Sou um homem pobre e não posso pleitear os meus direitos judicialmente (...) considere que era meu dever, primeiramente, apelar para a nobreza de sentimentos e grandeza de alma do grande Ministro (...). Estou certo que o seu generoso coração se confrangerá ante a injustiça que respeitosa e lhe exponho, e promoverá a justiça que tornará o nome de V. Exa. eternamente abençoado por mim, por minha mulher e meus sete filhos reconhecidos.⁴⁷³

Sob denúncias de suspeitas, muitos foram fichados e investigados:

(...) o sr. Erico Mueller, presentemente detido à disposição desta Delegacia... exerce há 11 anos o cargo de Escrevente Juramentado do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau⁴⁷⁴; Antônio Teixeira Dias, chefe do Telégrafo [de Brusque] amigo inseparável de Arnaldo Schaefer e de Victor Rodolpho Tiezmann, os dois nazistas mais atrevidos desta cidade. (...) Seria de bem aviso a sua transferência ... providência rápida e enérgica contra esse indivíduo que merece o serviço público...⁴⁷⁵; Professor Carlos Boos continua a referir-se com menosprezo aos nacionais (...)⁴⁷⁶.

Nem mesmo as autoridades municipais estavam livres de denúncias:

(...) o sub-delegado de Polícia de Luiz Alves, Godofredo Wust é pessoa que não merece inteira confiança, por ser de origem alemã...⁴⁷⁷; Umberto Zarantoniello - fui obrigado a aconselhar este senhor para que pedisse sua

⁴⁷³ Carta de José Seifert ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Campos, Ministro de Estado dos Negócios da Justiça, datada de 23 de julho de 1940. *Cartas Recebidas dos Ministérios – 1935 a 1940 – v. 01*. Palácio do Governo, p. 193. APESC.

⁴⁷⁴ Ofício datado de 04/02/1942. *Ofícios DOPS – Seg. P. 1942 – Jan-Set*, p. 142. APESC.

⁴⁷⁵ Ofício datado de 21/01/1942. *Ofícios DOPS – Seg. P. 1942 – Jan-Set*, p. 178. APESC.

⁴⁷⁶ Ofício datado de 13/01/1942. *Ofícios DOPS – Seg. P. 1942 – Jan-Set*, p. 181. APESC.

⁴⁷⁷ Ofício datado de 10/01/1942. *Ofícios DOPS – Seg. P. 1942 – Jan-Set*, p. 185. APESC.

exoneração do cargo de Delegado de Polícia do município de Porto União, visto ser o mesmo de idéias totalitárias... Alfredo Matzenbacher, também fui obrigado a aconselha-lo a pedir sua demissão do cargo de 2º suplente...⁴⁷⁸; presos de nacionalidade alemã que se acham recolhidos ao presídio de Guarás... os quais deverão seguir para o Rio de Janeiro... eram os mentores, dirigindo empresas de importância vital para a defesa do país... como por exemplo a 'Empresul'⁴⁷⁹.

Em maio de 1944, Getúlio Vargas avaliou a conduta dos trabalhadores como “exemplar. Nem greves nem perturbações, nem desajustamentos. (...) É um esforço único, de admirável ritmo. (...) Não se atinge a maioria como Nação sem vencer dificuldades de toda ordem. Mas, felizmente para o Brasil, os elementos de discórdia, os motivos de desentendimento interno não existem”⁴⁸⁰.

E muitos, efetivamente, engajaram-se nesta cruzada patriótica, transformando-se em observadores atentos “de seu ambiente de trabalho”⁴⁸¹, vigiando e denunciando os possíveis ‘sabotadores’. No Banco do Brasil, por exemplo, foi criado o Conselho Anti-Eixista de Vigilância e Trabalho. Houve também uma campanha para que os trabalhadores contribuíssem individualmente, doando o salário equivalente a um dia de trabalho por mês ou comprando bônus de guerra, embora estas contribuições precisem ser relativizadas, porque no ambiente de trabalho, aqueles que se recusassem a não colaborar poderiam ser vistos com desconfiança e mesmo denunciados por colegas descontentes.

⁴⁷⁸ Ofício datado de 24/07/1942. *Ofícios DOPS – Seg. P. 1942 – Jan-Set*, p. 180. APESC.

⁴⁷⁹ Ofício datado de 28/07/1942. *Ofícios DOPS – Seg. P. 1942 – Jan-Set*, p. 168. APESC.

⁴⁸⁰ Discurso de Getúlio Vargas, pronunciado no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, a 1º de maio de 1944. *Discursos Diversos de Getúlio Vargas*, p. 26. BPESC.

⁴⁸¹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo...*, p. 245.

A Ordem dos Advogados do Brasil, segundo informações constantes do seu *site*, “discutiu o problema das inscrições na Ordem dos ‘Súditos do Eixo’, concluindo que deveriam ser mantidas, exceto em caso concreto de atentado à segurança nacional”⁴⁸², mas acrescentava que não compreenderia que brasileiros utilizassem os serviços desses advogados.

Em novembro de 1943, dois trabalhadores das minas de carvão do Rio Bonito, em Santa Catarina, foram denunciados ao Tribunal Superior Nacional por “haverem deixado de comparecer ao serviço alegando não existir açúcar para o café da manhã”⁴⁸³.

Ângela de Castro Gomes afirma que, principalmente no universo fabril, um dos mais afetados pelo esforço de guerra, denúncias e reações por parte dos trabalhadores continuavam acontecendo, apesar de não invalidarem “o clima de adesão ao regime”⁴⁸⁴. Para Maria Célia Paoli “embora a forma ditatorial de governo tenha sugerido para a história apenas os equívocos e o silêncio da luta e do protesto, estas não se congelaram, mesmo que sua forma tenha mudado pelas poucas chances de se manifestar abertamente”⁴⁸⁵.

Greves e protestos aconteceram, mas revestidos de significações diversas. Uma denúncia levou Celino Barbosa, operário da Sociedade Laminadora Caçador, de Santa Catarina a ser processado pelo Tribunal de Segurança Nacional, onde foi absolvido da acusação de “ter levado à greve cerca de trinta operários daquela

⁴⁸² http://www.oab.org.br/hist_oab/primeiros_anos.htm

⁴⁸³ *Jornal Diário da Tarde*. Florianópolis, 01/11/1943.

⁴⁸⁴ GOMES, Ângela de Castro. *Idem*, p. 245.

⁴⁸⁵ PAOLI, Maria Célia. *Trabalhadores e Cidadania – Experiência do mundo público na história do Brasil Moderno*. In: *Revista de Estudos Avançados*, vol. 3, n. 7, São Paulo, USP, set-dez/1989, p. 58.

empresa”. Novamente, a etnicidade aparece como pano de fundo, pois o operário defendeu-se argumentando que sua pretensão era

“Protestar contra a preferência que outros operários, alemães ou os descendentes, vinham tendo por parte da direção da empresa. Afirmou ainda que o protesto visava também a desproporção existente entre os salários de operários estrangeiros e brasileiros, sendo os primeiros muito melhor pagos, embora as atribuições fossem as mesmas”⁴⁸⁶.

As ‘listas negras’

O governo adotou um amplo sistema de intervenção nas empresas consideradas estratégicas e passou a ocupar seus cargos de direção. O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda elaborou e divulgou nos jornais as famosas listas negras⁴⁸⁷, que consistiam em relações de firmas e estabelecimentos que seriam fechados ou interditados.



Fonte: Jornal *A Gazeta*, 16 de fevereiro de 1943. BPESC.

⁴⁸⁶ Jornal *Diário da Tarde*. Florianópolis, 06/12/1944.

⁴⁸⁷ “*The proclaimed list of certain nationals*”. As empresas enquadradas na ‘lista negra’ eram consideradas suspeitas de colaborarem com o Eixo e sofreram boicotes por parte do governo norte-americano.

A 05 de outubro de 1943 foi publicada a “Primeira Nominata das firmas sob intervenção governamental cuja liquidação foi ordenada”⁴⁸⁸, que incluía 79 empresas de todo o país. No dia 25 do mesmo mês, “o presidente da república assinou um decreto incluindo as seguintes firmas no decreto-lei que regula a liquidação das firmas dos países do eixo”⁴⁸⁹, através do qual são apontadas mais 43 empresas de todo o Brasil. Entre elas estavam: Banco Japonês, Casa Brack, Construtora Federal Theodor Wille & Co; Agência de Vapores Nipônica Osaka; Firma Herm Stoltz; Acumuladores Warta do Brasil Ltda; Química Bayer Ltda; Fábrica Gunther Wagner Ltda; Laboratório Zambelletti Ltda; Schaeffer & Cia; entre dezenas de outras⁴⁹⁰. A Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke S.A. estava na ‘lista’ desde maio de 1942, por causa das estreitas relações comerciais mantidas com a Alemanha. Teve sua Presidência substituída por Aderbal Ramos da Silva em 31 de março de 1943, conforme assembléia realizada no dia 25 do mesmo mês⁴⁹¹, que também determinou a presença de brasileiros natos em todas as chefias e gerências da empresa.

Isto foi possível devido a um decreto-lei⁴⁹² que promoveu a caducidade dos privilégios concedidos aos ‘súditos do Eixo’ que tiveram que entregar suas patentes de inventos aos industriais brasileiros.

⁴⁸⁸ Jornal *Diário da Tarde*. Florianópolis, 05/10/1943.

⁴⁸⁹ Jornal *Diário da Tarde*. Florianópolis, 28/10/1943.

⁴⁹⁰ Uma lista com mais de cem empresas foi elaborada e publicada em partes. A primeira parte foi publicada no Jornal *Diário da Tarde*, 05/10/1943. A segunda parte foi publicada em 28/10/1943.

⁴⁹¹ Ofícios Recebidos de Diversos – Palácio do Governo – Jan./Dez. 1943. APESC.

⁴⁹² Decreto-lei n. 6.887, de 21 de setembro de 1944. *Manda incorporar ao Patrimônio Nacional patentes de invenção, modelos de utilidade, desenho ou modelos industriais, marcas de indústria e de comércio, títulos de estabelecimentos, insígnias e frases de propaganda pertencentes a súditos de países inimigos domiciliados no estrangeiro. Lex 1944 – Legislação Federal*, p. 339-339. BADESC,

Em Santa Catarina, diversas empresas tiveram interventores nomeados por determinação do Presidente da República. Entre elas estavam: Metalúrgica Otto Beunack de Joinville, Empresa de Navegação Hoepcke de Florianópolis, Companhia de Colonização Hanseática (cujo interventor era Henrique Rupp Jr.), Companhia Carbonífera Araranguá, Companhia Docas de Imbituba, Banco Sul do Brasil, Companhia Cerâmica de Imbituba, Organização Lage e o Banco Germânico da América do Sul, que foi liquidado.

Relativamente à nacionalização na esfera do mundo do trabalho, Méri Frotscher faz um estudo detalhado do processo ocorrido em Blumenau, durante o Estado Novo. De acordo com sua visão, baseada nos trabalhos de Moacir Krzizanowski, “a nacionalização provocou uma espécie de solidariedade étnica entre os descendentes de alemães, inclusive patrões e empregados, solidificando ainda mais os laços paternalistas existentes no meio industrial”⁴⁹³.

Discordamos do discurso adotado que percebe os teuto-brasileiros como “vítimas da Campanha de Nacionalização”⁴⁹⁴, discurso que procuramos abdicar. Entendemos que não cabe ao historiador julgar quem foi vítima ou vilão na História. O importante é entender a maior gama possível de variáveis de forma a se aproximar o máximo possível do fato em si.

⁴⁹³ FROTSCHER, Méri. *Etnicidade e Trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*. Florianópolis, SC: Dissertação (Mestrado em História). UFSC, 1998. Orientadora: Bernadete Ramos Flores, p. 168.

⁴⁹⁴ FROTSCHER, Méri. Op. cit., p. 153.

Capítulo IV

Os Campos de Concentração e demais locais de confinamento

4.1 – Os campos de concentração no Brasil

“A finalidade dos campos é dupla: destruir a identidade dos que estão dentro, e dissuadir os que estão fora de qualquer tentativa de desvio em relação às normas. Pois, se se faz de tudo para que as pessoas não saibam exatamente o que ocorre dentro dos campos, lança-se mão de tudo para que esse conteúdo, vago, mas

aterrorizador, ocupe a imaginação o suficiente para contribuir para a manutenção da ordem.”⁴⁹⁵

Primeiramente, uma pequena explanação se faz necessária acerca do título deste capítulo. A opção pela denominação ‘campos de concentração’ baseia-se na historiografia, nas fontes documentais e na memória dos que vivenciaram este momento histórico. A senhora Verônica Guesser Pauli afirma que “falavam muito nesse campo de concentração, isso era um nome conhecido (...)”. E pergunta à história e ao presente: “hoje não existe mais isso não, né?”⁴⁹⁶.

Priscila Perazzo, em sua tese, defende a utilização da expressão ‘campo de concentração’ para se referir aos locais de confinamento dos ‘súditos do Eixo’, sem pretender “comparar ou dimensionar o sofrimento humano dos alemães presos no Brasil em relação aos judeus na Alemanha”⁴⁹⁷. Na realidade, essa denominação era usual em diversas das fontes documentais da época – oficiais ou não – que assim referiam-se a estes locais, sem qualquer reserva, como se pode exemplificar através da correspondência enviada por Marcondes Filho, ministro da Justiça e Negócios Interiores, a Ivo D’Aquino Fonseca, interventor substituto, em julho de 1942:

(...) Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, em anexo, cópia do aviso (...) de 19 do corrente pelo qual o Senhor Ministro das Relações Exteriores, a pedido da embaixada da Espanha, solicita providência no sentido de ser permitido ao encarregado do Vice-Consulado honorário daquele país em Florianópolis visitar os súditos alemães que se acham internados nos campos

⁴⁹⁵ VINCENT, Gerard. *Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma identitário*. In: Uma história do segredo? História da vida privada, vol. 5: da Primeira Guerra a nossos dias/ organização Antoine Prost e Gerard Vincent. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 224.

⁴⁹⁶ Entrevista com a Sra. Verônica Guesser Pauli, 91 anos. São José, 04/08/2005.

⁴⁹⁷ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de Guerra...*, p. 82.

de concentração de 'Trindade', perto dessa cidade, e 'Oscar Schneider' nos arredores de Joinville. (...) ⁴⁹⁸

E no jornal *A Gazeta* de 26 de janeiro de 1943 a manchete da capa era a seguinte, referindo-se aos presos de São Paulo:



Fonte: Jornal *A Gazeta*, 26/01/1943. BPESC.

Os campos de concentração destinados ao internamento de alemães, italianos e japoneses constituíram uma realidade nacional a partir de 1942, ano em que o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo. A partir deste momento, diversas ações foram implementadas visando a exclusão e o internamento desses estrangeiros, considerados suspeitos ou perigosos. Os locais de confinamento, espalhados por todo o país, possuíam características diversas, assim como os internos que neles foram aprisionados, pois as prisões baseavam-se, na maioria das vezes, na suspeição.

O surgimento dos campos de concentração

A prática de confinamento de pessoas consideradas indesejáveis por algum poder estabelecido não foi, entretanto, uma criação do século XX e nem dos regimes

⁴⁹⁸ Correspondência enviada em 31 de julho de 1942. *Cartas Recebidas dos Ministérios*. Cartas Mins. G. 1941/1944. V. 02. Palácio do Governo. p, 185. APESC.

totalitários ou de disposição totalitária, como no caso do Brasil. Na Europa Renascentista e Moderna, conflitos religiosos, políticos ou problemas de saúde eram suficientes para que os indivíduos fossem retirados do convívio social, muitas vezes definitivamente. Segundo Anthony Giddens⁴⁹⁹, essas práticas são típicas dos Estados-nação, possibilitando a vigilância, o isolamento, o controle da informação e das atividades dos indivíduos, diferindo essencialmente de outras organizações atuais.

De acordo com Hannah Arendt⁵⁰⁰, entretanto, o surgimento dos campos de concentração advém da guerra dos Boers, acontecida na África do Sul, entre 1899 e 1902. Os bôeres, descendentes de colonizadores holandeses e fundadores das repúblicas independentes de Transvaal e Orange lutaram contra o domínio inglês, mas perderam e foram colocados em campos de confinamento, com práticas de trabalhos forçados e maus tratos, ocasionando a morte de cerca de 20 mil pessoas.

A autora, numa analogia à obra de Dante Alighieri – *A Divina Comédia* - os classificou em três tipos: os do Limbo, que compreendiam a prática de trabalhos forçados e sentenças limitadas; os do Purgatório, em que devido à exaustão física provocada por trabalhos excessivos, apresentavam altos índices de mortalidade; e os do Inferno, nos quais houve deliberado extermínio de pessoas, por fome, frio, gases tóxicos, abandono, etc. Estes últimos são associados aos campos da Alemanha Nazista, onde aproximadamente 7,5 milhões de pessoas foram exterminadas, entre elas, judeus, homossexuais, ciganos e testemunhas de Jeová.

⁴⁹⁹ GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a Violência*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 205-6.

⁵⁰⁰ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 491.

Os da região do Purgatório teriam correspondentes nos campos de trabalhos forçados da União Soviética Leninista e Stalinista – conhecidos como *GULAG*⁵⁰¹. Os campos da região do Limbo, conforme Priscila Perazzo⁵⁰², seriam representados por campos como os encontrados no Brasil, assim como em outros países, como Estados Unidos⁵⁰³, França, Canadá, Japão, Espanha e Holanda durante a primeira metade da década de 1940.

Entretanto não foi no contexto da Segunda Guerra Mundial que o Brasil passou a isolar e confinar os elementos considerados ‘indesejáveis’. Esta prática já havia sido utilizada em outros momentos: durante a Revolta da Vacina, em 1904, para coibir as greves da primeira década do século XX, durante as Revoltas Tenentistas dos anos 1920 e no decorrer das décadas de 1930 e 1940⁵⁰⁴. “Desde o início do século [XX], a República procurou acomodar os ‘indesejáveis’ em lugares previamente designados para excluí-los do convívio social. Revoltosos, proletários, vadios e pobres eram sistematicamente enviados a campos de internamento⁵⁰⁵, com o propósito de evitar distúrbios e reivindicações provenientes das transformações sociais que acompanhavam a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre.

O governo Vargas, portanto, já conhecia esta estratégia, e a utilizou em larga escala confinando os retirantes da seca do Ceará de 1932, impedindo sua

⁵⁰¹ Existentes desde a Rússia Czarista do século XVII, os *GULAG* perpetuaram-se até a metade do século XX. Em 1921, sob o governo de Lênin existiam 84 campos de concentração em 43 províncias. A partir de 1929 foram utilizados por Stalin para acelerar a industrialização soviética. Só foram definitivamente destruídos em 1987, por iniciativa de Gorbachev, neto de prisioneiros do *GULAG*.

⁵⁰² PERAZZO, Priscila Ferreira. Op. Cit..

⁵⁰³ Os Estados Unidos mantiveram cerca de 110.000 japoneses internos durante a guerra.

⁵⁰⁴ A esse respeito ver PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão – a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 95-6.

⁵⁰⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão – a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 13. Citado por PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de Guerra...*, p. 79.

mobilidade e submetendo-os a determinadas condições de moradia, trabalho e comportamento, e oferecendo “rações diárias” de alimentos e assistência médica, segundo estudo de Frederico de Castro Neves⁵⁰⁶. O autor relata a existência de cinco campos de confinamento localizados nas vias de acesso à Fortaleza e dois menores, dentro da capital, próximos das estações de trem por onde chegavam os retirantes. Todos eram cercados e vigiados pela polícia. O maior desses campos chegou a abrigar quase 60 mil pessoas, deixando exposta a gravidade da questão social no Brasil.

Entretanto, assim como as fronteiras cronológicas do Estado Novo foram elásticas e difusas, a história de isolamento de presos políticos no país também não se restringiu à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Vigados pela polícia política, “estiveram, por mais de meio século os comunistas, integralistas, anarquistas, negros, religiosos, nazistas, criminosos comuns e judeus”⁵⁰⁷.

Vimos que a partir de 1935, quando foram definidos, com bastante flexibilidade, os crimes contra a ordem política e social⁵⁰⁸, os comunistas passaram a ser responsabilizados por quaisquer distúrbios. Neste contexto, reivindicações sociais e trabalhistas transformavam-se em atentados à segurança nacional, sendo punidos com prisões e torturas, afinal “não foi sem resistência e percalços que Getúlio Vargas mant[eve] a si e ao regime no poder”⁵⁰⁹ durante quinze anos. Neste período continuaram a existir as tensões sociais, manifestadas interna e

⁵⁰⁶ NEVES, Frederico de Castro. *Getúlio e a Seca: políticas emergenciais na Era Vargas*. Rev. Bras. Hist. v. 21 n. 40, São Paulo, 2001, p. 4; NEVES, Frederico de Castro. Matéria intitulada *Tragédia Oculta*, publicada na Revista Nossa História, Ano 1, Número 2, de dezembro de 2003, p. 72-77.

⁵⁰⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O projeto integrado Arquivo/ Universidade e o Acervo DEOPS*. In: DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops...*, p. 18.

⁵⁰⁸ Lei n. 38, de 04 de abril de 1935.

⁵⁰⁹ CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit., p. 19.

externamente, principalmente considerando-se o complexo quadro político internacional e o grande número de imigrantes que chegou ao país na primeira metade da década de 1930. Entre 1924 e 1934 teriam entrado no Brasil

(...) mais de 93.000 indivíduos procedentes do leste europeu, dos quais de 45 a 50% eram judeus (...). É natural que diferenças políticas, étnicas ou pessoais, entrecocassem-se nos grupos de imigrantes, fazendo com que a caça aos comunistas recebesse auxílios valiosos originados de tensões internas desses mesmos grupos⁵¹⁰.

Esses conflitos internos entre grupos de imigrantes associaram-se com a grande campanha do governo contra os comunistas, implementada pelos governos ocidentais desde 1917 e apoiada por importantes setores conservadores da sociedade - como Igreja, militares, industriais, oligarquias tradicionais e uma parcela da intelectualidade - contribuíram, direta ou indiretamente, para que a repressão da polícia política se tornasse, no desenrolar da década, cada vez mais violenta. Francisco Campos, um dos principais ideólogos do regime e autor da Carta Constitucional de 1937, afirmou que o “uso da violência, como instrumento de decisão política, passou para o primeiro plano e (...) torna-se imprescindível reforçar a autoridade executiva, única”. E em outro trecho do seu livro, Campos justificava a ação autoritária do Estado como “mediante o uso da violência (...) – a eliminação das formas exteriores ou ostensivas de tensão política”⁵¹¹. A polícia passou a ser

⁵¹⁰ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Estrangeiros e Ordem Social – São Paulo, 1926-1945*. In: Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, vol. 17, n. 33, 1997, p. 207.

⁵¹¹ Francisco Campos escreveu o livro *Estado Nacional*, de onde são retirados esses trechos. Citado por CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit., p. 17 e 20, respectivamente.

controlada pelo governo e responsabilizou-se pelos delitos sociais e políticos, tornando-se essencial para a manutenção do poder.

Após novembro de 1935 houve prisões de “muitos operários de origem judaica”⁵¹², acusados de terem ligações com o comunismo. De acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro⁵¹³, prisões e deportações que muitas vezes ignoraram os direitos humanos e a justiça, foram utilizadas como soluções de purificação da sociedade, num discurso anti-semita importado da Alemanha nazista e implementado por meio de acordos secretos.

O tratamento destinado ao presos políticos

Desta forma, durante a segunda metade dos anos 1930, sistematicamente, os presídios foram ficando cada vez mais cheios de presos políticos, que na maioria das vezes eram colocados em celas super lotadas, semi-nus e tratados com condições sub-humanas. A polícia era, na maior parte das vezes, despreparada e chegava a forjar *categorias de ‘suspeitos’*⁵¹⁴, fazendo amplo uso da tortura.

Elizabeth Cancelli⁵¹⁵ relatou alguns dos métodos empregados pela polícia política para obter informações ou confissões: arrancar as unhas com alicate; enfiar alfinetes sob as unhas; espancar esposas ou filhas ou o próprio sentenciado; introduzir duchas de mostarda na vagina de mulheres; queimar testículos com maçarico; extrair dentes com alicates; introduzir arame na uretra depois de tê-lo

⁵¹² CANCELLI, Elizabeth. Idem, p. 129.

⁵¹³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O projeto integrado Arquivo/ Universidade e o Acervo DEOPS*. In: DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops...*, p. 20.

⁵¹⁴ DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops...*, p. 21.

⁵¹⁵ CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit., p. 180.

esquentado com maçarico; introduzir arame nos ouvidos; utilizar a cadeira americana (com mola oculta que jogava o preso contra a parede); colocar máscara de couro que impedia a respiração; e queimar as pontas dos seios com charutos ou cigarros⁵¹⁶. Esses métodos foram usados também contra alemães, italianos e japoneses e só deixaram de ser uma prática a partir de 1942, com a intervenção de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, como a Cruz Vermelha Internacional.

Ainda segundo a autora, a tática de tortura mais comum era debilitar o corpo dos prisioneiros, de forma a promover uma gradual degeneração física, através da fome, da ingestão de alimentos putrefatos, sede e exposição à doenças infecto-contagiosas, principalmente tuberculose e sífilis. Os presos saudáveis eram colocados com outros gravemente doentes com o propósito de que contraíssem doenças. Os médicos algumas vezes omitiam informações relevantes nos seus relatórios e muitos foram proibidos de prestar assistência aos doentes, para que estes morressem mais rapidamente.

Muitos morreram, ou desapareceram silenciosamente, sob raros protestos - reprimidos e com pouca repercussão na mídia - de alguns parlamentares, intelectuais, familiares, trabalhadores e estudantes de oposição. Já em 6 de junho de 1936, Filinto Muller respondia, em entrevista coletiva, à denúncia de que o Brasil estaria encarcerando cerca de 17 mil presos políticos, entre eles cinco mil mulheres. Segundo sua alegação, o total de pessoas presas era de apenas 638⁵¹⁷. Observamos que esses milhares de presos correspondiam a uma minoria do total de

⁵¹⁶ CANCELLI, Elizabeth. Idem, p. 193 e 194.

⁵¹⁷ Idem, p. 209.

peçoas realmente presas pelo regime Vargas, uma vez que só eram contabilizados como presos políticos aqueles que já haviam sido efetivamente condenados.

Em 1937 o Jornal *Diário da Tarde* anunciava medidas de caráter preventivo na *Guerra ao Comunismo*, nas quais inseriam-se normas para a execução do estado-de-guerra. Entre as medidas apontadas constavam, entre outras a criação dos campos de concentração:

(...) 2 – Organizar ‘colônias agrícolas’ para a reeducação moral e cívica e aproveitamento dos elementos communistas, considerados não-perigosos.

3 – Organizar ‘campos de concentração’ militares, destinados a receber os jovens que, porventura, se tenham transviado de seus deveres cívicos, deixando-se arrastar pela demagogia do marxismo; esses ‘campos de concentração’, com assistência permanente de manobras das classes armadas nacionais, têm por finalidade precípua a recuperação, para o Brasil, da parte de sua mocidade que necessitar de uma reeducação moral e cívica.

4 – Designar imediatamente um presídio, em qualquer uma das ilhas pertencentes à União, para nelle recolher os communistas considerados chefes insufladores ou propagandistas ostensivos da ideologia marxista.

5 – Organizar um campo de concentração, em moldes escotistas nacionais, destinados a educar e reeducar, ás expensas do Governo e da União, os filhos dos communistas presos ou condenados pelas leis de defesa do paiz [sic].⁵¹⁸

Em agosto de 1938 foi criada no Arquipélago Fernando de Noronha uma Colônia Agrícola, “destinada a concentração e trabalho de indivíduos reputados perigosos à ordem pública, ou suspeito de atividades extremistas”⁵¹⁹, para onde foram encaminhados diversos presos políticos de todo o Brasil, acusados ou suspeitos de comunismo ou traição à Pátria, incluindo muitos italianos e alemães.

⁵¹⁸ “*Guerra ao comunismo – Normas para a execução do estado-de-guerra em todo o Paiz*”. Jornal *Diário da Tarde*. Florianópolis, 18/10/1937.

⁵¹⁹ Decreto-lei n. 640, de 22 de agosto de 1938. *LEX 1938*, p. 390. BALESC.

Em janeiro de 1941, um decreto-lei⁵²⁰ dispôs sobre a internação de beligerantes, pautando-se nas resoluções da Reunião Consultiva dos Ministros das Relações Exteriores, realizada no Panamá em setembro de 1939, data em que foi criada a Comissão Interamericana de Neutralidade. Na prática esta neutralidade durou pouco e no ano seguinte seria substituída pela entrada do Brasil na guerra.

No contexto do Estado Novo, a repressão aos 'súditos do Eixo' implementada pelo governo brasileiro, pode ser diferenciada em dois momentos: 1938 e 1942⁵²¹, distintos pela intensidade de ação, tanto da polícia política quanto das ações dos grupos estrangeiros ou descendentes. Apesar da extrema cordialidade estabelecida durante a década de 1930 entre Brasil e Alemanha, mantida pelo menos até 1941 a níveis diplomático e econômico, as prisões de alemães, italianos e japoneses já vinham sendo feitas desde 1938, por motivos de ordem política e sob o pretexto de preservar a segurança nacional. Esta situação foi gradualmente se agravando e atingiu seu ponto máximo em 1942, quando a entrada do Brasil na guerra contribuiu para legitimá-la, fazendo com que a ação da polícia política se tornasse muito mais ostensiva e violenta.

Os locais de confinamento no Brasil

Em todo o Brasil, segundo as pesquisas, existiram no contexto da Segunda Guerra Mundial oficialmente onze campos de concentração, espalhados por oito estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Este número, adotado na historiografia acerca do

⁵²⁰ Decreto-lei n. 2.983, de 25 de janeiro de 1941. *LEX 1941*. BADESC.

⁵²¹ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 197.

tema, corresponde ao discurso oficial que nomeava assim determinados estabelecimentos prisionais. Além desses, aos quais as autoridades referiam-se nominalmente, existiram outros locais de confinamento, alguns dos quais têm tido sua história emersa apenas recentemente, enquanto outros possivelmente, ainda permanecem submersos, aguardando novas pesquisas.

Nos estados da Bahia, Paraíba, Espírito Santo, Amazonas e Rio Grande do Norte também existiram locais de reclusão, referidos através das fontes documentais como presídios, campos de internamento, detenção ou simplesmente por alguma outra designação, dificultando ao pesquisador detectar sua função histórica. Como afirma Priscila Perazzo, não se trata de “um levantamento concluído”⁵²² e novas informações surgem conforme avançam as pesquisas. Neste ponto reservo a este trabalho a apresentação de um local de confinamento ainda pouco conhecido, localizado numa ilha próxima da Baía Norte, em Florianópolis, que serviu como local de isolamento: “o presídio da Ilha dos Guarás”⁵²³. Dele e dos outros campos de concentração de Santa Catarina trataremos com maior profundidade no próximo sub-capítulo.

Apesar de serem agrupados com uma mesma denominação e de estarem todos sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores juntamente com a Polícia Política, os campos guardavam especificidades. Em alguns casos, cidades inteiras foram cercadas e vigiadas pela polícia, tornando-se campos fechados, como foi o caso da colônia japonesa de Tomé-Açu, no Pará. Em outras situações a população foi confinada e proibida de se locomover, ou obrigada a se

⁵²² PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de Guerra...*, p. 86.

⁵²³ Ofício da Delegacia de Ordem Política e Social, p. 186, de 20/07/1942. *Ofícios DOPS – Seg. P. 1942. Jul/Dez.* APESC.

afastar dos seus locais de moradia, sob a alegação de que era necessário desfazer as redes de contatos para desarticular a ação dos 'eixistas'. Assim, muitos que residiam no litoral foram enviados ao interior, enquanto muitos que residiam no interior foram enviados para o litoral. Este foi o caso de 10 imigrantes alemães, 22 italianos e 53 japoneses residentes em Antonina⁵²⁴ e outros de Paranaguá, no Paraná. Todos foram transferidos para Curitiba. Entretanto, segundo KIMURA (2006, p. 106), nem todos seguiram para a capital paranaense:

(...) segundo depoimentos colhidos por Cláudio Seto, os imigrantes foram encaminhados primeiramente à Chácara Tozan onde os barracões e as casas pertencentes aos japoneses ficaram abarrotados (...). O autor afirma que as famílias foram, então, transferidas em caminhões do Exército para as estações agrícolas experimentais do governo. Sendo os japoneses levados para Palmeira, Castro, Ponta Grossa e para a Granja do Canguiri (atualmente Parque Castelo Branco). Cláudio Seto afirma que esta se assemelhava a um campo de concentração de prisioneiros japoneses e nipo-brasileiros⁵²⁵.

De acordo com a pesquisa, no campo de concentração da Granja do Canguiri, os adultos trabalhavam na agricultura e criação de galinhas, enquanto as crianças foram separadas dos pais e encaminhadas para a Escola Agrícola Militar de Castro.

Além disso, conforme já mencionamos, delegacias de diversas cidades também serviram como locais de reclusão de estrangeiros e descendentes por algumas horas ou alguns dias. Na maior parte das vezes as prisões foram feitas sem

⁵²⁴ DOPS – Delegacia de Antonina (0422) – Top. 47 – p. 176. Arquivo Público do Paraná. Citado por KIMURA, *Políticas restritivas...*, p. 105.

⁵²⁵ KIMURA, op cit., p. 106. A autora baseia-se em SETO, Cláudio e UYEDA, Maria Helena. *Ayumi (caminhos percorridos): memorial da imigração japonesa: Curitiba e Litoral do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002, p. 243.

abertura de processo, o que fez com que não fossem contabilizadas nas estatísticas oficiais referentes aos presos políticos.

Campos de concentração, colônias de internamento e presídios em todo o Brasil:

Estado	Cidade	Estabelecimento	Nacionalidade/ internos
RS	Charqueadas (antiga S. Jerônimo)	Colônia Penal Gen Daltro Filho	Alemães
SC	Joinville	Presídio Oscar Schneider	Alemães
SC	Bom Retiro	Bom Retiro – cidade de confinamento	Alemães
SC	Florianópolis	Casa de Detenção	Alemães
SC	Florianópolis	Seção Agrícola da Penitenciária da Trindade	Alemães
SC	Ilha próxima a Florianópolis	Ilha dos Guarás	Alemães e japoneses
SC	Lages	Confinamento	Alemães
SC	São Joaquim	Confinamento	
SC	Timbé do Sul	Residências	Alemães e Italianos
SC	Rio do Sul	Pousada	Alemães
PR	Curitiba	Penitenciária de Curitiba	Alemães
PR	Palmeira	Campo de internamento	Japoneses
PR	Castro	Campo de internamento	Japoneses
PR	Granja do Canguiri	Campo de concentração	Alemães, italianos e japoneses
PR	Ponta Grossa	Campo de internamento	Japoneses
SP	Guaratinguetá	Escola Prática de Agricultura de Guaratinguetá	Alemães
SP	Pindamonhangaba	Estação Experimental de Prod. Animal de Pindamonhangaba	Alemães
SP	São Paulo	Casa de Detenção de São Paulo	Alemães
SP	São Paulo	Presídio Político da Imigração	Alemães
SP	São Paulo	Hospedaria dos Imigrantes	Alemães
RJ	Ilha da Guanabara	Presídio Ilha das Flores (antigo Presídio da Imigração)	Alemães, austríacos, japoneses
RJ	Niterói	Casa de Detenção do Rio de Janeiro	Alemães
RJ	Ilha Grande	Colônia Correcional de Dois Rios	Não há dados
RJ	Ilha Grande	Colônia Penal Cândido Mendes	Alemães e italianos
RJ	Niterói	Casa de Correção do Distrito Federal ou Penitenciária Central	Alemães e japoneses
RJ	Niterói	Penitenciária Fonseca ou Penitenciária de Niterói	Alemães
MG	Proximidades de Belo Horizonte	Penitenciária Agrícola de Minas ou Penitenciária das Neves	Alemães, italianos e japoneses
MG	Juiz de Fora	?	Austríacos
MG	Pouso Alegre	Campo Provisório de Concentração p/ Prisioneiros de	Alemães do Navio

		Guerra	Anneliese
ES	Maruípe	Hospitalo Getúlio Vargas	Alemães
BA	Salvador	Penitenciária	Alemães
BA	Maracá	Vila Militar dos Dendezeiros	Alemães
PE	Recife	Presídio Especial do Recife	Alemães
PE	Paulista	Campo de Concentração de Chã Estevão	Alemães
PB	João Pessoa	Presídio da Rua da Areia	Alemães
RN	Natal	Colônia Agrícola Dr. João Chaves	Alemães
PA	Acará	Campo de Concentração de Tomé Açú	Alemães e japoneses
PA	Belém	Residência própria	Alemão
PA	Não há dados	Manicômio Colônia Juliano Moreira	Alemães
AM	Manaus	Penitenciária de Manaus	Alemães

Fontes: Correspondências recebidas e expedidas do Ministério das Relações Exteriores (1942-1945). Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro; FÁVERI, Marlene de.; Documentos APESC – DOPS e DEOPS pesquisados por Janaína Santos; KIMURA, Rosângela. *Políticas restritivas...*, p. 106.

Onze destes quarenta locais de internamento foram estudados na tese de doutoramento de Priscila Perazzo⁵²⁶, que apontou algumas características comuns a todos eles: a maior parte dos internos eram alemães, seguidos por italianos e japoneses; em geral, os alojamentos eram precários e pouco higiênicos; muitas vezes a alimentação era insuficiente, sendo complementada por encomendas enviadas pelas famílias dos presos; e muitos deles foram inspecionados pela Cruz Vermelha ou pela Embaixada da Espanha, que deixaram relatórios das visitas, seguindo os acordos internacionais sobre direitos humanitários para internos civis em tempos de guerra, conforme acordado pela Convenção de Genebra de 1929.

Nos relatórios da embaixada espanhola, encarregada dos interesses dos alemães no Brasil após o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, constam denúncias de maus tratos e torturas⁵²⁷.

⁵²⁶ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de Guerra...*

⁵²⁷ Sobre este assunto ver PERAZZO, Priscila Ferreira. Op. cit., p. 202-203.

As correspondências dos presos também estavam sujeitas às regras da Convenção de Genebra de 1929 e teriam seu número permitido estabelecido periodicamente por acordos entre os países em conflito. No Brasil eram censuradas pela Polícia Política antes de chegarem aos seus destinatários, resultando em atrasos no recebimento que chegaram a mais de dois anos, além de muitos extravios, sendo que muitas delas resultaram em prisões. As correspondências destinadas ao exterior passavam “pelo filtro censor das autoridades inglesas e americanas”⁵²⁸.

Susan Lewis, jornalista e pesquisadora, revelou em 1997 a existência do Campo de Concentração de Chã Estevão, no município de Araçoiaba, estado de Pernambuco⁵²⁹. Até este momento, segundo o artigo de Ricardo Novelino, a única referência obtida sobre locais de confinamento no Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial era um campo do Vale do Paraíba, em São Paulo. Nestes últimos dez anos, portanto, a historiografia e a sociedade, de modo geral, têm vislumbrado uma das facetas do Estado Novo, que por muito tempo ficara silenciada.

A libertação dos prisioneiros políticos

No Brasil, os cidadãos alemães, italianos e japoneses internados sem condenação pelo Tribunal de Segurança Nacional foram sendo gradativamente libertados a partir de 1945, pelos decretos de abril e julho⁵³⁰. Em 8 de maio deste

⁵²⁸ Ibid, p. 191.

⁵²⁹ http://www.dpnet.com.br/antiores/1998/03/17/urbana4_0.html. Pesquisadora desvenda Nazismo. Recife, 17 de março de 1998. Matéria de Ricardo Novelino, da equipe do Diário.

⁵³⁰ O Decreto-lei n. 7.474, de 18 de abril de 1945, concedeu anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação desde Decreto-lei. O Decreto-lei n. 7.723, de 10 de

mesmo ano, os detentos da Casa de Detenção de Niterói enviaram ao Presidente Vargas um pedido de indulto das penas. Após longa exposição dos motivos que teriam resultado nas suas prisões, constava: “... E por tudo quanto expomos aguardamos de Vossa Excelência o ato de CLEMÊNCIA que pedimos, não só para nós da Casa de Detenção de Niterói, como também para todos os encarcerados do Brasil. (...) [As.] Casa de Detenção de Niterói, no dia da Vitória, 8 de maio de 1945”⁵³¹ (grifos do original)⁵³².

Entretanto aqueles que ainda aguardavam julgamento do processo ou os que já haviam sido condenados passaram por um processo mais complicado até obterem sua liberdade, sendo que alguns permaneceram presos até 1947, 1948, 1951, outros até 1953 e um caso extremo até 1980. De acordo com os prontuários inventariados do DEOPS⁵³³, para citar alguns exemplos, temos o caso de Ludwig Weber⁵³⁴ e Otto Wilhelm Heinrich Uebele⁵³⁵, ambos presos em 1942 e libertados apenas em outubro de 1947, o de Werner Christoph Waltemath⁵³⁶, internado entre 1943 e 1948, de Wolfgang Klee⁵³⁷, internado entre 1942 e 1951 e o de Paulo Gustavo Griese⁵³⁸, preso entre 1942 e 1953.

O caso de Hermann Walter Schneider⁵³⁹ chama atenção pelo fato de sua prisão ter sido efetuada em 1946, ou seja, depois de findada a guerra e o Estado

julho de 1945 suspendeu os efeitos dos decretos-leis n. 3.911 e 4.166 de confisco de bens *das pessoas físicas italianas*. Conforme *LEX 1945 – Legislação Federal*, páginas 108 e 265, respectivamente. BADESC.

⁵³¹ Carta enviada ao Presidente Getúlio Vargas, datada de 8 de maio de 1945. *Cartas Guias Penitenciária – 1945*. s/p. APESC.

⁵³² Ver ANEXO.

⁵³³ DIETRICH, A. M. *Inventário Deops...*, p. 81. Prontuários relacionados na seqüência.

⁵³⁴ Prontuário n. 51.154 de Ludwig Weber, internado de 18/03/1942 a 21/10/1947.

⁵³⁵ Prontuário n. 51.148 de Otto Wilhelm Heinrich Uebele, internado de 18/03/1942 a 21/10/1947.

⁵³⁶ Prontuário n. 51.164, de Werner Christoph Waltemath, preso entre 01/01/1943 e 31/12/1948.

⁵³⁷ Prontuário n. 51.127, de Wolfgang Klee, preso entre 14/01/1942 e 27/10/1951.

⁵³⁸ Prontuário n. 51.168 de Paulo Gustavo Griese, internado entre 02/07/1942 e 25/09/1953.

⁵³⁹ Prontuário n. 51.166 de Hermann Walter Schneider, internado entre 01/01/1946 e 31/01/1946.

Novo, assim como o prontuário de Paulo Timm, que “permaneceu preso mesmo depois de julgada sua absolvição, trabalhando como mecânico junto à Casa de Detenção de São Paulo”⁵⁴⁰. Mas o caso mais chocante é o de Niels Christian Christensen⁵⁴¹, preso em 1942 e libertado apenas em fevereiro de 1980.

Uma vez obtida a liberdade, restava-lhes um outro problema: a re-inserção social. A maior parte havia perdido o emprego, os bens, o contato com as redes sociais em que estavam inseridos, alguns perderam as residências, ou delas foram obrigados a se retirar. Outros perderam a fala, as lembranças de família e a confiança nas autoridades. As redes de sociabilidade a que estas pessoas pertenciam ficaram muitas vezes desfeitas, sendo que algumas demoraram a se restabelecer ou não voltaram a existir.

Além disso, a sociedade brasileira muitas vezes contribuiu para dificultar esse processo de readaptação, pois toda a mística construída pelo governo os tratou durante mais de meia década como inimigos efetivos, ou, no mínimo, como perigosos e traidores em potencial. A mentalidade implantada pelas autoridades não se desfez automaticamente com o fim da guerra, e os conflitos sociais continuaram a emergir, algumas vezes com mais força, conforme o depoimento da sra. Frida Höller:

Quando terminou a guerra, havia sempre boatos que quando terminasse a guerra eles iam cobrar dos descendentes alemães, dos que falavam alemão. E, realmente, em Palhoça foi a perseguição muito grande que houve, né? (...) De maneiras que havia sempre aquela diferença, os de origem alemã conservavam e depois da guerra, quando terminou, eles começaram a perseguir (...). Foi pior depois da guerra. Aí eles gritavam, diz que eles vinham

⁵⁴⁰ DIETRICH, A. M. *Inventários do DEOPS...*, p. 81.

⁵⁴¹ Prontuário n. 51.156, de Niels Christian Christensen, preso de 26/12/42 a 8/2/80.

dum lugar que tinha pessoas mal... pobres... Então eles diziam: ‘traz louça, traz roupas, o que puderem, limpem tudo, trazem tudo o que têm!’⁵⁴²

Na época com 23 anos, a senhora Frida Höller relata a existência de passeatas ocorridas após o final da guerra, onde apedrejamentos e depredações de bares e estabelecimentos comerciais eram cometidos:

(...) quando chegou ali pelas sete horas aí vi esse bando assim, umas cinqüenta pessoas sem camisas gritavam. Gritavam na frente de casa, queriam dinheiro (...). E então eles não conseguiram entrar [na casa] porque a gente conseguiu tomar o máximo de cuidado, então eles disseram que na volta eles iam entrar. E aí foi bem sério. De maneiras que nesse intervalo aí, nesse espaço, morava um tio da minha mãe (...) e a filha dele tinha um bar, na Palhoça, no centro da praça e quando eles entraram lá, quebraram as caixas de cerveja, destruíram tudo e ela sabia que eles estavam indo lá para os meus pais, então ela disse que ia ter muitas mortes...⁵⁴³.

4.2 – Os Campos de Concentração em Santa Catarina

“A única resposta a este crime é torna-lo um crime de todos. Partilha-lo.”
Marguerite Duras, *La douleur* [A dor]

Marguerite Duras, ao escrever a frase supra-citada, referia-se aos campos de concentração da Alemanha nazista e aos horrores da Segunda Guerra Mundial na Europa. Entretanto suas palavras encaixam-se à realidade brasileira da época. Silenciar ou omitir sobre o que aconteceu deste lado do Atlântico seria medir o imensurável: o desencanto e a banalidade da violência, pois mesmo sem

⁵⁴² Entrevista concedida pela Sra. Frida Höller, 83 anos. Florianópolis, 21/07/2205.

⁵⁴³ Idem.

assassinatos em massa, outras formas de violência se fizeram presentes no cotidiano de alemães, italianos e japoneses.

As fontes documentais encontram-se dispersas e fragmentadas, quando presentes, mas em muitos casos (pode-se dizer que na maior parte deles) foram parar nas mãos de autoridades ou em acervos particulares, dificultando as pesquisas. Um exemplo deste fato é o ofício enviado pelo Capitão Delegado Lara Ribas, anunciando cumprimento de despacho do Ministro Vasco Leitão da Cunha⁵⁴⁴. O responsável pela DOPS afirmava: “com este passo às suas mãos a relação dos súditos alemães que se acham detidos neste Estado para averiguações concernentes à Segurança Nacional⁵⁴⁵”. Curiosamente, a lista desapareceu, assim como outras de diversos arquivos.

Campo de Concentração Trindade e Hospital Oscar Schneider

Em Santa Catarina a historiografia contemporânea começou a preocupar-se com o tema há menos de uma década, após mais de cinquenta anos de silêncio. Os autores que tem se debruçado sobre o assunto são unânimes em apontar a existência de dois campos de concentração em solo catarinense, ambos destinados à prisão de alemães, italianos e japoneses no contexto estado-novista: Campo de Concentração Trindade – ou Penitenciária Agrícola da Trindade - e Presídio Oscar Schneider – antigo Manicômio Lehmann -, localizados respectivamente nas cidades de Florianópolis e Joinville.

⁵⁴⁴ Telegrama Circular 319, de 21 de maio de 1942, dirigido ao Sr. Interventor Federal.

⁵⁴⁵ Ofício de Antônio de Lara Ribas ao secretário de Segurança Pública, em 25 de maio de 1942. *Ofícios DOPS – Seg. P. – 1942 – Jan/Set*, p. 51. APESC.

Priscila Perazzo⁵⁴⁶ que levantou onze campos de concentração espalhados por oito estados brasileiros, trabalhou dentro do contexto catarinense com os dois locais citados acima. Isto em parte se deve ao fato de que a maior parte da documentação disponível refere-se a eles, talvez por terem abrigado o maior número de presos políticos, ou ainda por terem sido os únicos no Estado visitados por organismos internacionais, o que lhes proporcionou uma visibilidade que não poderia ser apagada facilmente.

Do antigo Hospício Oscar Schneider, construído na década de 1920 para isolar doentes mentais do convívio social e desativado em 1942, quando o prédio foi solicitado pelo governo e transformou-se em presídio político, pouca coisa sobrou. Em 1999 suas ruínas foram descobertas por pesquisadores da Universidade da Região de Joinville (Univille) e do Arquivo Histórico de Joinville entre os túmulos do atual Cemitério Municipal de Joinville, no Bairro Atiradores⁵⁴⁷. Ali eram internados principalmente presos políticos não procedentes de Joinville, enquanto os joinvilenses eram enviados para Florianópolis ou para Ilha Grande, na Capital Federal. Segundo Priscila Perazzo, as “condições do Oscar Schneider foram consideradas melhores que as de outros presídios brasileiros para ‘súditos do Eixo’”. Talvez pelo fato de lá existirem chuveiros [...] e dos internos não serem obrigados ao trabalho na lavoura nem à manutenção do estabelecimento, como ocorreu nos campos agrícolas de Trindade (SC), Pindamonhangaba (SP), Guaratinguetá (SP) e

⁵⁴⁶ PERAZZO, P. F. *Prisioneiros de Guerra...*

⁵⁴⁷ *Campos de Concentração em Santa Catarina*. Jornal *A Notícia*, 14 de setembro de 2003. Matéria de Leandro S. Junkes.

[...] Tomé-Açu (PA).”⁵⁴⁸ Possuía capacidade para abrigar até duzentos presos, mas segundo as fontes consultadas não chegou a ficar lotado.

O Campo de Concentração Trindade foi instalado na seção agrícola da Penitenciária Estadual. Os próprios internos ajudaram a construir parte dos alojamentos, cujas plantas foram desenhadas por um engenheiro lá internado.

Outros locais de confinamento

Existiram, porém, outros locais de reclusão de alemães, italianos e japoneses espalhados pelo território catarinense. Juçara de Souza Castello Branco⁵⁴⁹ demonstrou em sua dissertação, através de depoimentos colhidos, a prática de trabalhos ‘forçados’ impostos aos alemães no município de Lages, no oeste do Estado. Segundo Maria Luiza Suiter Aquino, uma das suas entrevistadas, “durante a Segunda Guerra foram detidos diversos alemães. Acho que eram uns 15 ou mais”⁵⁵⁰. Entre eles estava seu pai, José Suiter, que na época contava com mais de sessenta anos. Estes homens, após terem ficado detidos na delegacia como presos comuns, foram convocados para trabalhar na construção da estrada que faria a ligação entre Florianópolis e Lages. De acordo com Maria Luiza, o trabalho era opcional e “eles faziam alguma coisa e daí a comida deles era melhor”⁵⁵¹, sendo que todos moravam dentro de uma casinha de chão batido por eles mesmo rebocada.

⁵⁴⁸ PERRAZO, Priscila. *Prisioneiros de guerra...*, p. 149.

⁵⁴⁹ BRANCO, J. S. C. *Alemães em Lages...*

⁵⁵⁰ Idem, p. 34.

⁵⁵¹ Idem, p. 35.

A segunda geração, representada aqui pela filha de um alemão preso, lembra dos acontecimentos de forma amena, enfatizando que havia a opção de não trabalhar e que as autoridades agiam de forma respeitosa e justa. Não nos cabe julgar se essa leitura da história é apropriada ou não. Mas devemos atentar para perceber a história como “uma construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais”⁵⁵² e a memória como “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”⁵⁵³. Além disso, os mais de sessenta anos decorridos entre os acontecimentos relatados e o seu relato, abrem espaço para eventuais transformações nos discursos, ainda mais quando inseridos nas lembranças ouvidas e não nas vividas diretamente, embora permanentemente presentes no cotidiano das famílias afetadas até a atualidade, devido a força com que muitas vezes sua intimidade foi invadida.

Por outro lado, como nos lembra Castello Branco, “a história oral ofereceu a (...) homens e mulheres a oportunidade de lembrar alguns assuntos ‘esquecidos’ pela cronologia oficial ou pela memória política”⁵⁵⁴, numa expressão de resistência ao esquecimento. A autora insiste, porém, que este ‘esquecimento’ não foi acidental, mas antes uma estratégia de homogeneização empregada ao longo do processo de construção identitária da população lageana, da qual os alemães foram excluídos para serem locados no vale do Itajaí. Desta forma o mapa etno-cultural do estado poderia ser apresentado com claras diferenças entre as regiões, numa construção

⁵⁵² NORRA, Pierre. *Entre memória e história – a problemática dos lugares*. In: Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10, São Paulo, 1993, p. 9.

⁵⁵³ Idem, p. 9.

⁵⁵⁴ BRANCO, Juçara de Souza Castello. Op. cit., p. 30.

que embora não corresponda à realidade, foi e ainda é utilizada, principalmente pelos discursos oficiais e turísticos, desejosos de generalizações e rótulos.

Além dos já mencionados, dos quais há referências na historiografia, diversos outros locais foram utilizados para o confinamento de presos políticos: delegacias de todo o Estado, a própria penitenciária estadual, casas de saúde e hospitais psiquiátricos e presídios de outros estados, principalmente do Rio de Janeiro.

Trabalhamos com a tese, confirmada por relatos orais e fontes documentais de que por todo o Estado, em quaisquer delegacias, diversas pessoas foram presas por poucas horas ou dias e soltas mediante pagamento de fiança sem que qualquer registro oficial tenha sido feito. Gilberto Nahas comenta que “naturalmente lá em Palhoça todos eles eram chamados na Delegacia. Bastava ser alemão que eles chamavam: ‘ô seu alemão, vai para cá’. Aí ele ia na delegacia e dizia que não tinha rádio, que não recebia jornal da Alemanha, que só vivia com a família. (...) Tem relatos de muita gente que apanhou lá dentro das delegacias”⁵⁵⁵.

Em 1945, Luiz Laport Otero enviou um telegrama ao Dr. Getúlio Vargas solicitando indulto. Preso há aproximadamente um ano na cadeia pública de Campos Novos por ter agredido o

(...) indivíduo de nacionalidade italiana José Desbati [que] referiu-se a nossos patrícios com termos de baixo calão. Como brasileiro não pude deixar de revidar tal ofensa o que foi aplicando-lhe uma sova. Correndo o devido processo foi este julgado em maio corrente ano, condenando-me a cinco meses de prisão. Em oito junho apresentei-me as autoridades competentes e

⁵⁵⁵ Entrevista com o Sr. Gilberto Hoffmann Nahas, 78 anos. Florianópolis, 07/03/2007.

estou cumprindo a pena na cadeia pública desta cidade. Tendo agora terminado o conflito que deu origem a esta prisão, venho mui respeitosamente solicitar V. Excia. digno-se conceder-me o indulto, pois que, tal atitude de minha parte foi ditada pelo instinto de patriotismo que tão bem nossa FEB soube demonstrar (...). Apelando pelo vosso espírito patriótico, espero merecer esta mercê, o que humildemente agradeço.⁵⁵⁶

As prisões, portanto, não ficaram restritas à capital e aos núcleos coloniais alemães, mas eram feitas por toda a parte. Em ofício enviado à Secretaria de Segurança Pública, o Coronel Lara Ribas comunica que

(...) em conseqüência da proibição do uso de idiomas dos países do Eixo em lugares públicos, foram feitas detenções – principalmente nos municípios de Blumenau, Joinville, Rio do Sul, Hamônia, Jaraguá e Rodeio. Por esse motivo efetuaram-se 1.227 detenções, conforme as comunicações feitas a esta DOPS pelas autoridades policiais do interior, tendo sido procedidos 27 inquéritos a respeito, por reincidência⁵⁵⁷.

Segundo o relato ‘do súdito alemão’ Paulo Sprenger, em carta apreendida pelo DEOPS-SC, as detenções constituíram “uma nova fonte de renda para a polícia. Em geral são cobrados de 15\$000 a 20\$000 pelo ‘hotel’ (cadeia)”⁵⁵⁸. A

⁵⁵⁶ Telegrama enviado por Luiz Laport Otero, preso na cadeia pública de Campos Novos, ao Dr. Getúlio Vargas, com carimbo de recebimento do MJNI em 23 de agosto de 1945. *Cartas Guias Penitenciária – 1945*. s/p. APESC.

⁵⁵⁷ Informação dada pelo DOPS sobre o assunto do telegrama que o Sr. Ministro da Justiça dirigiu ao Sr. Secretário da Segurança Pública. Pasta Rosa, folha 4. Arquivo Pessoal de João Batista Ramos Ribas.

⁵⁵⁸ Carta enviada por Paulo Sprenger, de São Bento a Carlos Bernhardt, de Buenos Aires. A carta foi apreendida pelo DEOPS, nas mãos da sra. Elfrida Moreira Swarowsky Bernhardt, na fronteira de Uruguiana com a Argentina. *Expediente do DEIP – 2º Trimestre 1942*. Ofícios DEIP – G. 1942. Abr/Jun. Palácio do Governo, p. 5 (folhas 1 e 2), 15/04/1942.

carta tecia severas críticas ao regime, à polícia, à falta de liberdade, à corrupção e às injustiças cometidas pelas autoridades brasileiras. Após sua leitura, as autoridades concluíram que “do estofo moral desta espécimen da fauna quintacolonista, são muitos outros que, de há muito, como feras perigosas, deviam estar enjaulados num campo de concentração”⁵⁵⁹.

Mas a denúncia inquieta por traduzir um aspecto das prisões do qual pouco se tem tratado. Ela deixa claras algumas das arbitrariedades a que determinados grupos humanos estavam expostas e das quais era praticamente impossível escapar, uma vez que a cena política tinha definido quem eram os ‘inimigos’. Alemães, italianos e japoneses não tinham para quem reclamar – a não ser em cartas a parentes e amigos – a respeito de eventuais chantagens, subornos, confisco de bens como animais, rádios, automóveis e armamentos a que eram constantemente submetidos, isso sem falar das ofensas, calúnias, desrespeitos e outras formas de violência. Marlene de Fáveri expõe o nível de violência a que a polícia política em Santa Catarina chegou. Eduardo Will, de Agrolândia relatou à Olga Grimm que além de ser obrigado por soldados armados a tomar aproximadamente meio litro de óleo misturado, por haver falado a palavra ‘sim’ em alemão (“ja”), foi obrigado a ver seu pai ser surrado, amarrado e obrigado a tomar o mesmo óleo diretamente no cano de um fuzil⁵⁶⁰. Do relato de Max Will: “a cabeça inchou e o levaram para casa. Ele não morreu foi por sorte. Quebraram os dentes

⁵⁵⁹ Idem.

⁵⁶⁰ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra...*, p. 263.

dele e por 14 dias não conseguia enxergar devido a agressão, e o dedo do pé estava quebrado devido à violência”⁵⁶¹.

Em relatório apresentado pelo Interventor Nereu Ramos ao Presidente da República foram apresentados os dados referentes à Colônia Santana, “destinada ao recolhimento e tratamento de psicopatas”⁵⁶², bem como o movimento dos ‘doentes’ referente ao ano de 1942. Neste período ingressaram no estabelecimento 309 pessoas, sendo 178 homens (sendo 8 crianças) e 136 mulheres (sendo 12 crianças), sendo que de todos os internados “grande é o número de descendentes de alemães e italianos”⁵⁶³.

Cruzando estes dados com os relatórios das prisões efetuadas pela DOPS no Estado, podem surgir importantes questionamentos. Em ofício enviado à Secretaria de Segurança Pública solicitava-se no “...atinente à admissão de enfermos mentais na Colônia Sant’Ana, providencie no sentido de que seja internado (...) o pastor Heinz Muller detido numa das salas desta DOPS...”⁵⁶⁴. Outro caso diz respeito a Wilhelm Schneider, acusado de chefiar uma seita religiosa e de estar “sofrendo das faculdades mentais”⁵⁶⁵. Uma das hipóteses é a de que as casas de recuperação para doentes mentais estivessem sendo utilizadas como locais de confinamento e afastamento da sociedade.

⁵⁶¹ Entrevista feita por Olga Grimm com Max Will, de 70 anos, em março de 2000 no município de Agrolândia. FÁVERI, Marlene de. *Idem*, p. 263.

⁵⁶² *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da república pelo Sr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina – 1942*, p. 105 e seguintes. APESC.

⁵⁶³ *Idem*.

⁵⁶⁴ *Ofícios DOPS – Seg. Púb. – 1942 – Jan-Set.*, datado de 18/05/1942, p. 58. APESC.

⁵⁶⁵ *Ofícios DOPS – Seg. Púb. – 1942 – Jan-Set.*, datado de 24/03/1942, p. 91. APESC

A Ilha dos Guarás

Nas proximidades de Florianópolis, entretanto, chama atenção a Detenção dos Guarás, localizada numa ilha de mesmo nome, envolvida por mistérios e quase desconhecida, tanto do público leigo como do acadêmico. Duas únicas exceções ao silêncio que sempre cercou a ilha foram encontradas em toda a pesquisa para esta dissertação. A primeira é uma citação de cerca de três linhas feita pelo jornalista Aloísio Amorim em sua obra *O Nazismo em Santa Catarina*⁵⁶⁶, lançado no ano 2000. Segundo o autor, “inicialmente, os presos eram levados para a Ilha dos Guarás, próxima a Florianópolis, mas as dificuldades de transporte – por lanchas – fez com que as autoridades mudassem o local”. Na obra, o autor, que não faz qualquer referência às fontes, simplesmente reproduz o discurso oficial da época, expresso em publicações como o livro lançado pelo DOPS SC, intitulado *O punhal nazista no coração do Brasil*⁵⁶⁷.

A segunda referência à Ilha dos Guarás foi encontrada na obra de Luiz Felipe Falcão, no capítulo em que são tratados os temas do integralismo e do nazismo no contexto da Segunda Guerra Mundial. O autor menciona rapidamente a Ilha dos Guarás ao descrever uma entrevista realizada com Egon Stein, “filho de Alberto Stein, lembrando ainda que o pai, numa das vezes em que foi preso, já em

⁵⁶⁶ AMORIM, Aluísio Batista de. *Nazismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2000, p. 90.

⁵⁶⁷ RATTON, Capitão Antônio Carlos Mourão. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Imprensa Oficial do Estado: Florianópolis, 1943.

pleno Estado Novo, esteve confinado numa ilha em Florianópolis (Ilha dos Guarás) junto com outros alemães acusados de propaganda nazista (...)⁵⁶⁸.

João Klug e Walberto Dirksen, na obra *Rio do Sul: uma história*⁵⁶⁹, por sua vez, ao investigarem as perseguições a que foi submetido o pastor Hermann Stoer, mencionam, sem nomear, uma ilha para onde os prisioneiros teriam sido levados. A citação é feita num trecho de sua entrevista e confere absolutamente com a descrição e localização da Ilha dos Guarás, descartando a possibilidade de tratar-se de Ratonas como sugerido pela interrogação colocada entre parênteses.

(...) na capital, foi entregue na delegacia do DOPS e encarcerado juntamente com mais dois presos, um italiano e um japonês. 'Nossa estadia nas poucas celas existentes no DOPS durou poucos dias. Fomos levados por um grande veleiro a uma ilha no norte da baía.' Depois de duas semanas presos nesta ilha (Ratonas?) os prisioneiros foram levados à estação agrícola experimental da penitenciária do Estado, atual bairro da Trindade em Florianópolis e que ainda não estava em funcionamento⁵⁷⁰.

⁵⁶⁸ FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã – diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000, p. 163.

⁵⁶⁹ DIRKSEN, Valberto & KLUG, João (org.). *Rio do Sul: uma história*. Rio do Sul: Ed. da UFSC, 1999.

⁵⁷⁰ Op. cit., p. 235. Esse episódio teria acontecido no segundo semestre de 1942.



Fonte: Acervo Pessoal de Janaina Santos. Foto: Paulo Arenhart

Desconhecida da historiografia, a Ilha dos Guarás (ou Ilha dos Esquecidos) é a maior de duas pequenas ilhotas⁵⁷¹ que compõem um arquipélago localizado a 2,6 Km da Baía Norte da capital de Santa Catarina e possui 9,3 mil metros quadrados. Chamada de Ilha das Araras durante o século XVIII, já serviu como local de quarentena dos navios que chegavam ao porto de Desterro. Em 1913 foi construído na sua superfície um edifício que seria utilizado como hospital para leprosos, o que lhe rendeu o apelido de Ilha do Lazareto⁵⁷².

Durante o Estado Novo, este local foi adaptado para abrigar os presos do regime considerados perigosos à segurança nacional. No relatório anual de 1942, feito pelo Interventor Nereu Ramos e enviado a Getúlio Vargas, foram listadas as

⁵⁷¹ São elas: Guará Pequeno e Guará Grande.

⁵⁷² Conforme *Guia das Ruas de Florianópolis*. Florianópolis: EDEME; IPUF; 1999, p. 116 e 117. Segundo informações do Guia, a Ilha dos Guarás já aparecia num mapa de 1779, que acompanhava uma carta do Conselho Ultramarino ao Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Brasil. Nesta época o local serviria como depósito de mantimentos.

obras estaduais construídas, iniciadas, reformadas e melhoradas. Entre estas últimas constava, no item 17, a “Ilha dos Guarazes – adaptação dos edifícios para presídio e outros melhoramentos”⁵⁷³. A construção teria sido abandonada “no final da Segunda Guerra Mundial, restaurada em 1953 e novamente largada dois anos após”⁵⁷⁴.

Segundo informações constantes no artigo do Corpo de Bombeiros, responsável pela atual administração da ilha, “até hoje muitas ossadas ainda permanecem enterradas ao lado das ruínas antigas do lugar”⁵⁷⁵. Atualmente as construções que serviram de alojamento aos presos estão em ruínas e o local é administrado pelo Grupo de Busca e Salvamento (GBS) do Corpo de Bombeiros, que lá realiza treinamento de pessoal para salvamentos aquáticos.

⁵⁷³ *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Sr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina*. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1942, p. 136 e seguintes. BPESC. Além da ilha, o mesmo relatório aponta para reformas e melhoramentos no Hospital Oscar Schneider, de Joinville (*adaptação para presídio*), na Cadeia de Tijucas, na Delegacia de Ordem Política e Social, no Departamento de Imprensa e Propaganda e na Delegacia de Polícia de Brusque, entre outras instituições.

⁵⁷⁴ Artigo publicado no Jornal *A Notícia*, de Joinville, 21 de janeiro de 1999. Texto gentilmente fornecido pelo Sgt. BM Vanderlei Ari dos Santos, do Corpo de Bombeiros Militar de Brusque (SC). O texto explica que o nome Guará é uma homenagem a um pássaro extinto, de plumas vermelhas que habitava o local.

⁵⁷⁵ *Idem*.



Fonte: Acervo Pessoal de Janaina Santos. Foto: Paulo Arenhart.

Ao longo de 1942, a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS apresentou diversas solicitações à Secretaria de Segurança Pública estadual. No dia 16 de julho, houve solicitação de “50 vacinas contra varíola, destinadas aos presos que se acham recolhidos à Ilha dos Guarás”⁵⁷⁶. No dia seguinte foram solicitados 25 colchões⁵⁷⁷ e em 04 de setembro “mais 25 colchões”⁵⁷⁸. Ainda em julho foi apresentado um pedido para que fosse “providenciado o aumento do fogão do presídio da Ilha dos Guarás, cujas dimensões não mais correspondem às necessidades do serviço”⁵⁷⁹.

Segundo ofício de Euclides Simões Almeida, 2º tenente diretor da Detenção de Guarás, muitos “presos de nacionalidade alemã, que se acham recolhidos ao

⁵⁷⁶ Livro DOPS - Seg. P., 1942 - Jul/Dez, p. 192. APESC.

⁵⁷⁷ Idem, p. 191.

⁵⁷⁸ Idem, datado de 04/09/1942, p. 137.

⁵⁷⁹ Idem, datado de 20/07/1942, p. 186.

presídio de 'Guarás' (...) dever[iam] seguir para a Capital da República⁵⁸⁰, segundo o DOPS por serem

(...) os mentores, dirigindo muitos deles empresas de importância vital para a defesa do país, ou seções destas, excluindo, destarte, os elementos nacionais, como por exemplo a Empresul que sendo a mais importante geradora elétrica do sul do Brasil, estava totalmente nas mãos dos nazistas, que podiam, quando bem quisessem, paralizar [sic] todo o imenso parque industrial de Joinville, Hansa (...)⁵⁸¹.

Portanto, a ilha funcionava também como local de partida para a Capital da República, onde estava localizada a chefia nacional da polícia e onde funcionavam presídios em péssimas condições, muitos deles destinados a provocar a morte dos que lá se encontravam, silenciamento que algumas vezes tornava-se definitivo. Seu período de funcionamento como local de internamento de presos políticos - campo de concentração - suscita dúvidas, pois segundo a documentação do DOPS, a Ilha dos Guarás recebeu presos, no mínimo, até o final de 1942, quando desapareceram os registros.

O objetivo era retirá-los da rede social em que estavam inseridos e exercer vigilância, o que estava garantido pela Constituição de 1937, que estabelecia “desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir”⁵⁸² para a manutenção da segurança nacional.

⁵⁸⁰ Idem, datado de 06/08/1942, p. 151 e 152.

⁵⁸¹ Idem, datado de 20/07/1942, p. 168. A cidade de Hansa teve seu nome mudado para Corupá em novembro de 1943.

⁵⁸² Artigo 168, letra a. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.*

Os afastamentos compulsórios

Há também os que foram afastados de suas residências e de suas cidades por medida de segurança⁵⁸³. Estes afastamentos compulsórios, na maior parte das vezes para o interior do Brasil, ficaram conhecidos como “evacuações” e objetivavam manter estrangeiros ligados ao Eixo e seus descendentes afastados da orla marítima. O governo suspeitava que poderiam sabotar o Brasil, através da passagem de informações acerca dos nossos navios, visando o bombardeamento dos mesmos. Fernando Moraes afirma que no dia 8 de julho de 1943, apenas na Baixada Santista, cerca de dez mil imigrantes foram retirados de suas casas. Destes, aproximadamente nove mil seriam japoneses e mil, alemães e italianos⁵⁸⁴. Outro grande evacuação teria acontecido em São Paulo em setembro de 1942.

Em Santa Catarina as evacuações foram feitas visando principalmente alemães residentes na Capital e áreas litorâneas, que passaram a ser enviados para cidades como Lages, Bom Retiro e São Joaquim, conforme relatório da DOPS de março de 1943⁵⁸⁵. O mesmo relatório informava que 49 homens haviam sido afastados de Florianópolis, 57 de São Francisco do Sul, 26 de Laguna e Imbituba, 100 de Itajaí e 260 de Chapecó. O caso do dr. Frederico Neumann, preso em Florianópolis, foi diferente. Quando posto em liberdade, foi obrigado a permanecer “nesta Capital, por não ser aconselhável o seu regresso à zona de colonização

⁵⁸³ Sobre este assunto ver FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 294 e seguintes.

⁵⁸⁴ MORAIS, Fernando. *Corações sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 58.

⁵⁸⁵ Relatório do Delegado da Ordem Política e Social, Capitão Antônio de Lara Ribas ao Secretário de Ordem Política e Social, Antônio Carlos Mourão Rattton em março de 1943. Acervo privado de João Batista Ramos Ribas (filho de Lara Ribas), Florianópolis.

germânica, onde reside, visto haver exercido atividades nocivas aos interesses nacionais”⁵⁸⁶.

Segundo Marlene de Fáveri, outros locais de confinamento existiram “dispersos pelo Estado, e dos quais praticamente inexistem registros escritos, embora estes lugares e formas de aprisionamento tenham sido encontrados nas memórias”⁵⁸⁷. Entre estes espaços de reclusão, ainda não documentados, mas presentes nos depoimentos colhidos oralmente, constam os municípios de Timbé do Sul, Curitibanos e Rancho Queimado. Mas os afastamentos iniciaram-se antes, em 1942, conforme pode ser apreendido da documentação da DOPS: “determinei o afastamento, dentro de 48 horas, do súdito do Eixo Sr. Orłowsky”⁵⁸⁸, de São Joaquim. De acordo com ofício do DOPS, o Delegado de Rio do Sul, informava “ignorar que presos políticos tenham recebido visitas”⁵⁸⁹, o que deixa clara a existência de confinamento também nesta localidade, provavelmente na Delegacia. Através de depoimentos, constatou-se a convocação de alemães para trabalharem gratuitamente na construção de uma estrada em Trombudo Central, assim como em Rio do Sul, onde “foram obrigados a trabalhar com picaretas na abertura da estrada de ferro”⁵⁹⁰. E um abaixo-assinado encaminhado pela DOPS à Secretaria de Segurança Pública atesta um local de reclusão na cidade de Porto União: “...encaminho a V. Excia. um abaixo-assinado firmado pelos presos políticos que se acham recolhidos na Cadeia Pública de Porto União”⁵⁹¹.

⁵⁸⁶ Ofício enviado ao Secretário de Segurança Pública. *Ofícios DOPS – Seg. P. 1942 – Jan/Set*, p. 61. APESC.

⁵⁸⁷ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra...*, p. 248-249.

⁵⁸⁸ Ofícios DOPS 1942 – Jul/Dez. 21/09/1942, p. 120. APESC.

⁵⁸⁹ Ofícios DOPS – Seg. Puc. – Jul./Dez. – 1942, 17/12/1942, p. 21. APESC.

⁵⁹⁰ FÁVERI, Marlene de. *Op. cit.*, p. 255.

⁵⁹¹ Ofícios DOPS – Seg. Púb. – Jul./Dez. – 1942, 08/07/1942, p. 201. APESC.

Estes afastamentos foram previstos pela Constituição de 1937, no capítulo 168, que estipulava, em casos emergenciais, “detenção em edifício ou local não destinados a réus de crime comum, desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir”⁵⁹². Após o término do conflito e cessadas as razões que os mantiveram afastados de suas famílias e de seus empregos, muitos não tinham sequer como e onde recomeçar.

Com relação ao cotidiano nos campos de concentração, cada presídio tinha suas especificidades com relação ao tratamento dispensado aos detentos. Embora o trabalho não devesse ser obrigatório, “segundo testemunhos como o de Jonny Specht e as correspondências dos prisioneiros alemães no campo de Trindade, percebemos que o trabalho forçado foi característica marcante no tratamento que os presos recebiam”⁵⁹³. Um dos ofícios do DOPS nos traz a seguinte carta (apreendida) do Sr. Frederico Hroch, enviada ao Dr. Leitão: “Durante a prisão peguei uma afecção dos nervos e do coração, conseqüência dos esforços físicos desusados a que fui submetido...”⁵⁹⁴. Nela o preso, que reivindicava liberdade, relatou estar indo de prisão em prisão.

Em setembro de 1942, o diretor da Penitenciária, responsável também pela Secção Agrícola na Trindade, onde ficava a maioria dos presos políticos, enviou ofício ao Secretário de Segurança Pública solicitando a “organização de uma ambulância de emergência para os presos da DOPS”⁵⁹⁵.

⁵⁹² Constituição de 1937. Artigo 168, alínea a.

⁵⁹³ PERAZZO, Priscila F. Op cit. p. 221.

⁵⁹⁴ Ofícios do DOPS - Seg. P., 15/06/1945, páginas 133 e 134.

⁵⁹⁵ Ofício de consulta de preço, 19/09/1942. *Ofícios DOPS – Seg. P. – 1942 – Jan-Set.*, p. 01. APESC.

O tratamento dos prisioneiros de guerra, de 1939 a 1945, era regulamentado pela Convenção de Genebra (1929), que previa crimes para oficiais e militares, mas não para civis. Foi somente em 1949, depois dos horrores da Segunda Guerra Mundial, que foi aprovado um regulamento para prisioneiros de guerra civis, em outra reunião da Convenção de Genebra.

As prisões de alemães, italianos e japoneses começaram em 1938, quatro anos antes do rompimento de relações do Brasil com o Eixo e gradualmente vão sendo acentuadas, conforme o jogo político. Em Santa Catarina, nos comunicados enviados pela penitenciária de Florianópolis, há diversos ofícios sobre diárias de presos políticos e listagens com os nomes dos condenados e o tempo de condenação. Partimos do pressuposto de não ser coincidência que a maior parte dos nomes seja de origem alemã:

	Nome	Matrícula	Condenação
1	Benjamin Buck Riedmann	639	10 meses e 15 dias
2	Jacó Dacol	-	-
3	Guilherme Gruenwaldt	638	6 meses
4	Álvaro Strenardt	641	6 meses
5	Helmut Hoemke	637	6 meses
6	Afonso Schuevzer	-	-
7	Mário Cálío	640	6 meses
8	Adail Gastão	631	6 meses
9	Jaime Wendhausen	-	-
10	Francisco Schumancker	-	-
11	Afonso Schutzler	635	6 meses
12	Alfredo Baumgarten	531	-
13	Oswaldo Bueguer	532	-

14	Júlio Baugarten	533	-
15	Alberto Dietrichkeit	534	-
16	Curt Boehme	535	-
17	Willi Liebert	536	-
18	Curt Stoecke	-	-
19	Arino Bianco	542	-
20	Xavier Schneider	543	-
21	José Tedesco	550	-
22	Alfredo Baumgarten	531	-
23	Willi Sibert	536	-
24	Emanoel Ehlers	528	-
25	Júlio Baumgarten	533	-
26	Alberto Dietricheit	534	-
27	Curt Boehme	535	-
28	Luis Bonissoni	-	-
29	Serafim Brancher	-	-
30	João Schokost	-	-
31	João Horst	561	-
32	Sérgio Valério	-	-
33	Aristeu Porto Lopes	-	-
34	Santos Domingos Ogliori	-	-
35	Aloysio Kroff	-	-
36	José Osvaldo Schneider	-	-
37	Otto Gerhardt	-	-
38	José Schaucoski	-	-
39	Ulrich Vleige	-	-
40	Ernesto Scebele	-	-
41	Guilherme Grenwaldt	-	-
42	Benjamin Riedhmann	-	-
43	Álvaro Stornadt	-	-

Fontes: 1 a 11 – *Ofícios Penitenciária – Diversos*. Maio a Dezembro/1939. APESC

12 a 17 – *Ofícios Penitenciária*. Julho a Setembro/1938. APESC.

18 a 43 – *Ofícios Penitenciária*. Maio a Dezembro/1939. APESC⁵⁹⁶.

É provável que algumas destas prisões estivessem relacionadas também ao Integralismo, movimento que arregimentou o interesse de muitos teuto-brasileiros, como atesta Lauci Aparecida Cavalett⁵⁹⁷ e que foi muitas vezes associado ao Hitlerismo, inclusive pelas autoridades da época, o que contribuiu para a perseguição dos seus partidários.

No ANEXO n. 1 apresentamos uma listagem nominal dos presos em Santa Catarina, segundo cruzamento de dados de diversas fontes. Como se pode perceber, a cada nova pesquisa sobre o tema, mais documentos são revelados e assim esta relação segue aumentando, uma vez que a documentação encontra-se dispersa e incompleta. Esperamos estar contribuindo para dar visibilidade a uma parte do passado que Santa Catarina quis esquecer.

⁵⁹⁶ Observamos que alguns nomes apareceram duas vezes, o que concluímos ser por motivo de nova prisão.

⁵⁹⁷ CAVALETT, Lauci Aparecida. *O integralismo e o teuto-brasileiro: Joinville - 1930-1938*. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 1998.

Considerações finais:

Nos últimos dez anos a história sobre os campos de concentração no Brasil e especificamente no estado de Santa Catarina tem emergido de um longo silêncio. De certa forma, estamos no meio de um processo, e é provável que novas descobertas surjam e alguns dos dados aqui relacionados tenham que ser revistos. O importante é que as pesquisas continuem e a sociedade possa ter acesso a este período, repleto de silenciamentos de toda sorte.

O Estado Novo, seus mecanismos de criação e divulgação de imaginários sociais foram abordados nos primeiros capítulos, assim como os aparelhos de repressão utilizados pela polícia política. Os conflitos que culminaram nas prisões de alemães, italianos, japoneses e descendentes foram muitos e ultrapassaram as fronteiras dos rótulos, sendo inúmeras as categorias que se emaranhavam neste complexo contexto social, incluindo a etnicidade, mas indo além dela, o que nos impulsionou a um enfoque amplo e inter-relacional. Abordamos os diversos silenciamentos vivenciados pelos chamados 'súditos do Eixo': demissões, confisco de bens, fechamento de empresas e escolas, prisões, entre outras medidas adotadas mediante o complexo quadro nacional e internacional, principalmente a partir de 1942.

Os campos de concentração no Brasil e em Santa Catarina são objetos do quarto capítulo. Discutimos a origem, a denominação e apresentamos um panorama atualizado das pesquisas historiográficas sobre o tema, além de trazer para a sociedade informações contundentes e de certa inéditas acerca da Detenção dos Guarás, localizada nas proximidades de Florianópolis. Esperamos

que este trabalho possa contribuir com mais uma peça neste quebra-cabeça da História, de forma a colaborar para uma melhor compreensão do passado e do presente. Assim, com verdade, celebramos a justiça almejada e a paz que os povos merecem.

Fontes consultadas:

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC:

- Ofícios DOPS – Segurança Pública - (1941, 1942, 1945, 1946)
- Ofícios Segurança Pública – Gerais/I.J. (1945/1946)
- Cartas Guias da Penitenciária - (1938 a 1942, 1945) – De 1942 a 1944 não há registros.
- Cartas Recebidas dos Ministérios - Palácio do Governo
- Cartas P.G. – D – 1937/1945
- Cartas P.G. – D. – Jan/Dez - 1939
- Cartas D. – P.G. – 1º semestre 1940
- Pedidos de Processos Crime – Penitenciária (1940/1955)
- Boletim Penitenciária - (1940)
- Índice de Assentamentos – Vol. 2 - Livro 14
- Informações da Penitenciária - (1938, 1939, 1941/6)
- Memorandos da Penitenciária - (1940/4, 1945)
- Conselho Penitenciário do Estado – Entrada de Requerimentos - (1941/52)
- Ofícios Internos – Penitenciária (1937-38, 1938, 1938/39)
- Ofícios Penitenciária – Diversos (1938, 1939)
- Ofícios I.J./E/S – Penitenciária – (1940, 1941)
- Ofícios recebidos Penitenciária (1941)
- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. *Expediente do DEIP*. 1º trimestre, 1943.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

- Anuário Estatístico do Brasil (1937, 1938, 1939-40, 1941/45)
- Censo Demográfico: Estado de Santa Catarina (1920)
- Censo Demográfico: Estado de Santa Catarina - Recenseamento Geral de 1940
- Censo Demográfico: Estado de Santa Catarina – Recenseamento Geral de 1950

- Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina:

- Jornal “O Estado” (1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945)
- Jornal "O Apóstolo" (1939-1940)
- Jornal "Diário da Tarde" – (1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944 e 1945)
- Jornal “A Gazeta” – (1940, 1941, 1942 e 1943)
- Jornal "O Aliado" – 16/01/1916
- Jornal "O Estado" - 31/07/1977
- Diário Catarinense - 11/10/1988
- Catálogo de Jornais Catarinenses: 1850-1989. Florianópolis: FCC, 1990.
- Sinopse Estatística – Principais Resultados Censitários – 1-IX-1940. Cadernos dos Municípios de Florianópolis, Brusque, Blumenau, Joinville, Jaraguá do Sul e Orleães. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948. Setor de Obras Raras.
- Palestra realizada pelo Capitão Antônio de Lara Ribas – Delegado da Ordem Política e Social no Rotary Clube de Florianópolis em 05 de agosto de 1943.

A Ordem Política e Social e a Campanha Contra o Nazismo no Estado de Santa Catarina. Imprensa Oficial de Santa Catarina, 1943.

- Sinopse de Bio Estatística do Estado (1938)
- Relatório da Sociedade Colonizadora Hanseática Limitada Hamônia (1937 a 1943)
- Relatório da LBA (1943, 1944 e 1945)
- Relatório do Departamento de Administração Municipal (1938)
- Relatório do Prefeito Mauro Ramos (1937, 1938 e 1939)
- Relatório apresentado por Nereu Ramos (1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943 e 1944)
- Relatórios Diversos
- Relatórios do Ginásio Catarinense (1939, 1940, 1941, 1942, 1943 e 1944)
- Relatório do Serviço de Informações DEE (1940 e 1941)
- Sinopse Estatística do Estado (1936, 1940)
- Tese “Quando a imigração pode construir perigo para a economia do país e a segurança das instituições nacionais?”. Apresentada por Virgílio Gualberto, do Centro Acadêmico XI de Fevereiro da Faculdade de Direito de Santa Catarina – 1942. Livro n. 43.
- Cruz Vermelha – Sinopse Histórica – Pasta 26
- D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino: Aspectos políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942.
- JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Nereu Ramos: o da reconstrução nacional*. Florianópolis: Edição do autor, 1968.

- KONDER, Alexandre. *Um repórter brasileiro na guerra européia*. Rio de Janeiro: Irmãos Pangetti Editores, 1940.
 - Livro n. 11 – Principais firmas exportadoras do estado.
 - OLIVEIRA, Carlos Gomes de. *Nacionalização e Ensino*. Livraria José Olympio Editora, 1939.
 - *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Delegacia da Ordem Política e Social de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado.
- Estado de Santa Catarina. *Diário Oficial do Estado*, 20 de junho de 1941.
- Arquivo Particular de João Batista Ramos Ribas (filho do Coronel Lara Ribas)
- Arquivo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - Processos crimes
- Arquivo Morto - BCG do Quartel do Comando Geral da Força Pública de SC.
- Biblioteca da Assembléia Legislativa de Santa Catarina:
- Coleção de decretos-leis. *Lex* 1937 a 1945.
- Periódicos:
- "Nos Campos da Intolerância". Caderno Especial, Jornal Zero Hora, 17/05/1998. Porto Alegre. Jornalistas: Lourenço Flores, Ângela Bastos e Dione Kuhn.

- "Heil, Hitler: Novos Documentos contam a história do partido nazista no Brasil de Vargas". Revista Veja, 14/11/2001. Páginas 82 a 91. Matéria de Marcelo Carneiro.
- Artigo publicado no Jornal *A Notícia*, de Joinville, 21 de janeiro de 1999. Texto gentilmente fornecido pelo Sgt. BM Vanderlei Ari dos Santos, do Corpo de Bombeiros Militar de Brusque (SC).
- *Campos de Concentração em Santa Catarina*. Jornal *A Notícia*, 14 de setembro de 2003. Matéria de Leandro S. Junkes.

- Sites:

- <http://www.cpdoc.fgv.br>
- www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br/acer-cole-aw.htm (1906 a 1954, com lacuna entre 1940 e 1944) – Coleção Arquivos Diplomáticos Estrangeiros sobre o Brasil
- http://www.oab.org.br/hist_oab/primeiros_anos.htm
- http://www.dpnet.com.br/anteriores/1998/03/17/urbana4_0.html
- <http://www.unicamp.br/~elmoura>

Entrevistas Realizadas:

- Alzira Fleith - Joinville
- Coronel José Cordeiro Neto – Diretor Operacional do Corpo de Bombeiros (responsável pela Ilha dos Guarás atualmente)
- Erico João Fleith – Joinville
- Eugênio Bergmann - Joinville

- Irene Kreiling Medved (esposa de preso) - Florianópolis
- Gilberto Hoffmann Nahas
- João Batista Ramos Ribas (filho do Coronel Lara Ribas)
- Vera Molenda – Florianópolis
- Verônica Guessser Pauli – Florianópolis/Palhoça
- Werner Springmann – Florianópolis

Referências Bibliográficas:

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALBINO, José Francisco. *A nacionalização no Estado Novo e a ameaça alemã: um olhar em São Pedro de Alcântara (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado em História. UFSC, 2001. Orientador: Prof. Dr. Valberto Dirksen.

_____. *O perigo alemão na Grande Florianópolis – perseguições e preconceitos aos teuto-brasileiros durante o Estado Novo (1937-45)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Depto. História – UFSC, 1994. Orientador: Professor Marcos Vinícios de Almeida Saul.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado: Posições 2*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980, p. 47-101.

AMORIM, Aluizio Batista de. *Nazismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Régis Castro. *Perspectivas no estudo do populismo brasileiro*. Encontros com a Civilização Brasileira, 1979, n. 7.

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; MORAES, Maria Blassioli de; SWENSSON JR., Walter Cruz (orgs.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro – Vol. 2.

- ARENDR, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. 3 ed. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaud (Antrophos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.
- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BARTHES, Roland. *O Mito hoje*. In: Mitologias. Tradução Rita Buongiorno e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- _____. *O rumor da língua*. Tradução Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Anos trinta e política: História e Historiografia*. In: FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 159-182.
- BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2000.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Estrangeiros e Ordem Social – São Paulo, 1926-1945*. In: *Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, vol. 17, n. 33, 1997.

- CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e Normatização das condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, SP.
- _____. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia política da era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Propaganda política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- _____. *Multidões em Cena: Propaganda política no Varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1988 (Coleção Textos do Tempo).
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Estado Novo, o DOPS e a ideologia de segurança nacional*. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Vargas, 1999.
- CARONE, Edgard. *A Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL/Difusão Editorial S.A., 1977.

- CAVALETT, Lauci Aparecida. *O integralismo e o teuto-brasileiro: Joinville - 1930-1938*. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Michel de Certeau. Luce Giard, Pierre Mayol; tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Enlich Orth. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- COELHO, Ilanil. *É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se*. In: GUEDES, Sandra P. L. (org.). *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: UNIVILLE, 2000.
- CONZEN, Kathleen Nehls; GERBER, David A.; MORAWSKA, Eva; POZZETA, George E.; VECOLI, Rudolph J.. *Forum - The invention of Ethnicity: a perspective from the U.S.A.* In: *Journal of American History*. Fall 1992, traduzido por Eunice Sueli Nodari.
- D'ACAMPORA, Márcia. *A construção da imagem do inimigo: o papel dos jornais durante a Segunda Guerra Mundial em Florianópolis (1939/1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 1992.
- DE DECCA, Edgar. *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DIETRICH, Ana Maria. *Inventário Deops: Alemanha, módulo II* Ana Maria Dietrich, Eliane Bisan Alves, Priscila Ferreira Perazzo; Maria Luiza Tucci Carneiro organizadora; prefácio Dieter Strauss; introdução Nilo Odalia. – São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. Coleção Inventário do DEOPS.
- DIRKSEN, Valberto & KLUG, Joao (org.). *Rio do Sul: uma história*. Rio do Sul: Ed. da UFSC, 1999.

- DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania e Exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. Estudos de Metodologia. 12 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- _____. *O processo civilizador*. Tradução Ray Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, 2v.
- _____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História). UFSC, 2002.
- FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- FALCÃO, Luiz Felipe. *A guerra interna (integralismo, nazismo e nacionalização)*. In: BRANCHER, Ana (org). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1999.
- _____. *Entre o ontem e o amanhã: diversidade cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. São Paulo, 1998. Tese

- (Doutorado em História) Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *Entre ontem e amanhã – diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.
- FERREIRA, Jorge. Vargas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945). In: *Revista História e Cidadania*, Vol I, 1998.
- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público no Estado de Santa Catarina*. Tese de Mestrado - FESP SP – 1974.
- _____. (org.). *Etnia e educação: a escola 'alemã' do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003.
- FORTES, Alexandre. *Reverendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)*. In: *Na luta por direitos: leituras recentes em História Social do Trabalho/Alexandre Fortes [et al.]* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *Microfísica do poder*. 11 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.
- FREIRE, Maline. *Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina – DEIP (1942 a 1945): um órgão a serviço do Estado Novo*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em História). Florianópolis: UFSC, 2000.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

- FROTSCHER, Meri. *Etnicidade e Trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado). UFSC, 1998.
Orientadora: Bernadete Ramos Flores.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 39, 2000, p. 13-36.
- GENOVEZ, Felipe. *A Ordem Política e Social como determinante da Política de Segurança Pública em Santa Catarina do Império a Segunda Guerra Mundial*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 1995.
- GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1991.
- _____. *O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. *A construção de uma nova cidadania*. In: *Os alemães no sul do Brasil*. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas, Ed. ULBRA, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a Violência*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GILLIS, John R. Introduction: *Memory and Identity: The History of a Relationship*. In GILLIS, John R (ed). *Commemorations the politics of national identity*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 3-24

- GOMES, Ângela de Castro. *A cultura histórica do Estado Novo*. Projeto História, n. 16, fev 1998.
- _____. *A invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- _____. Capítulo 4 – *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: Repensando o Estado Novo. Dulce Chaves Pandolfi, org. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Marco Zero – MCT/CNPq, 1990.
- Guia das Ruas de Florianópolis*. Florianópolis: EDEME; IPUF; 1999.
- HALL, Michael M. *História Oral: os riscos da inocência*. (Texto apresentado no seminário “História e Memória”. Do livro: O direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992).
- HAUSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- HILTON, Stanley E. *A guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil (1939-1945)*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, Col. Brasil Século XX, 1983.
- _____. *O Brasil e as Grandes Potências: 1930-1939, os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HOBBSAWN, Eric J. *A Questão do Nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Tradução Carlos Lains. Lisboa: Terramar, 1998.

- _____. *Era dos Extremos (o breve século XX: 1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Etnia e Nacionalismo na Europa*. In: Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- _____. *Sobre História*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Nações e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *Mundos do Trabalho - Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HONORATO, César. *O Estado Novo e a Assistência Social*. In: Revista História e Cidadania – XIX Simpósio Nacional de História –ANPUH –MG em julho de 1997 – Vol I, 1998.
- IERVOLINO, Ana. *Contradições e Ambigüidades: os teuto-brasileiros na FEB (1944-1945)*. Trabalho de Conclusão de Curso (História). UFSC, 2005.
- KIMURA, Rosângela. *Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná (1930-1950) – De cores proibidas ao perigo amarelo*. (no Prelo) Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais. Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha. Maringá, 2006.
- KLUG, João. *Consciência Germânica e Luteranismo na Comunidade Alemã de Florianópolis (1868-1938)*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação (História). Florianópolis, 1991.

- _____. *Imigração e luteranismo em Santa Catarina - A comunidade alemã de Desterro*. Florianópolis: Papa Livro, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4 ed. Tradução Bernardo Leitão. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- LEMOS, Rosane Isabel Gasparotto. *A censura no Estado Novo através do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina – DEIP (1942-1945)*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em História). Florianópolis: UFSC, 2003.
- LENHARO, Alcir. *A Sacralização da política*. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1986.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1993.
- LESSER, Jeffrey. O Hífen oculto. In: *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- LEVINE, Robert M. *Pai do Pobres? O Brasil e a Era Vargas*. Companhia das Letras. Capítulo 4 – Populismo à Vargas, 1945-54.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. *Pangermanismo e Nazismo - A Trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.
- _____. *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil*. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1997, vol.17, no.34 [citado 15 Janeiro 2005], p.203-220. Disponível na World Wide Web:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-0188.

- MAUCH, Cláudia & VASCONCELLOS, Naira (org). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.
- MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do ensino em Santa Catarina. 1930-1940*. Florianópolis: UFSC, 1979.
- MORAIS, Fernando. *Corações sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MÜLLER, Telmo Lauro (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Paulo: Ed. UNISINOS, 1994.
- NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. PUC – RS, 1999 – Tese Doutorado em História.
- NORRA, Pierre. *Entre memória e história – a problemática dos lugares*. In: Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10, São Paulo, 1993.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. 2 ed. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.
- PAOLI, Maria Célia. *Trabalhadores e Cidadania – Experiência do mundo público na história do Brasil Moderno*. In: Revista de Estudos Avançados, vol. 3, n. 7, São Paulo, USP, set-dez/1989, p. 40 a 66.
- PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia trabalhismo no Brasil*. Coleção Mundo do Trabalho (organizador Ricardo Antunes). São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

- PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. Coleção Teses & Monografias. Vol. 1. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.
- _____. *Prisioneiros de Guerra: os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Doutor em História. Orientação Profa. Livre-Docente Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo, 2002. (no prelo).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. In: SILVA, José Luiz WERNECK da (org.). *O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- PIAZZA, Walter Fernando. *A Colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1988.
- _____. (org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PROST, Antoine & VINCENT, Gerard (orgs.) *História da vida privada*, Vol. 5: *da Primeira Guerra a nossos dias*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- RAMBO, Arthur Blasio. *Nacionalidade e Cidadania*. In: Os alemães no sul do Brasil. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

- RENK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.
- REZNIK Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- RIBEIRO, Luiz Carlos [UFPR]. *O autoritarismo no imaginário político paranaense (1930-1945)*. In: Revista História e Cidadania. Vol I, 1998. ANPUH – Humanitas – publicações FFLCJ/USP.
- ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- SANTANA, Nara. *Associações Nazistas no Brasil, 1937-1945*. Resumo do 3º e 5º capítulos de dissertação de mestrado em História. UFF, 1999 (mimeo).
- SANTOS, Viviane Terezinha dos. *Inventário DEOPS: módulo II, estudantes: os subversivos das arcadas / Viviane Terezinha dos Santos; Maria Luiza Tucci Carneiro (organizadora)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 1999.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SEYFERT, Giralda. *Imigração e Nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil*. In: CASTRO, Mary Garcia (coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas, Brasil 2000*. Brasília: CNPD/Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001.
- _____. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: *Repensando o Estado Novo*. Dulce Pandolfi (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

- _____. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1999.
- _____. *Racismo e Identidade Nacional: paradoxos e utopias*. In: *Ciência Hoje*, Volume 19, nº 109. SBPC, maio, 1995.
- SILVA, Hélio. *Vargas: uma biografia política*. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- SILVA, Hélio. *O ciclo de Vargas – 1937: Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964.
- SILVA, José Luiz WERNECK da (org.). *O feixe e o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Rogério Luiz de. *A construção de uma nova ordem. Catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945)*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VIEIRA Filho, Dalmo. *Santa Catarina 500: terra do Brasil*. Florianópolis: A Notícia, 2001.
- VIGEVANI, Tullo. *História e Contemporaneidade da Questão Nacional (Reflexões do passado para servirem hoje)*. In: BRESCIANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita; e LEWKOWICKZ, Ida (org.). *Jogos da Política: Imagens*,

- Representações e Práticas. ANPUH/ São Paulo – Marco Zero – FAPESP, 1992.
- XAVIER, Marília. *Antecedentes institucionais da Polícia Política*. In: DOPS, a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 1992.
- WERNECK DA SILVA, J. L. (org.) 1. *O Feixe - o autoritarismo como questão teórica e historiográfica, vol. 1*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- WILLENS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

ANEXO I:

Lista de presos políticos durante o Estado Novo:

Nome	Data/prisão	Procedência	Motivo
Adolf Wolff	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Alberto Artur Stolt		Chapecó	Elemento Pró-Eixo
Alberto Bretler		Cruzeiro	Suspeito como adepto do Nazismo
Alberto Huebe			
Albino Trautmann	16/11/1940		
Alexandre Busche	09/12/1942	Rio do Sul	Transferido para a Capital
Alfredo/Antônio (?) Doubjinski	22/02/1945		Conseguiu livramento condicional nesta data
Alfredo Fischer	22/02/1945		Conseguiu livramento condicional nesta data
Alfredo Grosweiler		Blumenau	Participante do grupo de ex-combatentes filiados ao Nazismo; montou estação radiotransmissora, recebia da Alemanha o noticiário e entregava ao jornal Urwaldsbote para ser publicado
Alfredo Zenser	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Aneliese Moennich	09/12/1942	Rio do Sul	Posto em liberdade nesta data
Antônio Fischer	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Antônio Broch	09/12/1942	Rio do Sul	Transferido para a Capital por estar recebendo visitas
<u>August Kiel</u>	<u>Julho/1945</u>	<u>Joinville</u>	<u>Nazista graduado</u>
Augusto Arnoldo	24/07/1942	Rio do Sul	
<u>Augusto Hochapfel</u>	<u>09/12/1942</u>	<u>Rio do Sul</u>	<u>Transferido para a Capital</u>
Armando Jurgensen Sobrinho	28/09/1942	São Bento	
Artur Blanck	01/08/1945	Joinville	Removido para a Capital
Artur Gitzel	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Artur Schrippe	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Balduíno Braos	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Boleslau Iachniewski			1942: pede livramento condicional
Bruno Dieckmann		Fpolis.	Membro do Partido Nazista
Burghardt			Oficial da Marinha de Guerra

Wedemeyer			Alemã; médico e auxiliar no hospital construído pela Liga do Racismo Alemão em Hamonia
Carl Otto Schmidt		Blumenau	Fez parte da Org. de ex-combatentes filiada ao Nazismo
Carlos Backmeyer		Joinville	
<u>Carlos Busch</u>	<u>17/12/1942</u>	<u>Porto União</u>	<u>Pedido de expulsão, entrou no Brasil clandestinamente</u>
Carlos Marx Hilmar Willy Toepfer			Nazista fervoroso
Carlos Theisen	01/08/1945	Joinville	Removido para a Capital, preso já em 24/01/1945
Carlos Zhenke	06/08/1942	Jaraguá	
Carlos Wagenfuerhr	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Conrad Tepp	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Cornelio Zirwes	09/05/1945		Expulsão
Curt Cristian Erhard Stanze		Blumenau	Membro da Frente de Trabalho Alemã
Curt Stroisch	03/02/1945		"detido por ter cantado e falado alemão em lugar público"
Edy Arno Eugênio Lanzer		Chapecó	Posto em liberdade em 22/12/1942
Egon Filski			1942: pede livramento cond.
Emília Meyer	09/12/1942	Rio do Sul	Posto em liberdade nesta data
Emílio Koberstein	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Engr Kurt Leschke			Em 17/11/1973 assinou lista de ex-presos convidando Lara Ribas p/ jantar
Estevão Schneider	01/08/1945	Joinville	Removido para a capital nesta data, já estava preso em 24/01/1945
Erico Mueller	04/02/1942	Blumenau	Atividades nocivas aos interesses nacionais ESCRIVÃO
Erick Bueckmann		Brusque	Integralista e Nazista- Em 17/11/1973 assinou lista de ex-presos convidando Lara Ribas p/ jantar
Erico Stappat *		Fpolis	Preso, segundo depoimento do sr. Werner Springmann
Erico Trapp			1945-Pedido de liberdade cond.
Ernest Clebsch		Blumenau	Chefe do Depto. chefia nazista de Blumenau
Ernest Pulfrichs		Lages	Detinha jornais e livros

			nazistas em sua residência
Ernest Robert Matthes	11/12/1942		
Ernesto Martin Schernickau	24/07/1942	Rio do Sul	
Ernesto Scebele	16/11/1940		
Ernesto Von Stein	Ofício de 23/07/1943		Detido na DOPS; cônsul da Bélgica de 26/11/1937 a 21/05/1940
<u>Ernesto Zeibig</u>	<u>09/12/1942</u>	<u>Rio do Sul</u>	<u>Transferido para a Capital; Chefe do Núcleo da Frente de Trabalho Alemã; integrante do Estado Maior da Chefia Regional</u>
Erwino Brechtel	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Eugen Keller		Passarinhos	Nazista perigoso; confecção de granadas; envolvido com armamentos em Chapecó
Evaldo Guilherme Lrieger			1943-Pedido de liberdade condicional
Francisco A. Henning	30/10/1942	Preso na Penit. Do Estado	Posto em liberdade nesta data
F. Friels Kuehne			Em 17/11/1973 assinou lista de ex-presos convidando Lara Ribas p/ jantar
F. Hasslov			Em 17/11/1973 assinou lista de ex-presos convidando Lara Ribas p/ jantar
Francisco José Breiner	01/08/1945	Joinville	Pedido de processo de expulsão
Francisco Josef Buesse	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Franz Deringer	1940		
Franz Strube		Faleceu no campo Blumenau	Chefia Regional do Partido nazista de Rio do Sul
Franz von Knoblauch		Blumenau	Chefe do Núcleo de Blumenau
Franz Zander		São Bento	Ex-sargento do Exército Alemão; simpatizante
<u>Friedrich Karl Kurt Lischke</u>	<u>05/09/1942</u>	<u>Blumenau</u>	<u>Ficou preso até 17/02/1944, depois foi novamente detido na Capital Federal; industrial em Blumenau</u>
Friedrich Wilhelm Henschke	26/02/1945	Blumenau	Súdito alemão; participou da festa dos 40 anos de Hitler
Friedrich Sandas	Abril/1942	Xaçepó	Preso -espancou a filha p.48

<u>Frederico Hroch</u>	<u>01/08/1945</u>	<u>Joinville</u>	<u>Colocado em liberdade vigiada; propagandista</u>
Frederico Neumann			Médico designado pelo Consulado Geral Alemão
Frei Donato Buecker	03/10/1942		Posto em liberdade
Frietz Goerhring		Araranguá	Filiado ao Partido Nazista
Fritoldo Maier	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Fritz Frischknecht		Blumenau	Serviu ao Exército Alemão; autorizado pela Liga do Racismo Alemão a fazer exames de ginástica
Fritz Hoffmann	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Fritz Konopfler		Perdizes	Membro do Partido Nazista na Alemanha; fundador do núcleo de Perdizes
Fritz Lucht		Cruzeiro	Distribuidor de material de propaganda nazista
Fritz Reiff			1945-Pedido de liberdade cond.
Fritz Sadetti			1942: pede livramento condicional
Fritz Schmidt		Blumenau	Secretário de imprensa da chefia nazista de SC
Fritz Wuestner	21/12/1942		Pastor/pedido de prontuário
Guenther Probst	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
George Bertlein	21/12/1942		Pastor/ pedido de prontuário
George Gustav Schutkuss		Hamonia	Nazista filiado ao núcleo; pastor evangélico
Gehard Adam		Jaraguá	Ex-mecânico do Sindicato Condor; simpatizante
Gehard Dauner	21/12/1942		Pastor/pedido de prontuário
Gerg Traeger		Blumenau	Chefe do Depto. da chefia geral do nazismo/ Blumenau; chefe do núcleo nazista em Itapeva Seca
Gerhardt Reinoldo Schmidt	09/12/1942	Rio do Sul	Posto em liberdade nesta data
Guilherme Bueltermann	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Guilherme Egeler		Cruzeiro	Transmitia para alemães o noticiário da Alemanha
Gustav Huedephol		Concórdia	Pastor evangélico; denunciado como nazista
Gustavo Walter Bueckmann	18/12/1941	Brusque	
Godofredo Entres	25/01/1942		
Hans Furhmann			Membro da Frente de Trabalho

			Alemã filiada ao NSDAP
Hans Frieze		Brusque	Nazista exaltado
Hans Kugler		Timbó	Nazista confesso
Hans Niemeyer		Itajaí	Ofendeu brasileiros; exaltou a Hitler
Hans Otto Vorberg		Blumenau	Oficial Sup. reformado do Exército Alemão
Hans Paul Wende	10/04/1941	Laguna	Nacionalidade alemã; solteiro, desertor do Vapor Vigo
Hans Steppat Junior		Florianópolis	Filiado ao grupo nazista de Florianópolis
Heinz Neumann			Pastor evangélico; suspeito
Helmut José Peter			1943-Pedido de liberdade cond.
Henrique Fischer	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Henrique Neumann	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Henrique Rodrigues	Of. de 19/3/43	Porto União	
Herman Globic		São Bento	Encarregado da doutrinação nazista em Hansa
Herbert Jung*		Fpolis	Preso segundo o sr. Werner Springmann
Herbert Johan Maskus		Rio do Peixe	Pastor evangélico; propagandista do nazismo
Hermann Stoer	25/09/1942	Rio do Sul	Sai em 03/12/1942
Hermes Haulpstett*		Fpolis	Preso segundo depoimento do Sr. Werner Springmann
Hugo Jorge Hosh			1945-Pedido de liberdade cond.
Hugo Petersen		Blumenau	Participou da festa de aniversário de Hitler
Jacó Arns	13/09/1942		
Jacob Karsten		Cruzeiro do Sul	Partidário exaltado do nazismo
Jacó Schweiger	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
João Albano	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
João Arno Laesker	18/11/1942	Hamônia	Colocado em liberdade vigiada
João Aurich	Abril/1942	Hamônia	p. 48
João B. Busche	09/12/1942	Rio do Sul	Transferido para a Capital
João H. Scherer	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
João Klein	09/12/1942	Rio do Sul	Posto em liberdade nesta data
João Miller	19/09/1942	Rio do Peixe	
João Moellers			1942: livramento condicional
João Stancker			1942:livramento condicional
João Wisniewski			1942: livramento condicional
Johanes Bernardo	09/12/1942	Rio do Sul	Transferido para a Capital

Johanes Blummel			Pastor evangélico; nazista confesso; dirigente da Liga Escolar de SC e Associação de Professores
Johanes Kieckbusch		Blumenau	Membro das Tropas de Assalto de Hitler; diácono evangélico
Johann Adam	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Johann Maar		Blumenau	Adepto do nazismo; membro da Frente de Trabalho Alemã
<u>Johann Wortsmeier</u>	<u>09/05/1945</u>	<u>Hamonia</u>	<u>Expulsão; desobediente</u>
<u>Jorge Reddiger</u>	<u>17/02/1945</u>	<u>Brusque</u>	<u>Leonora Reddiga pede sua liberdade; promovia reuniões em sua casa</u>
Jorge Troppmann	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
José Arens	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
José Avgvhto Schimidt	19/09/1942	Rio do Peixe	
José B. Baech			1945-Pedido de liberdade cond.
José Eyerkanfer	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
José Gil	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
José Holtz	01/08/1942	Joinville	Removido para a Capital, preso já em 24/01/1945
José Marik	23/08/1945		Pedido de expulsão"por ofensas grosseiras ao Brasil e injuriado impunemente a mulher brasileira"
José Mayer	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
José Schoenberger	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
José A. Steffen	18/11/1942	Lages	Esposa pede liberdade para marido (telegrama)
José Suiter	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
José Vogel	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Josef Menke		Indaial	Membro do partido nazista; encarregado de usina de luz
Josef Werkmeister	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Júlio Augusto Laub		Brusque	Quinta-colunista;propagandista; arrecadava dinheiro
Júlio Radwanski			1942: pede livramento cond.
Karl Kuester			
Karl Mayer	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Karl Wloch	22/12/1942		Aussado de ser nazista Fervoroso
Kurt Riedel	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Kurt Zoch		Blumenau	Tenente do Exército Alemão;

			propagandista
Mais 50 presos s/ nomes	10/09/1942		
Mais 12 presos s/ nomes	11/09/1942		
Leopoldo Eitelevin	19/09/1942	Rio do Peixe	
Leu Jung	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Lourenço Hahn	21/12/1942		Pastor/ pedido de prontuário
Ludovico (Ludwig) Appel	30/01/1942		Não permitir que seus filhos estudassem em escola brasileira
Ludovico Holtsmeyer	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Ludwig Lengert	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Ludwig Paulo Merck	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Luiz Nési	24/07/1942	Orleans	
Maria Elisa Buchmann	28/09/1942	São Bento	
Martins Walter Mittag	05/04/1942		Preso /processo de expulsão
Max Adolf Gotlieb Konrad		Blumenau	Estava na lista do consulado como convidado para a festa de Hitler
Max Blankenburg	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Max Endler	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Miguel Hack Sobrinho	22/02/1945		Conseguiu livramento condicional nesta data
Miguel Hoesch	25/09/1942	Rio do Sul	
Octávio Bruel			1942: pede livramento cond.
Oscar Ratke	10/02/1945		Conseguiu livramento condicional nesta data
Oscar Martin Funcke		Blumenau	Partidário nazista; técnico de rádio
Oscar Nuesser	03/11/1942		Posto em liberdade nesta data
Oscar Oyhenarth	06/08/1942		
Oscar Ratk			1943-Pedido de liberdade cond.
Oswaldo Escher	01/08/1945	Joinville	Removido para a Capital
Otto Hening	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Otto Jochem			1945-Pedido de liberdade cond.
Otto Koerth	01/08/1945	Caçador	Removido para a Capital
Otto Luiz Rogge	19/09/1942	Rio do Peixe (Herval)	Escrivão distrital "pisou desrepeitosamente pavilhão nacional, suspeito de atividades nazistas
Otto Ziebell	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Padre Francisco Demann	01/10/1942		

Paul Boecher		Blumenau	Em 1940 reafirmou sua fidelidade a Hitler
Paulo Augusto Hanser	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Paulo Fischer	18/12/1942		Enviado para a Capital
Paulo Gebhardt			Inobservante das determinações
Paulo Gresser		Blumenau	Propagandista
Paulo Ohl		Florianópolis	Nazista fanático; mandou seu filho servir o exército alemão na guerra, morrendo como herói da Alemanha
Paulo José Schroeder	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Paulo Tack	18/12/1942	Joinville	Transferido para a Capital
Pastor Schuetze	27/05/1942	Candelária-RS	
Pastor Schuttkus	Of. 22/05/1940	Hamônia	
Pastor Heinz Muller	18/05/1942		
Pedro Fredolino Werlang	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Peter Josef Becker	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Siegfredo Brausn			1945-Pedido de liberdade cond.
Raulino Ribas Goethen			1945-Pedido de liberdade cond.
<u>Reinold Baudisch</u>	<u>15/01/1945</u>	<u>S. Fco. do Sul</u>	<u>Chefe nazista em SFS; açougueiro</u>
<u>Reinhold Rothaar</u>	<u>31/10/1942</u>		<u>Posto em liberdade nesta data;</u>
Reinholdo Pitschel	30/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Roberto Holzmann		Itajaí	Engenheiro civil; membro da Frente de Trabalho Alemã
Roberto Meinl	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Roberto Raimundo Finger	11/12/1942	Concórdia	Em 1938 foi encontrado com Bandeira Nazista
Roberto Rotter	06/04/1945		Expulsão "súdito tchecosloveno"
Rodolfo Lange	24/07/1942	Itajaí	Sem documentos
Rodolfo Rosler			Em 1945 teve a pena comutada
Rolf Saarstedt		Brusque	Propagandista; empregado da firma Reunaux
Romano Volmer	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Ulrich Weigle	11/02/1942		
Vitor Zweig	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Waldemar Henrique Maier	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Walfrido Brunquell			

Walter Bueckmann	26/03/1942	Brusque	"rancoroso, mau, é sumamente perigoso"
Walter Scheidemantel			1945-Pedido de liberdade cond.
Walter Taggessel	28/08/1942	Lages	Engenheiro
Wendelin Leowenstein	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Wenzel Kellner			
Werner Garni		Blumenau	Convidado pelo consulado alemão a reafirmar sua fidelidade a Hitler
Werner Glass	22/01/1945		Foi preso e depois colocado sob liberdade vigiada
Wilhelm Hoechberger	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Willy Weschenbach	31/10/1942		Posto em liberdade nesta data
Willy Zimmermann	18/12/1942	Joinville	Enviado para a Capital

De 65 presos, segundo a listagem do DOPS, publicada por Priscila Perazzo e pelo Jornal A Notícia, seguidos por Marlene de Fáveri, o número de presos, após pesquisas no Arquivo Público de Santa Catarina, passou para **210**.

Legenda:

- Nomes grafados em negrito: Listagem baseada na listagem do DOPS e pelo Jornal A Notícia.
- Nomes grafados sem negrito: Documentação variada, incluindo listagem de presos pelo DOPS.

ANEXO 2

Decreto-lei n. 251

Define as atribuições do Delegado da Ordem Política e Social

O Doutor Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 181 da Constituição da República,

DECRETA:

Art. 1º- Ao Delegado da Ordem Política e Social compete:

1º- Cooperar com o Secretário de Segurança Pública em todos os serviços a cargo deste, observando as ordens que dele receber;

2º- Exercer atos de polícia de sua delegacia especializada, em todo o território do estado;

3º- Representar ao Secretário da segurança Pública sobre assuntos que interessem os serviços de sua Delegacia.

4º- Substituir o secretário de Segurança Pública, nos impedimentos deste, até trinta dias.

5º- Zelar da disciplina das autoridades policiais da Capital e de seus auxiliares, fiscalizando, direta e pessoalmente o serviço, de conformidade com as ordens emanadas do secretário da segurança Pública, podendo, para isso, baixar circulares, portarias e instruções e expedir as ordens que se fizerem mister.

6º- Superintender a fiscalização dos serviços da polícia marítima, fluvial e aérea e determinar a vigilância e o controle dos passageiros nas estradas de ferro e de rodagem, quando a segurança do Estado e da Nação assim o exigir.

7º- Percorre, sempre que necessário, todo o território do estado inspecionando as Delegacias e dando, ao mesmo tempo, instruções aos delegados, sobre os serviços de sua especialização e qualquer outros que interessem o serviço policial.

8º- Superintender a fiscalização dos serviços de censura teatral e cinematográfica, bem como de outras diversões públicas;

9º- Tomar conhecimento de todos os crimes contra a ordem política e social, presidindo ou determinado a abertura de inquéritos sobre esses delitos e providenciando para sua elucidação e repressão.

10º- Presidir, na conformidade da legislação em vigor, inquérito policial para expulsão de estrangeiros, quando expressamente o determinar o secretário de Segurança Pública.

11º- Manter sob rigorosa vigilância os estrangeiros suspeitos.

12º- Observar e manter em dia um fichário dos elementos subversivos.

13º- Tomar conhecimento dos crimes contra o livre exercício dos cultos.

14º- Observar a movimentação operária e tomar conhecimento dos crimes às leis sindicais e do trabalho.

15º- Tomar conhecimento, instaurando ou fazendo instaurar o competente processo, dos crimes contra a segurança dos meios de transporte ou comunicação.

16º- Manter vigilância sobre o funcionamento de partidos, sociedades, clubes e escolas clandestinas, nacionais ou estrangeiras.

17º- Tomar conhecimento, abrindo ou mandando abrir inquérito, nos crimes previstos nas leis de nacionalização e nas que regulem a imigração.

18º- Proceder a buscas, determinar a lavratura de autos, assinar atestados, certidões e salvo-condutos.

19º- Remeter à autoridade competente os autos de inquéritos que presidir.

20º- Proceder a inquéritos nos casos de infração disciplinar ou de responsabilidade penal das autoridades policíacas ou auxiliares destas.

21º- designar o Comissário mais antigo para ter em dia a escala de serviço dos funcionários e empregados da secretaria de Segurança Pública, submetendo-a à sua apreciação.

22º- Dirigir pessoalmente o corpo de Agentes Amadores, dando-lhes instruções, de conformidade com as ordens do secretário de Segurança Pública.

23º- Tomar conhecimento dos crimes contra a economia popular, presidindo ou determinando a abertura de inquérito.

24º- Superintender o serviço de fiscalização de armas, munições, explosivos, inflamáveis e produtos químicos agressivos ou corrosivos.

Art. 2º- este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 21 de dezembro de 1938.

Nereu Ramos

Ivens de Araújo

Ivo d'Aquino

ANEXO 3

Decreto-lei n. 619 – Reorganiza a Delegacia da Ordem Política e Social e dá outras providências

O Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 181, da Constituição da República, DECRETA:

Art. 1º- A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), com jurisdição em todo o território do Estado, está diretamente subordinada à Secretaria de Segurança Pública e terá como titular um bacharel em direito ou militar nomeado em comissão.

Art. 2º- Fica o Executivo autorizado a criar junto à DOPS o cargo de Delgado Adjunto, que será o substituto do Delegado da DOPS e exercerá as funções que lhe foram cometidas por essa autoridade.

Parágrafo único – O Delgado Adjunto será nomeado em comissão, dentre bacharéis em direito ou militares.

Art. 3º- O Delegado Adjunto da DOPS terá os vencimentos mensais de 1:200\$000.

Art. 4º- A DOPS tem autoridade sobre as demais delegacias e repartições policiais do Estado, em relação ao serviços de sua especialização.

Art. 5º- A DOPS poderá organizar, nos centros mais populosos do interior do Estado, em sedes de Delegacias Regionais, sub-seções especializadas destinadas a garantir a sua eficiência.

Art. 6º- As sub-seções referidas no artigo anterior, serão chefiadas por elementos da DOPS, por ela indicados ao Secretário da segurança Pública, que os designará, e ficarão sob a direção dos Delegados Regionais.

Art. 7º- Os funcionários da Seção de Armas terão, além das atribuições previstas no respectivo regulamento, mais as que lhes forem atribuídas pelo Delegado da ordem Política e Social.

Art. 8º- Os fiscais da Seção de Armas, quando expressamente designados pelo Delegado da Ordem Política e Social, poderão presidir à lavratura de autos, proceder, em casos de urgência, a buscas e apreensões e dirigir outras diligências policiais.

Art. 9º- Terá os seguintes serviços ou seções a DOPS.:

- a) Serviço Secreto e de Investigações;
- b) Cartório Especial e serviços de Expediente;
- c) Seção de Ordem Política e Social;
- d) Seção do Serviço de Fiscalização de Armas, munições, matérias explosivas, inflamáveis e produtos químicos agressivos ou corrosivos;
- e) Seção de Controle de passageiros por vias marítima, aérea, fluvial e terrestre; fiscalização de hotéis, pensões, hospedarias e divertimentos públicos;

Art. 10º- O Serviço Secreto e de Investigações será dirigido, pessoalmente pelo Delegado da Ordem Política e Social e desempenhado por elementos especializados, agentes amadores e extranumerários.

Art. 11º- O cartório Especial e o Serviço de Expediente serão dirigidos pelo delegado-adjunto coadjuvado pelo escrivão privativo da Delegacia e seu ajudante.

Art. 12º- A Seção de Armas, Explosivos, etc., será dirigida por um fiscal geral, na conformidade do regulamento em vigor.

Art. 13º- As seções de ordem política e social e de controle da população flutuante, serão chefiadas, em comissão, por comissários de polícia especializados, os quais serão designados por portaria do Secretário de Segurança Pública.

Art. 14º- Compete à Delegacia da Ordem Política e Social:

- a) Exercer repressão permanente à propaganda de idéias, fatos ou atos tendentes à perpetração de crimes contra a ordem política e social, previstos na Constituição da República e nas leis;
- b) Manter vigorosa vigilância sobre estrangeiros suspeitos, instaurando ou determinando a instauração de inquéritos para esclarecer a situação dos mesmos;
- c) Organizar os processos de expulsão de estrangeiros, quando expressamente autorizada pela Secretaria da segurança Pública;
- d) Manter em dia os fichários e arquivos correspondentes aos seus serviços especializados;
- e) Impedir o funcionamento de partidos, sociedades, clubes e escolas clandestinas, nacionais ou estrangeiras;
- f) Fiscalizar reuniões de propaganda política e social, podendo fixar-lhes local, dia e hora, se efetuados a céu aberto ou proibir sua realização, de acordo com as leis em vigor;
- g) Tomar conhecimento de todos os crimes contra a ordem política e social, abrindo ou determinando a abertura de inquérito sobre esses delitos e providenciando para a sua elucidação e repressão;
- h) Instaurar ou mandar instaurar processo para apuração de responsabilidade nos crimes contra a nacionalização, o livre exercício dos cultos e os previstos nas leis que regulam a imigração;
- i) Observar a movimentação operária e tomar conhecimento dos crimes concernentes às leis sindicais e do trabalho;
- j) Conhecer dos crimes contra a economia popular;
- k) Exercer vigilância, direta e contínua nos centros industriais, nas vias férreas, marítimas, aéreas, nas estradas de rodagem e nos centros onde for densa a população estrangeira;
- l) Ter um registro geral de todos os extremistas, anarquistas e quaisquer elementos considerados nocivos à ordem política e social;
- m) Proceder à buscas, determinar a lavratura de autos, fornecer atestados, certidões e salvo-condutos;
- n) Colaborar com as delegacias ou repartições congêneres do país, prestando-lhes o apoio possível no combate contra elementos perigosos à ordem política e social;
- o) Orientar, convenientemente, as delegacias e demais repartições sobre os serviços de sua competência privativa;
- p) Exercer atos de polícia administrativa e judiciária em todo o Estado;
- q) Fiscalizar direta e pessoalmente o serviço policial da Capital do Estado;
- r) Inspeccionar as cadeias do Estado, providenciando para que em tais estabelecimentos se cumpram os regulamentos respectivos;

Art. 15º- Continuam em vigor as atribuições conferidas ao Delegado da Ordem Política e Social pelo **decreto-lei n. 251, de 21 de dezembro de 1938**, não alteradas por este.

Art. 16º- Os proprietários de hotéis, pensões e casas semelhantes ficam obrigados ao registro de suas casas ou firmas comerciais, bem como de todo seu pessoal, perante a DOPS, mediante requerimento e pagamento dos emolumentos e taxas legais.

#1º- Além do livro indicativo, já existente nos hotéis, fica instituído obrigatoriamente o serviço de fichas para hóspedes, para todas as pessoas que se hospedarem em hotéis, pensões, casa de cômodos, apartamentos e congêneres.

#2º- O livro a que alude o #1º deverá ser escriturado em dia pelo gerente do hotel ou por quem ele designar, dando à DOPS ciência dessa designação.

#3º- As fichas, escrituradas com clareza e sem vícios, mediante a apresentação de documento hábil de identidade, devem ser remetidas à polícia até duas horas no máximo após a entrada do hóspede no estabelecimento.

#4º- Os infratores ficam sujeitos à multa de 50\$000 a 500\$000, além das penas que a lei determinar.

Art. 17º- Fica instituída a lista de passageiros, para as empresas de ônibus, auto-lotações, automóveis de aluguel e congêneres que sob as penas estabelecidas no #4º do artigo anterior, deverá ser entregue à polícia uma hora antes da partida e outra com as alterações havidas ao fim da viagem.

Art. 18º- O poder Executivo abrirá o crédito especial necessário à execução deste decreto-lei.

Art. 19º- Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 31 de março de 1942.

Nereu Ramos

Francisco Gottardi

Ivo d'Aquino

Altamiro Guimarães

Artur da Costa Filho

ANEXO IV – Carta a Getúlio Vargas

Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas
Digníssimo Presidente da República

Erguem-se de nossos cubículos nossas vozes desprotegidas, desamparadas, pedindo clemência para a falta que praticamos, em geral, graças ao meio ambiente em que vivíamos, pela ausência de educação adequada, pelo escasseamento de instrução, analfabetos quasi todos, ou apenas alfabetizados, e pela miséria econômica que não permitiu tivéssemos assistência judiciária no perfeito sentido do conceito, não para dizer que somos inocentes, mas para enquadrar os delitos cometidos nos seus justos limites sem magnificiá-los, por vaidade de publicidade, para exigir, enfim, com essa assistência, tudo quanto a codificação penal e processual garante ao delinquente na teoria, mas que a prática exclue quasi que sistematicamente.

Erguemos nossas vozes pedindo indulto, valendo-nos da faculdade que nos outorga o artigo 734, do Código de Processo Penal, certo de que Vossa Excelência não negará amparo ao pedido coletivo que formulamos, prática permitida e consagrada pelos tratadistas que dizem ser o "indulto ou a graça coletiva, uma medida política, graça espontânea do Poder Público concedida em dias de festa nacional".

E nenhum dia mais festivo contemporaneamente que os que estão transcorrendo no momento, quando o nosso amado Brasil coberto de glórias nos campos de batalha da velha Europa, vê esmagados os métodos fascistas, a tirania das hostes de Hitler, quando nossa Pátria representada pelo seu Exército, pela sua Marinha, pela sua Aeronáutica, no mesmo plano de eficiência e coragem cívica e bravura militar, ombreando-se com as forças dos países amantes da Democracia e da Paz, resgatam, do cativo infamérrimo, países e milhões de cidadãos de todas as nacionalidades e credos políticos e religiosos, restituindo-lhes a Liberdade de que haviam sido despojados pelo bando do mal.

* * *

E não é apenas no fato do facho da Liberdade estar iluminando o Universo, novamente, depois das longas noites de massacres e infâmias que fundamentamos nossa súplica.

A hora em que o Brasil sai da luta heroica em que se empenhou para defesa de seu nome e de sua honra, para reorganizar-se, para suprir os vácuos produzidos em nossa riqueza pelo esforço de guerra; à hora em que milhares de brasileiros são restituídos aos seus lares até então desertos, alguns mutilados, cheios de cicatrizes das feridas das batalhas; à hora em que erguemos preces e monumentos para os "pracinhas" valentes e briosos, símbolo de um povo viril, que tomaram para sempre mas que para sempre viverão no coração de cada brasileiro; à hora em que caminhamos para o apaziguamento de nossas querelas políticas e que já outras feitas, quiçá mais graves, porque foram o produto da paixão política, talvez ambição, talvez desejo de elevarem-se ao poder, erros praticados por homens de princípios, cultos, na sua quasi totalidade saídos de academias e escolas superiores, civis e militares, que viviam sem conhecer necessi-

Mas ainda assim o indulto que pedimos é de molde a não ofender a Sociedade. Nós nós submetemos a uma pena mínima. E tomamos a liberdade de expressar o nosso pensamento no ligeiro esboço de projeto que, data vênua, oferecemos ao alto estudo de Vossa Excelência, assim concebido:

Primeiro:

Indulto do resto da pena de todas as sentenças cominatórias de penas até 6 anos inclusive.

Segundo:

Comutação para um sexto (1/6) das penas cominadas por sentenças de mais de 6 anos até 10 anos inclusive.

Terceiro:

Comutação para um terço (1/3) das penas cominadas por sentença de mais de 10 anos até 30 anos.

Quarto:

Aplicação dessas medidas aos acusados de crimes aforados, embora sem decisão, até o dia 7 de Maio de 1945.

Quinto:

Expulsão do território para os estrangeiros beneficiados pelo indulto, autores de crimes infamantes.

E por tudo quanto expomos aguardamos de Vossa Excelência o ato de

C L E M Ê N C I A

QUE PEDIMOS, NÃO SÓ PARA NÓS, DA CASA DE DETENÇÃO DE NITERÓI, COMO TAMBÉM PARA TODOS OS ENCARCERADOS DO BRASIL.

CASA DE DETENÇÃO DE NITERÓI, NO DIA DA VITÓRIA, OITO DE MAIO DE 1945.

ANEXO V – ENTREVISTA COM ALZIRA FLEITH



Alzira Fleith na ocasião da entrevista.

DESCRIÇÃO:

Entrevista realizada a 25 de outubro de 2005, em Joinville, SC, com a Senhora Alzira Fleith, de 70 anos, em sua residência, no distrito de Pirabeiraba. Nascida em 1935, quando criança falava apenas o alemão com os pais. Viu o pai queimar todos os livros em alemão que a família possuía e diversos alemães sendo presos. Segundo seu relato, seu nome foi uma homenagem à filha de Getúlio Vargas, tido como “bom presidente”, ao passo que Nereu Ramos passou a ser nome de cachorro para as famílias alemãs de Joinville. Da entrevista resultou gravação de aproximadamente 30 minutos em fita magnética (em posse da autora) e transcrição correspondente, cuja cópia será doada ao Laboratório de História Oral do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ANEXO VI – ENTREVISTA COM EUGÊNIO BERGMANN



DESCRIÇÃO:

Entrevista realizada a 21 de outubro de 2005, em Joinville, SC, com o Senhor Eugênio Bergmann, de 85 anos. Nasceu em 1920, filho de pais brasileiros e neto de alemães, serviu no 13º Batalhão Policial de Joinville. Não pôde embarcar para a Itália para lutar na Segunda Guerra Mundial por causa de um problema de saúde “de homem”. Segundo ele em Joinville, “dos alemães, ninguém podia sair de casa era tudo preso”. Da entrevista resultou gravação de aproximadamente 30 minutos em fita magnética (em posse da autora) e transcrição correspondente, cuja cópia será doada ao Laboratório de História Oral do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ANEXO VII – ENTREVISTA COM ÉRICO JOÃO FLEITH



DESCRIÇÃO:

Entrevista realizada a 21 de outubro de 2005, em Joinville, SC, com o Senhor Érico João Fleith, de 81 anos. Nasceu em 1924, filho de pais brasileiros e neto de alemães. Seu pai foi inspetor de quarteirão e foi acusado por dois brasileiros de se reunir com alemães, o que resultou em prisão. Da entrevista resultou gravação de aproximadamente 10 minutos em fita magnética (em posse da autora) e transcrição correspondente, cuja cópia será doada ao Laboratório de História Oral do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ANEXO VIII – ENTREVISTA COM GILBERTO HOFFMANN NAHAS

DESCRIÇÃO:

Entrevista realizada a 03 de março de 2007, em Florianópolis, SC, com o Senhor Gilberto Pedro Hoffmann Nahas, de 78 anos. Atualmente preside a Associação de Ex-Combatentes, em Florianópolis. Pertenceu à Marinha Mercante e ajudou a escoltar os navios brasileiros que retornaram em 1945, após as batalhas em solo europeu. Da entrevista resultou gravação de aproximadamente 30 minutos em fita magnética (em posse da autora) e transcrição correspondente, cuja cópia será doada ao Laboratório de História Oral do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ANEXO IX – ENTREVISTA COM IRENE KREILING MEDVED



DESCRIÇÃO:

Entrevista realizada a 19 de novembro de 2004, em Florianópolis, SC, com a Senhora Irene Kreiling Medved. Filha de alemães, seu pai foi enviado para Bom Retiro, onde permaneceu “alguns meses”, morando numa casa particular com uma família. Da entrevista resultou gravação de aproximadamente 30 minutos em fita magnética (em posse da autora) e transcrição correspondente, cuja cópia será doada ao Laboratório de História Oral do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

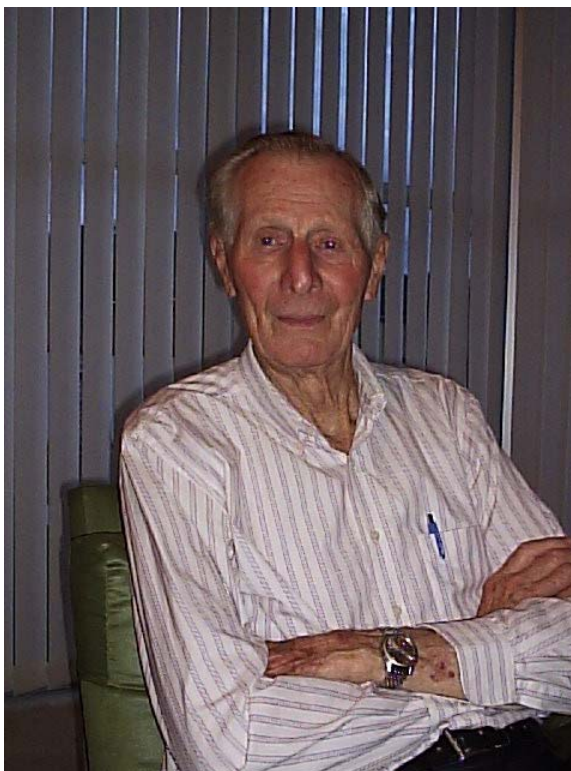
ANEXO X – ENTREVISTA COM VERÔNICA GUESSER PAULI



DESCRIÇÃO:

Entrevista realizada a 04 de agosto de 2005, em Florianópolis, SC, com a Senhora Verônica Guesser Pauli, de 91 anos. Nasceu no Brasil em 1914 e apenas seu tataravô era alemão. Durante a Segunda Guerra Mundial, residia em São Pedro de Alcântara, na época pertencente a Biguaçu. Da entrevista resultou gravação de aproximadamente 60 minutos em fita magnética (em posse da autora) e transcrição correspondente, cuja cópia será doada ao Laboratório de História Oral do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ANEXO XI – ENTREVISTA COM WERNER SPRINGMANN



DESCRIÇÃO:

Entrevista realizada a 04 de novembro de 2004, em Florianópolis, SC, com o Senhor Werner Springmann, de 80 anos. Seu pai era húngaro e sua mãe alemã. Sua família era ligada à Maçonaria, o que representou, segundo ele, um importante fator para o bom relacionamento com a Polícia Política. Da entrevista resultou gravação de aproximadamente 60 minutos em fita magnética (em posse da autora) e transcrição correspondente, cuja cópia será doada ao Laboratório de História Oral do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.